



**CENTRO DE  
DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL**



**Universidade de Brasília**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**INTERCULTURALIDADE E BUROCRACIA DE NÍVEL DE RUA: UM  
OLHAR SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA FOMENTO RURAL  
JUNTO A FAMÍLIAS QUILOMBOLAS NO ESTADO DE GOIÁS**

**IORRANA LISBOA CAMBOIM**

**ORIENTADORA: PROF. DRA. STÉPHANIE NASUTI**

Brasília/DF  
2023

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**INTERCULTURALIDADE E BUROCRACIA DE NÍVEL DE RUA: UM  
OLHAR SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PROGRAMA FOMENTO RURAL  
JUNTO A FAMÍLIAS QUILOMBOLAS NO ESTADO DE GOIÁS**

**IORRANA LISBOA CAMBOIM**

Dissertação apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

**BANCA EXAMINADORA**

**Prof.<sup>a</sup> Dra. Stéphanie Nasuti**

Presidente  
CDS/UnB

**Prof. Dra. Mônica Celeida Rabelo Nogueira**

Membro Examinador Interno  
FUP/UnB

**Prof. Dr. Alessandro Roberto de Oliveira**

Membro Examinador Interno  
FE/UnB

**Prof.<sup>a</sup> Dr. Roberto Rocha Coelho Pires**

Membro Examinador Externo  
Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA

Brasília/DF  
2023

## FICHA CATALOGRÁFICA

CAMBOIM, IORRANA LISBOA

Interculturalidade e burocracia de nível de rua: um olhar sobre a implementação do Programa Fomento Rural junto a famílias quilombolas no estado de Goiás. [Distrito Federal, 2023].

221p.

Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB).

- |  |  |
|--|--|
| 1. Implementação de políticas públicas | 4. Assistência Técnica e Extensão Rural          |
| 2. Comunidades Quilombolas             | 5. Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional |
| 3. Interculturalidade                  | 6. Ecologia Política                             |

*Às minhas avós, vó Íris e vó Elza.*

## AGRADECIMENTOS

Penso que é valiosa a oportunidade de agradecer publicamente aos/às que participam das nossas empreitadas na vida. São muitas as pessoas que, mesmo com pequenos gestos, tornaram a caminhada até aqui bem-aventurada, e são outras tantas que a tornaram inclusive possível. O sentimento de gratidão em mim acompanha pari passu o de realização após a conclusão do Mestrado.

Gostaria de começar com os/as interlocutores/as da pesquisa, quilombolas dos Territórios Baco-Pari, Extrema, Levantado, Kalunga e Mesquita e agentes da Emater-GO que dedicaram uma parte de seu tempo para estabelecer um diálogo comigo e dessa forma colaborar com a pesquisa. Em especial, sou grata a Leó por me receber para um pernoite em sua casa durante a etapa de campo.

Agradeço imensamente à orientadora Stéphanie Nasuti, a quem guardo uma grande admiração e afeto, agora ainda maiores após esse período de convivência. Na pessoa dela, estendo os agradecimentos ao corpo docente do Centro de Desenvolvimento Sustentável/UnB por todo processo de aprendizado vivenciado sobretudo durante as disciplinas, mas também em diálogos e atividades extraclasse. Destaco também meus agradecimentos à banca de qualificação, professores Alessandro de Oliveira e Fabiano Toni, cujas observações foram essenciais para o amadurecimento das minhas reflexões. Ao PPGDS/CDS/UnB agradeço o apoio financeiro para o campo, fundamental para a realização das visitas *in loco*.

Ainda considerando o ambiente acadêmico, quero agradecer aos/às colegas da turma 2º/2020, em especial a Niele, Thaís, Camila, Mariana, Guilherme, Pedro e Caio. Guardo com muito carinho muitas das conversas e trocas inclusive para além das estudantis e de pesquisa.

À minha mãe e ao meu pai, Cláudia e Afonso, agradeço por estarem ao meu lado sempre. Ao meu pai em especial por ter acompanhado não só as reflexões desenvolvidas nesta dissertação como a ida a campo para realização da etnografia. Foi fundamental a sua presença nesse momento! Aos meus irmãos, Purush, Vivek e Tchiêlo agradeço a parceria.

Às amigas/irmãs da vida, Lívia, Mari, Bárbara, Gabrielly – meu amor por vocês é imenso. Agradeço a vocês e a todes amigues o afeto compartilhado e a compreensão pela ausência em decorrência da dedicação a este trabalho nesses anos.

Ao meu companheiro Jorgio, agradeço pelo companheirismo, pelo amor. Também pelo diálogo sempre todo interessado e que tanto me ajudou a oxigenar as ideias que aqui apresento.

Sou grata pela oportunidade de ter participado durante os anos do Mestrado de cursos e oficinas externos ao CDS/UnB, com destaque para o curso internacional *As Epistemologias do Sul e os saberes nascidos nas lutas sociais* (2022), realizado pelo Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO); os Cursos *Implementação de Políticas Públicas* e *Burocracia de Nível de Rua* (2020-2022), ofertados pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); e as oficinas sobre privilégio branco e antirracismo ofertadas por Tatiana Sousa e Izabel Accioly (2022).

Por fim, agradeço a todas as pessoas que em algum momento compuseram a equipe que comigo implementa o Programa Fomento Rural no Governo Federal durante esses anos, nos nomes de Gabi, Tavira e Joara. Estendo esses agradecimentos para os/as colegas da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Temos, como sociedade, muito trabalho pela frente para ampliar e aprimorar, sempre, o atendimento e a entrega de serviços à população em sua diversidade sociocultural – mãos à obra!

## RESUMO

Este trabalho analisa a experiência de implementação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Lei 12.512/2011) junto a famílias quilombolas do estado de Goiás, Brasil, considerando aspectos afetos à interculturalidade. O Programa Fomento Rural é um programa voltado para a promoção da segurança alimentar e nutricional e da inclusão produtiva através da articulação da oferta (i) de acompanhamento socioprodutivo através principalmente de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), regulamentada pela Política Nacional de ATER (PNATER, Lei 12.188/2010), e (ii) da transferência de recursos financeiros não-reembolsáveis para famílias em situação de pobreza no meio rural. O estudo de caso etnográfico teve como objetivo principal registrar a experiência de implementação de nível de rua e contribuir para o estudo da interculturalidade e da literatura sobre burocracia de nível de rua à luz da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. Aponta-se a existência de lacunas e de desafios, na atualidade, para a efetivação da metodologia participativa com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, que busque a construção da cidadania conforme estabelecido na PNATER. A partir da perspectiva da interculturalidade crítica, diante disso, sugere-se que a burocracia de nível de rua responsável pela implementação dessa política tem muito a avançar ao incluir em seu repertório o conceito de ecologia de saberes, sobretudo no caso de atendimento a famílias quilombolas e aos demais povos e comunidades tradicionais.

**Palavras-Chave:** Implementação de políticas públicas; Comunidades Quilombolas; Interculturalidade; Assistência Técnica e Extensão Rural; Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional; Ecologia Política.

## ABSTRACT

This paper analyzes the implementation experience of the Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, also called Programa Fomento Rural, (Law 12.512/2011) along with quilombola families in the state of Goiás, Brazil, considering aspects of affection to interculturality. The Programa Fomento Rural is a program aimed at promoting food and nutrition security and productive inclusion through the articulation of the offer (i) of agricultural extension and rural advisory services, regulated by the National Policy of Technical Assistance and Rural Extension (PNATER, Law 12.188/2010), and (ii) the transfer of non-reimbursable resources and financial aid for families living in poverty in the countryside. An ethnographic case study was carried out with the key objective of recording street-level implementation experience and contributing to the study of interculturality and literature on street-level bureaucracy in light of the PNATER. It points out the existence of gaps and challenges, nowadays, for the effectiveness of the methodology participating approach with a multidisciplinary, interdisciplinary, and intercultural, seeking the construction of citizenship according to established in PNATER. From the perspective of interculturality criticism, given this, it is suggested that the street-level bureaucracy responsible for implementing this policy has a long way to go include in its repertoire the concept of ecology of knowledge, especially in the case of assisting quilombola families and other people and traditional communities.

**Keywords:** Implementation of public policies; Quilombola Communities; Interculturality; Agricultural Extension and Rural Advisory Services; Food Security and Nutrition; Food Sovereignty; Political Ecology.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Linha do Tempo - Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.....	36
Figura 2 - Mapa famílias incluídas do Programa Fomento Rural (2012-2022). .....	40
Figura 3 - Nº de famílias beneficiárias do Programa Fomento Rural (jan/2012- dez/2022). .....	41
Figura 4 - Linha do tempo - Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil.....	66
Figura 5 - Grandes números da Emater-GO (Portal eletrônico da instituição).....	77
Figura 6 - Unidades Locais da Emater-GO .....	78
Figura 7 - Mapa da distribuição de atendimento prevista no ACT-GO 2019. ....	79
Figura 8 - Mapa do Programa goiano Agro é Social.....	80
Figura 9 - Mapa Distribuição das famílias inscritas no CadÚnico que participam do Programa Bolsa Família .....	81
Figura 10 - Mapa dos municípios envolvidos na pesquisa.....	83
Figura 11 - Unidades da Emater-GO.....	84
Figura 12 - Mapa da diáspora africana .....	87
Figura 13 - Esboço do mapa etnológico africano no Brasil. Fonte: Castro (2002). ....	88
Figura 14 - Mapa Localidades Quilombolas (IBGE) .....	92
Figura 15 - Terras Quilombolas em processo de regularização no INCRA e tituladas no Brasil.....	93
Figura 16 - Andamento dos processos de titulação de territórios quilombolas no INCRA .....	94
Figura 17 - Principais quilombos século XVIII – GO e TO.....	109
Figura 18 - Logotipo ASCORQUILEIA .....	116
Figura 19 - Logotipo SHPCK.....	118
Figura 20 - Malha viária e famílias georeferenciadas .....	120
Figura 21 - Mapa de aptidão agrícola das terras do SHPCK em 2019.....	121
Figura 22 - Rota do tráfico escravista.....	122
Figura 23 - Logotipo Arenquim .....	124
Figura 24 - Mapeamento institucional - Quilombo Mesquita .....	125
Figura 25 - Comparação de mapeamentos do PDIAP (2002) e do PMDBBS (2010)..	141
Figura 26 - Projetos produtivos das famílias quilombolas .....	152
Figura 27 - Avicultura em sistemas agroecológicos - Raças e linhagens mais empregadas .....	156
Figura 28 - Fotos de alguns projetos produtivos empreendidos pelas famílias quilombolas .....	159

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Outras produções relevantes para a discussão.....	20
Quadro 2 – Um pouco mais sobre a influência africana em Goiás.....	88
Quadro 3 – Um pouco da história da avicultura.....	154

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Quantidade de famílias quilombolas atendidas por município (GO).....	41
Tabela 2 - Roteiro de Entrevista Semiestruturada.....	50
Tabela 3 - Chamadas de ATER específicas.....	60
Tabela 4 - Informações sobre os Territórios Quilombolas envolvidos na pesquisa.....	110
Tabela 5 - Número de famílias quilombolas participantes da pesquisa por Território..	111
Tabela 6 - Modelo Patronal versus Modelo Familiar.....	153

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural  
ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural  
ACAR GOIÁS - Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás  
ACT - Acordo de Cooperação Técnica  
ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias  
ANATER - Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
APP - Áreas de Preservação Permanente  
AQK - Associação do Quilombo Kalunga  
AQUE - Associação Quilombola Extrema  
ARENQUIM - Associação Renovadora do Quilombo Mesquita  
ASBRAER - Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural  
ASCORQUILEIA - Associação Remanescente de Quilombo do Levantado em Iaciara  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
BM - Banco Mundial  
BNR - Burocratas de Nível de Rua  
BRAC - Bangladesh Rural Advancement Committee  
CadÚnico - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal  
CAISAN - Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional  
CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe  
CNA - Confederação Nacional da Agricultura  
CNATER - Conferência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
CNPCT - Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais  
CNPI - Conselho Nacional de Política Indigenista  
CNSAN - Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas  
CONDRAF - Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável  
CONEPA - Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária  
CONSEA - Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura  
CRQ - Comunidades Remanescentes de Quilombos  
DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos  
DPMRQ - Diretoria de Políticas Públicas para Mulheres Rurais e Quilombolas  
ECAN - Equipe de Conservação da Amazônia  
EIA - Encontro Internacional de Agroecologia  
EMATER-GO - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás / Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária  
EMBRAPA- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EMBRATER- Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural  
ENAP - Escola Nacional de Administração Pública  
FAO - Organização das Nações Unidas para o Alimento e Agricultura  
FCP - Fundação Cultural Palmares  
FETRAF - Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar  
FMI - Fundo Monetário Internacional  
GPTE - Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
IMB/GO - Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos de Goiás  
INAN - Instituto de Alimentação e Nutrição

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INSAN - Insegurança Alimentar e Nutricional  
LGBTQIA+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Transgêneros, Travestis, Queer, Intersexes, Assexuades, Pansexuais, demais orientações sexuais e identidades de gênero  
LOSAN - Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MC - Ministério da Cidadania  
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário / Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar  
MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome / Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome  
MESA - Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome  
MIT - Instituto de Tecnologia de Massachusetts  
MNU - Movimento Negro Unificado  
ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável  
ONG - Organização Não-Governamental  
ONU - Organização das Nações Unidas  
PAA - Programa de Aquisição de Alimentos  
PBF - Programa Bolsa Família  
PBQ - Programa Brasil Quilombola  
PBSM - Plano Brasil Sem Miséria  
PCT - Povos e Comunidades Tradicionais  
PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional  
PLANSAN - Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
PNAE - Programa Nacional de Alimentação Escolar  
PNAN - Política Nacional de Alimentação e Nutrição  
PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
PNSAN - Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar  
PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural  
RIDE - Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno  
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação  
SAF - Secretaria de Agricultura Familiar  
SAN - Segurança Alimentar e Nutricional  
SEAD - Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República  
SEAGRO - Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
SEAPA/GO - Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Goiás  
SEPPIR - Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
SESAN - Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
SHPCK - Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga  
SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural  
SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional  
SISVAN - Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional  
SSAN - Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional  
VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19

## SUMÁRIO

Introdução.....	13
Capítulo 1 – Programa Fomento Rural junto a Quilombolas em Goiás: horizontes teórico-metodológicos para o estudo de caso .....	16
1.1 Fome como problema sociopolítico e ambiental .....	16
1.1.1 A fome no Desenvolvimento Sustentável .....	17
1.1.2 A fome na Ecologia Política.....	22
1.2 Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional .....	26
1.3 O estudo de caso: Programa Fomento Rural junto a Quilombolas em Goiás.....	37
1.4 Interculturalidade e Implementação de Políticas Públicas como lentes analíticas e etnografia multiator como método.....	42
Capítulo 2 – A Implementação de nível de rua no Fomento Rural pela Emater-GO.....	52
2.1 ATER – contextualização e debates contemporâneos .....	52
2.1.1 Três momentos da extensão rural no Brasil .....	54
2.1.2 Pensar a ATER no “novo” e no “velho” desenvolvimento.....	58
2.1.3 ATER para PCTs.....	62
2.2 A abordagem da burocracia de nível de rua na implementação da ATER .....	66
2.3 Experiência da Emater-GO no Programa Fomento Rural .....	74
Capítulo 3 – Comunidades Quilombolas de Goiás no Fomento Rural: a diversidade sociocultural na implementação de políticas e o conceito de interculturalidade.....	86
3.1 Negritude no Brasil – contextualização e debates contemporâneos .....	86
3.1.1 Escravidão, diásporas e quilombos .....	86
3.1.2 Racismos .....	94
3.2 Interculturalidade na perspectiva decolonial .....	98
3.2.1 Cultura e interculturalidade.....	98
3.2.2 Desdobramentos da interculturalidade crítica .....	100
3.3 Experiência das Comunidades Quilombolas no Fomento Rural em Goiás .....	107
3.3.1 Baco-Pari.....	111
3.3.2 Extrema .....	114
3.3.3 Levantado .....	116
3.3.4 Kalunga .....	117

3.3.5 Mesquita.....	123
Capítulo 4 – Análise etnográfica das agências e interações à luz da literatura .....	127
4.1 Principais atores envolvidos - pontos de vista e interesses.....	127
4.1.1 Agência social .....	127
4.1.2 Agência natural .....	140
4.2 Atores em interação entre si e com o meio biofísico e social .....	144
4.2.1 Acesso ao Programa Fomento Rural.....	146
4.2.2 Projeto Produtivo.....	150
4.2.3 Trocas, aprendizados, acordos – interculturalidade e ecologia de saberes ..	160
Considerações finais.....	167
Bibliografia.....	171
ANEXOS.....	187
Anexo 1 – Modelo Termo de Adesão ao Programa Fomento Rural.....	187
Anexo 2 – Modelo Projeto Produtivo Programa Fomento Rural.....	188
Anexo 3 – Informações sobre atendimento a quilombolas no Fomento Rural (LAI)	190
Anexo 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Famílias quilombolas ...	219
Anexo 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - Agentes Emater-GO.....	220

## Introdução

*Se mantivermos o atual rumo econômico, desprovido de qualquer cuidado com a maior parte das pessoas, focado na acumulação predatória de riquezas, na exploração dos fracos pelos fortes e na destruição acelerada de todos os biomas, muitas outras pandemias nos aguardam”* (Sidarta Ribeiro, 2022, p 25-26)

Este trabalho reúne apontamentos sobre a experiência da interculturalidade durante a implementação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Lei nº 12.512/2011) junto a famílias quilombolas do estado de Goiás. O Programa Fomento Rural é um programa voltado para a promoção da segurança alimentar e nutricional e da inclusão produtiva através da articulação da oferta (i) de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), regulamentada pela Política Nacional de ATER (Lei 12.188/2010), e (ii) da transferência de recursos financeiros não-reembolsáveis para famílias em situação de pobreza no meio rural.

Esta dissertação se pretende um convite. À leitora, ao leitor, a quem ela possa chegar, que a sua forma e o seu conteúdo, acadêmicos por natureza, alcancem seu objetivo de apresentar e provocar reflexão, pensamento crítico e, de algum modo, impacto nas práticas cotidianas individuais. A intenção da crítica, construtiva e pautada na autocrítica, tem como alvo o fato, apontado amplamente na literatura, do caráter estrutural das diversas formas de opressão pelas quais estruturas de poder e desigualdades sociais perduram em nossa sociedade, na humanidade.

O racismo, a misoginia, o classismo, a homofobia, as opressões no passado e na contemporaneidade, operam através de mecanismos complexos, os quais têm sido explorados dentro e fora da produção científica. O aprofundamento da consciência coletiva sobre eles, acredito eu, tem o potencial de, sobretudo através de uma ética amorosa, como nos diz tão sabiamente bell hooks (2020) nos inspirar e nos dar a coragem para fazer as mudanças necessárias em nosso cotidiano com cuidado, compromisso, confiança, responsabilidade, respeito e conhecimento (p.127-128). Esta pesquisa foi realizada com a intenção de contribuir para a edificação de uma sociedade verdadeiramente igualitária, fundamentada na justiça e no compromisso do bem-estar coletivo – assim como pontuado na sinopse do livro *Tudo sobre o amor: novas perspectivas* (HOOKS, 2020). Concordamos com Elaine Azevedo quando ela afirma que “é bom pensarmos que a responsabilidade da fome é de todos nós” e que

cabe a cada um de nós refletir, repensar nossas ações individuais e coletivas, nossa relação com a natureza e com todos os seres vivos, analisar nossas crenças e valores

morais, o formato da nossa educação, nosso entendimento de ética, progresso e futuro e o nosso entendimento do que seja dividir (AZEVEDO, 2020, p. 314).

Considerando que, na implementação de políticas públicas, a reprodução cotidiana de desigualdades diz respeito às interações ordinárias entre os/as cidadãos/ãs e as instituições públicas responsáveis pela provisão de bens e serviços<sup>1</sup>, interessa neste estudo de caso, na perspectiva da ecologia política, apresentar reflexão sobre a atuação de agentes públicos da linha de frente do serviço de assistência técnica e extensão rural junto a quilombolas em Goiás entendendo que suas interações junto às famílias

podem contribuir para mitigar as repercussões nocivas das desigualdades sociais ou para reforçá-las, seja por meio da exclusão do acesso a bens e serviços relevantes ou por meio de experiências que favoreçam a internalização de visões inferiorizadas de si, a estigmatização ou a humilhação. (Guia INCLUA, 2022)

Desse modo, sem perder de vista que, assim como propõe Schuch, VÍctora e Silva (2018, p.11) inspirados na obra de Clastres (1974), “as possibilidades de pensar dinâmicas de inclusão política de sujeitos e populações podem trabalhar simultaneamente *a partir, contra e para além* do próprio Estado”, nesta pesquisa priorizou-se compreender a perspectiva e a agência tanto dos implementadores da linha de frente como das famílias atendidas no âmbito do Programa Fomento Rural.

Lipsky (2010 *apud* LOTTA, 2009), em seu trabalho pioneiro em 1980, apontava algumas razões pelas quais devemos estudar os/as Burocratas de Nível de Rua (BNR) como categoria analítica. Em primeiro lugar, porque eles são o maior contingente de profissionais do Estado e por eles passa parte considerável dos recursos públicos. Em segundo lugar, porque eles são a face mais visível do Estado para os cidadãos e é a partir deles que esses cidadãos acessam, ou não, direitos e benefícios públicos e materializam o olhar sobre a ação estatal. Em terceiro lugar, porque esses atores são a porta de acesso (ou restrição) a direitos sociais, determinando elegibilidade e exercendo poder alocativo. Eles possuem, portanto, grande impacto na vida dos cidadãos. Em quarto lugar, porque, ao estarem em contato direto com os usuários dos serviços, eles são fonte importante de informações para o próprio Estado e para o desenho de políticas públicas.

O objetivo principal da pesquisa consiste em registrar a experiência de implementação em nível local do Programa Fomento Rural para famílias quilombolas

---

<sup>1</sup> Guia INCLUA - Avaliação de Riscos de Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2022. Disponível em <https://inclua.ipea.gov.br/arquivos/guias/9587-guia-inclua-vf-28mar22.pdf>. Acesso em 04 de outubro de 2022.

do estado de Goiás e contribuir para o estudo da interculturalidade e da literatura sobre burocracia de nível de rua no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

A metodologia de pesquisa adotada foi o estudo de caso etnográfico, por meio da etnografia multiator (LITTLE, 2006) e a partir das ferramentas visitas *in loco*, observação participante e entrevistas semiestruturadas. Assim como propõe Clarke (2005), a revisão de literatura foi compreendida como parte da metodologia e foi realizada ao longo de todo o processo de investigação, e não apenas como uma etapa preparatória para o acesso e leitura dos dados. Sobre a bibliografia escolhida para pautar as reflexões aqui apresentadas, ressalta-se que esta foi deliberadamente guiada por opções, sempre que possível, de autores e autoras negras e mulheres ou ainda com ação reconhecida em prol do combate às desigualdades sociais.

A presente dissertação está estruturada em quatro capítulos. No primeiro são apresentadas as inspirações teórico-metodológicas da pesquisa, bem como contextualizadas a questão da fome em sua dimensão sociopolítica e ambiental. Apresenta ainda a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, a qual o Programa Fomento Rural compõe. Nesse capítulo é apresentado também o estudo de caso: Implementação do Programa Fomento Rural para quilombolas em Goiás. O segundo capítulo dedica-se a apresentação do histórico e do estado da arte da implementação da Política Nacional de ATER no Brasil, com destaque para a sua implementação em nível de rua por parte dos/as agentes de ATER. Finaliza-se o capítulo com apresentação da experiência da Emater-GO. O terceiro capítulo, por sua vez, apresenta as comunidades quilombolas de Goiás interlocutoras da pesquisa: Baco-Pari, Extrema, Levantado, Kalunga, Mesquita. É realizada contextualização acerca dos debates contemporâneos sobre o processo de escravidão e das diásporas africanas no caso do Brasil, sobre os quilombos e sobre os racismos. Aborda-se também nesse capítulo o conceito de interculturalidade na perspectiva decolonial. O quarto capítulo é voltado para a análise da agência social e natural nos termos do que Little (2006) sugere para a etnografia multiator. Ao mesmo tempo são analisadas as interações entre os principais atores do estudo de caso – as famílias quilombolas e os agentes de ATER e são apresentadas reflexões sobre a experiência de implementação do Programa Fomento Rural à luz da bibliografia mobilizada e da construção teórica elaborada durante a pesquisa.

## Capítulo 1 – Programa Fomento Rural junto a Quilombolas em Goiás: horizontes teórico-metodológicos para o estudo de caso

*...a escravatura atual é a fome!*  
(Trecho do livro "Quarto de despejo", diário de Carolina Maria de Jesus, 1960. O excerto é do dia 13 de maio de 1958).

*Mil nações moldaram minha cara  
Minha voz uso pra dizer o que se cala  
O meu país é meu lugar de fala!*  
(Trecho da música "O que se cala" de Elza Soares, 2018)

*Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano.  
Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo,  
graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a  
gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como  
qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto,  
elegante e com umas feições tão finas... Nem parece preto.*  
(Lélia Gonzáles, 1984, p.226)

Neste capítulo apresenta-se o estudo de caso etnográfico, o qual trata da implementação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais junto a comunidades quilombolas em Goiás, explicitando as abordagens teórico-metodológicas utilizadas, com destaque para a ecologia política. Considerando que o Programa foi criado no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional resgata-se primeiramente a literatura sobre a fome e desigualdades social, com atenção especial à experiência brasileira.

### 1.1 Fome como problema sociopolítico e ambiental

A fome é uma questão relevante dada sua persistência na sociedade até os dias atuais. De diagnósticos socioeconômicos a prospecções e prescrições para a sua erradicação, de ações por parte de diversos setores da sociedade civil e dos Estados Nacionais a acordos e intervenções de instâncias internacionais, trata-se de tema intersetorial que envolve as áreas da saúde, de sistema de produção, do meio ambiente, de infraestrutura e saneamento, das diferenças culturais alimentares, entre outras. O acúmulo sobre o assunto no âmbito do Desenvolvimento Sustentável e da Ecologia Política são importantes para compreender tanto o surgimento como a implementação de políticas cujos objetivos versam sobre a melhoria dos índices desse problema social, como é o caso do Programa Fomento Rural, objeto da presente pesquisa, e, por isso, serão abordados nas subseções seguintes.

### 1.1.1 A fome no Desenvolvimento Sustentável

Pode-se afirmar que a discussão sobre a temática da fome acompanhou a relacionada ao Desenvolvimento Sustentável desde os seus primórdios, sendo tratada também por meio dos conceitos de “segurança alimentar” e, mais recentemente, “Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional” (SSAN).

Segundo Maluf e Menezes (2000), o termo "Segurança Alimentar" começou a ser utilizado após o fim da Primeira Guerra Mundial, porque a experiência da guerra, vivenciada sobretudo na Europa, evidenciou que um país poderia dominar o outro controlando seu fornecimento de alimentos. Segundo eles,

A alimentação seria, assim, uma arma poderosa, principalmente se aplicada por uma potência em um país que não tivesse a capacidade de produzir por conta própria e suficientemente seus alimentos. Portanto, esta questão adquiria um significado de segurança nacional para cada país, apontando para a necessidade de formação de estoques "estratégicos" de alimentos e fortalecendo a ideia de que a soberania de um país dependia de sua capacidade de autossuprimento de alimentos. (MALUF e MENEZES, 2000, p.1)

No período entre as duas guerras mundiais ocorreu um avanço na ciência da nutrição a partir de debates sobre a necessidade de políticas nacionais de alimentos necessárias tanto em tempo de guerra como em tempo de paz para manter a harmonia social e a economia dos países (HAMILTON, 1918; MALUF e MENEZES, 2000; SILVA, 2014). No período que se seguiu após a segunda guerra mundial, segundo Custódio (2009, p.12), ampliou-se o estabelecimento de tratados internacionais e a criação e adoção de práticas de tolerância e solução de conflitos por meio da ideia de consenso e de interesse comum entre os países. Nesse cenário, culminou-se a criação da FAO (Organização das Nações Unidas para o Alimento e Agricultura) em 16 de outubro de 1945, voltada para elaboração de estratégias contra a fome em nível global.

O termo Segurança Alimentar ganha relevância após a I Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas (ocorrida em Roma, 1974), quando se debate a modernização da agricultura, em particular com adoção de inovações da indústria química. Trata-se do início do que viria a ficar conhecida como “Revolução Verde”, a qual “veio para nomear os ganhos de produtividade, em países do chamado “Terceiro Mundo”, resultantes do uso de novas variedades de sementes, fertilizantes e agrotóxicos, dentre outras tecnologias” (POMPEIA, 2018, p.87). Nesse contexto em que ascendia a ideia da “Guerra contra a Fome”, tal “Revolução”, segundo Pompeia (2018, p.88), foi um forte elemento legitimador para que o governo dos EUA, presidenciado por Johnson, apoiasse diplomática e financeiramente a construção de plantas de

indústrias de fertilizantes e agrotóxicos em países ditos menos desenvolvidos, ampliando mercados para suas exportações. Dunck (2016, p. 27) pontua que, nesse momento, várias medidas foram introduzidas em larga escala no Brasil e em muitos países do mundo, promovendo o aumento da produtividade agrícola por meio da tecnologia de controle da natureza de base científico-industrial.

A expressão “revolução verde” tem sido usada para definir o conjunto de transformações ocorridas nas técnicas de produção agropecuárias, a partir de 1960. Relacionam-se ao intenso processo de mecanização da agricultura e pecuária, percebido pela intensificação no uso de tratores, fertilizantes químicos, agrotóxicos, uso de sementes selecionadas etc., empregados de forma crescente nos diversos processos de cultivo e de criação de animais. Trata-se da transformação capitalista da agricultura e da pecuária, implementadas sem preocupação com a dinâmica ecológica dos diversos ecossistemas, e constituída com vista a dois objetivos básicos que são o aumento da produção e a maximização dos lucros (ver DUNCK, 2016, p. 27; GOMES, 2005, p. 407). O pacote da “revolução verde” baseia-se em monoculturas geneticamente uniformes (cultivos homogêneos de variedades de laboratório), oposta aos sistemas agrícolas tradicionais extremamente diversos (PEREIRA, 2012, p. 689).

Com impactos em dimensão mundial, o avanço da “Revolução Verde” trouxe questionamentos sobre a possibilidade de o padrão de consumo, produção e crescimento econômico adotados trazerem sérios problemas sociais e ambientais para as futuras gerações. Esse então foi um dos temas abordados, em 1983, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) indicou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento<sup>2</sup> para aprofundar propostas mundiais na área ambiental. Quatro anos depois, em 1987, a comissão apresentou o documento *Nosso Futuro Comum*, mais conhecido como *Relatório Brundtland*<sup>3</sup>. Tal evento, além de alertar o mundo para a necessidade urgente de se mudar o modelo predatório de produção e consumo, para evitar os desastres ambientais, é reconhecido pelo mérito de lançar o conceito de *desenvolvimento sustentável*.

---

<sup>2</sup> Vale mencionar que a conferência de Estocolmo (1972), apesar de ser um marco na integração das questões sociais e ambientais, não traz uma reflexão sobre a questão alimentar. Esta só vem a se consolidar como tema com as reflexões da CMMAD, uma década depois.

<sup>3</sup> Em referência à então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que chefiou a Comissão. Vale mencionar que o economista Ignacy Sachs foi um dos/as protagonistas, desde meados de 1974, do processo de ascensão do conceito de “ecodesenvolvimento”, o qual, pode-se dizer, posteriormente viria a dar lugar para o conceito de “desenvolvimento sustentável” devido ao alcance do trabalho realizado no âmbito do Relatório Brundtland.

O referido relatório apresenta diretrizes sobre temas que seriam “desafios comuns” da população mundial: população e recursos humanos; segurança alimentar; biodiversidade; energia; indústria; meio urbano. Desde aquele momento, portanto, havia a percepção de que a segurança alimentar é importante para a promoção da sustentabilidade, sendo dada ênfase também para a redução da pobreza e da desigualdade social, na medida em que “não faltam recursos para a agricultura, mas políticas que assegurem que o alimento seja produzido não só onde é necessário, mas de modo a garantir a subsistência das populações pobres rurais” (Relatório Brundtland, 1987, p.129).

Em relação à agricultura, aponta-se fatos que demonstram alterações nas estruturas da demanda e da produção de alimentos no mundo e indica-se que houve um aumento generalizado da produtividade acompanhado do surgimento de crises econômico-ecológicas: ao mesmo tempo em que países industrializados encontrando cada vez mais dificuldade para administrar seus excedentes de produção alimentar, a base de subsistência de milhões de produtores pobres nos países em desenvolvimento está se deteriorando e a base de recursos para agricultura sofre pressões em quase todo o mundo. Seriam três os grandes tipos de sistema de produção de alimentos, todos com sinais de crise: 1) “agricultura industrializada” – uso intensivo de capital e de insumos, geralmente em grande escala, ocorre na América do Norte, Europa, Oceania<sup>4</sup>; 2) “agricultura da revolução verde” – áreas uniformes, ricas em recursos, geralmente planas e irrigadas, ocorre na Ásia, América Latina, norte da África; 3) “agricultura pobre em recursos” – depende mais das chuvas ocasionais que da irrigação, ocorre nas regiões em desenvolvimento de difícil cultivo (com terras áridas, montanhosas e florestas que apresentam solos frágeis), presente na África subsaariana, Ásia e América Latina (*ibidem*, p.132-134). No Relatório afirma-se que nessas regiões “a produção *per capita* vem declinando e a fome é um sério problema” (*ibidem*, p. 134).

---

<sup>4</sup> O Relatório aponta que os subsídios diretos e indiretos na América do Norte e Europa estimulam a produção mesmo que não haja demanda, gerando excedentes que trazem danos ao meio ambiente nos países industrializados: queda na qualidade do solo (devido a cultivo intensivo e abuso de fertilizantes e pesticidas), que leva à queda na produtividade; destruição do campo através da remoção de cercas vivas, cinturões verdes; poluição do lençol freático por nitrato (dos fertilizantes). Os excedentes fortemente subsidiados derrubam as cotações dos produtos primários como o açúcar e o arroz no mercado internacional e isso cria problemas para várias economias em desenvolvimento cujas economias baseiam-se na agricultura – desestímulo à produção. Diante dessa realidade, afirma-se que “o ônus financeiro e econômico para os países em desenvolvimento dos subsídios precisa ser reduzido” (Relatório Brundtland, 1987, p. 134-135).

Além disso, o Relatório aponta a situação de abandono do/a pequeno/a produtor/a, pontuando que “as áreas ecologicamente desfavorecidas e as massas rurais que dispõem de pouca terra não se beneficiam até que os governos se mostrem dispostos e capazes de redistribuir terras e recursos” (*idem*, p.136.). É pontuado ainda que existe uma degradação da base de recursos que faz com que se avancem as fronteiras agrícolas, tais como desflorestamento

#### QUADRO 1 – Outras produções relevantes para a discussão

Chama atenção o fato de as problemáticas apresentadas serem ainda tão atuais, apesar de o Relatório, da década de 1980, estabelecer metas e ações para nações de todo o mundo com foco na contenção do avanço das destruições ambientais, do desequilíbrio climático e de outros problemas advindos do modelo econômico vigente. Vale ressaltar que algumas das questões trazidas no Relatório já vinham sendo abordadas anteriormente, em outros contextos. A título de exemplo, vale citar a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, e os livros: (i) *Silent Spring*, de Rachel Carson, publicado em 1962, o qual consiste em rica contribuição para o movimento ambientalista em relação ao uso de agrotóxicos e seus efeitos na natureza e na saúde humana. e divulgação dos impactos dos resíduos de agrotóxicos no meio ambiente e na intoxicação dos seres vivos, inclusive humanos; (ii) *The Entropy Law and the Economic Process*, publicada em 1971, que apresenta uma crítica às premissas da economia neoclássica, a partir da Segunda Lei da Termodinâmica, em que o matemático e economista Nicholas Georgescu-Roegen constitui as bases de uma nova forma de observar e analisar as transformações econômicas; (iii) *The Limits to Growth*, também conhecido como Relatório Meadows, publicado em 1972, produzido por pesquisadores do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusetts) sob a coordenação de Donella Meadows, que simulou as consequências ambientais de se manter o ritmo de crescimento frente a oferta finita de recursos; e (iv) *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*, publicado em 1981, em que Ignacy Sachs defende um ecodesenvolvimento<sup>1</sup> que não se encerre na perspectiva da eficiência econômica, mas que seja também socialmente incluyente e ambientalmente sustentável.

Os debates em torno da sustentabilidade têm assumido outros conceitos importantes para demonstrar a inviabilidade do modelo econômico capitalista e da forma de exploração do planeta que vem sendo empreendida pelos seres humanos. Jackson, por exemplo, em seu livro *Prosperidade sem crescimento – vida boa em um planeta finito*, de 2013, coloca dois caminhos possíveis para a macroeconomia: crescimento sustentável *ou* decrescimento estável (JACKSON, 2013, p.93). Ele propõe caminhos para desacelerar o crescimento, rumo a um mundo não fóssil, por meio de uma economia baseada no uso de menos recursos, focada em serviços/desmaterialização e numa transição de investimentos produtivos para "investimentos ecológicos". Considerando o fato de ser da natureza humana demandar, segundo o autor, tanto novidade/ inovação como tradição/ conservação, o conceito de florescimento – que se dá, por exemplo, através de novas economias com pequenos negócios comunitários e ecológicos – pode contribuir para um desenvolvimento que considere a capacidade humana para além do consumo.

Outro autor que merece destaque é Cavalcanti (2012), o qual propõe o termo “etnoeconomia” para incluir tanto perspectivas econômicas dos povos indígenas e tradicionais como suas percepções acerca de uma ordem superior da realidade, na qual a economia se integra com a natureza, a organização social, a cultura e o mundo sobrenatural (CAVALCANTI, 2012, p. 2). Percebe-se que existe um consenso entre os/as autores/as de que para haver sustentabilidade é necessário modificar o modelo de produção e de relação com o planeta Terra, e assumir que há limites para o crescimento econômico. Além disso, coloca-se como imprescindível que não haja pessoas em situação de pobreza e de fome, dado que o desenvolvimento sustentável está relacionado à garantia de que as gerações futuras tenham qualidade de vida e, nos termos de Sen (2000) continuem o processo de expansão das suas liberdades e capacidades<sup>1</sup>. O crescimento econômico, segundo o autor, seria um meio nesse processo, cujos benefícios deveriam servir à ampliação de das capacidades humanas.

, desertificação, desperdício, poluição da água, alagamento, erosão, acidificação,

salinização e alcalinização do solo. Afirma-se que os fertilizantes e pesticidas aumentam a produtividade, mas causam mortes e extinção de espécies, sendo que outras ficam mais resistentes e daí multiplicam-se a variedade e a gravidade das pragas.

Por fim, merece destaque o fato de o Relatório mencionar o fortalecimento dos grupos vulneráveis, demonstrando “preocupação com o desaparecimento de práticas tradicionais”. Segundo o Relatório, deve-se promover reconhecimento e proteção dos direitos tradicionais à terra e outros recursos nos quais se apoiam seus modos de vida, proteção das instituições locais e dar voz ativa às comunidades. Além disso, propõe medidas positivas para melhorar o bem-estar da comunidade de forma adequada ao estilo de vida do grupo, como o preço justo para a sua produção e os serviços de saúde para complementar e aperfeiçoar as práticas tradicionais (Relatório Brundtland, 1987, p. 126-127).

Atualmente, a promoção do Desenvolvimento Sustentável em nível internacional tem sido construída através dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que preveem ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza; segurança alimentar; agricultura; saúde; educação; igualdade de gênero; redução das desigualdades; energia, água e saneamento; padrões sustentáveis de produção e de consumo; mudança do clima; cidades sustentáveis; proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres; crescimento econômico inclusivo; infraestrutura; industrialização; entre outros. Porém, os ODS apesar significarem avanço na agenda da sustentabilidade, tem sido alvo de críticas na medida em que demonstram pouca efetividade frente aos limites ao crescimento econômico que vem sendo apontados por parte da literatura relacionada ao desenvolvimento sustentável, sobretudo vinculadas à economia ecológica.

O próprio uso do conceito de “Segurança Alimentar e Nutricional”, utilizado de forma crescente tanto pela academia como por organizações nacionais e internacionais, movimentos sociais e empresas, é passível de crítica na medida em que pode levar a uma eufemização da situação de fome a qual acomete parte significativa da população mundial. Ribeiro Júnior (2016), citando Marx e Engels (2001), chama atenção para o fato de que a formulação e consolidação desse conceito “foi e continua sendo ideológica”, representando, nesse sentido, uma inversão que “oculta uma realidade contraditória, obscurece as contradições que caracterizam uma sociedade de classes – e por essa razão serve aos interesses da classe dominante” (RIBEIRO

JÚNIOR, 2016, p. 18). Entende-se que a Segurança Alimentar seria “uma interpretação distorcida do direito à alimentação e da forma como ele deveria ser garantido, com a intenção de abrir o caminho e justificar o monopólio internacional da produção e distribuição de alimentos” (HOYOS e AGOSTINI, 2017, p. 181)<sup>5</sup>.

Observa-se que a atuação de organismos internacionais como a FAO em certa medida não questiona os mecanismos responsáveis pela existência de pessoas passando fome apesar da quantidade suficiente de alimentos produzida no mundo e “enquadra problemas e conflitos de maneiras aparentemente neutra, criando uma ficção de coerência e harmonia” (MÜLLER, 2013, p. 2 – tradução livre). Dessa forma, não questiona “as relações sociais historicamente responsáveis pela miséria e pela fome” (RIBEIRO JÚNIOR, 2016, p. 56). Desse modo, denominar o problema – a fome – é entendido como condição primordial se o objetivo de fato é erradicá-la. Não poderia deixar de mencionar que no ODS 2 – Fome Zero e Agricultura Sustentável isso é feito, numa associação explícita entre a erradicação da fome e a produção agrícola sustentável.

### 1.1.2 A fome na Ecologia Política

A abordagem da ecologia política propõe uma nova lente para a análise na medida em que evidencia as relações de influência, poder e dominação que permeiam as questões socioambientais. Ela inclui questões ecológicas no entendimento das dinâmicas econômicas e de poder das sociedades modernas. Consiste em uma abordagem de estudo que promove a reflexão sobre as associações entre a sociedade – considerando sua diversidade - e o meio ambiente – considerando as diferentes condições biológicas, físicas e químicas que cercam os seres vivos, influenciando-os e sendo influenciado por eles. Esse campo de estudo, segundo Leff (2015),

É o estudo das relações de poder e do conflito político sobre a distribuição ecológica e as lutas sociais pela apropriação da natureza; é o campo de controvérsias sobre as formas de compreender as relações entre a humanidade e a natureza, a história da exploração da natureza e da submissão das culturas, de sua sujeição ao capitalismo e à racionalidade do sistema-mundo global; das estratégias de poder na geopolítica do

---

<sup>55</sup> Sobre esse tema, importante mencionar o papel dos movimentos sociais, sobretudo da Via Campesina Internacional através da Declaração do Fórum para a Soberania Alimentar (1996), em apontar o sistema econômico capitalista, com suas atuais características, o responsável pelos problemas da fome, da insegurança alimentar e da pobreza no mundo, destacando o papel determinante das políticas do BM e do FMI no aumento da insegurança alimentar e o enfraquecimento da pequena agricultura familiar e da autonomia dos governos nacionais para a produção e distribuição interna de alimentos, fortalecendo a dependência alimentar internacional (HOYOS e AGOSTINI, 2017, p. 183).

desenvolvimento sustentável e para a construção de uma racionalidade ambiental. (LEFF, 2015, p.33)

A ecologia política tem seus primeiros estudos elaborados no Norte global dedicados a compreender ambientes agrários do Sul, práticas tradicionais, resistência e ativismo na reconstrução de seus territórios (LEFF, 2015). Já em sua produção latino-americana, o campo de estudo da ecologia política assume características próprias, diferenciadas das outras correntes internacionais (principalmente anglofônica e francesa). A literatura tem caracterizado a ecologia política da América Latina como “enraizada” devido ao “lugar de fala” de seus/suas autores/as, marcado pela presença de atores subalternizados, pela situação persistente de colonialidade e pela exploração dos recursos naturais para exportação (ALIMONDA, 2006; 2015; LEFF, 2015).

Tais apontamentos dialogam com o que Boaventura de Souza Santos tem denominado de Epistemologias do Sul:

Uma proposta de expansão da imaginação política para lá da exaustão intelectual e política do Norte global, traduzida na incapacidade de enfrentar os desafios deste século, que ampliam as possibilidades de repensar o mundo a partir de saberes e práticas do Sul Global e desenham novos mapas onde cabe o que foi excluído por uma história de epistemicídio. (SANTOS, ARAÚJO e BAUMGARTEN, 2016, p.15).

Dialoga também com Martínez-Alier (1992), economista ecológico com reconhecida contribuição para a ecologia política ao propor o conceito de “ecologismos dos pobres”. O autor, embasado em autores já citados aqui como Georgescu-Roegen e Tim Jackson (ver Quadro 1), defende o decrescimento no Norte, ou prosperidade sem crescimento no Norte<sup>6</sup>, e busca evidenciar o papel das populações tradicionais, por exemplo as que historicamente ocupam as florestas brasileiras, seringueiros, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e camponeses na conservação dos recursos naturais e o papel dos movimentos populares no combate às injustiças ambientais. Escobar (2005, p. 34), afirma que “muitas comunidades rurais no terceiro mundo “constroem” a natureza de modo radicalmente distinto das formas modernas; elas significam e usam seus meios naturais em modos muito particulares”. Diante disso, o autor propõe uma ecologia política antropológica que reconheça plenamente a construtividade da natureza, cuja constituição traz imbricados o biológico e o cultural em bases construtivistas, dado que as ciências naturais, como toda ciência e toda atividade humana, não são ahistóricas e não-ideológicas (*ibidem*, p. 22). O processo de colonização e de modernização,

---

<sup>6</sup> Ver, por exemplo, Martínez-Alier e Milanez, 2016.

ocorrido no Brasil em particular e na América Latina de maneira geral, foi marcado pelo contato entre diferentes culturas e por relações de poder que implicaram em violência física e simbólica em termos socioeconômicos, políticos e de conhecimentos, o que acarretou o epistemicídio de saberes e práticas indígenas e afrodescendentes (ARAÚJO e NAZARENO, 2013).

A partir da abordagem da ecologia política, o fenômeno social da fome e da desigualdade social, nos termos do que coloca Josué de Castro<sup>7</sup> em sua obra *Geografia da fome*, datada de 1946, está “diretamente relacionado ao contexto de uma nação terceiro-mundista, de um capitalismo atrasado e periférico, ligado à formação de um país escravocrata e agroexportador como o Brasil” (NASCIMENTO, 2022, p.42). Castro (1946), ao classificar áreas alimentares no Brasil de fome *endêmica*, *fome epidêmica* e *subnutrição*, apresenta o primeiro mapa da fome do país. Esse reconhecido feito tem o mérito de evidenciar a ocorrência da fome endêmica, estrutural, em que pelo menos metade da população apresenta nítidas manifestações de carências nutricionais permanentes em algumas áreas do Brasil. As regiões com presença da fome à época, segundo o autor, eram a Amazônia, o Nordeste Açucareiro e o Sertão Nordestino.

Promotora de desigualdades sociais e fruto da colonização, a colonialidade opera através da matriz colonial de poder<sup>8</sup>, a qual é constituída, gerenciada e transformada desde sua fundação histórica no século XVI até o presente, através da retórica discursiva da modernidade, marcada por crimes históricos justificados por narrativas como “salvação, progresso, desenvolvimento” - as “ficções da modernidade” (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2018). Além de a colonialidade operar nas relações internacionais, entre países, ela exerce influência internamente a cada país (MIGNOLO, 2018; HAESBAERTH, 2021). A colonialidade interna<sup>9</sup> consiste em uma perspectiva

---

<sup>7</sup> Autores como Leff (2015), Ferreti (2019) e Haesbaerth (2021) apontam elementos precursores da ecologia política e dos estudos decoloniais na obra de Eduardo Galeano e de geógrafos como Josué de Castro e Manuel Correia de Andrade, demonstrando uma “uma consciência precoce de conceitos como diferença colonial, colonialismo interno e colonialidade de poder, que foram descobertos apenas em anos relativamente recentes em estudos internacionais” (FERRETI, 2019, p. 38 - tradução livre do original em inglês). Assim como propõe Ratts (2021, p.18), podemos adicionar a esta lista brasileiros/as como Beatriz Nascimento, Clóvis Moura, Abdias do Nascimento e Lélia Gonzales, entre outros, os/as quais são também referências para a presente pesquisa.

<sup>8</sup> Segundo Mignolo (2017), na formulação original de Quijano, a matriz colonial de poder foi descrita com “quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, e do conhecimento e da subjetividade. Os eventos se desdobraram em duas direções paralelas. Uma foi a luta entre Estados imperiais europeus, e a outra foi entre esses Estados e os seus sujeitos coloniais africanos e indígenas, que foram escravizados e explorados.”

<sup>9</sup> O conceito será abordado em maior profundidade no capítulo 3 do presente trabalho.

importante para entender a persistência da fome e da pobreza no Brasil e sua prevalência considerando marcadores de raça/etnia e sexo/gênero<sup>10</sup>, na medida em que contribui para análise de como as estruturas do Estado brasileiro, capitalista, podem apresentar mecanismos marcados pela colonialidade. Frente à colonialidade, Mignolo (2017) afirma que

O pensamento e a ação descoloniais focam na enunciação, se engajando na desobediência epistêmica e se desvinculando da matriz colonial para possibilitar opções descoloniais – uma visão da vida e da sociedade que requer sujeitos descoloniais, conhecimentos descoloniais e instituições descoloniais. (MIGNOLO, 2017, p.6)

Além disso, tem ganhado espaço na ecologia política a crítica ao Antropoceno (ver, por exemplo, HARAWAY, 2016; TSING, 2005, 2015, 2017; LEFF, 2021; FERDINAND, 2022). Através de conceitos como “Capitaloceno”, “Plantationoceno” e “Negroceno” busca-se desconstruir a ideia de que todos os seres e grupos sociais tem o mesmo grau de responsabilidade na produção do « Antropoceno ». Com base nos princípios da justiça ambiental, as autoras lançam luz para as relações estabelecidas entre espécies, para a complexidade dos processos globais em que há práticas predatórias, para o empoderamento local e as lutas por justiça social (TSING, 2005, p.6). Quando falamos da complexidade dos processos predatórios, vale fazer referência ao caso do avanço da modernização da agricultura mundial; e ao mencionar empoderamento local e as lutas por justiça social, nos importa citar a (r)existência das comunidades quilombolas brasileiras. Concordo com Ferdinand (2022) quando ele afirma que o termo Plantationoceno, proposto por Tsing *et al* (2015) e Haraway (2016) “é o mais capaz de traduzir o desenvolvimento do habitar colonial da Terra”, restabelecendo “uma historicidade às mudanças ambientais globais sem apagar os fundamentos coloniais e escravagistas da globalização” (FERDINAND, 2022, p.66). Evidenciando as situações coloniais contemporâneas tanto nos países do Norte como nos países do Sul, o autor afirma que “as *plantations* de hoje não são mais aquelas do século XII (*ibidem*, p. 68): a utilização de produtos químicos tóxicos na agricultura industrial é um dos exemplos da condição tóxica do Plantationoceno, a qual tanto é gerada como gera consequências de maneira desigual entre os humanos e entre estes e os não-humanos (*ibidem*, p. 129-130).

Estes estudos visibilizam as relações de poder e as desigualdades econômicas, ambientais e sociais que tornaram os modos de estar no mundo mais precário para

---

<sup>10</sup> O tema será abordado em maior profundidade no próximo subitem.

alguns seres humanos e não humanos do que para outros, e, além disso, apresentam ferramentas analíticas importantes para entender as interações entre humanos e entre estes e não-humanos. Um exemplo é o entendimento do quilombo como uma forma de recusa ao habitar colonial da Terra e de fuga ao Plantationoceno em favor da pluralidade e da sociobiodiversidade – proposto por Ferdinand (2022); e o conceito de “fricção” ou “atrito” de Tsing (2005) advindo da diversidade cultural – trata-se de um atrito criativo a partir das conexões globais e, como imagem metafórica, a fricção nos lembra que encontros heterogêneos e desiguais podem levar a novos arranjos de cultura e poder (TSING, 2005, p.6).

Ao lado da urgência ambiental de uma limitação do aquecimento global e do fim das destruições dos ecossistemas da Terra, Ferdinand (2022) coloca como “urgências iguais” (i) a redistribuição mundial das riquezas e justiça social acompanhada; (ii) a tarefa decolonial de reconhecer um lugar digno no mundo para os povos originários, para os ex-colonizados e para as pessoas racializadas; e (iii) a consideração social e política das mulheres (FERDINAND, 2022, p. 267). A perspectiva decolonial - ou a decolonialidade – desfaz, desobedece e se desvincula da matriz colonial de poder, construindo caminhos e práxis para um outro modo de pensar, sentir, acreditar, fazer e viver (MIGNOLO e WALSH, 2018). Nos provoca a construir reflexões que considerem a operacionalidade da matriz colonial de poder como fator crucial para entender os mecanismos que levam à manutenção das desigualdades socioeconômicas, os quais se dão desde à esfera global até a esfera local.

## **1.2 Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**

O Brasil é marcado pela desigualdade social, fruto de um histórico colonial, escravagista e patriarcal e de uma ordem institucional daí derivada que privilegiou a concentração de recursos e oportunidades<sup>11</sup>. Este fato vem sendo objeto de estudo e de reflexão de grandes referências dentro e fora do Brasil, como Nascimento (1978) Gonzalez (1979, 1984), Moura (1988); Segato (2012; 2014); Quijano (2000, 2007), Carneiro (2011); Pires e Lotta (2019); Theodoro (2022); entre outros/as. Entre as consequências desse histórico de desigualdade e de racismo estrutural, institucional e

---

<sup>11</sup> Guia INCLUA - Avaliação de Riscos de Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2022. Disponível em <https://inclua.ipea.gov.br/arquivos/guias/9587-guia-inclua-vf-28mar22.pdf>. Acesso em 04 de outubro de 2022.

ambiental (ver, por exemplo, ALMEIDA, 2021; GELEDÉS, 2013; BULLARD, 1993) estão os altos índices de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional. Dados da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar da Pesquisas de Orçamentos Familiares de 2017/18 (IBGE) apontam a fome como problema estrutural no país e pontuam dificuldades para o alcance do acesso pleno à alimentação adequada pela população brasileira. Segundo a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, “a fome persiste principalmente em grupos de populações tradicionais e específicas<sup>12</sup>, o que demanda do Estado brasileiro ações e estratégias mais focalizadas e específicas nos territórios mais vulneráveis”<sup>13</sup>, especialmente indígenas e quilombolas.

O trabalho de Josué de Castro inicia o debate sobre Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil. É ele que, através do livro *Geografia da fome* (1946), dá à fome um estatuto político e a aborda como um problema social e relevante para a sociedade brasileira. Este primeiro mapa da fome no Brasil contabilizou à época 32 milhões de brasileiros/as que diariamente se confrontavam com a fome, sendo que a população do país nesse período era de um pouco mais de 40 milhões de habitantes.

O Brasil tem longa experiência na implementação de programas sociais voltados para a questão alimentar e nutricional, todavia percebe-se a descontinuidade e desarticulação entre os diversos programas e ações relacionados ao tema no país (CUSTÓDIO, 2009, p.18). É possível localizar iniciativas desde a década de 1950, como o Serviço de Abastecimento da Previdência Social e o início da construção do que viria se tornar o Programa Nacional de Alimentação Escolar. Custódio (2009, p. 19) conta que em meio a uma crise mundial de subnutrição foi criado no Brasil o Instituto de Alimentação e Nutrição (INAN), em 1972, com a incumbência de elaborar uma Política Nacional capaz de combater os problemas nutricionais do país. Em 1973, então, foi instituído o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição<sup>14</sup> com metas para o período de 1976-1979. O INAN foi extinto em 1997 e, em 1999, integrando a Política Nacional de Saúde, foi aprovada a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, evidenciando “os esforços do Estado Brasileiro que, por meio de um conjunto de

---

<sup>12</sup> Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTEs) são identificados no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal como grupos populacionais com características socioculturais ou em situações específicas de vida. A identificação de famílias dos GPTEs é autodeclaratória.

<sup>13</sup> Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional/CAISAN, 2018.

<sup>14</sup> Decreto Nº 72.034, de 30 de março de 1973.

políticas públicas, propõe respeitar, proteger, promover e prover os direitos humanos à saúde e à alimentação”<sup>15</sup>.

Seguindo a construção histórica relacionada ao tema da alimentação e da SAN, Custódio (2009, p. 19) afirma que em meados da década de 1980 o então Ministério da Agricultura propôs uma Política Nacional de Segurança Alimentar com ênfase na autossuficiência na produção de alimentos e a criação de um Conselho também com essa temática. Em 1986 houve a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição e a década seguinte, marcada pela retomada da democracia no país, foi elaborado “Mapa da fome” (PELIANO, 1993), que mensurou o número de pessoas sem renda para adquirir alimentos no Brasil; a apresentação de um Plano de Combate à Fome e à Miséria; e a criação, em 1993, do Conselho Nacional de Segurança Alimentar – CONSEA através do Decreto nº 807/1993 (CUSTÓDIO, 2009, p. 20).

A década de 1990 também foi marcada pela construção da segurança alimentar como direito fundamental. Foi realizada a *Campanha da Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida*, liderada pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho, dando visibilidade para a questão da fome e da desigualdade no Brasil. Com o lema: “A fome não pode esperar”, essa mobilização impulsiona o governo federal a reconhecer as relações entre a miséria, a fome, a violência e a falta de cidadania. Em 1994, foi realizada a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional com o tema: “Fome, a questão Nacional”. No ano seguinte, o CONSEA foi extinto através de Decreto 1.336/1995, o qual criou o Programa Comunidade Solidária, que tinha por objeto “coordenar ações governamentais voltadas para o atendimento da parcela da população que não dispõe de meios para prover suas necessidades básicas e, em especial, o combate à fome e à pobreza”. Outro acontecimento que merece menção é a participação do Brasil na Cúpula Mundial da Alimentação, em Roma, onde firmou, junto a diversos países, o compromisso de reduzir pela metade o número de pessoas famintas até o ano de 2015.

O lançamento do Programa Fome Zero, em janeiro 2003, “representou a inédita conformação de uma proposta envolvendo os três níveis de governo,

---

<sup>15</sup> Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em [https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_alimentacao\\_nutricao.pdf](https://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf). Acesso em novembro de 2022.

participação social e adequada combinação de ações estruturais, específicas e locais, pensadas para atuar de forma simultânea” (GUIMARÃES, 2020, p. 80), sob responsabilidade do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome (MESA), transformado posteriormente em Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Neste ano foi criado o Programa Bolsa Família (Lei 10.836/2004), de transferência condicionada de renda para famílias em situação de pobreza, e foi restituído o CONSEA através do Decreto 4.582/2003.

Em 2004, foi realizada a “2ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: equidade de gênero e étnica”, evidenciando a busca reconhecimento da diversidade e a valorização das culturas alimentares, promoção da agricultura familiar baseada na agroecologia, uso sustentável dos recursos naturais, proteção ao meio ambiente e reconhecimento da água como alimento essencial e patrimônio público. Em 2006, como resultado das mobilizações e debates, é aprovada a Lei 11.346/2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional - LOSAN), que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada. A 3ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional: Por um Desenvolvimento Sustentável com Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional foi realizada em 2007. Nessa Conferência foi explicitado que a perspectiva da sustentabilidade é importante para a promoção da SAN no país, além de ter sido agenciado o conceito de Soberania Alimentar e Nutricional. Para presente pesquisa é valoroso o conceito de Soberania Alimentar, o qual compreende o direito que cada nação tem de definir políticas que garantam a Segurança Alimentar e Nutricional de seus povos, conferindo aos países a primazia de suas decisões sobre a produção e o consumo de alimentos e incluindo o direito à preservação de práticas alimentares tradicionais de cada cultura<sup>16</sup>.

---

<sup>16</sup> Sobre esse tema, Zanotto (2017, p. 51) pontua que o movimento em torno da soberania alimentar defende a autonomia e liberdade dos povos e passa pela saúde humana e da natureza, sendo que ser soberano significa “produzir, comercializar localmente, vinculado à cultura, ao modo de vida de cada povo, afastando a dependência dos grandes mercados que veem os alimentos, na água, na natureza como mercadorias”. O conceito de “Soberania Alimentar” foi definido em 2001, no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar realizado em Cuba, com grande influência do movimento Via Campesina Internacional, que já o havia definido desde 1996 como “el derecho de cada nación para mantener y desarrollar su propia capacidad para producir los alimentos básicos de los pueblos, respetando la diversidad productiva y cultural. Tenemos el derecho a producir nuestros propios alimentos en nuestro propio territorio de manera autónoma. La soberanía alimentaria es una precondition para la seguridad alimentaria genuína (s.p.).

A Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN), prevista na LOSAN, foi instituída pelo Decreto no 7.272/2010, o qual estabeleceu parâmetros para a elaboração dos Planos Nacionais de SAN. O I PLANSAN (2012-2015) foi criado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (CAISAN) com a finalidade de consolidar os programas e as ações relacionadas às diretrizes da Política Nacional. Em 2011, ocorreu a 4ª Conferência, “Alimentação Adequada e Saudável: Direito de Todos” e em 2015 a 5ª Conferência, “Comida de verdade no campo e na cidade: por direitos e soberania alimentar”. Houve ainda o 5º Encontro Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional +2, e, 2018, para realizar um balanço das propostas da 5ª Conferência Nacional de SAN e analisar a execução do II PLANSAN (2016-2019).

Apesar do atendimento focalizado para a população em vulnerabilidade por parte das políticas sociais brasileiras num período relativamente recente e ainda que em 2014 o país tenha saído do Mapa da Fome da FAO, observa-se que permaneceram à época, a pobreza e a insegurança alimentar e nutricional (INSAN) para parte da sociedade. Historicamente a concentração de INSAN está entre as pessoas negras e entre as mulheres – além de seu maior peso relativo na população rural e nas regiões Nordeste e Norte do país. Tal situação coloca em evidência as desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero e as condições vulneráveis de vida de grande parte da população brasileira, especialmente a população negra, mulheres, crianças e idosos, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais, trabalhadores(as) informais, pessoa com deficiência, etc. O Estudo Técnico da CAISAN de 2018, realizado com dados de 2016, apontou que

Apesar dos avanços repercutidos nos indicadores nacionais e internacionais, os grandes desafios que se colocam para a agenda de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) requerem um esforço permanente de análise diagnóstica das condições de SAN de populações específicas e povos e comunidades tradicionais (PCTs)<sup>17</sup>, que ainda sofrem com a insegurança alimentar e nutricional (INSAN), para além dos indicadores convencionais, que não conseguem captar as diferentes especificidades e a grande diversidade distribuídas pelos territórios.

Em 2019, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) foi extinto, o que gerou bastante crítica sobretudo por parte da sociedade civil organizada atuante na agenda de combate à fome e promoção do Direito Humano à

---

<sup>17</sup> O Decreto nº 6.040/2007 define PCTs como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”.

Alimentação Adequada no país. Encerrada a vigência do II PLANSAN, não houve formulação de um novo Plano para guiar a ação governamental em relação à temática e, além disso, a extinção do CONSEA inviabilizou a realização da 6ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Organizações da sociedade civil buscaram articular a realização da 1ª Conferência Popular por Direitos, Democracia, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional em agosto de 2020, que foi comprometida por conta da pandemia de COVID-19.

Parte desses processos eu acompanhei de perto, participando na condição de servidora do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome na Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SESAN/MDS). Desde agosto de 2013 venho atuando no Departamento de Inclusão Social e Produtiva Rural, na maior parte do tempo na Coordenação responsável pela execução do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Fomento Rural), o programa objeto da presente pesquisa. Estive durante dois anos (2017-2019) na extinta Coordenação-Geral de Povos e Comunidades Tradicionais, desempenhando ações de SAN e de inclusão produtiva para este público no âmbito da Secretaria.

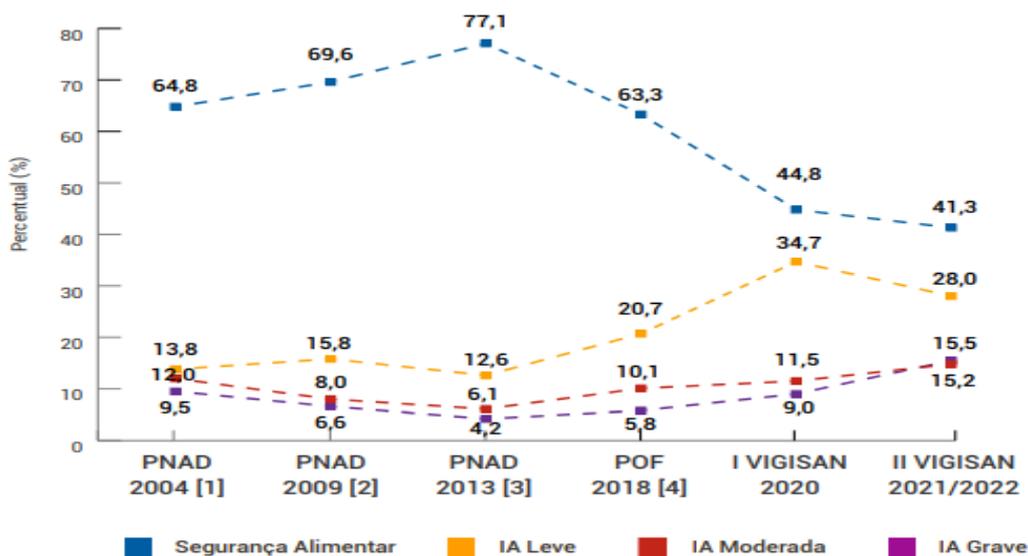
A extinção do CONSEA e de outros espaços de participação social e de interlocução entre a sociedade e a Administração Pública, por meio do Decreto 9.759/2019, consistiu em ameaça à Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, conquistada após anos de luta e movimentações pela democratização (TORRES, COELHO e COSTA, 2020), dado que a democracia pressupõe a cidadania e a participação da sociedade, em sua diversidade, nos processos de decisão do Estado. As ameaças à democracia brasileira têm sido apontadas desde o processo de desestabilização do governo Dilma no início de seu segundo mandato, o qual culminou na sua destituição do cargo em maio/2016 e na aprovação da Proposta de Emenda Constitucional 95 pelo Congresso Nacional em dezembro/2016, que congelou por vinte anos os gastos públicos (MALUF, 2021; GERALDES *et al*, 2016; MATTOS BESSONE e MAMIGONIAN, 2016). Maluf (2021, p. 147) pontua que, desde 2016, observa-se acelerado desmonte das políticas, enxugamento de projetos sociais e redução sucessiva do reajuste do salário-mínimo, o qual chegou em 2021 ao menor poder de compra em 15 anos segundo o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE, de modo que

Assistimos a um empobrecimento generalizado da população brasileira e ao aumento da desigualdade social, o Brasil voltando para o mapa da fome da ONU,

sendo que quem compõe essa vasta população empobrecida são majoritariamente mulheres, sobretudo mulheres negras. Esse processo aprofunda-se com a eleição de Bolsonaro, que em seu governo promoveu ainda mais perdas sociais, de direitos, além de uma sistemática política de ataque aos direitos das mulheres, da população negra, de pessoas LGBTQIA+, de indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência. (MALUF, 2021, p. 146-147)

O 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil mostra que o país vem retrocedendo no que diz respeito à segurança alimentar e nutricional. De acordo com os dados, são 33,1 milhões de pessoas que passam fome, mesmo patamar de 30 anos atrás. O gráfico abaixo, retirado deste estudo, apresenta o histórico da segurança alimentar no país. Considerando os diferentes graus de insegurança alimentar, em números absolutos, são 125,2 milhões de brasileiros, um aumento de 7,2% desde 2020.

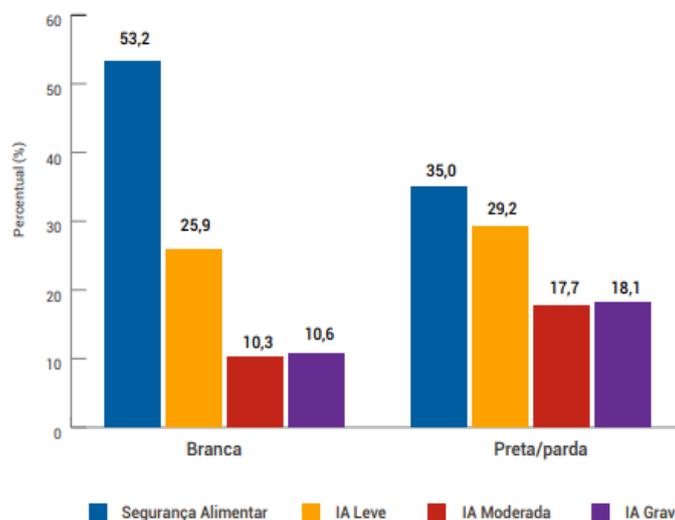
**Tendência da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil, 2004 a 2022. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.**



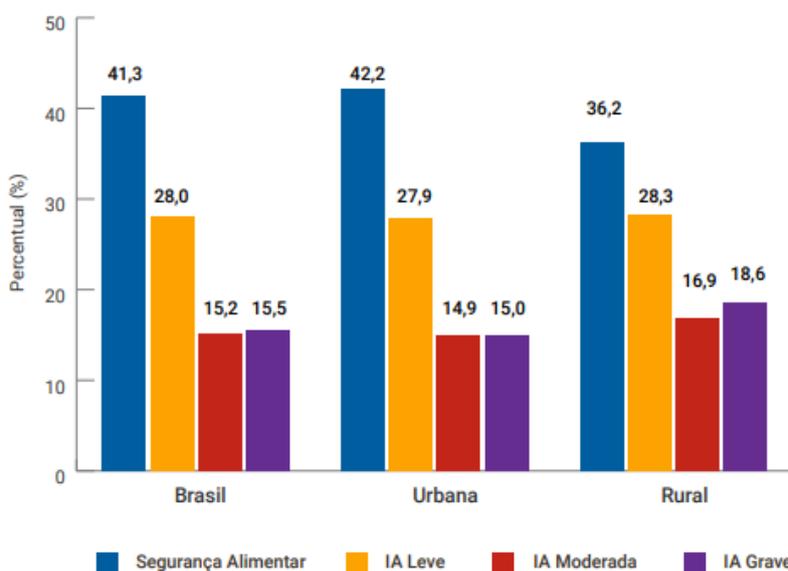
\* Fonte: Dados reanalisados para a escala de oito itens, a partir das pesquisas: [1] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003-2004 (IBGE); [2] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2008-2009 (IBGE); [3] Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2013-2014 (IBGE); [4] Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 (IBGE).

Os gráficos abaixo (também retirados do referido estudo), por sua vez, apresentam a concentração da INSAN entre pessoas negras e no meio rural.

**Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA), segundo a raça/cor da pele autorreferida, Brasil. II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.**



**Distribuição percentual da Segurança Alimentar e dos níveis de Insegurança Alimentar (IA) no Brasil e na localização dos domicílios (urbana e rural). II VIGISAN - SA/IA e Covid-19, Brasil, 2021/2022.**



Em publicação de 2022 intitulada “Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro”, apresenta-se extensa reflexão sobre a volta do Brasil ao enfrentamento das formas mais graves de insegurança alimentar. A publicação aponta que, segundo o recente inquérito da Rede PENSSAN (2022),

o retrato da fome hoje é composto principalmente por gente do sexo feminino, moradora da periferia ou do meio rural, com baixa escolaridade ou analfabeta, pobre, negra, quilombola, indígena. A fome tem gênero, cor, endereço e grau de escolaridade. A fome, portanto, tem cara: essa é a representação de que falava Josué

de Castro; essas são as pessoas a quem ele dedicou a vida e as quais pôs no centro da responsabilidade social do mundo. (NASCIMENTO, 2022, p. 50-51)

Constata-se que apesar de a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional terem avançado consideravelmente, com conquistas importantes implementadas nas últimas duas décadas, esta deixou de ser prioridade durante os últimos anos e foi alvo de redução de orçamento<sup>18</sup>. Segundo Bernardes *et al* (2021, p. 3), “desde 2016 e com especial aprofundamento a partir de 2018, vêm-se observando o enfraquecimento e o desmonte das políticas públicas de garantia de direitos e fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis”. Existe a previsão “de que a pobreza e a fome voltem a ser uma realidade em muitos países, pois a carestia já chegou aos lares dos mais vulneráveis” (SCHNEIDER e COELHO DE SOUZA, 2020, p. 14) e, por isso, este consiste em tema fundamental na atualidade para a sociedade brasileira. A presente pesquisa pretende analisar este dado, a partir da análise da implementação para quilombolas de um programa social criado no âmbito da Política de SAN, de caráter intersetorial. Em relação ao público dos Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), há outras políticas que se mostram importantes, além da PNSAN e da PNATER, como a Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e demais ações do Estado junto a esse público voltadas para saúde, educação, gestão ambiental e territorial, entre outras. Importante também levar em conta a existência e atuação da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), a qual consiste em

organização de âmbito nacional, sem fins lucrativos, que representa a maioria dos quilombolas do Brasil. O objetivo da Conaq é lutar pela garantia de uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável e de políticas públicas, levando em consideração a organização das comunidades quilombolas, por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos, pelo protagonismo e pela autonomia das mulheres quilombolas e pessoas LGBTQIA+, pela permanência do jovem no quilombo e, acima de tudo, pelo uso comum do território, dos recursos naturais, do meio ambiente, em respeito aos direitos humanos, no enfrentamento ao racismo, ao machismo e a todo tipo de violação. (DEALDINA, 2022, p. 211).

O Estado consiste em um conjunto de instituições em disputa, o qual materializa-se na atuação política de pessoas com diferentes graus de poder, perspectivas e posicionamentos diante do seu papel de garantir direitos e deveres da população. O Estado brasileiro, em toda a sua história, foi dominado por uma elite econômica. É importante considerar que mesmo em anos de reconhecida atuação

---

<sup>18</sup>Ver, por exemplo: <https://ojoioetrigo.com.br/2022/03/como-a-reducao-historica-de-recursos-destinados-a-seguranca-alimentar-afeta-a-populacao-brasileira/>;

progressista e de promoção de direitos e redução da fome, existem processos complexos, marcados por conflitos, disputas e contradições. Exemplo disso é o fato de, historicamente, o Estado Brasileiro investir na expansão do setor agrícola em benefício da demanda externa por itens do setor primário, implementando uma modernização conservadora do setor a qual impacta negativamente a vida de povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares - principalmente por conta de conflitos territoriais e por conta dos efeitos nocivos à vida decorrentes do uso de agrotóxicos, ao mesmo tempo em que cria e implementa (ainda que com limitações) políticas favoráveis a esses povos como a demarcação e a titulação de seus territórios. Apenas em 1988, foi estabelecido o direito à titulação para as comunidades quilombolas e, conforme pontuado por Gonzaga (2017, p. 6), o atual modelo de desenvolvimento que vem sendo implementado no Brasil, com foco nos cultivos de monoculturas como soja e eucalipto somado à pecuária em larga escala, às grandes obras e projetos de infraestrutura e às frentes do neoextrativismo predatório, incide sobre territórios gerando impactos socioambientais aos quilombolas, as quais muitas das vezes não possuem sequer seus direitos básicos assegurados.

A figura a seguir (Figura 1) apresenta alguns dos principais eventos relacionados à agenda de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil.

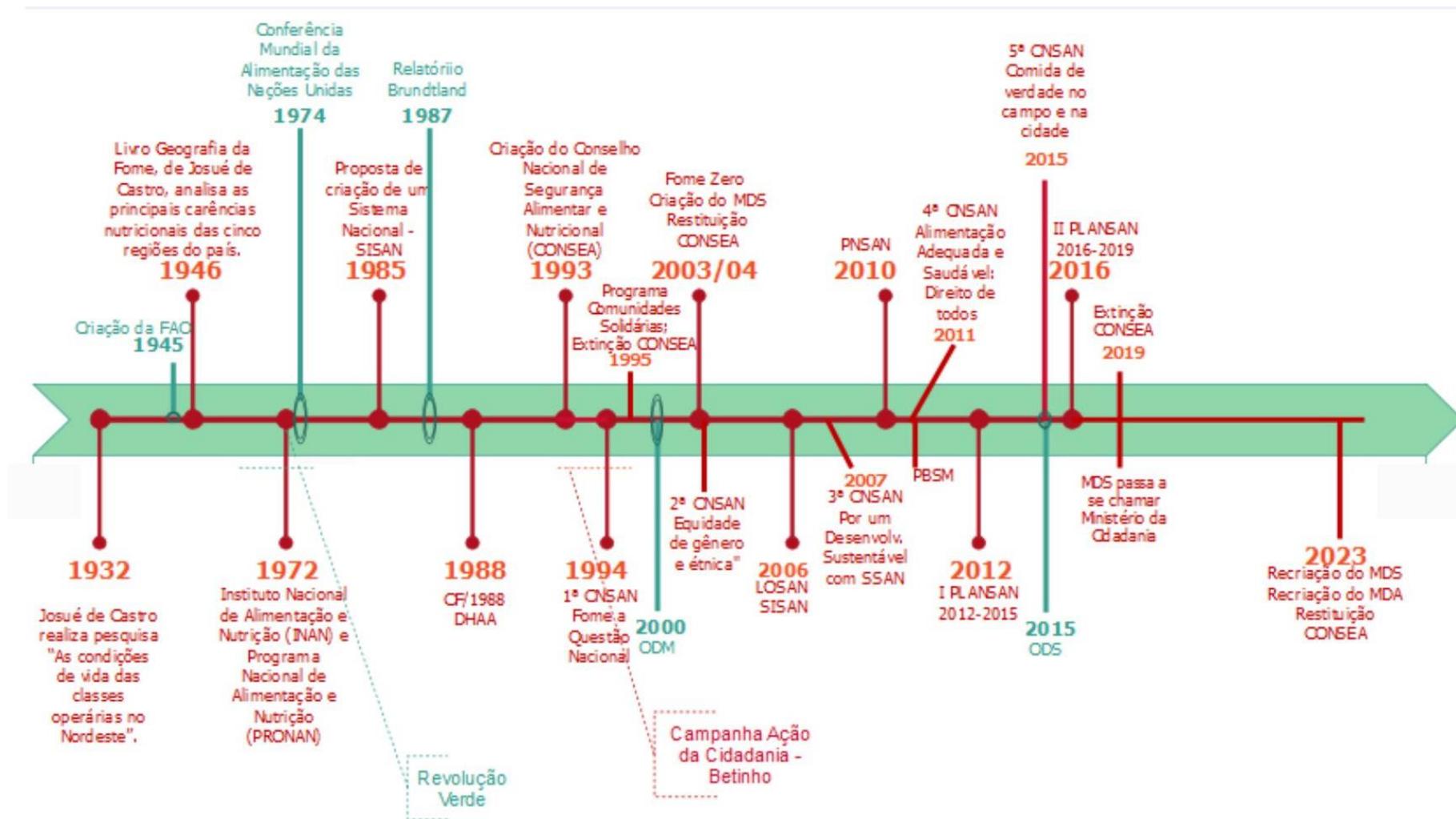


Figura 1 - Linha do Tempo - Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

### 1.3 O estudo de caso: Programa Fomento Rural junto a Quilombolas em Goiás

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Programa Fomento Rural)<sup>19</sup> foi criado em 2011 no âmbito da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e como componente do Plano Brasil Sem Miséria<sup>20</sup>. Diante dos dados do Censo Demográfico de 2010 o qual indicou que 16,3 milhões de pessoas no país ainda viviam abaixo da linha da extrema pobreza, sendo que, no meio rural, especialmente, encontravam-se quase metade das famílias na condição de extrema pobreza (SCHRÖDER e CAMBOIM, 2015), o Programa consistiu em estratégia para gerar inclusão produtiva e segurança alimentar e nutricional através da oferta de acompanhamento social e produtivo e de transferência de recursos financeiros não-reembolsáveis para agricultores/as familiares, inclusive aqueles pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em situação de pobreza extrema.

O desenho do Programa Fomento Rural é similar ao de políticas internacionais de enfrentamento da pobreza, sob a denominação *graduation approach* (“modelo de graduação”), inicialmente desenvolvido pela organização não-governamental Bangladesh Rural Advancement Committee (BRAC). Esse tipo de programa oferece a famílias em situação de vulnerabilidade social uma transferência de ativos, apoio ao consumo e treinamento na esperança de desbloquear a denominada “armadilha da pobreza” (BANERJEE, DUFLO e SHARMA, 2020). A “armadilha da pobreza” significa que famílias pobres permanecem pobres principalmente por terem iniciado sua trajetória nessa condição e, nesse sentido, uma concessão de capital teria potencial de torná-las significativamente menos pobres (através de um “grande empurrão”, ou “*big push*”), desencadeando dessa forma um ciclo virtuoso que as tira da pobreza (BALBONI *et al*, 2021; BANERJEE & DUFLO, 2021). Campos (2021, p. 10) aponta que o modelo de graduação tem sido testado e replicado em uma grande variedade de contextos, incluindo a América Latina, e sua efetividade tem sido demonstrada por pesquisas robustas em diferentes contextos e sob diferentes desenhos<sup>21</sup>.

O Programa Fomento Rural tem como objetivos: (i) a estruturação das atividades produtivas com vistas à inclusão produtiva e à promoção da segurança alimentar e nutricional; (ii) a contribuição para o incremento da renda e do patrimônio, a partir da geração de excedentes nas atividades produtivas apoiadas; (iii) o estímulo às

---

<sup>19</sup> Criado pela Lei 12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto 9.221/2017.

<sup>20</sup> Instituído pelo Decreto nº 7.492/2011.

<sup>21</sup> Por exemplo, Banerjee, Duflo, Goldberg, Karlan, Osei, Pariente, *et al*, 2015; Sulaiman, Goldberg, Karlan e Montesquiou, 2016; Montesquiou e Hashemi, 2017; Banerjee, Duflo e Sharma, 2021.

atividades produtivas sustentáveis e agroecológicas; (iv) a promoção, em articulação com os órgãos e as entidades, públicas ou privadas, de ações complementares para o fortalecimento da autonomia dos beneficiários, especialmente o acompanhamento técnico e social; o acesso aos mercados; e a disponibilização de infraestrutura hídrica direcionada à produção; (v) o estímulo do dinamismo dos territórios rurais, por meio de orientação às famílias beneficiárias sobre as oportunidades econômicas nas cadeias produtivas regionais; (vi) o incentivo à participação das famílias beneficiárias em ações de capacitação social, educacional, técnica e profissional; e (vii) o incentivo à organização associativa e cooperativa de seus beneficiários.

Inicialmente a execução do Programa cabia conjuntamente aos então Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e ao Ministério do Desenvolvimento Agrário. Hoje, a cargo do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, tem na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) <sup>22</sup> sua principal forma de realização do acompanhamento social e produtivo às famílias. A ATER é desenvolvida em articulação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (recentemente recriado), a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Anater) e as entidades, públicas ou privadas, prestadoras de ATER. Para sua implementação, o programa é executado através da celebração de acordos de cooperação técnica ou contratos oriundos de chamadas públicas.

A ATER consiste em “serviço de educação não formal, de caráter continuado, no meio rural, que promove processos de gestão, produção, beneficiamento e comercialização das atividades e dos serviços agropecuários e não agropecuários, inclusive das atividades agroextrativistas, florestais e artesanais” (Lei n. 12.188/2010). Além das instituições de ATER, o serviço de acompanhamento social e produtivo das famílias beneficiárias do Programa pode ser realizado por Estados, Distrito Federal, Municípios, consórcios públicos; serviços sociais autônomos; entidades executoras de programas de acesso à água para produção; universidades federais; e institutos federais de educação, ciência e tecnologia, conforme estabelecido no Decreto 9.221/2017. O acompanhamento deve compreender no mínimo as seguintes atividades:

- I - identificação dos membros das famílias beneficiárias, suas condições socioeconômicas e de acesso a fatores de produção, suas vulnerabilidades e suas potencialidades;

---

<sup>22</sup>Regulamentada pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - Lei 12.188/2010.

- II - articulação para que as famílias acessem outras políticas públicas necessárias à redução de suas vulnerabilidades;
- III - articulação do projeto de estruturação da unidade produtiva familiar às iniciativas de desenvolvimento local e territorial;
- IV - orientação aos membros das famílias beneficiárias sobre a emissão de documentos de identificação e o acesso a outras políticas públicas;
- V - elaboração do projeto de estruturação da unidade produtiva familiar em conjunto com os membros da família beneficiária;
- VI - orientação para aperfeiçoamento da produção familiar e para execução do projeto de estruturação da unidade produtiva familiar; e
- VII - acompanhamento regular do desenvolvimento da família com visitas domiciliares.

A adesão das famílias beneficiárias ao Fomento Rural é feita por meio da assinatura de termo de adesão (ver anexo 1), documento que contém as regras para que as famílias recebam os recursos financeiros e está vinculado a um projeto de estruturação da unidade produtiva familiar (ver anexo 2), o qual deve, segundo Art. 14 do Decreto 9.221/2017:

- I - ser elaborado pelo técnico responsável em conjunto com os integrantes da família beneficiária do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais;
- II - indicar as atividades adequadas às especificidades e às características da unidade produtiva familiar e ao território em que se encontra, as etapas de implementação e o integrante da família responsável por cada atividade produtiva; e
- III - conter, sempre que possível, atividades produtivas para mulheres e jovens, de forma a contribuir para a ampliação da renda e a redução das desigualdades de gênero e de geração.

Cabe à Caixa Econômica Federal a função de agente operador do Programa. Os recursos financeiros são transferidos preferencialmente às mulheres por meio da utilização da estrutura de pagamento do antigo Programa Bolsa Família, denominado Auxílio Brasil no governo de Bolsonaro. Desse modo, o diálogo do/a agente junto a família é orientado para as mulheres, as quais são prioritárias para a titularidade do recebimento do benefício. Existem duas modalidades no Programa:

- Fomento Rural – modalidade tradicional: Criada em 2011, a modalidade tradicional do Fomento Rural beneficia famílias rurais que estejam em situação de extrema pobreza. O valor que as famílias recebem nessa modalidade do programa é de R\$ 2.400, repassados diretamente aos beneficiários em duas parcelas - a primeira no valor de R\$1.400 e a segunda no valor de R\$1.000.
- Fomento Rural – modalidade semiárido: Criada em 2013, é acessada pelas famílias rurais em situação de extrema pobreza e de pobreza e direcionada para famílias que residem no semiárido e detêm tecnologias sociais de armazenamento de água para produção. Ela é executada apenas por meio de contratos específicos da modalidade Semiárido. O valor é de R\$ 3.000, repassado em duas parcelas - a primeira no valor de R\$1.800 e a segunda no valor de R\$1.200.

A situação de pobreza ou de extrema pobreza de uma família é definida a partir da renda familiar per capita apresentada no Cadastro Único para Programas Sociais do

Governo Federal (CadÚnico) no momento da inclusão da família no Programa Fomento Rural. O valor atual foi definido pela Lei nº 14.284/2021: (i) em situação de pobreza, com renda familiar per capita mensal entre R\$ 105,01 (cento e cinco reais e um centavo) e R\$ 210,00 (duzentos e dez reais); e (ii) em situação de extrema pobreza, com renda familiar per capita mensal igual ou inferior a R\$ 105,00 (cento e cinco reais).

Como é possível observar no mapa abaixo (Figura 2), o Programa foi executado em todas as regiões brasileiras e concentra sua execução no Norte e Nordeste do país, o que faz jus à concentração de pobreza e insegurança alimentar e nutricional nessas regiões. Até dezembro de 2022, foram atendidas cerca de 300 mil famílias, sendo que a demanda potencial para o Programa é de mais de 4,8 milhões de famílias em situação de extrema pobreza no meio rural segundo dados do CadÚnico<sup>23</sup>.

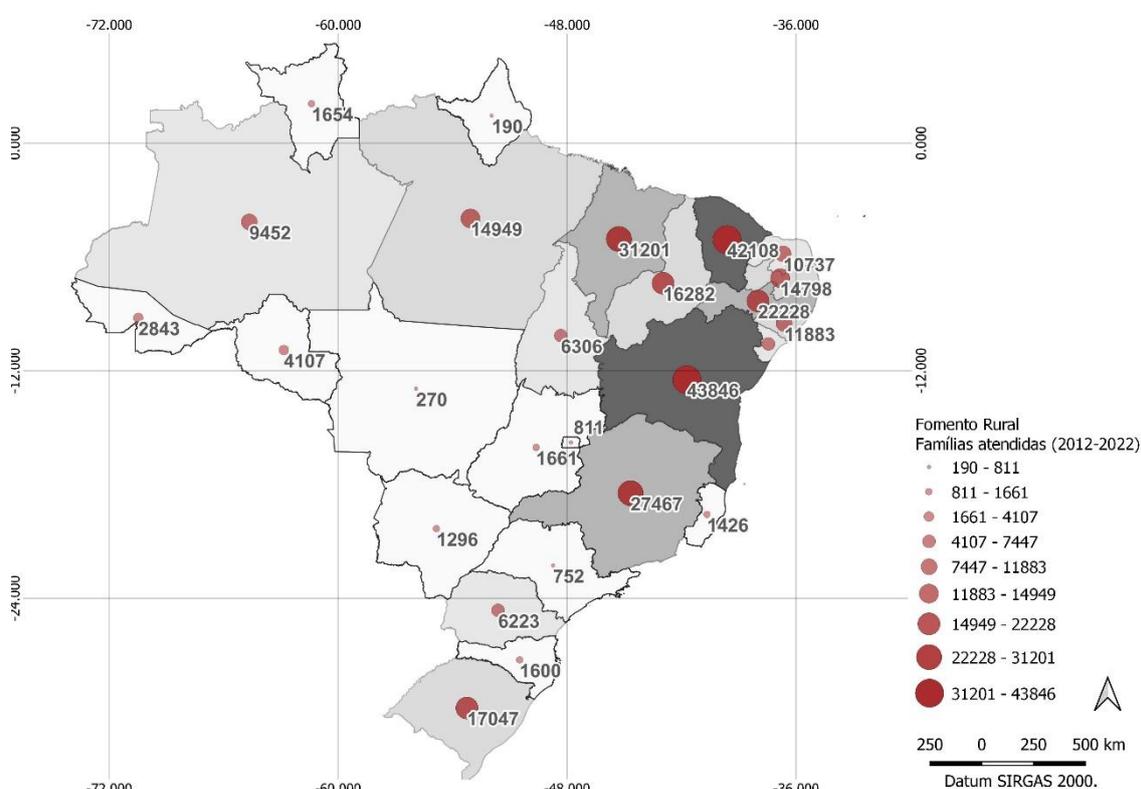


Figura 2 - Mapa famílias incluídas do Programa Fomento Rural (2012-2022).

O Programa Fomento Rural está entre as ações da Política Nacional de SAN que passaram por redução de orçamento, e, portanto, de execução, nos últimos anos. O gráfico abaixo (Figura 3) apresenta o número de famílias que foram incluídas no Programa, tendo ao menos sua primeira parcela do recurso financeiro não-reembolsável disponibilizada naquele ano:

<sup>23</sup> Fonte: [https://cecad.cidadania.gov.br/tab\\_cad.php](https://cecad.cidadania.gov.br/tab_cad.php). Acesso em 31 de outubro de 2022.

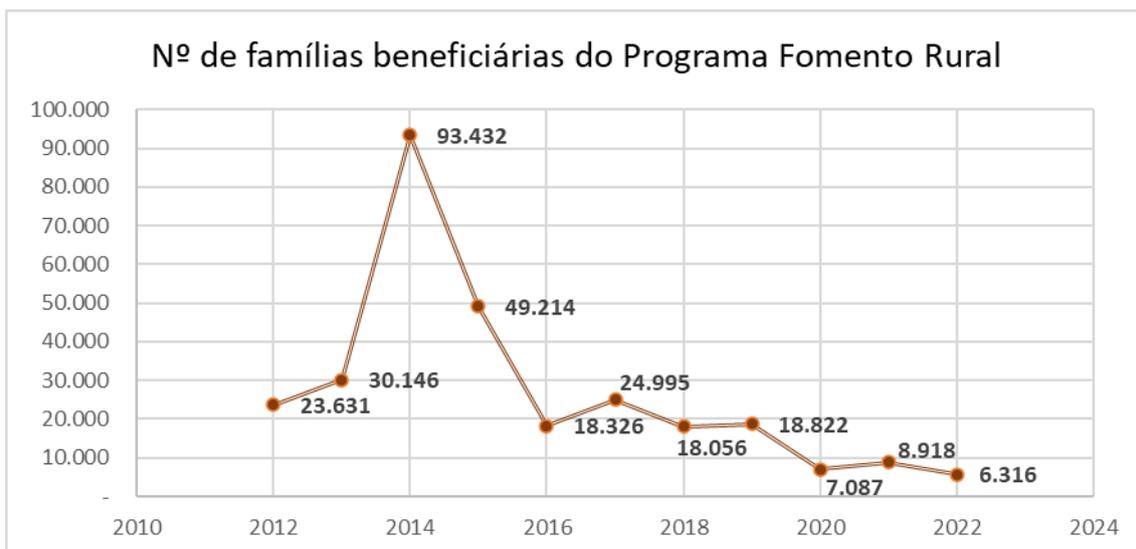


Figura 3 - Nº de famílias beneficiárias do Programa Fomento Rural (jan/2012-dez/2022).

O Fomento Rural é voltado para agricultores/as familiares e Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), nos termos da Lei da Agricultura Familiar<sup>24</sup>. Para contratação de prestadoras de ATER para execução do Programa, foram realizadas Chamadas Públicas para agricultura familiar e específicas para PCTs. Atualmente, esse atendimento se dá por meio de Acordos de Cooperação Técnica junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e às Unidades da Federação.

No caso de Goiás, a execução do Programa pela Emater-GO foi iniciada a partir da assinatura, em dezembro de 2019, do Acordo de Cooperação Técnica ACT 94 2019 GO, cuja meta de atendimento é de 1.556 famílias de agricultores familiares e quilombolas na modalidade tradicional do Programa (modalidade voltada para famílias em extrema pobreza e na qual o repasse é de R\$2.400 para cada família). Conforme dados disponibilizados pelo Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome<sup>25</sup>, a Emater-GO, iniciou a inclusão de famílias em 2021 e até abril de 2022 atendeu a cerca de 110 famílias quilombolas, conforme Tabela 1, abaixo:

Município	Quantidade de famílias quilombolas atendidas – Fomento Rural
Alto Paraíso de Goiás	1
Cavalcante	37
Cidade Ocidental	15
Divinópolis de Goiás	3
Faina	2

<sup>24</sup> Lei 11.326/2006.

<sup>25</sup> Dados obtidos em abril/2022, por meio de solicitação de dados ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome sobre atendimento a famílias quilombolas pelo Programa Fomento Rural nos termos da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011). Considerando o atendimento total a quilombolas pelo programa, registra-se cerca de 18,5 mil famílias em diferentes unidades federativas até abril/2022 (ver anexo 3).

Flores de Goiás	3
Iaciara	9
Matrinchã	3
Mimoso de Goiás	1
Monte Alegre de Goiás	15
Nova Roma	1
Posse	9
Teresina de Goiás	11
Vila Propício	3
TOTAL	113

Tabela 1 - Quantidade de famílias quilombolas atendidas por município (GO)

O presente estudo considerou a experiência dos municípios onde estão localizados o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga - SHPCK (municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás), o Quilombo Mesquita (município de Cidade Ocidental), Quilombo Levantado e Quilombo Extrema (município de Iaciara) e Quilombo Baco-Pari (município de Posse), devido ao número mais expressivo de famílias quilombolas que foram atendidas pelo Fomento Rural.

Sobre o Programa Fomento Rural, registra-se que foram realizados alguns estudos avaliativos junto às famílias e/ou junto aos profissionais que as atenderam (JUNIOR *et al*, 2018; BERNARDI, 2015; MELO, 2021), outros com enfoque no atendimento a povos e comunidades tradicionais (CARNEIRO e SANTOS, 2016; PEGLOW, 2017; RAUBER e FROEHLICH, 2019; CARNEIRO, CAMBOIM e SANTOS, 2021). Existem também estudos com enfoque territorial (PACÍFICO, 2016) e de mudanças climáticas (MESQUITA *et al*, 2020). Em sua maioria, os estudos se deram na região nordeste ou sul do país, nos biomas semiárido e pampa. O presente trabalho pretende colaborar especialmente no sentido de aprofundar na abordagem de implementação de políticas públicas da burocracia de nível de rua, à luz do conceito de interculturalidade e da abordagem da ecologia política, com um estudo de caso etnográfico realizado em Goiás, no cerrado do centro-oeste brasileiro.

#### **1.4 Interculturalidade e Implementação de Políticas Públicas como lentes analíticas e etnografia multiator como método**

Em que pese a existência de políticas públicas voltadas para a segurança alimentar e nutricional no Brasil, estas não têm sido capazes de superar a fome e a desigualdade social. O problema carece de uma ação estrutural que perpassasse estratégias de cunho econômico, social, ambiental e que considere a diversidade sociocultural e biológica do país. Interessa, nesse sentido, a produção de conhecimento que avance em

reflexões sobre os desenhos das políticas públicas, mas também sobre a implementação de políticas já em execução, considerando a perspectiva dos atores envolvidos – implementadores/as e usuários/as - a fim de localizar possíveis lacunas e dessa forma contribuir para possíveis reparações ou correções. Estudos sobre implementação de políticas públicas têm avançado na reflexão sobre o risco da reprodução de desigualdades (PIRES, 2019; VEDUNG, 2013; DUBOIS, 1999), apontando a importância da atuação dos/as agentes responsáveis pela execução das políticas em contato direto com a população para o alcance real de seus objetivos em termos de saúde, educação, trabalho, segurança alimentar e nutricional, qualidade de vida.

Com objetivo geral de avaliar a implementação em nível local do Programa Fomento Rural para famílias quilombolas do estado de Goiás à luz do conceito de interculturalidade e da literatura sobre burocracia de nível de rua, a presente pesquisa recorreu ao método qualitativo de estudo de caso etnográfico. Segundo André (1995, p.45), esse tipo de estudo de caso possibilita “uma visão profunda e ao mesmo tempo ampla e integrada de uma unidade social complexa”, possuindo a capacidade de retratar situações vivas do dia a dia “sem prejuízo de sua complexidade”. A metodologia escolhida parte da intenção de realizar coleta de dados em campo a partir da inserção da pesquisadora no ambiente onde os/as participantes vivenciam a questão ou problema proposto no estudo (CRESWELL, 2014).

Este estudo de caso etnográfico foi construído tendo por base duas grandes linhas conceituais, a *interculturalidade* e a *implementação de políticas públicas*, a partir da experiência do Programa Fomento Rural e dos conceitos próprios a análise de povos e comunidades tradicionais. Ambas linhas conceituais serão abordadas em profundidade nos próximos capítulos, sendo a intenção nesse momento apresentar o diálogo que se pretende estabelecer entre elas considerando também a etnografia multiator (LITTLE, 2006) a qual foi empreendida no estudo de caso.

Considerando as abordagens *bottom-up* e *top down*, típicas dos estudos do campo de implementação de políticas públicas, destaca-se análise do papel e das formas de influência dos diferentes atores que intervêm em processos de implementação, com especial atenção para agentes de linha de frente (ou “burocratas do nível de rua”) e para burocratas de médio escalão. Enquanto a abordagem *top-down* focaliza o desenho institucional, arranjos e instrumentação da ação pública no médio escalão, a abordagem *bottom-up* trata do papel e as formas de influência dos diferentes atores que intervêm

em processos de implementação na linha de frente, em contato direto com a população atendida.

Os objetivos específicos da pesquisa são: a) mapear e descrever características sociais dos agentes de ATER e das famílias quilombolas envolvidos/as no processo iniciado em 2021 de implementação do Programa Fomento Rural do estado de Goiás; b) analisar a atuação e perspectiva dos/as agentes de ATER e das famílias quilombolas envolvidos/as; e de c) analisar lacunas e sintonias entre as ações desenvolvidas no âmbito do Programa Fomento Rural e as necessidades das comunidades quilombolas. Para tanto, foi analisada a atuação dos/as agentes de ATER que as atenderam – os/as quais são os/as implementadores/as de nível de rua do Fomento Rural - e das próprias famílias atendidas, a partir da abordagem *bottom-up*. Deu-se atenção para o exercício de agência (autonomia ou discricionariedade) por parte desses agentes e suas implicações (positivas e negativas) para a gestão e para os públicos atendidos. Destacou-se o desafio prático de conciliar, de um lado, flexibilidade para adaptação e, de outro, unidade, coerência e coordenação durante a implementação do Programa.

O Programa Fomento Rural é implementado pelo governo federal e pelas entidades prestadoras de serviço de acompanhamento social e produtivo, principalmente por meio da ATER, cujos princípios norteadores salientam a observação das especificidades das demandas locais e do público atendido. A presente pesquisa aborda a interculturalidade na educação não formal empreendida pela ATER. O Art. 3º da Lei 12.188/2010, a qual institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária – PNATER define como princípios dessa política:

- I - desenvolvimento rural sustentável, compatível com a utilização adequada dos recursos naturais e com a preservação do meio ambiente;
- II - gratuidade, qualidade e acessibilidade aos serviços de assistência técnica e extensão rural;
- III - adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública;
- IV - adoção dos princípios da agricultura de base ecológica como enfoque preferencial para o desenvolvimento de sistemas de produção sustentáveis;
- V - equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia; e
- VI - contribuição para a segurança e soberania alimentar e nutricional.

Percebe-se que a referida Lei menciona explicitamente a intenção de adotar “metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública” (grifo meu). Tendo em vista que a literatura aponta desafios

relacionados à interculturalidade no âmbito da execução de políticas públicas para PCTs, a presente pesquisa vislumbra avaliar processos relativos à interculturalidade considerando a perspectiva dos atores envolvidos localmente – tanto as famílias quilombolas que participaram do Programa quanto os agentes de ATER que as atenderam em Goiás – com objetivo de produzir uma análise de dados e fundamentação teórica que contribuam para a reflexão sobre intervenções do Estado junto a quilombolas. Buscou-se analisar como os atores locais envolvidos avaliam essa experiência em termos de atendimento às especificidades das comunidades e garantia de sua autonomia.

O conceito de “interculturalidade” destaca a perspectiva relacional, *entre* culturas. Segundo Gil (2008, p. 32), “o processo intercultural é dinâmico, sofrendo constantes renegociações, [...] não se trata de um processo isento de atrito, de tensões e conflitos que, do simbólico ao político, permeiam a complexidade do momento intercultural”. Já para Catherine Walsh, autora de referência da ecologia política, a interculturalidade pode tanto contribuir para o projeto colonial, quando utilizada de maneira acrítica, como para um projeto decolonial e transformador da realidade. A autora afirma que a interculturalidade apenas tem significado, impacto e valor quando assumida de maneira crítica, “como acción, proyecto y proceso que procura intervenir en la refundación de las estructuras y ordenamientos de la sociedad que racializan, inferiorizan y deshumanizan” (WALSH, 2012, p. 62).

Santos (2009, p.17), por sua vez, aponta uma indagação pertinente diante da persistência da colonialidade e dos desafios que esta impõe à interculturalidade: “Que possibilidades existem para um diálogo intercultural quando uma das culturas foi moldada por massivas e continuadas agressões à dignidade humana perpetradas em nome da outra cultura?” Segundo ele, apesar do dilema da completude cultural<sup>26</sup>, é preciso “elevar as exigências do diálogo intercultural até um nível suficientemente alto para minimizar a possibilidade de conquista cultural, mas não tão alto que destrua a própria possibilidade do diálogo”. O autor propõe, nesse sentido, a *ecologia dos saberes*, que se opõe à lógica da monocultura do conhecimento e do rigor científicos, e identifica outros saberes e critérios de rigor e validade que operam de forma crível em

---

<sup>26</sup> Nas palavras do autor, o dilema pode ser explicado da seguinte maneira: “se uma cultura se considera inabalavelmente completa, então não terá nenhum interesse em envolver-se em diálogos interculturais; se, pelo contrário, admite, como hipótese, a incompletude que outras culturas lhe atribuem e aceita o diálogo, perde confiança cultural, torna-se vulnerável e corre o risco de ser objeto de conquista”.

práticas sociais que a razão metonímica declara não existentes (SANTOS, 2017, p. 223).

Para Santos (2018),

La ecología de saberes y la traducción intercultural son las herramientas que convierten a la diversidad de conocimientos visibilizados por la sociología de las ausencias y la sociología de las emergencias en un recurso poderoso que, al hacer posible la inteligibilidad ampliada de los contextos de opresión y resistencia, permite articulaciones más anchas y profundas entre las luchas que combinan las diversas dimensiones o tipos de dominación de diferentes maneras. (SANTOS, 2018, p. 55)

A ecologia de saberes e a tradução intercultural, segundo o autor, tem como objetivo promover a justiça cognitiva e o pensamento pós-abissal, que supere o pensamento abissal, o qual opera através da “definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes e os atores sociais entre os que são úteis, inteligíveis e visíveis [...] e os que são inúteis ou perigosos, ininteligíveis, objetos de supressão ou esquecimento” (SANTOS e MENESES, 2009, p. 13). Soma-se a tais apontamentos o que propõe Almeida (2021) quando, diante das diferentes teorias-cosmologias observadas no mundo, ele afirma que “em vez de buscar conciliar ontologias incomensuráveis por meio de reduções simplificadoras e condescendentes” deve-se reconhecer a existência de múltiplas ontologias as quais são compatíveis com verdades pragmáticas compartilhadas por diferentes povos e campos semânticos (ALMEIDA, 2021, p. 13). Na relação entre diferentes culturas, interculturais, faz-se importante, nesse sentido, admitir “a variedade infinita de mundos vividos e a possibilidade de tradução de critérios de verdade e da ética por meio de todos eles (*ibidem*, p.15) e reconhecendo a incomensurabilidade ontológica que os distingue.

Com influência da ecologia política, a presente pesquisa recorreu à etnografia multiator proposta por Little (2006), e se deu através de entrevistas semiestruturadas, observação participante, diário de campo e análise documental. O autor, em seu artigo “Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico” desenvolve uma proposta para estudo sobretudo dos conflitos socioambientais. Interações que acontecem a partir da implementação da ATER junto a quilombolas, serviço que promove introdução de novas técnicas e do trabalho na difusão e interiorização de tecnologias agrícolas (CAPORAL e CONSTABEBER, 1994), podem apresentar divergências às práticas e saberes tradicionais e evidenciar embates relacionados às formas de manejo agropecuário nos territórios quilombolas. Meu estudo pretende trazer reflexões sobre os desafios de não se reproduzir desigualdades quando se implementa políticas públicas junto a população quilombola, à luz da ótica decolonial, com vistas a trazer elementos

que contribuam para o processo de ampliação do acesso a direitos, participação social e garantia da autodeterminação e autonomia das comunidades quilombolas.

A etnografia, cuja ferramenta de trabalho principal consiste na observação participante, é reconhecidamente um método da Antropologia Social<sup>27</sup>. Segundo Uriarte (2012, p.5), o método etnográfico consiste num mergulho profundo e prolongado na vida cotidiana dos/as interlocutores/as da pesquisa, o qual se inicia com a revisão bibliográfica e um mergulho na teoria, nas informações e nas interpretações já feitas sobre a temática e a população específica que queremos estudar. A segunda fase do mergulho é a fase do trabalho de campo e a escrita consiste na terceira fase do mergulho, quando colocamos “as coisas em ordem para possibilitar a leitura por parte de um público que não esteve lá [em campo] e que nos lerá esperando que façamos um correto casamento entre teoria e prática” (URIARTE, 2012, p.7). Já Cardoso de Oliveira (1996) afirma que para apreensão dos fenômenos sociais, as pesquisadoras que realizam a observação participante devem seguir três etapas: olhar, ouvir e escrever. Segundo ele, o olhar e o ouvir etnográfico “cumprem sua função básica na pesquisa empírica”, enquanto o escrever, momento mais fecundo da interpretação, quando se textualiza a realidade sociocultural e o pensamento se revela em sua plena criatividade (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1996, p.13).

Na presente pesquisa foram realizadas visitas *in loco*, observação participante e entrevistas semi-estruturadas, nas quais o/a interlocutor/a da pesquisa pode discorrer sobre suas experiências a partir do foco principal proposto pelo/a pesquisador/a e, desse modo, “ao mesmo tempo em que permite respostas livres e espontâneas do/a informante, valoriza a atuação do/a entrevistador/a” (TRIVIÑOS, 1987). A seleção dos/as interlocutores da pesquisa se deu da seguinte maneira: (i) agentes de ATER que atenderam número considerável de famílias quilombolas no estado de Goiás; e (ii) parte das famílias que foram atendidas pelos/as agentes selecionados/as para participar, considerando diversidade de projetos empreendidos pelas famílias, diversidade de situações das famílias em relação ao Programa<sup>28</sup>, viabilidade em termos logísticos para

---

<sup>27</sup> Vale mencionar que possuo graduação em Ciências Sociais com habilitação em Antropologia, fator que motiva a escolha pela etnografia em minha pesquisa no âmbito do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, marcado pela interdisciplinaridade e pela diversidade de metodologias quanti e qualitativas.

<sup>28</sup> Por exemplo, se concluiu a participação no Programa ou não; demonstrou mais interesse em participar das ações do Programa; obteve resultados a partir da participação no Programa ou não, entre outros.

deslocamento até a casa da família e disponibilidade e interesse da família em participar da pesquisa.

Os/as interlocutores/as da pesquisa foram sete técnicos/as de ATER (dois em Posse; um em Iaciara; um em Monte Alegre; um em Teresina e Cavalcante; e dois na Cidade Ocidental) e trinta e nove quilombolas, sendo trinta e quatro famílias atendidas pelo Fomento Rural dos seguintes Quilombos: Quilombo Kalunga, localizado nas cidades Cavalcante, Teresina de Goiás, Monte Alegre; (ii) Quilombo Mesquita, localizado na Cidade Ocidental; (iii) Quilombos Levantado e Extrema, na cidade Iaciara; e (iv) Quilombo Baco-Pari, em Posse. Foram interlocutores ainda cinco quilombolas, representantes e lideranças que participaram desse processo e puderam contribuir com a pesquisa.

O pré-campo da pesquisa, cujo projeto fora aprovado pelo Comitê de Ética do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília – UnB<sup>29</sup> se deu no decorrer dos dias 08/03 e 18/03/2022 através de visitas aos escritórios locais e diálogo com os/as técnicos/as que participaram da pesquisa. Nessa ocasião (i) foi iniciado diálogo; (ii) foram colhidos parte dos Termos de Consentimento Livre e Esclarecido (ver anexos 4 e 5); e (ii) foram acordadas as datas do campo. Além disso, iniciou-se o diálogo com as comunidades quilombolas durante esse mesmo período, através de ligações, e-mails e presencialmente, quando se observou interesse e disponibilidade para participar da pesquisa. O campo da pesquisa, foi realizado através de visita aos escritórios locais da Emater-GO e às comunidades quilombolas, entre os dias 30/05 e 15/06/2022<sup>30</sup>, conforme apresentado abaixo:

- 30/05 a 04/06: cidades Posse e Iaciara para visita aos escritórios locais da Emater-GO e às comunidades quilombolas Levantado e Extrema (em Iaciara/GO) e Baco-Pari (em Posse/GO).
- 05/06 a 11/06: cidades Cavalcante, Teresina de Goiás, Monte Alegre para visita aos escritórios locais da Emater-GO e às comunidades quilombolas do Território Kalunga.
- 13/06 a 15/06: Cidade Ocidental para visita ao escritório local da Emater-GO e à comunidade quilombola Mesquita.

A etnografia multiator foi o método selecionado devido ao fato de a implementação do Fomento Rural junto a famílias quilombolas do estado de Goiás

---

<sup>29</sup> Processo CAAE: 57231522.0.0000.5540. Número do Parecer: 5.377.010.

<sup>30</sup> Foram realizadas ligações, conversas através do *whatsapp* e videochamadas durante este período e nos dias subsequentes até o final de junho/2022 de modo a concluir as entrevistas e o levantamento de dados da pesquisa. Ressalta-se que os TCLEs das famílias foram coletados durante o campo da pesquisa.

envolver ao menos dois atores em nível local (as famílias quilombolas atendidas e os/as agentes de ATER da Emater-GO) e à sua prerrogativa de se dedicar atenção para o encontro, o conflito, as relações entre os atores. Com base no que propõe Little (2006, p. 92), a pesquisa sobre a experiência de diálogo intercultural no contexto da implementação do Fomento Rural para quilombolas em Goiás considerou a relação estabelecida entre os atores mencionados buscando (i) identificar os distintos atores sociais e recursos ambientais envolvidos - como os insumos utilizados nos projetos produtivos empreendidos bem como as escolhas relacionadas a compra de insumos externos para a produção e seus impactos ao meio ambiente; (ii) incorporar seus múltiplos pontos de vista e interesses; (iii) analisar esses atores em interação entre si, com seu meio biofísico e com seu meio social - levantando as reivindicações de cada grupo, suas respectivas cotas de poder formal e informal<sup>31</sup> e suas conexões transníveis<sup>32</sup>. Desta forma, como o autor sugere, documenta-se etnograficamente a história da experiência objeto de estudo, “com suas alianças políticas *ad hoc*, suas acomodações mútuas, suas negociações e suas rupturas políticas” (*ibidem*, p. 98).

Apesar do foco ser direcionado para o nível local da experiência de implementação do Programa Fomento Rural, cabe pontuar que a pesquisadora atua como gestora dessa política pública, como servidora pública do Ministério da Cidadania<sup>33</sup>. Sobre essa questão, ressalta-se que na etnografia multiator não há um lugar indefinido para o/a etnógrafo/a, onde possa ter uma visão “imparcial”. Pelo contrário, a metodologia propõe que este/a se situe intencionalmente para indagar sobre a natureza das conexões entre os grupos e construa seu próprio lugar para produzir conhecimento socioambiental sobre o tema (LITTLE, 2006, p. 98). Desse modo, junto a todos/as interlocutores/as da pesquisa, informei minha condição de pesquisadora e, ao mesmo tempo, de servidora do Ministério atuante no Programa por quase uma década, bem como foi dada abertura para prestar quaisquer informações adicionais/mais detalhadas aos/às participantes.

Outro ponto que merece menção em relação a esse método é a proposição de a etnografia considerar a “agência natural” das forças biofísicas com particular ênfase nos

---

<sup>31</sup> Segundo Álvarez Marín (2018) poder formal é aquele legalizado e hierárquica e poder informal é aquele legitimado como produto das inter-relações das ações dos indivíduos em uma organização.

<sup>32</sup> O autor propõe “identificar os distintos níveis em que os atores sociais e naturais funcionam e descrever a maneira com que se inter-relacionam transversalmente no complexo processo de luta sociopolítica e ambiental” (LITTLE, 2006, p. 96).

<sup>33</sup> Atual Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

recursos naturais (LITTLE, 2006, p. 94). O autor sugere que a pesquisa considere as relações entre humanos e não-humanos, o que na presente pesquisa pode incluir a relação com os insumos internos e externos mobilizados nos projetos produtivos empreendidos pelas famílias e - expandindo um pouco a proposta, considerando o enfoque na burocracia de nível de rua do presente trabalho -, a interação com os documentos, formulários, e demais elementos burocráticos utilizados durante a implementação do Programa.

Com atenção aos mecanismos e riscos de reprodução de desigualdade da linha de frente do serviço público e aos aspectos relativos à interculturalidade considerando os objetivos do Programa em termos de ampliação da segurança alimentar e nutricional e apoio nas atividades produtivas das famílias, foram questões da presente pesquisa: como foi realizada a decisão de atender a famílias quilombolas com o Programa em Goiás? Como foram as etapas de planejamento? Como se deu o trabalho de campo dos/as agentes de ATER? Houve dificuldades? Quais? Foram adotadas medidas/atividades/estratégias diferentes do atendimento para agricultores/as familiares/as? Como quilombolas e como agentes de ATER compreendem os objetivos do Programa – destaque para segurança alimentar e nutricional/fome e aumento de renda/pobreza? Os instrumentos (formulários, sistemas informatizados, cadastros) são adequados? O desenho do Programa (transferência de recurso financeiro articulada à oferta de ATER) foi adequado para atendimento das famílias quilombolas? Como se deu o acesso ao benefício financeiro? Os objetivos do Programa foram alcançados? Em termos de práticas e de discursos, como se deu, ou não, o atendimento às especificidades das famílias quilombolas? Quais foram os projetos produtivos empreendidos? Como eles foram decididos? Foi garantida autonomia durante o manejo produtivo? E em relação ao consumo ou comercialização do que foi produzido? Há divergências de entendimento entre os atores envolvidos sobre essas questões? Existem lições aprendidas com a experiência? Quais?

O roteiro de entrevista foi estruturado da seguinte maneira (Tabela 2):

<b>Famílias Quilombolas</b>	<b>Agentes de ATER</b>
Apresentação da pesquisadora e da pesquisa.	Apresentação da pesquisadora e da pesquisa.
Histórico da família no território	Experiência de estudo e profissional antes de se tornar técnico/a agrícola
Experiência com atividades agropecuárias	Experiência na Emater-GO
Experiência com a Emater-GO	Experiência com o Fomento Rural

Experiência com o Fomento Rural	Experiência com Povos e Comunidades Tradicionais (foco quilombolas)
Entendimento sobre interculturalidade	Entendimento sobre interculturalidade
Posicionamento sobre agricultura convencional / agronegócio e agricultura sem uso de agrotóxicos / agroecológica	Posicionamento sobre agricultura convencional / agronegócio e agricultura sem uso de agrotóxicos / agroecológica
(após a entrevista, visita ao quintal para conhecer mais sobre o projeto produtivo)	Posicionamento sobre políticas de combate à fome e sobre políticas de transferência de recurso

*Tabela 2 - Roteiro de Entrevista Semiestruturada*

Dado que se trata de uma avaliação de implementação de políticas públicas, à luz do que coloca Ramos (2020), foi central no presente trabalho o mapeamento e tratamento de aspectos procedimentais ou de conformidade em relação aos processos de tomada de decisão e instrumentos e ferramentas utilizados durante o atendimento às comunidades quilombolas, pelo Fomento Rural, com atenção à garantia e respeito à autonomia das famílias. O mapeamento das interações durante o atendimento, com foco nas possíveis lacunas na atenção às especificidades das famílias quilombolas do estado de Goiás, assim como propõe Little (2006, p. 93), foi empreendido através do diálogo com membros de distintos grupos sociais para entender seus respectivos pontos de vista.

## Capítulo 2 – A Implementação de nível de rua no Fomento Rural pela Emater-GO

*É fundamental o entendimento que o modo de produção da agricultura familiar quilombola está intimamente relacionado com a identidade cultural e territorial, que envolve, também, a tecnologia, modo de produção e práticas próprias específicas compartilhadas coletivamente nestes territórios.*

(CONAQ e ECAN, Diagnóstico das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar quilombola, 2022)

*Os Povos e Comunidades Tradicionais têm especificidades étnico culturais que precisam ser levadas em conta. Para execução do serviço de ATER isso se dá via Chamada Pública, então que essas chamadas consigam levar em conta as especificidades desses povos. [...] Cada um tem sua especificidade, tem a sua oralidade, tem a sua tradição cultural, tem a sua relação com a terra, a relação com a natureza. [...] Na medida que o governo busca desenvolver um tipo de trabalho que pode ser para aumento da produção, para preservação ambiental, etc. isso precisa ser levado em consideração.*

(Edmilton Cerqueira, então diretor de Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA, em entrevista à TV BrasilGov em 05.04.2012<sup>34</sup>)

Neste capítulo aborda-se a experiência de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil e é feita revisão de literatura sobre implementação de políticas públicas para então apresentar um dos principais grupos de atores sociais interlocutores da pesquisa: os/as agentes de ATER da Emater-GO. A literatura que versa mais especificamente sobre políticas públicas tem dividido o foco das análises em quatro fases: a agenda, a formulação, a implementação e a avaliação, as quais compõe o denominado ciclo de políticas públicas. No percurso do meu mestrado, a análise da implementação do Programa Fomento Rural sob a abordagem da burocracia de nível de rua ganhou importância sobretudo após minha participação em 2020-2021 no curso Implementação de Políticas Públicas ofertado, e em 2022 no curso Burocracia de Nível de Rua, ambos realizados pela Escola Nacional de Administração Pública e ministrados pelos professores Roberto Pires e Gabriela Lotta, os quais estão entre as referências bibliográficas desta pesquisa.

### 2.1 ATER – contextualização e debates contemporâneos

O histórico da ATER no Brasil é marcado por disputas relacionadas ao modelo de desenvolvimento para o país e ao papel dos diversos grupos e atividades empreendidas no meio rural para alcançá-lo, as quais demonstram tensão entre perspectivas, pode-se dizer, de um lado mais embasadas na promoção da acumulação de

---

<sup>34</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=ZBaudgnOuY4> . Acesso em 14 de outubro de 2022.

capital e desigualdade social, através da modernização agrícola e do difusionismo tecnológico pautados pela revolução verde, e, por outro, fundamentadas no humanismo crítico e na promoção da emancipação social, respeito a diversidade sociocultural e questionamento do modelo produtivista capitalista.

Em outras palavras, se por um lado observa-se que há “esforços estatais em atender às demandas das elites agrárias nacionais, por meio do estreito alinhamento de subsequentes gestões governamentais a projetos de desenvolvimento que, deliberadamente, contribuíram para a perpetuação da concentração de rendas e terras no campo brasileiro” (THOMSON, *et al*, 2017, p. 86), por outro há legislações vigentes como a PNATER e a PNSAN, ambas de 2010, que apresentam enfoque participativo e se pautam na equidade “buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública” com princípios como “equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia” e “promoção do abastecimento e estruturação de sistemas sustentáveis e descentralizados, de base agroecológica, de produção, extração, processamento e distribuição de alimentos”.

Dentre as diversas políticas públicas que atuam sobre o meio rural está a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), a qual consiste em uma das ações principais do Programa Fomento Rural junto ao público atendido, somada à transferência de recurso financeiro não-reembolsável, com vistas a apoiar projetos produtivos de famílias rurais em situação de vulnerabilidade. No Brasil, a origem dos serviços de ATER é marcada pela criação da Associação de Crédito e Assistência Rural (ACAR) no estado de Minas Gerais, em 1948. Em 1956, a ACAR passou a ser coordenada pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), após sua expansão no território brasileiro, o que propiciou a institucionalização efetiva do serviço de Ater no país (RAMOS, FERREIRA e OLIVEIRA, 2022, p.2). A partir da década de 1960, as políticas governamentais começaram a entrever objetivamente a utilização da extensão como estratégia para modernização da agricultura, passando para um estágio de crescimento acelerado com a expansão coordenada de seus serviços materializado na criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMBRATER.

Enquanto à EMBRAPA, criada em 1974, caberia cuidar da inovação agropecuária, à EMBRATER, criada em 1975, se dedicaria à difusão da inovação no ambiente rural por todo o Brasil (CASTRO e PEREIRA, 2017, p. 10). A criação da

EMBRATER, a qual incorporou a ABCAR, marcou o início do apoio federal na extensão rural. Naquele momento as ACARs (instituições estaduais de Ater) passaram a ser chamadas de Empresas Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), as quais eram subordinadas ao controle da EMBRATER para receber auxílio financeiro (CASTRO e PEREIRA, 2017; RAMOS, FERREIRA e OLIVEIRA, 2022). A EMBRATER, então, consolidou “a intervenção estatal nas atividades de extensão e delimita claramente a preferência de sua clientela: os médios e grandes agricultores” (BARROS, 2016), com papel fundamental no processo da modernização agrícola brasileiro.

A modernização da agricultura no Brasil é entendida como *modernização conservadora* (GUIMARÃES, 1977; POMPEIA, 2021) dado que as mudanças tecnológicas advindas da industrialização agrícola não vieram acompanhadas de alteração na estrutura agrária, mantendo a concentração de terras e de riquezas. Se essa modernização por um lado promoveu notável aumento de produtividade e produção agrícola (POMPEIA, 2021), por outro lado, trouxe efeitos deletérios, como a desterritorialização de grupos étnicos, a expropriação de terras de famílias agricultoras e o aumento da taxa de exploração dos trabalhadores rurais (p.ex. GRAZIANO DA SILVA, 1982; PALMEIRA, 1989; CARNEIRO DA CUNHA, 2012, POMPÉIA, 2021). Desse modo, pode-se dizer, através de suas políticas econômicas e sociais, o Estado brasileiro tem contribuído ativamente e conscientemente para a eliminação da base social camponesa<sup>35</sup> (SAUER, 2003; WANDERLEY, 2009).

### 2.1.1 Três momentos da extensão rural no Brasil

Considerando os processos pelo qual a extensão rural no Brasil passou, Rodrigues (1997) categoriza três momentos, os quais não são excludentes e nem tiveram um desenvolvimento processual linear e homogêneo em todas as regiões do País (RODRIGUES, 1997, p. 121):

---

<sup>35</sup> Segundo Wanderley (2009, p.12), “nas sociedades em processo de transição, os camponeses eram compreendidos como anticapitalistas, portadores de um grande potencial revolucionário, fruto, de um lado, dos conflitos essenciais que os oporiam às classes dominantes agrárias, de proprietários de terra ou empresários da agricultura nesses países e, de outro lado, do papel que desempenharam nas numerosas guerras anticolonialistas de emancipação nacional”. Os estudos sobre campesinato, segundo a autora, ora pautavam o seu desaparecimento ora propunham uma percepção distinta, que apontava para a sua diversidade e complexidade. Ela aponta que “o processo de desenvolvimento, longe de uniformizar a sociedade, tende a diversificar o tecido social e a tornar cada vez mais complexa a teia de referências em que se situam os indivíduos e os grupos sociais, no meio rural, como na cidade, na agricultura como na indústria” (WANDERLEY, 2009, p. 13).

- 1 – Humanismo assistencialista (1948- 1962), período em que o planejamento das atividades era vertical ascendente, com interesse na melhoria das condições da propriedade e do lar e da elevação do nível de vida das populações rurais;
- 2 – Difusionismo produtivista (1963-1984), período marcado por abundante crédito rural em que se verifica a maior expansão da estrutura operacional do sistema de extensão rural, o qual se tornou um instrumento da política de acumulação capitalista do campo – sendo marcante a hegemonia da orientação difusionista e produtivista; e
3. Humanismo crítico (1985-1989), que reestrutura os modelos anteriores, valorizando os saberes populares, a horizontalidade da relação extensionista-agricultor, em um processo de educação dialógico, participativo e inclusivo (AMARAL JÚNIOR, 2020, p. 189).

Após esta fase, a literatura identifica ainda uma Fase II do Humanismo Crítico (NUNES *et al*, 2013 *apud* SILVA *et al*, 2020; BARTOLOTTI *et al*, 2014), a qual viria desde 1990<sup>36</sup> até os dias atuais, incluindo: a criação e extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)<sup>37</sup>; a criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) através do Decreto 4.854/2003; o lançamento da PNATER em 2004<sup>38</sup>, “a partir da análise crítica dos resultados negativos da Revolução Verde e dos problemas já evidenciados pelos estudos dos modelos convencionais de ATER baseados no difusionismo [...]” (MDA, 2004, p. 3); a criação

---

<sup>36</sup> Nesse ano houve a extinção do sistema Embrater, limitando a atuação do Governo Federal a ações pontuais de apoio às estruturas estaduais da Embrater, herdadas pelos governos estaduais, ou ao apoio a iniciativas da sociedade civil ou do “terceiro setor” (MENDONÇA *et al*, 2016, p. 52). Vale mencionar que neste mesmo ano foi criada a Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural (Asbraer).

<sup>37</sup> O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi criado em 2000 através da Medida Provisória 1.999-14/2000 e do Decreto nº 3.338/2000. Os Decretos 4.723/2003 e 5.033/2004 alteraram a estrutura regimental do MDA, mantendo a responsabilidade sobre a ATER (ver PEIXOTO, 2008). Em 12 de maio de 2016 o MDA foi extinto através da medida provisória nº 726/2016, que transferiu na época suas competências para o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que se tornou Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) através da LEI Nº 13.341/2016. Logo em seguida a responsabilidade passa, através do Decreto 8.865/2016, para a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário da Casa Civil da Presidência da República (SEAD), criada pelo Decreto nº 8.780/2016. Em 2019, o Decreto 9.667/2019 transfere as competências da SEAD para o MAPA. Por fim, Decreto Nº 11.338/2023 cria o Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA).

<sup>38</sup> Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004”. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20politica\\_nacional.pdf](https://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conferencias/2CNDRSS/2cndrss%20politica_nacional.pdf). Acesso em 16 de setembro de 2022.

do Programa Nacional de ATER (PRONATER), em 2005, e do Sistema Brasileiro de ATER (SIBRATER), em 2006. Nesse período incluem-se também as duas Conferências Nacionais de Assistência Técnica e Extensão Rural, realizadas em 2012 e em 2016, respectivamente.

O Humanismo Crítico, em sua dimensão pedagógica, assim como coloca Amaral Júnior (2020, p. 191), recebe a influência direta de Paulo Freire e integra sobretudo as pautas sociais frente ao avanço do capitalismo no campo. Em toda sua obra, desde a década de 1960, Freire apresenta reflexões sobre as possibilidades de um processo transformador a partir da educação, seja ela formal ou não formal (caso da ATER). Há uma obra, inclusive, que aborda precisamente a extensão rural, a qual apresenta uma visão crítica sobre a manipulação e a invasão cultural e afirma que para o verdadeiro humanismo, não há “outro caminho senão a dialogicidade. Para ser autêntico só pode ser dialógico” (FREIRE, 1983, p. 28). Segundo ele, ser dialógico no humanismo,

não é dizer-se descomprometidamente dialógico; é vivenciar o diálogo. Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. [...] O diálogo é o encontro amoroso dos homens que, mediatizados pelo mundo, o “pronunciam”, isto é, o transformam, e, transformando-o, o humanizam para a humanização de todos. (FREIRE, 1983, p. 29)

As colocações de Freire (1983) se relacionam com o princípio da PNATER que dispõe sobre a “adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural” (Lei 12.188/2010) e com um dos conceitos caros à presente pesquisa: a *interculturalidade*. Estudos mais recentes têm se debruçado sobre a experiência da interculturalidade na ATER, sobretudo no caso da prestação desse serviço junto a indígenas (por exemplo, RAUBER, 2016 e VERDUM, 2005; 2010). Dada a relevância do conceito para este trabalho, este será aprofundado nos próximos capítulos.

Segundo Santos (2017, p. 1032), “a nova política de ATER traz importantes indicativos, entre eles orientações que apontam para o sentido de haver uma mescla entre a atenção aos beneficiários e o respeito às suas especificidades étnicas e socioculturais, com destaque àquelas identidades específicas”. Porém, Caporal e Ramos (2006) argumentam que as entidades de ATER carecem de uma gestão alinhada aos novos desafios e a uma nova visão do que seria o papel e perfil dos extensionistas, que seguem com velhas práticas difusionistas e usando as obsoletas metodologias de

extensão que foram úteis para a etapa de introdução da modernização conservadora (CAPORAL e RAMOS, 2006). Assim, apesar do esforço no sentido de converter a matriz extensionista no Brasil, se percebe que ainda há dificuldades em tirar do papel e colocar em prática os novos métodos de extensão<sup>39</sup>.

Em relação aos anos 2000, Pompéia (2021) coloca que “a interlocução das heterogêneas entidades de representação da agricultura familiar ou de pequenos agricultores com a então dupla institucional MDA/MDS<sup>40</sup> obteve êxito na consolidação e na diversificação de uma matriz de políticas de apoio à produção (POMPEIA, 2021). Além da PNATER e do Pronaf, o autor cita o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais – Fomento Rural, o Mais Gestão e o Programa Cisternas<sup>41</sup>. Programas estes implementados a partir da atuação direta ou indireta das entidades de ATER.

Segundo Caporal e Ramos (2006, p. 3), de acordo com a PNATER

A Extensão Rural deve contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, adotando-se uma abordagem sistêmica e multidisciplinar, mediante a utilização de métodos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia. Ao mesmo tempo, a PNATER sugere que se melhorem os processos de gestão social. Estabelece ainda que a nova ATER é um processo educativo, permanente e continuado, que se deve alicerçar em uma prática dialógica e em uma pedagogia construtivista. Essa Extensão Rural deve contribuir para uma melhor relação entre o urbano e o rural, para a melhoria da qualidade de vida, para o fortalecimento da cidadania e para a produção de alimentos limpos.

Após um período marcado pela ascensão do neoliberalismo no país, e partir da criação da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) coordenada pelo então Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2003, houve a reorganização e fortalecimento dos serviços de ATER (CAPORAL e RAMOS, 2006) no país. Esse processo é marcado também pelo desenvolvimento de uma perspectiva

---

<sup>39</sup> Ver, por exemplo, Bertoldo *et al* (2009); e Barros (2016).

<sup>40</sup> As responsabilidades do antigo MDA foram incorporadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e atualmente retornaram ao recém recriado Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA). O antigo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome passou a denominar-se Ministério da Cidadania (MC) e atualmente chama-se Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS). Ver Decretos 11.338/2023 e 11.339/2023.

<sup>41</sup> O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf foi criado em 1995 para promover o acesso ao crédito. O PAA e o Programa Cisternas, criados em 2003, objetivam respectivamente (i) promover o acesso à alimentação e incentivar a comercialização da agricultura familiar e (ii) promover o acesso à água para consumo humano e para produção de alimentos. O Mais Gestão, por sua vez, criado em 2011, busca promover o fortalecimento de empreendimentos produtivos conduzidos por cooperativas e associações da agricultura familiar por meio da qualificação dos sistemas de gestão e de acesso aos mercados.

mais próxima do humanismo crítico na ATER, com princípios participativos e dialógicos e buscando a construção da cidadania e a democratização da gestão da política pública (DIAS, 2008). Nesse momento, a extensão rural passou a identificar com maior amplitude seu público-alvo – agricultura familiar e segmentos de PCTs, e, além disso, a promoção (i) do desenvolvimento rural sustentável, (ii) da agricultura familiar e (iii) da segurança alimentar passou a balizar os trabalhos extensionistas (GONÇALVES, 2012). Segundo Razera (2013, p. 35), de 2003 a 2010, somente na Secretaria de Agricultura Familiar do então MDA, “foram formalizados cerca de 1.500 instrumentos para a execução dos serviços de ATER, envolvendo aproximadamente 1 bilhão de reais”.

Em 2010 foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo Presidente da República a Lei 12.188, ou Lei de ATER, bem como lançada uma nova versão do PRONATER. Segundo Thomson, Bergamasco e Borsatto (2017), “apesar de muitas críticas, como podem ser observadas nos trabalhos de Diniz *et al.* (2011) e de Caporal (2011), sua publicação representou um avanço político no que diz respeito à consolidação de um modelo de ATER pública voltado à agricultura familiar” (THOMSON, BERGAMASCO e BORSATTO, 2017, p. 81). Desde então, os serviços passaram a ser contratados mediante a modalidade de Chamadas Públicas, desvinculando-se da Lei de licitações (Lei 8.666/1993) a qual veda pagamento antecipado por prestação de serviços. Thomson *et al.* (2017) afirmam que houve um aumento substancial dos recursos federais para o financiamento dos serviços e da nova modalidade de contratação, porém permaneceram dificuldades tanto para empresas privadas como estaduais prestadoras dos serviços de ATER relacionadas ao financiamento das atividades.

### 2.1.2 Pensar a ATER no “novo” e no “velho” desenvolvimento

Samborski (2016), citando Cepêda (2012), aponta que o desenvolvimentismo no Brasil consiste em uma onda longa com duas grandes fases: o velho desenvolvimento (“crescer para distribuir”) e o novo desenvolvimentismo (“redistribuição e equidade em posição prioritária”). Ele coloca que:

Se no velho desenvolvimento a Extensão Rural difusionista e seus métodos persuasivos contribuíram para o aumento da produção e a consolidação do sistema capitalista de produção na agricultura, no novo desenvolvimento ela é convidada para exercer um novo papel: corrigir os efeitos desiguais do crescimento econômico. Se a função tradicional era baseada na ideia de integração (social e espacial) e na multiplicação através do aumento da produção, essa nova fase apresenta ter suas

bases na inclusão e na divisão de recursos. Não mais uma função integradora ao sistema, mas sim reparadora da ação do sistema sobre o mundo da vida espera-se da ATER (SAMBORSKI, 2016, p. 123)

O autor afirma que a pobreza extrema no meio rural é muito significativa e demonstra não ser mais possível a indiferença da extensão rural com a pobreza (*ibidem*, p. 125). Diante disso, ele analisa a contribuição da *Iniciativa Neuchâtel e a extensão rural pró-pobre* através de autores como Christoplos (2003), Scoones (2009), Farrington *et al* (2002). Ele afirma que o Plano Brasil Sem Miséria (PBSM), lançado em 2011 pelo Governo de Dilma Rousseff, ao priorizar o combate da pobreza extrema, consistiu em uma “novidade que desafia a ação extensionista” (*ibidem*, p. 124) e que a inclusão dos serviços de ATER dentro do PBSM está em consonância com as recomendações de redução da pobreza dessa Iniciativa, que são: a *redução da vulnerabilidade e ampliação da segurança*; o *aumento da participação e da voz dos pobres*; e a *possibilidade de criar e apoiar oportunidades para os pobres* (*ibidem*, p. 130). E o autor, citando ainda Farrington *et al.* (2002) e Christoplos (2003), afirma que “a extensão rural deve colocar as estratégias de desenvolvimento rural centradas nos direitos e nas aspirações de subsistência aos pobres com a complementaridade de ações de produção e de proteção”, se voltando para os meios de subsistência (*ibidem*, p. 132) e autoconsumo.

Sobre esse tema, Pacífico (2016, p. 160) pontua que na época do lançamento do PBSM-Rural, a PNATER vinha há pouco mais de um ano sendo operacionalizada por Chamadas Públicas e, por mais que já tivesse fluxos estabelecidos, processos e rotinas, as Chamadas foram sendo adequadas às necessidades do Plano. A autora, citando Delgado e Leite (2013), afirma que a assistência técnica e extensão rural tornou-se um dos pilares do Plano, e, no eixo inclusão produtiva rural,

o objetivo central é o aumento da produção dos agricultores familiares, por meio, principalmente, dos seguintes instrumentos: orientação e assistência técnica; e oferta de fomento, de sementes e de água e luz para todos. A assistência técnica é um dos pilares do plano, que pretende contratar equipes profissionais de extensionistas nas regiões de incidência do mesmo, com o objetivo de oferecer – o que é uma das marcas distintivas do BSMR – assistência técnica direta, continuada e individualizada às famílias de agricultores familiares participantes. A intenção é que cada grupo de mil famílias tenha a assistência de um técnico de nível superior e de dez técnicos de nível médio, que colaborarão no sentido de disponibilizar tecnologias apropriadas para cada família, num esforço de parceria com universidades e com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (DELGADO; LEITE, 2013, p. 135 *apud* PACÍFICO, 2016, p. 160).

Mendonça *et al* (2016) conta que para operacionalizar a oferta de serviços de ATER no âmbito do PBSM foram utilizados dois instrumentos de contratação:

O primeiro instrumento envolvia a contratação direta de instituições pelo Governo Federal, fazendo uso do instrumento recém-criado pela Lei de Ater: as chamadas públicas. [...] O segundo instrumento envolvia o pacto federativo e adquiriu a forma de Acordos de Cooperação Técnica firmados entre o Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e os governos estaduais. Estes últimos ofereciam Ater dentro da metodologia do Plano Brasil Sem Miséria e, em contrapartida, recebiam do Governo Federal a capacitação das equipes técnicas, além da possibilidade de as famílias terem acesso aos recursos não reembolsáveis do Programa de Fomento. Essa experiência expressou o compromisso dos diversos níveis de governo com a superação da pobreza. (Mendonça *et al*, 2016, p. 53)

Pacífico (2016, p. 163) coloca ainda que “em 2011, foram lançadas três Chamadas para contratação de serviços de assistência técnica e extensão rural para atuação específica com o Plano Brasil Sem Miséria Rural”, duas voltadas para o público da agricultura familiar e uma para famílias quilombolas. A Chamada para atendimento a quilombolas abrangia sessenta e sete Comunidades Quilombolas em seis Unidades da Federação (Minas Gerais, Bahia, Pernambuco, Pará, Espírito Santo e Maranhão). Nas palavras da autora, “O reconhecimento da identidade quilombola enquanto mobilizador de direitos passou a agregar dimensão estratégica ao Plano e, a princípio, reforçar o argumento pela abordagem multidimensional da extrema pobreza rural” (PACÍFICO, 2016, p. 164).

Pacífico (2022) conta que de 2011 a 2016 foram lançadas chamadas para contratação de serviços de ATER com foco no enfrentamento da pobreza rural (denominadas usualmente de ATER-BSM) as quais levaram à contratação de instituições que prestaram o serviço junto às famílias. Segundo ela, “as últimas Chamadas de ATER-BSM datam 2014/2015, e com algumas pequenas diferenças entre os contratos, tiveram as atividades encerradas em 2016/2017 (PACÍFICO, 2022, p.10). Em relação às chamadas de ATER voltadas para Povos e Comunidades Tradicionais, até o ano de 2015, foram lançadas 10 Chamadas Públicas de ATER/Fomento, que tinham como meta atender 34.610 mil famílias (CARNEIRO, CAMBOIM e SANTOS, 2021, p. 11). A Tabela 3, a seguir, apresenta informações das Chamadas:

<b>Segmento</b>	<b>Chamada Pública</b>	<b>UFs</b>	<b>Nº de Famílias beneficiárias</b>
<b>Quilombolas</b>	DPMRQ/MDA 003/2011	MG, BA, PE, PA, ES e MA	5.520
	DPMRQ/MDA 009/2012	AL, GO, MA, PA e PI	4.500
	DPMRQ/MDA006/2014	AP, BA, MT, MG e PA	5.000
<b>Subtotal</b>	<b>03 Chamadas</b>	<b>11 UFs</b>	<b>15.020</b>
<b>Indígenas</b>	DPMRQ/MDA 001/2013	MT e RS	3.000

	SAF/ATER 003/2014	AM	1.500
	SAF/ATER 007/2014	MS	3.090
	SAF/ATER 008/2014	RR	1.800
	SAF/ATER 009/2014	AM	1.500
	001/2015	CE, SE, AL, BA, PE	5.200
<b>Subtotal</b>	<b>06 Chamadas</b>	<b>11 UFs</b>	<b>16.090</b>
<b>Pescado res Artesan ais</b>	DPMRQ/MDA 013/2012	PA e BA	3.500
<b>Subtotal</b>	<b>01 Chamada</b>	<b>02 Ufs</b>	<b>3.500</b>
<b>Total</b>	<b>10 Chamadas</b>		<b>34.610</b>

Tabela 3 - Chamadas de ATER específicas

Fonte: Levantamento Coordenação Geral de Fomento/MC/2020, Carneiro, Camboim e Santos (2021).

Segundo elas,

É possível observar que a previsão de atendimento a indígenas e quilombolas era semelhante, em termos de quantitativos de famílias e de Estados. A maior concentração de atendimento a esses dois segmentos pode ser explicada pelo fato de ambos terem reconhecimento e garantia a direitos pela Constituição Federal de 88 (indígenas Arts. 231; 232 e quilombolas ADCT art. 68; art. 216), o que gerou a conquista de espaços próprios de diálogo com o Estado, como Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), Comitê Gestor da Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas (PNGATI), Agenda Social Quilombola e comitê gestor do Programa Brasil Quilombola (PBQ), além do próprio espaço do CNPCT. (CARNEIRO, CAMBOIM e SANTOS, 2021, p. 12)

Carneiro e Santos (2016, p. 170-171), em relação ao tema, salientam que houve a participação de diversos órgãos para elaboração das Chamadas Públicas, para além dos órgãos responsáveis pelo Programa Fomento Rural, os então MDA e MDS. Segundo elas:

a definição de metas e áreas de atendimento das famílias pertencentes a segmentos de povos e comunidades tradicionais contou com a participação da Fundação Nacional do Índio (Funai), no caso de famílias indígenas; da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir) do Ministério da Justiça (MJ), no caso das famílias quilombolas; e do extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), no caso das famílias de pescadores artesanais. (CARNEIRO e SANTOS, 2016, p. 171)

Afirmando que “a metodologia da Assistência Técnica para Povos e Comunidades Tradicionais proposta nas Chamadas Públicas de ATER/Fomento buscou atender às especificidades étnicas, linguísticas e culturais dessas populações” e que são “conceitos norteadores para este tipo de Assistência Técnica a autodeterminação, a autonomia e o etnodesenvolvimento” (*ibidem*, p. 172), porém as autoras ressaltaram que houve uma diferença entre a meta de atendimento e o número de famílias que de fato

foram atendidas devido a fatores como necessidade de republicação de Chamadas ou de repactuação de metas devido ao isolamento geográfico das famílias.

### 2.1.3 ATER para PCTs

Sobre a importância e a influência que tiveram as políticas e ações do sistema de Extensão Rural para PCTs, destaca-se na literatura as produções relacionadas aos povos indígenas, como Verдум (2005; 2010), Rauber (2016) e Pörsch, Grisa e Kubo (2018), sendo que os dois primeiros autores abordam o conceito de interculturalidade na experiência da ATER. Em relação à ATER Quilombola, estudos como os de Calheiros e Stadtler (2010), Mendes (2014), Santos (2017) e Santos, Araújo e Freitas (2018) trazem reflexões sobre o tema, sendo que nenhum deles tem como enfoque o fenômeno da interculturalidade.

Mendes (2014) apresenta reflexão sobre as abordagens territorial e de etnodesenvolvimento durante a implementação da ATER junto a quilombolas. Já Calheiros e Stadtler (2010, p. 135) refletem sobre o conceito de identidade étnica quilombola na PNATER, afirmando que essa política reconhece as circunstâncias excludentes e discriminatórias em que os quilombolas estão envolvidos, possuindo ações que interferem nesse espaço de desigualdade e colaboram com a autoestima dessas comunidades. Santos, Araújo e Freitas (2018), ademais, abordam representações sociais de quilombolas e extensionistas acerca da extensão rural e identidade étnica.

A prestação do serviço de ATER para quilombolas, nas palavras de Santos (2017, p. 1033), “ainda representa uma medida de cunho reparativo” em função do contexto de desigualdade a que esse segmento foi relegado e dos quadros de desigualdade, discriminação e racismo que atravancam o acesso a direitos. Segundo este autor,

Para além da consolidação da PNATER enquanto uma política na qual se tenha a valorização da participação social e o cumprimento de direitos com a efetivação da melhoria na qualidade de vida dos atendidos, em se tratando dos povos quilombolas urge o compromisso de se viabilizar nas ações de ATER a sensibilização quanto a um sentido reparativo com vistas à compensação por uma dívida histórica, além do respeito às especificidades étnico-raciais e da valorização concreta desses grupos e seus aspectos identitários e socioculturais. (SANTOS, 2017, p. 1037)

Como parte do histórico de implementação da PNATER está a criação da Agência Nacional de ATER (ANATER), através da Lei Nº 12.897/2013, a qual foi transpassada por discussões envolvendo, pode-se dizer, por um lado o então MDA, ASER, ASBRAER, FETRAF, CONTAG, além de acadêmicos dedicados à temática da

extensão rural, e por outro, MAPA, EMBRAPA, Conselho Nacional dos Sistemas Estaduais de Pesquisa Agropecuária (CONEPA) e a Confederação Nacional da Agricultura (CNA). Trabalhos como o de Thomson *et al.* (2017, p. 84) e Razera (2013, p.36) contam que no processo de construção da Lei de criação da ANATER foi dado protagonismo à EMBRAPA e sua atuação no meio rural brasileiro marcada pelo difusionismo produtivista. Essa situação gerou reação de alguns setores da sociedade como o movimento agroecológico e a rede de ATER relacionadas à preocupação com a “garantia exclusiva da prestação de serviços aos agricultores familiares, e à manutenção dos princípios do humanismo crítico, que vinham norteando a extensão rural brasileira desde a primeira versão da PNATER” (THOMSON *et al.* 2017, p. 84). Segundo os autores, durante o III Encontro Internacional de Agroecologia (EIA), que ocorreu em agosto de 2013, foi elaborado documento afirmando que a maior parte do acervo tecnológico desenvolvido pelo Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária da Embrapa:

“não se ajusta à realidade da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais por induzi-los à crescente dependência ao sistema financeiro e agroindustrial”, assim como porque “a perspectiva agroecológica não se coaduna com a intenção de disseminação universal de tecnologias geradas em meio controlado nos centros de pesquisa”. Em contrapartida, delegavam que, em lugar do modelo difusionista, o sistema de ATER mantivesse as “abordagens para construção do conhecimento fundamentadas na ação protagonista das comunidades rurais em parceria com extensionistas e pesquisadores”. (THOMSON *et al.* 2017; p. 84)

Os autores afirmam que até 2016 a ANATER vinha demonstrando “abertura e capacidade de diálogo com a Sociedade Civil organizada e movimentos sociais do campo, historicamente ligados e responsáveis pela concepção da PNATER” no sentido de reelaborar “compromissos de gestão da ANATER baseados na PNATER e debatidas as críticas apresentadas pelo CONDRAF em relação às medidas necessárias à universalização, de fato, e à melhoria da qualidade dos serviços de ATER” (*ibidem*, p. 85). Porém, após o presidente da ANATER nomeado pela Presidente Dilma Roussef ter sido exonerado de seu cargo por Michel Temer, a ATER pública demonstra tendência de retorno “as suas origens do produtivismo difusionista, voltada a atender um modelo de desenvolvimento rural que priorizará interesses patronais e, mais uma vez, marginalizará agricultoras e agricultores familiares no acesso a serviços de ATER” (*ibidem*, p. 86).

O Plano Brasil Sem Miséria, executado durante o período de 2011 a 2014, fez parte do rol de ações geralmente associado às políticas que teriam constituído uma nova

fase de políticas de desenvolvimento social no país (MELLO, 2018, p.7). A influência do Plano e da criação do Programa Fomento Rural na Política de ATER dizem respeito sobretudo à focalização do atendimento à pobreza rural, que inclui as famílias de povos e comunidades tradicionais. Mesmo com o encerramento do Plano, o Fomento Rural continuou sendo executado por meio de parcerias junto à Agência Nacional de ATER (ANATER) e, principalmente, através de Acordos de Cooperação Técnica envolvendo o Governo Federal, representado pelo MDS e pelo MDA ou pelo MAPA, e as Unidades da Federação, através das Secretarias estaduais de Agricultura e das Entidades prestadoras dos serviços de ATER.

Com a extinção do MDA em 2016 e a crescente diminuição das ações voltadas para a agricultura familiar observadas nos últimos anos, a execução do Fomento Rural tem acontecido sobretudo através das entidades públicas de ATER estaduais, sem aporte financeiro por parte do governo federal para prestação do serviço, que fica sob responsabilidade das Unidades da Federação. Carneiro, Camboim e Santos (2021, p. 20), sobre isso, pontuam que tal situação tem levado a uma dificuldade no atendimento a PCTs, dado que entidades estaduais de ATER argumentam que “seus territórios são isolados, exigindo mais recursos financeiros e humanos - por exemplo maior tempo e disponibilidade dos técnicos e meios de transporte adequados como carros traçados (4x4) ou barcos/lanchas”, mas, ainda assim, pontuam que a perspectiva atual de atendimento para PCTs no âmbito do Programa “é de 13.774 famílias, entre indígenas, quilombolas, pescadores artesanais, extrativistas, ribeirinhos, geraizeiros e fundo de pasto, o que representa 21,8% do total da meta prevista em contratos vigentes no âmbito do Programa” (*ibidem*, p. 21). O que “demonstra o reconhecimento da importância de se garantir ações estruturantes que visem à melhoria da condição de vida e a promoção da segurança alimentar e nutricional a essa população” (*ibidem*, p. 23).

Durante a implementação de uma política pública como o Fomento Rural, as instituições responsáveis desde o médio escalão da burocracia até o nível local são guiadas pela legislação (PNSAN, PNATER, normativos do Programa), influenciadas pelos modelos de desenvolvimento nacional que possuem menor ou maior força a depender do momento histórico-político e pelas convicções pessoais próprias e da população atendida. Para compreender a experiência de implementação desse Programa em Goiás junto a quilombolas, entende-se que a literatura relacionada à burocracia de nível de rua, tema da próxima subseção, contribui, na medida em que se debruça sobre

aspectos e implicações da atuação de agentes estatais que atendem a população e também sobre a atuação da população que participa de ações e políticas empreendidas pela administração pública.

A figura abaixo (Figura 4) apresenta alguns dos principais acontecimentos relacionados à implementação da ATER no Brasil.

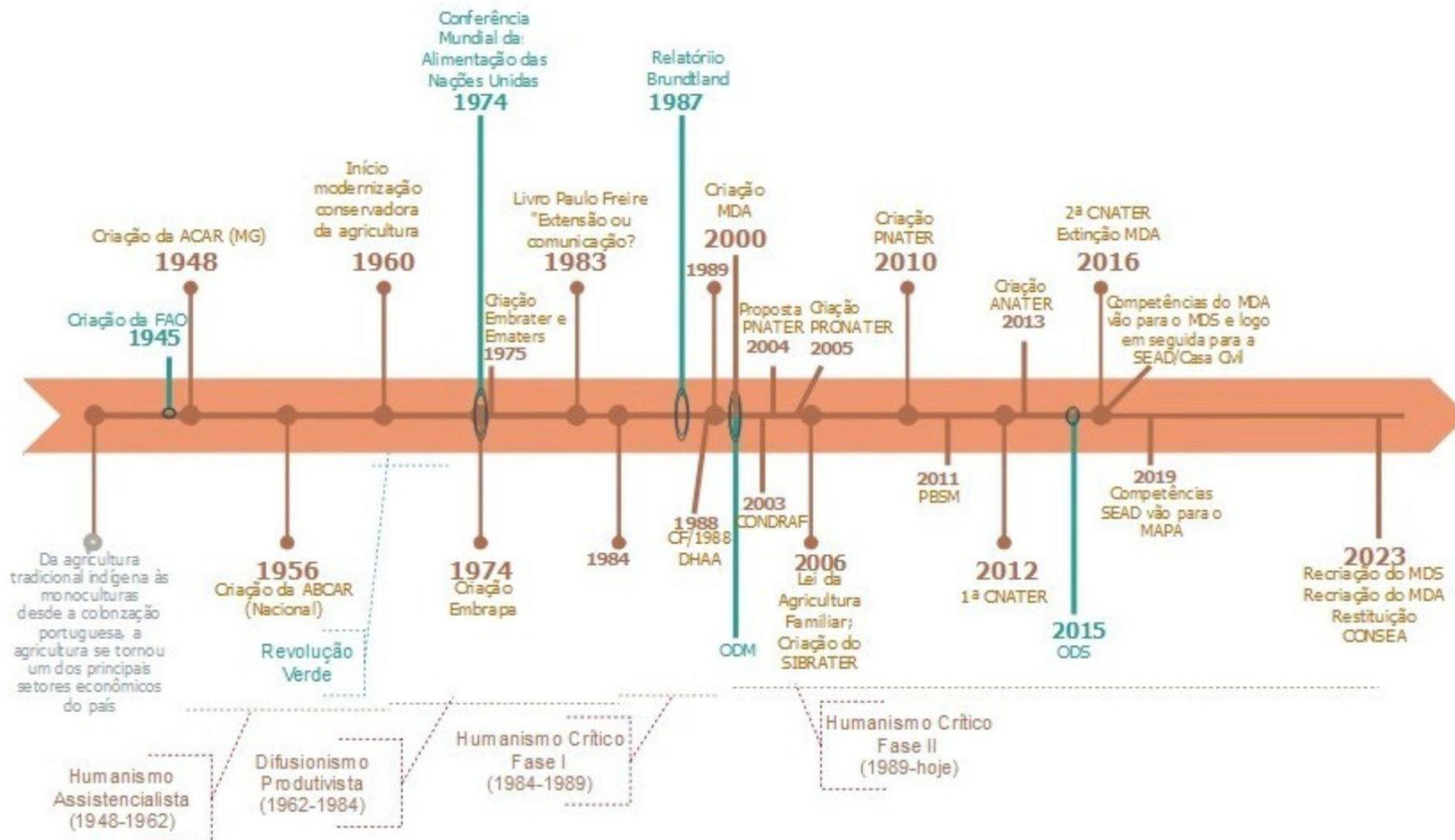


Figura 4 - Linha do tempo - Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil

## 2.2 A abordagem da burocracia de nível de rua na implementação da ATER

Segundo Cris Shore (2010, p.43-44), as políticas envolvem atuação cotidiana de diversos atores e criam categorias de pessoas e novas formas de subjetividade. Estudos etnográficos sobre políticas públicas, nesse sentido, segundo o autor, têm o potencial de explorar o significado das políticas (de uma perspectiva interna e externa) e as implicações culturais desses entendimentos e de oferecer uma oportunidade para refletir sobre transformações mais amplas na sociedade, mudanças nos padrões socioeconômicos e novas e emergentes racionalidades de governo. Mais especificamente sobre as políticas de inclusão, como é o caso do Programa Fomento Rural, aponta-se que a relevância acadêmica e política no Brasil da temática cresceu a partir do processo de redemocratização social e política, ocorrido ao longo dos anos 1980. Nesse sentido, ganhou relevância a análise da atuação dos diversos atores envolvidos nas políticas públicas seja do lado dos formuladores e implementadores, seja do lado da população que lida e participa de ações empreendidas pelo Estado. Schuch, Víctora e Silva (2018) pontuam que

No bojo desse processo, novas ênfases de engajamento e pesquisa etnográfica surgiram no país, como os campos dedicados à análise da política, do direito, da ciência, bem como outros mais clássicos foram revigorados a partir de um conjunto original de reflexões que abarcou a agência política de populações tradicionais brasileiras, como indígenas e quilombolas, na luta por seus direitos. (SCHUCH *et al*, 2018, p. 8).

A fase de implementação diz respeito ao momento em que as políticas já formuladas entram em ação e são colocadas em prática (LOTTA, 2010, p. 27). Autores/as como Pires (2009), Lotta (2010), Razera (2013), Pacífico (2016) e Brites e Clemente (2019) pontuam que a partir dos anos 1970<sup>42</sup> a preocupação com a implementação ganhou força, frente a crescente decepção em relação ao desempenho do Estado na medida que os resultados insatisfatórios de políticas e programas se tornavam mais aparentes e recorrentes” (PIRES, 2009, p. 737). Segundo este autor, o debate acadêmico sobre implementação de políticas públicas foi motivado pela seguinte questão: *por que observamos tanta discrepância entre os objetivos planejados e os alcançados?* – evidenciando que o sucesso ou fracasso de uma política está relacionado

---

<sup>42</sup> O estudo de Pressman e Wildavsky (1973) é reconhecido como marco deste momento em que a implementação de políticas pública se tornou foco de pesquisa e discussões, devido ao seu apontamento de que o processo de implementação de políticas públicas envolve necessariamente complexidades relacionadas ao cotidiano da execução das políticas – como critérios contraditórios, acomodação de interesses conflitantes, múltiplos atores, processos decisórios longos e tortuosos etc. (PIRES, 2009, p.77).

a condições e contextos diversos (RAZERA, 2013, p. 39) os quais acontecem na prática cotidiana da execução da política.

Segundo Pacífico (2016, p. 90) “os estudos sociológicos sobre o processo de implementação inverteram o olhar sobre o Estado e desenvolveram abordagens focadas na execução das políticas públicas”<sup>43</sup>. A autora, se baseando na sociologia da ação pública, sobretudo na produção de Lascoumes e Le Galès (2004; 2012), afirma que “a análise da implementação se origina da mudança de olhar sobre a intervenção do Estado, e a questão é compreender os processos de ação pública, assim como identificar aquilo que determinou a dinâmica social, mesmo que o objetivo não tenha sido atingido por excelência”, desse modo, faz-se “distinção entre o que é pensado na formulação, na escolha da ferramenta e da técnica – elementos programados – e os ajustes, aqueles espaços abertos que permitem que os atores locais possam ajustar, e interpretam essa ação como brechas para as formas distintas de fazer” (PACÍFICO, 2016, p. 90).

Nos anos 1980, segundo Pires (2009, p. 738), surge uma segunda linha de pesquisa para buscar resposta ao problema da discrepância entre objetivos e resultados alcançados pelas políticas públicas, a qual se debruça sobre a natureza política dos processos de implementação por meio da análise das negociações entre gestores públicos, elites políticas e grupos interessados afetam e remodelam os objetivos das políticas e programas. Na perspectiva da implementação como negociação e barganha, segundo o autor, merecem destaque os trabalhos de Grindle e Thomas (1989; 1990), Allison (1969), Nakamura e Smallwood (1980), e BID-IPES (2006).

Pires (2009) apresenta em seguida uma terceira geração ou linha de pesquisa da temática<sup>44</sup>, a qual consolidou-se na década de 1990, voltada para o papel desempenhado por burocratas de linha de frente (*street-level bureaucrats*) e sua influência na performance e na redefinição dos objetivos de uma política pública (PIRES, 2009, p. 738-739). A categoria “burocracia de nível de rua”, proposta por Lipsky (1980), conforme pontuado no prefácio à edição brasileira do livro *Street-Level Bureaucracy*,

---

<sup>43</sup> Segundo Pacífico (2016, p. 90), nos Estados Unidos, por exemplo, em 1973, Pressaman e Wildavsky publicaram *Implementation*. Na França, Padiou publicou *l'État au concret* em 1982, e, alguns anos depois, Jobert e Muller publicaram o *l'État en action*, em 1987. Esses trabalhos trataram das primeiras análises que partem dos executores e dos beneficiários para compreender as dinâmicas da ação pública. Tais estudos encerraram consideravelmente um ciclo de pesquisas que se concentraram na leitura de fracassos e limites das políticas públicas para observar os processos de implementação (*mise en oeuvre*). (PACÍFICO, 2016, p. 89-90).

<sup>44</sup> O autor afirma que essa perspectiva dos estudos de implementação “introduziu uma mudança paradigmática, visto que chamou a atenção para o papel crucial desenvolvido por atores até então ignorados nas avaliações de políticas públicas” (PIRES, 2009, p. 39).

*Dilemmas of the Individual in Public Services*<sup>45</sup>, publicada em 2019 pela ENAP, incorpora a grande maioria dos funcionários próprios ou terceirizados da administração pública mundial e são todos aqueles que interagem com os usuários dos serviços entregando serviços e políticas públicas à população. Os estudos de implementação começaram, então, a observar o que acontecia na base, buscando identificar fatores que influenciavam a ação e o comportamento (LOTTA, 2010, p. 30).

A literatura, então, divide os estudos sobre implementação de políticas públicas nas abordagens: *top-down*, que enfoca a atuação da burocracia de médio escalão (estudos dos anos 1970); *bottom-up*, que trata da performance dos diferentes atores que intervêm em processos de implementação na linha da burocracia de nível de rua, a qual está na linha de frente e em contato direto com a população atendida (trabalhos dos anos 1980); e ainda uma terceira geração “síntese”, que condensa e aprofunda essas duas abordagens (cujas produções datam de meados dos anos 1990 até a atualidade)<sup>46</sup> com foco nos burocratas de nível de rua (BNR), “atores chave responsáveis por materializar as políticas desenhadas e, portanto, gerar seus resultados” (LOTTA e COSTA, 2021, p.76).

A visão *bottom-up* observa o processo de criação de política como um *continuum*, no qual há modificações em todo o processo de traduzir as intenções em ações, e tem como pressuposto que o processo de implementação transforma e adapta as políticas originais (LOTTA, 2010, p. 31). Na presente pesquisa, com inspiração na abordagem *bottom-up* e na BNR, voltou-se a atenção para o exercício de agência (autonomia ou discricionariedade) por parte dos implementadores da linha de frente e suas implicações (positivas e negativas) para a gestão e para os públicos atendidos. Destacou-se o desafio prático de conciliar, de um lado, flexibilidade para adaptação e, de outro, unidade, coerência e coordenação nas políticas públicas.

---

<sup>45</sup> O livro “Burocracia de nível de Rua”, de Lipsky, teve repercussão nacional e internacional, e tem tido um papel importante de contribuir com uma agenda de pesquisa. Lotta (2019) no prefácio à edição brasileira afirma que “os estudos pioneiros dos anos 2000 nesse campo, como os realizados por Roberto Pires, Luciana Leite Lima e eu, Gabriela Lotta, bem sistematizados em um livro organizado por Carlos Aurelio Pimenta de Faria, foram rapidamente seguidos por outros estudos com abordagens mais gerenciais ou sociológicas, mais voltadas a compreender as instituições ou a participação social”.

<sup>46</sup> Vale registrar que, nas palavras de Lotta (2010, p. 32), “para a perspectiva *top-down*, o foco central é a prescrição, ou seja, o que deveria ser feito. E, nesse sentido, a principal crítica a essa perspectiva é a falta de descrições profundas sobre os processos e suas complexidades. Já a visão *bottom-up* tende a focar o entendimento e a explicação. A crítica sobre essa perspectiva, portanto, é de não oferecer prescrições para a prática”. Ademais, Barrett (2004 *apud* LOTTA, 2010) afirma que há muitas confusões e sobreposições entre ambas as perspectivas (*top-down* e *bottom-up*) e Lazin (1994 *apud* LOTTA, 2010) defende a necessidade de combinar ambas as perspectivas para promover um olhar factual das experiências de implementação.

Desse modo, esta pesquisa tem como pressuposto, assim como propõe Lotta (2010) que

para compreender a implementação, devemos observar as pequenas decisões e a discricionariedade, não como erros que devem ser combatidos em prol dos planos desenhados, mas como condições a serem introjetadas nas análises e que pode nos ajudar a entender aquilo que influencia e impacta diretamente as escolhas que os burocratas implementadores fazem e as questões que condicionam sua própria maneira de enxergar as políticas e atuar sobre elas. (LOTTA, 2010, p .15)

O exercício da discricionariedade aparece como conceito central, característica fundamental da atuação dos implementadores, e que se materializa através tanto da adoção de diferentes práticas e estilos no cotidiano de trabalho como na adoção de diferentes categorias e julgamentos construídos na interação com os usuários das políticas (LOTTA, 2019). Importante também é o conceito de agência, o qual considera a capacidade de julgar, agir e assumir responsabilidade por parte tanto de implementadores como da população que participa de uma política pública. Maynard-Moody e Musheno (2022) abordam o encontro entre os trabalhadores e o público atendido pelo Estado como o lugar onde são feitos julgamentos e onde ocorre a agência - influenciada por dimensões culturais e sociais. Esses autores são reconhecidos por trazerem um olhar dos agentes estatais como agentes-cidadãos, que agem por vezes para além “do ordenamento legal e burocrático” com foco no cliente, no cidadão, e não preso tão somente ao sistema normativo (MAYNARD-MOODY e MUSHENO, 2003, p.19). Segundo eles,

Em suas narrativas, os trabalhadores de nível de rua se revelam como agentes cidadãos empoderados que efetivam a legitimidade do Estado e transmitem o status de cidadania ao racionar recursos, dar acesso a programas e sancionar indivíduos. Mais do que demonstrar que são executores ou implementadores do direito, as narrativas dos trabalhadores de rua indicam que eles são agentes-cidadãos que ajudam a produzir e manter a ordem normativa da sociedade tanto quanto a ordem jurídica. (MAYNARD-MOODY e MUSHENO, 2003, p.24 – tradução livre)

A discricionariedade durante um período não foi considerada como um problema para administração pública algo que não teria implicações negativas para os resultados das políticas públicas. Após, ela passou a ser alvo de normatizações que a diminuíssem ao máximo através da burocratização de modo a reduzir seus efeitos negativos e até combatê-la. Atualmente, pode-se dizer que a compreensão que vigora é a de que é preciso garantir margem de liberdade na ação pública e há que se conviver e em certa medida domesticá-la dado que não é interessante para a população (e nem possível) ter controle total sobre o cotidiano dos agentes públicos em sua atuação. Fala-se então em uma “liberdade controlada” à discricionariedade, a qual passa a ser

considerada como um espaço onde os/as servidores/as podem agir com criatividade no desenvolvimento das ações planejadas, a fim de atender as demandas sociais, as quais poderão ser supervisionadas e monitoradas, gerando a responsividade (EVANS e HUPE, 2020). A responsabilização, por sua vez, pode se dar através do sistema (representantes mais altos dos órgãos, auditorias), da organização (chefias, pares nas equipes, gestão de desempenho) e individual (cidadãos que participam das políticas, associações comunitárias) (HUPE e HILL, 2007).

Os temas implementação de políticas públicas e desempenhos de BNR na tomada de decisões permanecem relativamente escassos na literatura nacional quando comparados ao potencial já explorado internacionalmente (LOTTA, 2015; 2018). Tais estudos, no Brasil, têm abordado as experiências dos/as profissionais da área da assistência social (por exemplo, BRONZO, REZENDE e GUIMARÃES, 2022; SANDIM e ASSIS, 2019; JACCOUD e ABREU, 2019), da saúde (por exemplo, LOTTA, 2006; 2010; 2019; MORETTI e SANTOS, 2019; MILANEZI e SILVA, 2019), da educação (como o de GUIMARÃES e BERNARDO, 2022), da segurança pública (por exemplo, JESUS, 2019) e de desenvolvimento rural (por exemplo, MESQUITA, MILHORANCE e CAVALCANTE, 2021; PACÍFICO, 2016; RAZERA, 2013; LOUZADA, 2020).

No presente estudo de caso, o/a agente de ATER, chamado também de técnico/a de ATER ou extensionista rural, se configura como burocrata de linha de frente da implementação do Programa Fomento Rural, objeto do presente estudo de caso, e da Política Nacional de ATER em sentido amplo. Sobre a criação e ascensão dessa categoria profissional, Castro e Pereira (2017) pontuam que grande incentivo foi conferido à criação de instituições de pesquisa agropecuária e à formação de cientistas especialistas em determinadas áreas do conhecimento - como química, biologia, engenharia - privilegiadas para inovação agropecuária. No processo de difusão de inovações tecnológicas, por sua vez, emerge a figura de um/a profissional: o especialista em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), profissional que passou a ser formado principalmente em instituições de ensino superior de engenharia agrônoma, zootecnia, economia doméstica e engenharia florestal (CASTRO e PEREIRA, 2017).

Para análise sobre o exercício da discricionariedade por parte dos/as extensionistas rurais, esta pesquisa considerou a perspectiva freireana sobre educação e sobre o serviço de ATER. Paulo Freire (1983) pontua que se o agrônomo extensionista

Transforma os seus conhecimentos especializados, suas técnicas, em algo estático, materializado e os estende mecanicamente aos camponeses, invadindo indiscutivelmente sua cultura, [...] estará negando o homem como um ser da decisão. Se, ao contrário, afirma-o através de um trabalho dialógico, não invade, não manipula, não conquista. (FREIRE, 1983, p. 29)

Pode-se dizer que a PNATER incorpora a abordagem crítica e emancipadora quanto à educação de que fala Paulo Freire na medida em que tem como princípios, dentre outros, a adoção de metodologia participativa com enfoque interdisciplinar e intercultural e a equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia. Tal entendimento também perpassa a própria construção dos espaços de participação social como os conselhos e as conferências nacionais de ATER no país. Por exemplo, Edmilton Cerqueira, então diretor para Povos e Comunidades Tradicionais do MDA, na ocasião da preparação da 1ª CNATER, a qual ocorreu em 2012, mencionou que tanto o 1º Seminário Nacional de Ater Quilombola, atividade preparatória para a conferência, como a Chamada Pública nº 003/2011 – Projeto Quilombola, do Plano Brasil Sem Miséria, firmaram

O compromisso de levar cidadania a comunidades quilombolas em situação de vulnerabilidade social. É preciso manter o respeito à autonomia e à história das comunidades, pois existe um processo de oralidade muito profundo e intenso em sua construção. Estas comunidades são fruto de um processo de luta do povo negro no Brasil, que foi escravizado por séculos, e não se pode desvirtuá-las.<sup>47</sup>

Se por um lado o campo profissional da ATER se configurou como promotor do difusionismo de tecnologias que implicam na supressão de práticas e conhecimentos tradicionais, por outro, pode ser considerado um importante aliado para o fortalecimento de grupos populacionais que estão em situação de vulnerabilidade social e para a valorização de seus saberes e práticas agropecuárias. Essa perspectiva que afirma a importância da ATER para quilombolas e ao mesmo tempo faz a crítica ao difusionismo aparece nos trabalhos já citados de Calheiros e Stadtler (2010), Mendes (2014), Santos (2017) e Santos, Araújo e Freitas (2018), bem como no de Santos e Mendonça (2014), como é possível observar no trecho abaixo:

A ATER é um instrumento importante na consolidação do desenvolvimento rural, desde que executada com metodologias capazes de envolver toda a família assistida em atividades que possam promover melhorias nas condições sociais dos camponeses, com ênfase em ações culturais com respeito aos saberes locais. (SANTOS e MENDONÇA, 2014, p. 13).

Respeito aos saberes locais e garantia de autonomia consistem, portanto, em categorias que tem sido agenciadas para se referir ao que seria adequado para o

---

<sup>47</sup> Disponível em <https://acervo.racismoambiental.net.br/2012/03/12/quilombolas-se-reunem-em-brasil-para-i-seminario-de-ater-quilombola/>. Acesso em 21 de setembro de 2022.

atendimento da população quilombola com a ATER. Porém, implementar políticas públicas num contexto de profunda desigualdade social, como é o caso do Brasil, abrange uma série de desafios quanto à garantia da equidade na medida em que a implementação implica cotidianamente em categorizações e julgamentos os quais podem estar pautados em estereótipos que reproduzem preconceitos estruturais. Nesse sentido, os estudos sobre implementação de políticas públicas têm avançado na reflexão em relação a estes riscos de reprodução de desigualdades (PIRES, 2019; VEDUNG, 2013; DUBOIS, 1999).

Pires (2019), por exemplo, aponta mecanismos e riscos de reprodução de desigualdades sociais em processos de implementação, vinculados a (i) arranjos e instrumentos de implementação; e (ii) práticas de implementação e interações nas linhas de frente do serviço público, os quais teriam efeitos materiais e simbólicos sobre a sociedade. Os mecanismos e riscos dos arranjos e instrumentos de implementação são, segundo o autor, o desequilíbrio de poder, representação institucional e falhas de conectividade e a instrumentação seletiva e dispositivos de fixação de sentidos<sup>48</sup>, como as legislações. Já os relativos à atuação da burocracia de nível de rua são: (i) resistências e divergências entre as prescrições formais e a ação local; (ii) classificações e julgamentos no acesso a bens e serviços públicos; e (iii) regulação moral nas interações em torno da manutenção/exclusão do apoio público. Considerando que na América Latina é persistente o cenário de desigualdade social (vide CEPAL, 2019), dar maior atenção a dinâmica reprodutora das desigualdades e seus efeitos pode ser um caminho analítico promissor, o qual pode se dar com apoio de abordagens multidimensionais e interseccionais da desigualdade e dos aportes do campo de implementação de políticas públicas.

O foco do autor nos mecanismos visou lançar luz sobre a natureza difusa e complexa desses processos, que operam entre a ação individual e a estrutura social, evitando as abordagens simplistas de culpabilização dos/as servidores/as públicos/as e profissionais envolvidos/as com a implementação de políticas públicas. Em suas

---

<sup>48</sup> Pires (2019) pontua que estratégias de implementação dizem respeito “à rotinização das relações entre os múltiplos atores envolvidos por meio da adoção ou do desenvolvimento de instrumentos”. Ainda, segundo ele, *instrumento* se refere “às entidades não humanas ou a objetos que não só estabilizam, mas conferem sentido e formas específicos às relações que se desdobram no decurso da ação coletiva da implementação. Exemplos desses instrumentos incluem sistemas de informação, protocolos, procedimentos operacionais padronizados, indicadores, formulários, entre muitos outros objetos, que rotinizam e organizam as trocas entre organizações governamentais, assim como entre estas e os usuários dos serviços públicos” (PIRES, 2019, p.31).

palavras “defende-se que a percepção desses mecanismos oferece caminhos úteis para reflexões preventivas (*ex ante*) ou avaliações de resultados (*ex post*) de políticas públicas e suas estratégias de implementação” (PIRES, 2019). Existem exemplos práticos de estratégias em alguma medida simples que podem trazer resultados positivos para a implementação e o acesso da população às políticas, sejam elas universais ou focalizadas. Entre as estratégias estão, por exemplo, o uso de um único formulário para vários programas (LEININGER *et al*, 2011); a garantia de fácil acesso ao material de aplicação; e a prestação de ajuda no preenchimento de aplicativos.

No caso da implementação do Fomento Rural para quilombolas em Goiás são os/as agentes de ATER e as famílias atendidas os principais atores envolvidos. A discricionariedade no cotidiano da implementação do Programa pode ser analisada a partir das decisões tomadas durante a seleção das famílias para participarem e durante a definição e execução dos projetos produtivos. Para além de implementadores e famílias, existem os elementos não humanos com os quais eles interagem – documentos utilizados no âmbito do Programa, itens e insumos dos projetos produtivos empreendidos pelas famílias, o próprio território das comunidades quilombolas – os quais pretende-se abordar também durante a análise dos dados obtidos em campo. Desse modo, será apresentada na próxima subseção a Emater-GO e seus agentes técnicos e, em seguida, no próximo capítulo (capítulo 3) uma reflexão acerca da questão racial e as comunidades quilombolas no país, com enfoque em Goiás e nas comunidades atendidas pelo Fomento Rural no âmbito deste estudo de caso.

### **2.3 Experiência da Emater-GO no Programa Fomento Rural**

Os principais interlocutores da presente pesquisa são (i) os<sup>49</sup> agentes de ATER que atenderam a famílias quilombolas em Goiás no âmbito do Programa Fomento Rural

---

<sup>49</sup> Das sete pessoas que participaram da pesquisa na condição de agentes de ATER, seis são do gênero masculino. Por isso, optou-se por utilizar o masculino ao se referir a estes interlocutores. Apesar de não ser o foco do presente estudo, o tema da desigualdade nas relações de gênero é de suma importância dado que os normativos do Programa objeto da pesquisa estabelecem que o atendimento deve ser preferencialmente às mulheres ao mesmo tempo que o serviço é prestado majoritariamente por homens, profissionais da área da agropecuária. Segundo Hernández (2009, p. 18), os agentes da extensão rural nem sempre são sensibilizados com as questões de gênero, atuando “muitas vezes, mais como fatores de permanência que de transformação das relações sociais”. De acordo com Siliprandi (2002, p. 108), “é claro que os profissionais da extensão rural fazem parte de uma sociedade em si preconceituosa (com relação a gênero, a classe, a etnias, etc.) e, portanto, são um reflexo das contradições dessa mesma sociedade”. Nas palavras dessa autora, “é preciso enfrentar e desconstruir esses preconceitos [para a construção] de uma relação horizontal entre os homens e as mulheres profissionais da extensão, e entre estes e os agricultores e as agricultoras (*ibidem*, p. 108). A PNATER,

e (ii) as famílias quilombolas que participaram do Programa. Nesta subseção pretende-se apresentar a Emater-GO e os seus agentes de ATER que atenderam a quilombolas com o Fomento Rural para então, no próximo capítulo, abordar as comunidades quilombolas e as famílias que foram atendidas a partir de uma contextualização da questão racial no país.

A atuação da Emater-GO se insere no contexto mais amplo em relação à modernização da agricultura no Brasil, caracterizada como conservadora pela literatura, mas que em alguma medida viu o atendimento aos PCTs e à pequena produção como estratégico para o desenvolvimento do meio rural. Através da PNATER, percebe-se um movimento no sentido de se reconhecer o quadro discriminatório ao qual são relegados segmentos da população como os quilombolas e, como pontuam Calheiros e Stadtler (2010, p. 135), de buscar retificar o percurso de dominação e exclusão reproduzidas pelas práticas extensionistas convencionais. Por outro lado, no decorrer da realização desta pesquisa, entre 2020 e 2022, o país experienciou um deslocamento dos recursos e das ações públicas federais na agropecuária dos agricultores familiares para os médios e grandes produtores do agronegócio, o que se evidencia após a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2016, e se agrava com o passar dos anos até a presente data.

As últimas parcerias para implementação do Programa Fomento Rural, voltado para atendimento de famílias em situação de extrema pobreza no meio rural, ocorreram ao final do ano de 2019 e início do ano de 2020, dentre as quais o Acordo de Cooperação Técnica para atendimento em Goiás. Faz-se importante apresentar o histórico de atuação da Emater-GO e sua execução do Programa Fomento Rural, o que será feito a seguir a partir de revisão bibliográfica, de análise documental e de pesquisa em portais eletrônicos da instituição.

A Emater-GO nasce da Associação de Crédito e Assistência Rural do Estado de Goiás (Acar Goiás), criada em 1959 (MARQUES, 2017; OLIVEIRA, ARAÚJO e QUEIROZ, 2017),

com o objetivo de promover a execução da extensão rural em Goiás e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do setor por meio de atividades de extensão rural e crédito educativo. No ano de 1959 foram criados os primeiros escritórios locais em diversos municípios do estado e os primeiros ciclos de trabalho iniciaram de forma efetiva em 1975, quando a entidade foi unificada à Coordenadoria de

---

instituída em 2010, significou um passo nesse sentido ao estabelecer como princípio a “equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia” (Lei 12.188/2010, Art. 3º).

Assistência Técnica da Secretaria da Agricultura e após a união, passou a se chamar Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (Emater-GO). Logo depois, a Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária (Emgopa) foi incorporada à Emater-GO [...]. A partir de então, ações de pesquisa e assistência técnica passaram a ser realizadas de maneira integrada em Goiás (MARQUES, 2017, p.15)

Segundo Marques (2017), ainda em relação ao histórico da Emater-GO, em 2008, a instituição foi extinta, transferindo suas atividades institucionais para a Secretaria de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAGRO). Ela foi reativada em 2010 e, em 2011, a Lei Estadual nº 17.257 transformou a entidade em Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater). Desde então, a Emater passou a ser uma entidade autárquica estadual, dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial. Em julho 2016, a Emater passou a assumir status de autarquia especial (MARQUES, 2017, p.15-16). Marques (2017), afirma que no Estado de Goiás

os recentes programas de ATER têm incorporado ao trabalho de organização no campo, as políticas nacionais de financiamento e produção como o PRONAF, além de programas de geração de renda, desenvolvimento educacional e programas específicos de tratamento da agricultura familiar específica a povos e comunidades tradicionais como quilombolas e indígenas. (MARQUES, 2017, p. 69)

Pontuando a dificuldade de aplicar de forma generalizada nos programas de ATER “uma intervenção verdadeiramente educadora e transformadora, dedicada a consolidar um desenvolvimento sustentável no sentido de tratar de questões ambientais e produção de forma a contemplar o que hoje se denomina agroecologia” (*ibidem*, p. 78), o autor ao analisar a experiência do programa da Emater-GO denominado Rede de Inovação Rural na Construção de Comunidades Proativas, coloca que

De forma definitiva o Estado de Goiás vem abandonando a abordagem meramente difusionista, que por tanto tempo marcou as políticas de Assistência Técnica e Extensão Rural no Brasil, não se limitando mais a divulgar e persuadir agricultores a realizarem projetos de produção conforme ditames de órgãos governamentais apenas, com a justificativa inteira no desenvolvimento tecnológico apresentado. A formatação atual colocar produtores rurais como sujeitos diretos do processo, respeitando seu saber, suas práticas e adotando como critério a situação local das comunidades, respeitando assim cada um dos elementos constitucionais e legais abarcados neste trabalho. (MARQUES, 2017, p. 94)

Ramos (2020) e Ramos, Ferreira e Oliveira (2022) apontam que, de 2006 para 2017 ocorreu uma redução em aproximadamente 67% no número de estabelecimentos rurais familiares em Goiás que receberam assistência técnica do governo (federal, estadual e municipal). Segundo dados do Censo Agropecuário, em 2017, havia 3.897 estabelecimentos, sendo que em 2006 eram 11.675 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007, 2019). Os autores apontam como justificativa para isso a “ausência de

concursos públicos da instituição desde a década de 1990, e [...] uma maior participação da Ater privada e proveniente de instituições como o Sistema S e ONGs” (RAMOS, FERREIRA e OLIVEIRA, 2022, p. 3). Além disso, Ramos (2020) afirma que, em 2017 no estado de Goiás, a assistência técnica do governo representava 26%, o que “leva a ampliar a eficiência do uso dos recursos públicos diante da escassez”, e que “o número de estabelecimentos rurais familiares em Goiás aumentou em mais de 8% entre os dois últimos Censos Agropecuários, passando de 88.326 para 95.684” (RAMOS, 2020, p. 16).

No portal eletrônico institucional da Emater-GO<sup>50</sup> é informado que sua atuação hoje cobre 205 municípios (dos 246 municípios do estado), contando com 764 funcionários técnicos e administrativos numa média diária de 158 atendimento aos produtores e anual de 57.075 (ver abaixo, Figura 5).



Figura 5 - Grandes números da Emater-GO (Portal eletrônico da instituição)

Ainda segundo o portal eletrônico da instituição, a Emater-GO possui 12 Unidades (Figura 6) distribuídas em todo estado de Goiás, as quais são “responsáveis pela coordenação das 204 Unidades Locais que realizam atendimento direto de Assistência Técnica e Extensão Rural nos municípios”<sup>51</sup>.

<sup>50</sup> <https://www.emater.go.gov.br/wp/>. Acesso em 16 de setembro de 2022.

<sup>51</sup> <https://www.emater.go.gov.br/wp/Contato/>. Acesso em 17 de setembro de 2022.



*Figura 6 - Unidades Locais da Emater-GO*

Em novembro de 2019, foi lançado o projeto “O Agro é Social” pelo Gabinete de Políticas Sociais (GPS) da administração estadual. O projeto é coordenado pela Emater-GO e pela Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAPA-GO) com objetivo de “elevar a renda dos pequenos agricultores, oferecendo assistência técnica, insumos, orientações jurídicas e outros benefícios”<sup>52</sup> e “cuidar de toda a cadeia produtiva de agricultores em condições de maior fragilidade material, auxiliando com capacitação, acompanhamento técnico, insumos, acesso a crédito e regularização de documentos” com a finalidade de “fornecer ferramentas a essas famílias para que possam plantar, colher e gerir a produção de forma autônoma e independente, promovendo o incremento em suas rendas”<sup>53</sup>.

O Acordo de Cooperação Técnica (ACT) para execução do Fomento Rural em Goiás, assinado em dezembro de 2019 pelo então Ministério da Cidadania, MAPA, e o Estado de Goiás, por intermédio da SEAPA-GO e da Emater-GO, possui vigência de três anos e meta de atendimento a 1.556 famílias em 42 municípios. O mapa a seguir (Figura 7) evidencia a localização da cobertura de atendimento do ACT nas regiões Nordeste Goiano, Norte e Entorno do Distrito Federal.

<sup>52</sup>Disponível em <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/5991-agro-em-dados-mais-de-1-700-familias-ja-foram-beneficiadas-pelo-programa-o-agro-e-social-no-goias> . Acesso em 17 de setembro de 2022.

<sup>53</sup>Disponível em <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/246468-governo-de-goias-lanca-agro-e-social-programa-coordenado-pela-emater-com-foco-na-agricultura-familiar.html#.YyTUOXbMLIU> . Acesso em 17 de setembro de 2022.

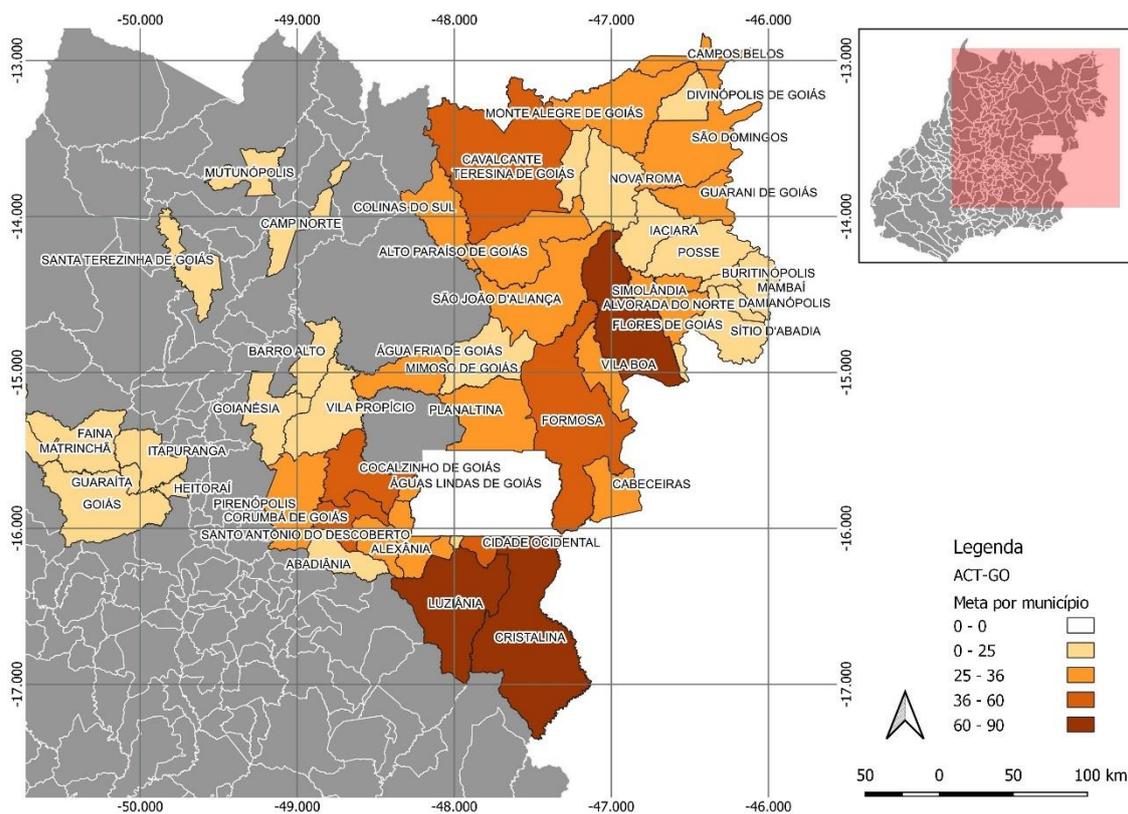


Figura 7 - Mapa da distribuição de atendimento prevista no ACT-GO 2019.

A definição dos municípios a serem atendidos no âmbito dos ACTs firmados para execução do Programa é de responsabilidade das Unidades da Federação, as quais consideram tanto aspectos logísticos e de capacidade de atendimento da entidade de ATER (por exemplo, disponibilidade de recursos humanos e de estrutura física) como os dados sobre concentração de famílias em situação de pobreza no território, os quais podem ser obtidos pelo Ministério da Cidadania através do portal eletrônico <https://cecad.cidadania.gov.br/painel03.php><sup>54</sup> ou pelos órgãos estaduais e municipais responsáveis pelo Cadastro Único. Procura-se também considerar outras informações que indicam vulnerabilidade social, em especial as relacionadas à insegurança alimentar e nutricional. Para tanto tem sido utilizada principalmente as informações do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)<sup>55</sup> do Ministério da Saúde.

A imagem a seguir (Figura 8), retirada do Boletim Agro em Dados de março/2020 – uma publicação do Governo de Goiás, apresenta a área de atuação do Projeto estadual Agro é Social, lançado em 2019. É possível observar que esta coincide

<sup>54</sup> Especialmente através da ferramenta TABCAD, utilizando as variáveis Faixa da renda familiar *per capita* e Situação do domicílio.

<sup>55</sup> Base de dados de crianças acompanhadas pelas condicionalidades de saúde do PBF disponibilizada pela Coordenação-Geral de Alimentação e Nutrição (CGAN) do Ministério da Saúde.

com a cobertura do ACT para execução do Fomento Rural, indicando o interesse em articular ações e políticas públicas para atendimento do público em situação de vulnerabilidade social.

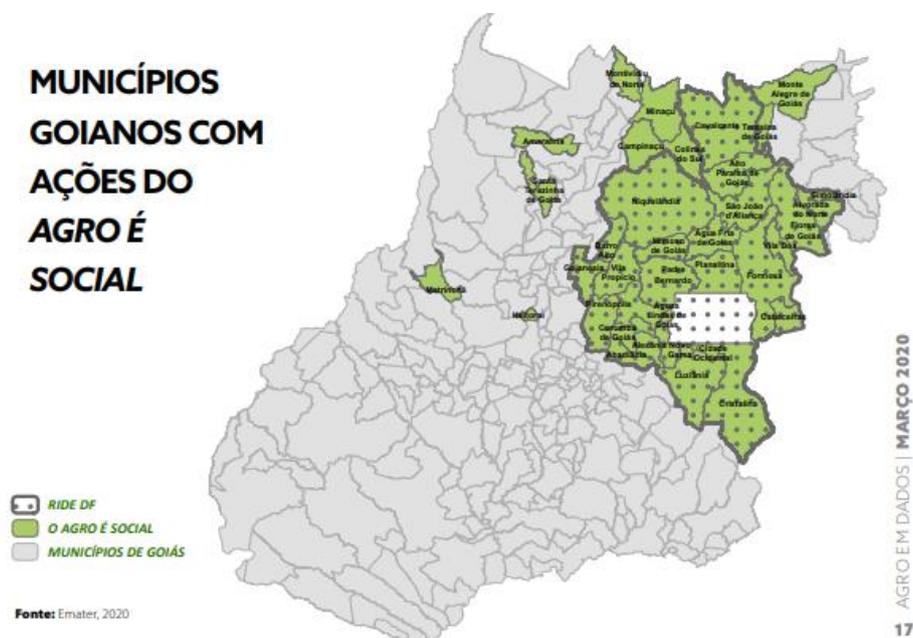


Figura 8 - Mapa do Programa goiano Agro é Social.  
Fonte: Boletim Agro em Dados de março/2020

A Emater-GO, para definição da distribuição territorial das vagas do ACT do Fomento Rural e do Agro é Social, utilizou o Estudo *Perfil dos inscritos no CadÚnico em Goiás* elaborado em 2018 pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos – IMB da Secretaria de Gestão e Planejamento de Goiás<sup>56</sup> com objetivo de “traçar o perfil das pessoas cadastradas no CadÚnico no Estado de Goiás por Regiões de Planejamento, com destaque às características da situação dos domicílios, do perfil das famílias, das pessoas, da educação e do mercado de trabalho”. O referido estudo apontou que as regiões Nordeste, Entorno do Distrito Federal e Norte são as que mais sofrem com falta de acesso aos serviços de escoamento sanitário, de água encanada, de coleta de lixo e de acesso à energia elétrica e as que proporcionalmente ao número de inscritos no CadÚnico possuem maior número de beneficiados do Bolsa Família (Programa denominado atualmente de Auxílio Brasil), conforme mapa a seguir (Figura 9):

<sup>56</sup> Disponível em <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2018/perfil-dos-inscritos-no-cadunico-em-goias.pdf> . Acesso em 19 de setembro de 2022.

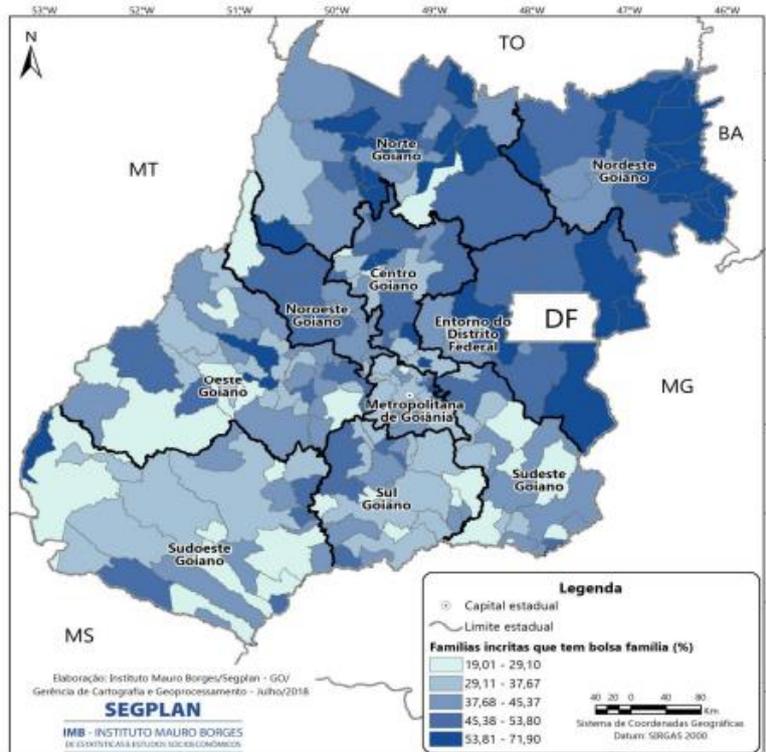


Figura 9 - Mapa Distribuição das famílias inscritas no CadÚnico que participam do Programa Bolsa Família  
Fonte: Estudo Perfil dos inscritos no CadÚnico em Goiás, IMB-GO, 2018.

É parte do cronograma dos ACTs para execução do Fomento Rural a realização de uma capacitação para os/as agentes de extensão rural por parte do Ministério da Cidadania. Em Goiás, esta foi realizada em março de 2020 por duas integrantes<sup>57</sup> da equipe da Coordenação-Geral de Fomento e uma integrante da extinta Coordenação-Geral de Povos e Comunidades Tradicionais do Ministério, dada a previsão de atendimento a famílias quilombolas no âmbito do ACT<sup>58</sup>. As capacitações do Programa às entidades de ATER têm abordado os seguintes temas:

- Apresentação sobre o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (com contextualização sobre a extrema pobreza rural, potencialidades da rota de inclusão produtiva e breve descrição sobre o que é o ACT)
- Principais resultados do Programa e apresentação de alguns casos
- Especificidades do estado/territórios/municípios (e, quando houver, do público de povos e comunidades tradicionais)
- Operacionalização do Programa Fomento Rural e detalhamento do ACT.
- Segurança Alimentar e Nutricional e a importância de ações de fomento à produção para o autoconsumo.
- O CadÚnico como instrumento necessário para acesso ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e a importância do NIS.

<sup>57</sup> Uma delas, a autora da presente pesquisa.

<sup>58</sup> Naquele momento a previsão de atendimento a famílias quilombolas era de apenas 20. O atendimento a esse público cresceu conforme (i) a instituição incorporou o entendimento do desenho do Programa e a sua forma de operacionalização; (ii) os/as técnicos/as observaram a partir de sua atuação em campo que esse seria o público a ser escolhido para atender. Esse tema será mais profundamente abordado nos próximos capítulos, dada sua relevância para análise da atuação da burocracia de nível de rua.

- Lista orientadora<sup>59</sup>: critérios para priorização de famílias a serem atendidas.
- PNATER: a importância da abordagem participativa e elaboração conjunta do projeto produtivo.

Após a capacitação dos/as agentes de ATER, inicia-se a mobilização e seleção das famílias no meio rural dentro do perfil de renda segundo o Cadastro Único para participar do Programa, são realizados diagnósticos socioprodutivos de cada uma delas e em seguida assinados os Termos de Adesão ao Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e elaborados os Projetos Produtivos. O Termo de Adesão consiste em documento pelo qual as famílias declaram estar cientes das regras do Programa e se comprometem a investir o recurso financeiro não-reembolsável no projeto produtivo elaborado em conjunto com os/as agentes de ATER. Após essas etapas, a entidade de ATER cadastra as famílias e informa o Ministério da Cidadania, o qual tem a responsabilidade de disponibilizar a primeira parcela do recurso através do agente financeiro Caixa Econômica Federal. Para recebimento da segunda parcela, os/as agentes de ATER devem atestar o comprometimento das famílias e autorizar a liberação.

Porém, devido à pandemia de COVID-19 e às medidas adotadas para conter seu crescimento – como o isolamento social, as atividades previstas no cronograma do ACT em seguida da capacitação, ocorrida em março de 2022, foram adiadas e as primeiras famílias atendidas no âmbito do ACT tiveram o recurso disponibilizado somente em agosto de 2021. A Emater-GO, atendeu entre 2021 e 2022 a 1.556 famílias de agricultores familiares, concluindo assim a meta estabelecida no ACT. Dessas famílias, cerca de 110 são quilombolas, sendo que a maioria delas reside nos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás, Monte Alegre, Cidade Ocidental, Iaciara e Posse, e, por isso, foram selecionadas para participar da presente pesquisa.

Essas seis cidades envolvem cinco Unidades Locais da Emater-GO (Cavalcante e Teresina de Goiás com uma mesma) e para o atendimento cotidiano e direto às famílias quilombolas no Fomento Rural atuaram seis técnicos de ATER (um

---

<sup>59</sup> O Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome envia às entidades executoras quando da celebração de um novo contrato ou ACT uma lista com as famílias dentro do perfil para atendimento do Programa Fomento Rural: famílias em extrema pobreza no meio rural. Essa lista traz informações sobre insegurança alimentar e nutricional das famílias de modo que seja possível focalizar o Programa nas famílias em maior vulnerabilidade conforma dados oficiais da administração pública federal. Essa lista é “orientadora” porque entende-se que os/as agentes de ATER que selecionarão as famílias a serem atendidas através das primeiras atividades em campo. Trata-se de atividade discricionária que será abordada mais a fundo nos capítulos posteriores do presente trabalho, por ser um dos pontos críticos definidores para o acesso, ou não de famílias ao Programa.

em Posse; um em Iaciara; um em Monte Alegre; um em Teresina e Cavalcante; e dois na Cidade Ocidental), sendo que para realização de algumas atividades relatou-se o apoio pontual de outros técnicos da instituição. Na presente pesquisa foi possível entrevistar e acompanhar o trabalho de sete agentes de ATER: um a mais em Posse, devido a sua experiência junto a quilombolas ainda que não no âmbito do Programa e sua experiência no Programa junto a agricultores/as familiares ainda que não quilombolas. A interação junto aos técnicos ocorreu nas Unidades Locais da Emater-GO e durante a ida às comunidades quilombolas – com exceção do Território Kalunga, o qual os técnicos não puderam acompanhar<sup>60</sup>. Destaca-se que os escritórios locais contavam com um ou dois técnicos para suprir as demandas municipais como um todo, o que significa uma limitação de recursos humanos e por vezes sobrecarga de trabalho – tema que será mais explorado nos próximos capítulos. O trajeto da pesquisa de campo, com total de cerca de 18h de carro, foi o seguinte: Brasília/DF – Posse/GO – Iaciara/GO – Monte Alegre de Goiás/GO – Teresina de Goiás/GO – Cavalcante/GO – Cidade Ocidental/GO (ver Figura 10, abaixo).

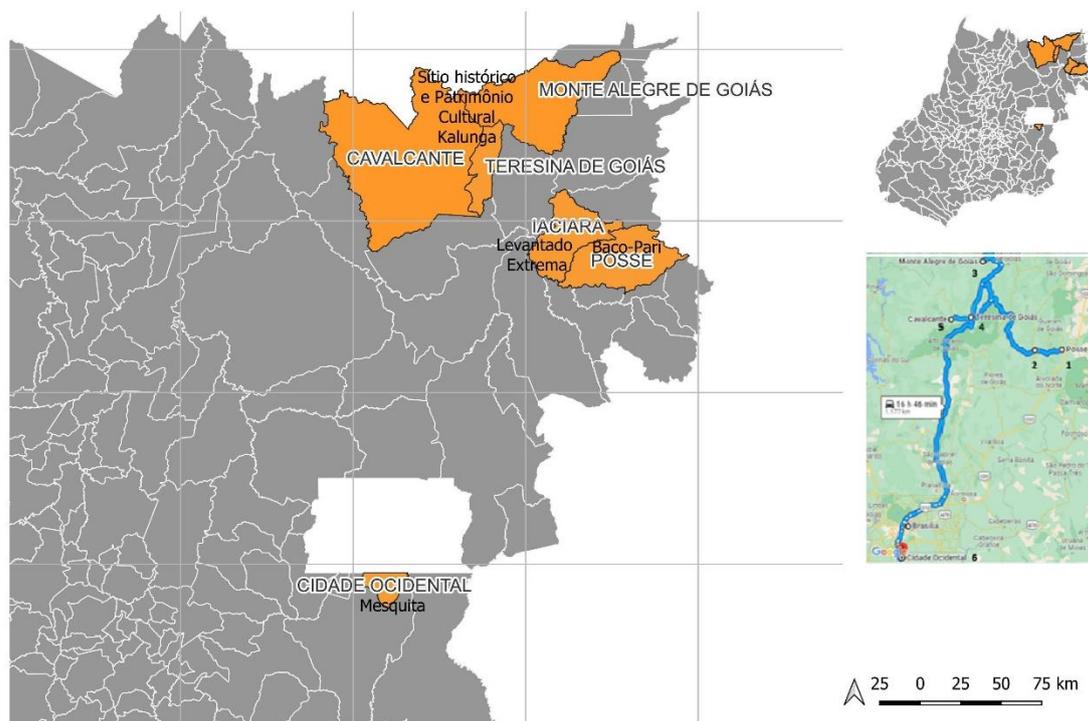


Figura 10 - Mapa dos municípios envolvidos na pesquisa.

<sup>60</sup> Nesses casos, os técnicos apoiaram na articulação junto a lideranças das comunidades ou agentes comunitários de saúde, os quais trouxeram também elementos interessantes para a pesquisa na medida em que estavam a par e acompanharam a execução do Programa Fomento Rural no Território.

Optou-se nesta pesquisa por preservar anônima a identidade dos técnicos, de modo que não serão apresentadas informações pessoais que permitam a sua identificação. Os agentes de ATER entrevistados em sua maioria possuem experiência pessoal no meio rural e contam que foram criados na roça ou vieram de família de agricultores, sendo que uma das pessoas informou não possuir essa vivência. Um dos agentes de ATER, por exemplo, disse:

*Eu sou filho da roça, sou nascido na roça. A fazenda dos meus pais lá onde eu fui criado fica 75km pra uma cidade e 35km pra outra, na zona rural mesmo. (Agente de ATER da Emater-GO)*

*Ah eu tenho um histórico bem longo. Na realidade eu, primeiro que eu vim de família de agricultores né, sou filho de agricultores. Eu me cursei em agronomia já tem um tempinho, na década de 70, final de 70 (Agente de ATER da Emater-GO)*

Na Emater-GO, os agentes de ATER podem ter vínculo com a instituição através de concurso ou apenas por comissão e contrato com as prefeituras. Entre os sete técnicos que participaram da pesquisa, seis são empregados públicos e um é comissionado. Em relação à formação dos agentes de ATER, uma é pedagoga, três são técnicos agropecuários, dois são engenheiros agrônomos e um é médico veterinário. Todos eles realizam atividades de acompanhamento das famílias, prestando assistência técnica e extensão rural. Todos eles atenderam a famílias quilombolas no âmbito do Programa Fomento Rural, passando pelas etapas do Programa de Seleção e Mobilização das famílias; Diagnóstico socioproductivo; Elaboração do Projeto e Assinatura do Termo de Adesão; Acompanhamento do investimento da primeira parcela; Acompanhamento do investimento da 2ª parcela.

Abaixo, a Figura 11 apresenta duas das Unidades Locais da Emater-GO visitadas.



Figura 11 - Unidades da Emater-GO.

Para analisar a implementação do Fomento Rural junto a quilombolas em Goiás através da etnografia multiator, nesta pesquisa foram entrevistados os técnicos de ATER e as famílias quilombolas que participaram do Programa, sendo esse o tema do próximo capítulo. Após a apresentação desse outro grupo de interlocutores da pesquisa, será apresentado em maior profundidade o encontro desses atores a partir da experiência com o Programa Fomento Rural e serão apresentadas reflexões sobre esse diálogo que se pretende intercultural com base da revisão bibliográfica relacionada aos conceitos de interculturalidade e de implementação de políticas públicas em nível de rua.

### Capítulo 3 – Comunidades Quilombolas de Goiás no Fomento Rural: a diversidade sociocultural na implementação de políticas e o conceito de interculturalidade

*Estamos em 24 estados da federação, com exceção de Acre, Roraima e Distrito Federal. Estamos em todos os biomas. A identidade quilombola vem estendendo à América Latina e ao Caribe o debate dos afro-rurais, sejam palenques, garífonas, marrones, enfim, todas as denominações que cada país dá para esse grupo organizado que, aqui no Brasil, chamamos de quilombolas.*  
(Selma dos Santos Dealdina, 2022)

*Tem que ter mesmo coragem pra lutar. Nós temos sim história. Sabemos de onde viemos, sabemos onde estamos e sabemos para onde vamos.*  
(Marilene Gonçalves, vídeo ‘Dandaras - a força da mulher quilombola’, 2015<sup>61</sup>)

*Eu sou preta, penso e sinto assim.*  
(Beatriz Nascimento, 1974)

Considerando que o presente trabalho tem como interlocutoras parte das comunidades quilombolas de Goiás atendidas pelo Programa Fomento Rural, o qual atende preferencialmente as mulheres, este capítulo se dedica a apresentar as comunidades a partir de uma breve revisão bibliográfica tanto sobre o conceito de interculturalidade como sobre questão racial e população quilombola no Brasil considerando também a produção sobre a interseccionalidade raça/gênero/classe. Pretendeu-se abordar o racismo considerando como operam a negritude e a branquitude, o que foi possível especialmente a partir da minha participação em duas oficinas durante o ano de 2022 – a oficina Privilégio branco: da negação a aliança antirracista, ministrada por Izabel Accioly, e a oficina Privilégio branco, ministrada por Tatiana Nascimento dos Santos, ambas ministradas através de videochamada.

#### 3.1 Negritude no Brasil – contextualização e debates contemporâneos

Esta seção tem como objetivo apresentar o histórico da presença negra no território brasileiro, sublinhando a herança colonial escravagista, para então discorrer sobre os racismos presentes na sociedade e como operam até a atualidade.

##### 3.1.1 Escravidão, diásporas e quilombos

Observa-se a ocorrência do escravismo de diferentes formas ao longo da história, desde a Idade Antiga. Na modernidade, a escravização foi recriada por portugueses e espanhóis após a segunda metade do século XV a partir da introdução da produção açucareira em ilhas do Atlântico oriental e, no século XVI, com a colonização da América (MARQUESE, 2006, p.110). A Figura 12 apresenta a diáspora africana.

---

<sup>61</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=RSW3uEfk4QU> . Acesso em 16 de outubro de 2022.

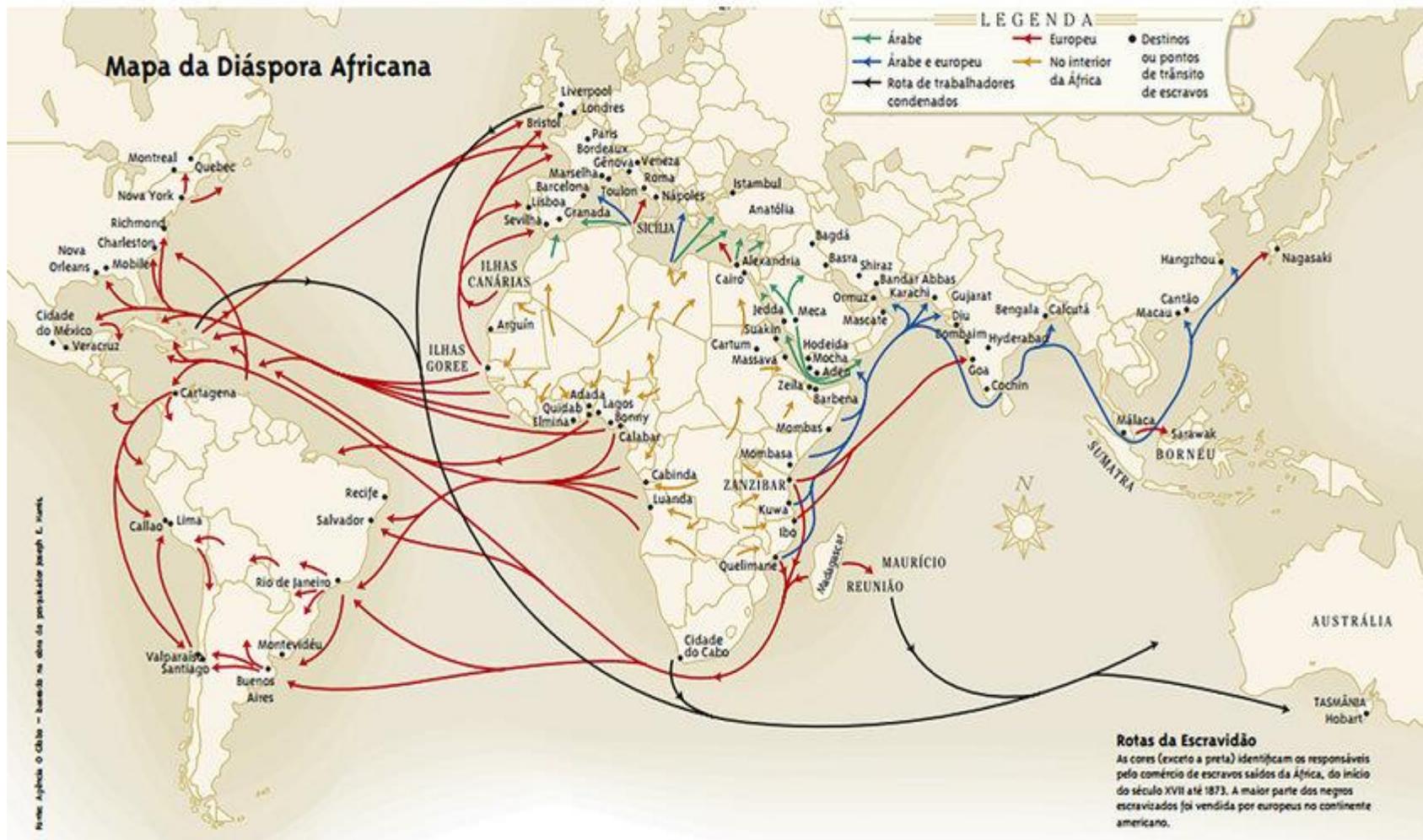


Figura 12 - Mapa da diáspora africana

Diante de uma escassez de documentos históricos sobre a presença negra no Brasil e do apagamento dos grupos étnicos advindo do processo de escravização, estudos sobre o tema incorreram em generalizações ou distorção da realidade, como observa-se no caso da redução da influência africana no Brasil ao iorubá e ao banto (QUEIROZ, 2018; CASTRO, 1980). Segundo Castro (1977), de fato, os povos bantos eram numericamente superiores no Brasil, advindos do tráfico de portos de Angola, mas diferentes povos

**QUADRO 2 – Um pouco mais sobre a influência africana em Goiás**

No mapa (Figura 13), produzido por Castro (2001), é possível observar que a região onde atualmente está o estado de Goiás possui influência Banto, porém há no Brasil também os grupos Jeiê-Mina, Nagô-Iorubá e Hauça.

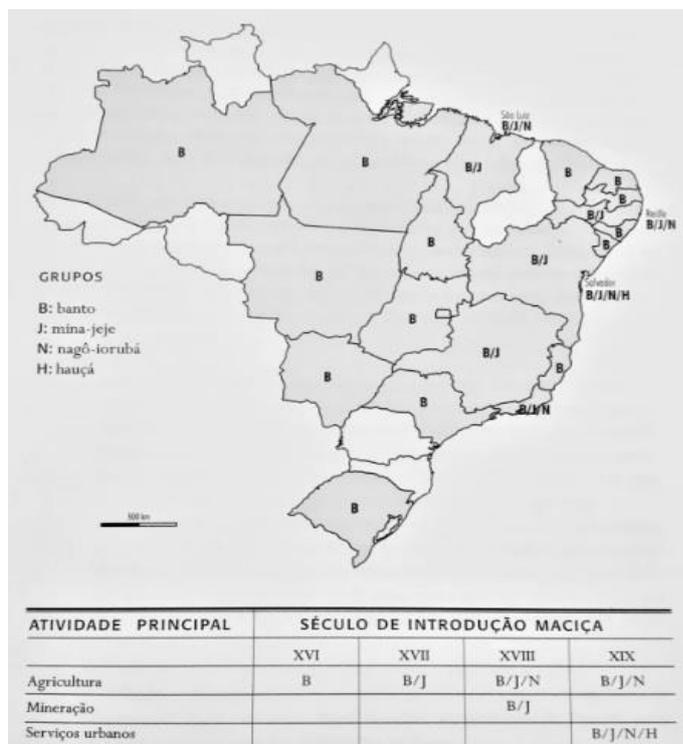


Figura 13 - Esboço do mapa etnológico africano no Brasil. Fonte: Castro (2002).

Martiniano (1998, p. 99), em concordância com Castro, afirma que a maioria das pessoas negras que vieram para o Brasil Central, incluindo o estado de Goiás, eram bantos e sudaneses. Mas não só. Para demonstrar a larga área geográfica de procedência do povo negro brasileiro, ele pontua que aqui existem as culturas sudanesas (Iorubás, Gêges, Fanti, Ashanti); as culturas islamizadas (Haussás, Tapas, Mandingas, Fulas); e as culturas bantos (Angola, Congo, Moçambique) (MARTINIANO, 1998, p.101). Vieira (2020), se referindo a histórica presença de negros/as em Goiás, e se apoiando nos estudos de Baiocchi (1983), conta que

A origem do negro que veio para Goiás segundo Baiocchi (1983) é Minas Gerais através, principalmente dos bandeirantes mas, a origem africana desses negros não é fácil de ser precisada, a autora afirma que os elementos negros participantes do ciclo da garimpagem e que subiram às elevações do Brasil Central foram em sua maioria, negros bantos (angolas, congos e moçambiques e outras denominações regionais).

Contudo, a decadência das minas, levou ao abandono da capitania por muitos, inclusive pelo branco, iniciando assim uma ruralização da população que já se encontrava bastante miscigenada. Mas, a partir dos anos 30 do século XIX foi a população aumentando, graças à migração do Pará, Maranhão, Bahia e Minas Gerais, agora motivados pela atividade agropecuária. E segundo Baiocchi (1983), a ocupação humana do sudoeste Goiano nasce da última fase da expansão pecuária, que do Leste, pelo São Francisco, atingiu Minas e de seu interior, pelo Paranaíba, chegou até Rio Verde e Rio Claro, em Goiás, em busca de pastagens. (VIEIRA, 2020, p. 33)

africanos exerceram influência significativa na formação da realidade histórico-cultural brasileira (para mais informações, ver Quadro 2).

No Brasil o sistema escravocrata foi implantado no início do século XVI, quando foi dado início à invasão dos Portugueses no território, e envolveu povos indígenas e africanos. A diáspora africana para o Brasil foi a mais volumosa na história do comércio negreiro transatlântico. Estima-se que o Brasil recebeu cerca de 5 milhões de africanos, 40% do total de 12,5 milhões embarcados para a América ao longo de três séculos e meio<sup>62</sup>. Apenas em 1850 houve a proibição do tráfico, o qual, porém, perdurou ainda durante anos, e, só em 13 de maio de 1888, foi estabelecido o fim da escravidão no país. Segundo Reis e Gomes (2021), a propriedade escrava era de grandes senhores de engenho, fazendeiros e mineradores, mas também de pequenos escravistas donos de um a três escravizados empregados na pequena lavoura, no trabalho de rua ou nos afazeres de casa (REIS e GOMES, 2021, p. 10). Em menor ou maior escala, a escravidão, nas palavras de Jessé Souza (2017; 2009), pressupõe a animalização e humilhação do/a escravizado/a e a destruição progressiva de sua humanidade: nega-se “o direito ao reconhecimento e à autoestima, a possibilidade de ter família, interesses próprios e planejar a própria vida” (SOUZA, 2017, p.41). Sobre a violência da escravização Ferreira (2018) conta que, em Goiás, local de realização da presente pesquisa,

a dureza do trabalho, a falta de cuidados com a segurança para sua realização na mineração nos rios, doenças decorrentes dessa exposição e de diversos outros fatores, além dos maus-tratos dos senhores, da má alimentação e vestimenta, levaram às fugas que constituíram as formações de quilombos em Goiás. (FERREIRA, 2018, p.29)

Durante o período da escravidão e pós-abolição, as elites brasileiras escravistas, “violentas, autoritárias e medíocres”<sup>63</sup>, tiveram de enfrentar a resistência negra em cada lugar em que esse sistema se deu, sendo que as revoltas se tornaram mais frequentes a partir do final do século XVIII e início do século XIX, por conta da mineração de ouro e diamante, da expansão das áreas dedicadas à agricultura de exportação e do aumento do tráfico daí decorrente (REIS, 2021, p.13). A literatura aponta que apesar da abolição formal da escravatura, em 1888, o Estado não ofereceu condições para participação efetiva da população negra na sociedade. A Lei de Terras, de 1850, é apontada como empecilho para o acesso à terra por parte de pobres, negros e quilombolas dada sua prerrogativa do acesso apenas via compra (AMORIM e

---

<sup>62</sup> Ver: Laurentino Gomes, 2019, p. 8; e portal eletrônico <https://www.slavevoyages.org/>. Acesso em 15 de outubro de 2022.

<sup>63</sup> Theodoro (2022) utiliza esses adjetivos para se referir à sociedade desigual que perdura até os dias de hoje fruto do processo de escravidão pelo qual passou o Brasil.

TÁRREGA, 2019, p.11) Essa negação de direitos, pode-se afirmar, está vinculada à formação de quilombos rurais e urbanos durante toda história brasileira. As autoras pontuam que “somente após cem anos de silêncio jurídico em relação aos direitos territoriais quilombolas, é que a Constituição Federal de 1988 trouxe dispositivos que garantiram o direito à propriedade quilombola (AMORIM e TÁRREGA, 2019, p. 19), através do já mencionado dispositivo do Art. 68 da ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, o qual foi regulamentado pelo Decreto nº 4.887/2003, que dispõe sobre os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação de terras quilombolas. Sua implementação, no entanto, foi efetivada de maneira muito reduzida – enfrentado inclusive forças contrárias como a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.239/04, a qual atacou o critério de auto atribuição e foi julgada improcedente (*ibidem*, p. 21) – vide a baixa quantidade de territórios quilombolas titulados até hoje<sup>64</sup>.

Quilombos, mocambos, terra de preto, comunidades remanescentes de quilombos, comunidades negras rurais – estas são algumas das expressões que designam grupos sociais descendentes de negros/as africanos/as que foram escravizados/as no Brasil durante o período colonial e que resistiram ou se rebelaram contra o regime escravista (EUGENIO e MATOS, 2020, p. 24). Arruti (2008, p.4) afirma que, “com a instauração da ordem republicana, o termo quilombo [...] sofre suas mais radicais ressemantizações, quando deixa de ser usado pela ordem repressiva para tornar-se metáfora corrente nos discursos políticos, como signo de resistência” – cultural, política e, nos termos do movimento negro, como o próprio ícone da “resistência negra”. Pontuando o papel da militância agrária do movimento negro, especialmente nos estados do Pará e do Maranhão, o autor afirma que “o conceito contemporâneo de quilombo está associado a duas militâncias políticas e a dois compromissos ideológicos distintos, que remetem, de um lado, à luta contra o preconceito racial e, de outro, à luta pela implementação de uma ampla reforma agrária” (ARRUTI, 2008, p. 12).

O crescente reconhecimento das comunidades quilombolas contemporâneas ocorre em um contexto de luta política, de reivindicações e conquistas do Movimento

---

<sup>64</sup> Benedetti (2021) afirma que, passados mais de trinta anos da promulgação da CF/88, a emissão de título definitivo ainda é uma realidade distante para a maior parte das comunidades reconhecidas como remanescentes de quilombos no país. Segundo a autora, das mais de três mil comunidades, apenas duzentos e sessenta e sete títulos foram emitidos entre os governos federal, estaduais e administrações municipais, referentes a cento e setenta e um territórios.

Negro Unificado (MNU), da Comissão Nacional de Articulação dos Quilombos (CONAQ) e de outras entidades negras organizadas com ações desde os anos 1980 (ARAÚJO DOS ANJOS, 2004, p.2). Observa-se que há uma invisibilidade da população quilombola para a estatística pública, e as consequências para a formulação de políticas públicas adequadas e mesmo para a verificação do seu acesso às políticas.

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal deu um passo nesse sentido na medida em que viabilizou a identificação dos Grupos Populacionais Tradicionais e Específicos (GPTes) em suas variáveis, tornando possível a elaboração de diagnósticos e o planejamento das ações nos serviços sociassistenciais, possibilitando a criação de programas e projetos específicos. O cadastramento diferenciado começou a se delinear em 2004. Inicialmente, o foco era identificação de famílias pertencentes a comunidades remanescentes de quilombos e povos indígenas. Entre os anos de 2005 e 2006, o cadastramento diferenciado ocorreu muito em função das demandas emergenciais de municípios e comunidades em estado de pobreza ou conflito. Para viabilizar o aprimoramento da identificação destes grupos foi necessário realizar melhorias operacionais no sistema e a implantação de uma nova versão do Cadastro Único, iniciada em dezembro/2010. Essa versão possibilitou a inclusão, tanto das comunidades quilombolas informadas diretamente pelos municípios independentemente de estarem reconhecidas oficialmente, quanto aquelas já reconhecidas, certificadas e tituladas.<sup>65</sup>

Mais recentemente, um mapeamento prévio do Censo IBGE de 2022, o qual pela primeira vez recenseará a população quilombola e visitará todas as localidades e comunidades do país, identificou, em 2019, 5.972 localidades, 3.542 setores censitários e 2.308 agrupamentos quilombolas no Brasil, conforme apresentado no mapa a seguir (Figura 14). O Censo 2022 pretende produzir um retrato da realidade dos quilombolas e suas comunidades.<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadastramento diferenciado. Diversidade no Cadastro Único - Respeitar e Incluir. - Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2014. Disponível em [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Cadernos/Diversidade\\_CadUnico.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cadernos/Diversidade_CadUnico.pdf) . Acesso em 28 de dezembro de 2022.

<sup>66</sup> <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34677-ibge-organiza-mobilizacao-nacional-para-recensear-comunidades-quilombolas-pela-primeira-vez> Acesso em 15 de outubro de 2022.

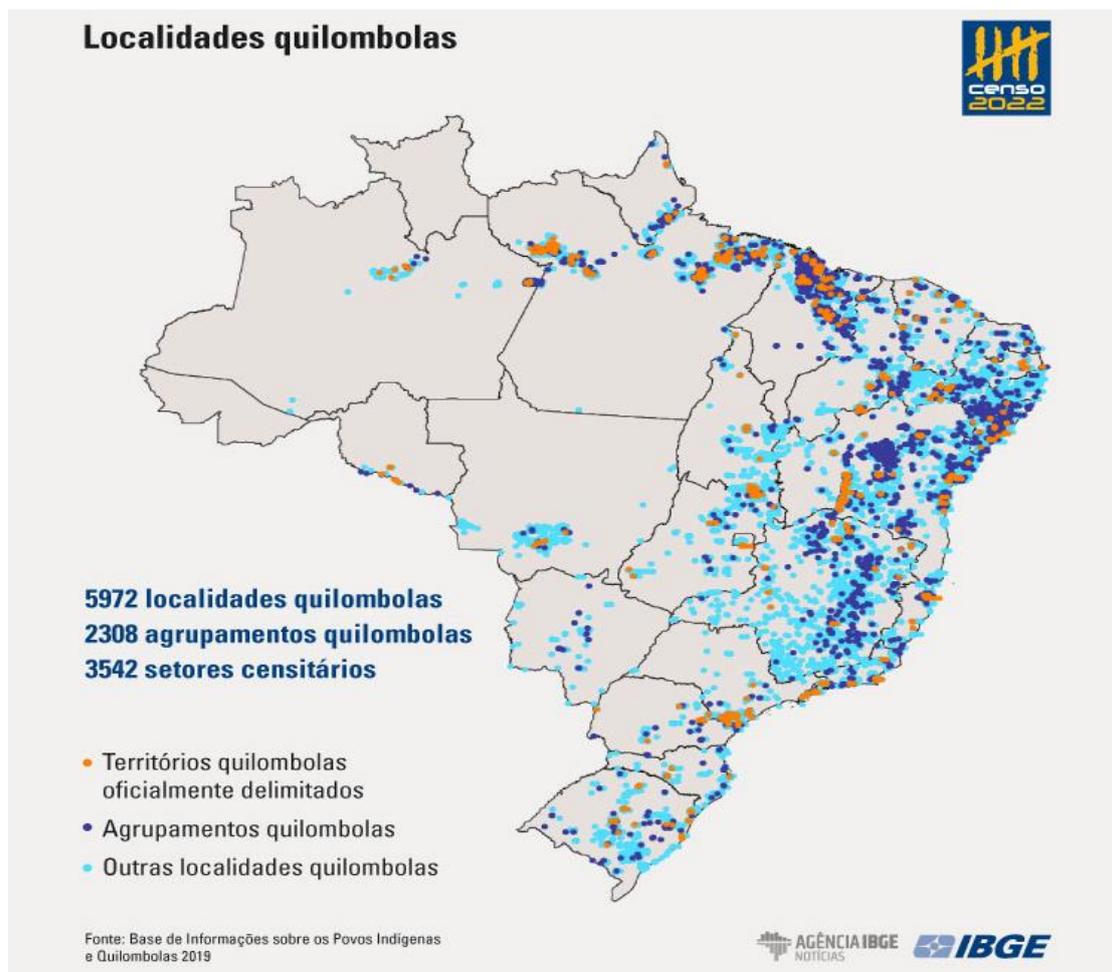


Figura 14 - Mapa Localidades Quilombolas (IBGE)

Apenas em 1988, foi garantido o direito à titulação para as comunidades quilombolas e criada a Fundação Cultural Palmares (FCP), responsável pela promoção, fomento e preservação das manifestações culturais negras, bem como pela emissão de certidão às comunidades. Compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Porém, ao se comparar o número de territórios titulados perante os processos abertos, percebe-se que a emissão do documento definitivo equivale a cerca de 10% dos casos, indicando o baixo desempenho do Estado na efetivação dos direitos territoriais dos quilombolas (BENEDETTI, 2021). A garantia do território aos povos e comunidades tradicionais é condição primordial para viabilizar seus direitos fundamentais e sociais nos termos da CF/1988 e para viabilizar a sua soberania e segurança alimentar e nutricional.

Outro mapa do país relacionado às populações quilombolas, apresentado em seguida (Figura 15) e produzido pela Comissão Pró-Índio de São Paulo, informa sobre as titulações de terras para as Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs).



Figura 15 - Terras Quilombolas em processo de regularização no INCRA e tituladas no Brasil<sup>67</sup>

Percebe-se que a titulação tem sido bem inferior à demanda, sendo que nos últimos anos houve ainda uma queda no ritmo de execução dessa política pública. Desde 2016, com a mudança de gestão do governo federal, observou-se o esvaziamento orçamentário e a paralização do INCRA, que perdurou nos anos subsequentes e até a atualidade, “sob o discurso da crise financeira do Estado e indisponibilidade orçamentária, seguido das discussões sobre teto de gasto” (RODRIGUES, 2022, p. 71)<sup>68</sup>. Tal situação fica evidente na Figura 16, abaixo:

<sup>67</sup> Disponível em <https://cpisp.org.br/>. Acesso em 15 de outubro de 2022. O Observatório Terras Quilombolas não apresenta uma relação de todas as terras e comunidades quilombolas existentes no País, focando somente naquelas já tituladas e nas que contam com processo para titulação em curso no Incra.

<sup>68</sup> Rodrigues (2022, p. 72) afirma que a “criação do Programa Titula Brasil, que transfere as competências de regularização fundiária, até então de competência do INCRA, para os municípios e, com isso, fica escancarada inicialmente uma tentativa explícita de legitimação da grilagem sobre terras públicas que tem como principal antagonista a clientela da reforma agrária.”

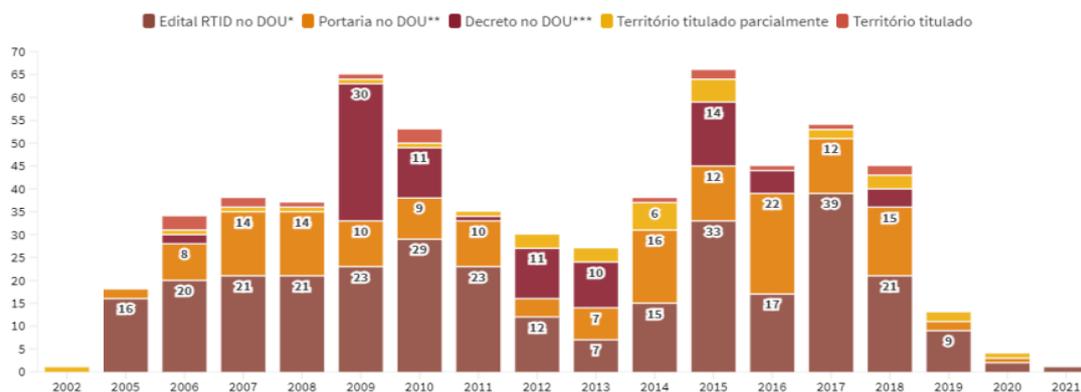


Figura 16 - Andamento dos processos de titulação de territórios quilombolas no INCRA<sup>69</sup>

### 3.1.2 Racismos

Os quase quatro séculos de escravidão no Brasil forjaram as condições para o aparecimento, o fortalecimento e o conseqüente protagonismo do racismo como fator de organização e estruturação das relações sociais no país (THEODORO, 2022, p.15). Abdias Nascimento (1980) afirma que a história brasileira “é uma versão concebida por brancos, para os brancos e pelos brancos” na qual “a estrutura econômica, sociocultural, política e militar tem sido usurpada da maioria da população para o benefício exclusivo de uma elite branca/brancóide, supostamente de origem ário-europeia” (NASCIMENTO, 1980, p.15).

Em defesa de uma sociedade pluri-racial e realizando uma crítica ao mito da “democracia racial<sup>70</sup>” no Brasil (pode-se dizer, criado pela branquitude), Abdias Nascimento (1980) afirma que o racismo brasileiro é sutil, difuso, evasivo, camuflado, assimétrico, mascarado, porém implacável, persistente e genocida, barrando as possibilidades de auto-afirmação com integridade, identidade e orgulho ao povo afro-brasileiro. Trata-se de um racismo de “aparência mutável, polivalente, que o torna único” (NASCIMENTO, 2016, p.169)<sup>71</sup> e, em suas palavras, “para enfrentá-lo, faz-se necessário travar a luta característica de todo e qualquer combate antirracista e antigenocida” (*ibidem*, p.169).

Para Lélia Gonzales (1984, p. 224) o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira, sendo que sua articulação com o sexismo

<sup>69</sup> Disponível em <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/por-que-a-titulacao-do-quilombo-overnada-paiol-de-telha-e-tao-emblematica/23074> . Acesso em 15 de outubro de 2022.

<sup>70</sup> O autor defende que ao invés de uma pseudodemocracia racial, deveria haver uma sociedade pluri-racial democrática para fomentar uma democratização profunda de todas as esferas de vida (NASCIMENTO, 1978, p.21)

<sup>71</sup> Terceira edição do livro *O Genocídio do negro brasileiro – processo de um racismo mascarado*, escrito em 1978.

produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Sueli Carneiro (2003), sobre as hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade, pontua que

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. (CARNEIRO, 2003, p.1)

Sílvia Almeida contribui para a compreensão do fenômeno do racismo sobretudo em seu livro *Racismo Estrutural*, de 2021. Enquanto o *preconceito racial* “é o juízo baseado em estereótipos acerca de indivíduos que pertençam a um determinado grupo racializado, e que pode ou não resultar em práticas discriminatórias” e a *discriminação racial* consiste na “atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” – o que pode se dar direta ou indiretamente e positiva ou negativamente (ALMEIDA, 2021, p. 32-34), o racismo

é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam. (ALMEIDA, 2021, p.32)

Segundo o autor, além do racismo individual, existem o racismo institucional e o estrutural. Na perspectiva do racismo institucional, este “é tratado como o resultado do funcionamento das instituições, que passam a atuar em uma dinâmica que confere, ainda que indiretamente, desvantagens e privilégios com base na raça (ALMEIDA, 2021, p.37).

Essa perspectiva segundo ele significou grande avanço no estudo das relações raciais, mas o conceito de racismo estrutural deu um passo adiante visto que “as instituições são racistas porque a sociedade é racista” (*ibidem*, p. 47). Sendo o racismo parte da ordem social, este não é criado pela instituição, mas sim reproduzido. “A viabilidade da reprodução sistêmica de práticas racistas está na organização política, econômica e jurídica da sociedade” (*ibidem*, p. 50), o que

não significa dizer que o racismo seja uma condição incontornável e que ações e políticas institucionais antirracistas sejam inúteis; ou, ainda, que indivíduos que cometam atos discriminatórios não devam ser pessoalmente responsabilizados. [...] O que queremos enfatizar do ponto de vista teórico é que o racismo, como processo histórico e político, cria as condições sociais para que, direta ou indiretamente, grupos racialmente identificados sejam discriminados de forma sistemática. [...] pensar o racismo como parte da estrutura não retira a responsabilidade individual sobre a prática de condutas racistas e não é um alibi para racistas. Pelo contrário: entender que o racismo é estrutural, e não um ato isolado de um indivíduo ou de um grupo, nos torna ainda mais responsáveis pelo combate ao racismo e aos racistas (ALMEIDA, 2021, p. 50-51)

Segundo Bento (2002), a “branquitude é um registro complexo de identidade, uma teoria de atores definidos por uma política de diferença, sujeitos a uma inconstância da história, do poder e da cultura” e “diz respeito a um conjunto de práticas culturais que são normalmente não-marcadas e não-nomeadas” (BENTO, 2002, p. 163-164). Santos (2014, p.39), sobre a forma em que opera a branquitude, pontua que esta consiste no “lugar de desmarcação, o espaço hegemônico, o referente, a norma”. Por conta disso, segundo ela, a branquitude se torna *invisível*, o que é diferente de *invisibilizado*: “enquanto o invisível é dominante, constantemente presente, o invisibilizado é apagado” (SANTOS, 2014, p.39). Accioly (2021, p. 28), por sua vez, coloca que a branquitude é o “lugar mais elevado da hierarquia racial, [...] tem o poder de nomear a si mesmo e ao outro [...] atribui a si mesma tudo que há de positivo e coloca para o outro tudo que há de negativo, o outro racializado” (ACCIOLY, 2021, p. 31).

Ainda sobre o tema, trago o apontamento de Bento (2002, p. 167) de que a branquitude, enquanto lugar de poder, se articula nas instituições, que consistem segundo ela em campo fecundo para a reprodução das desigualdades raciais através do silêncio e da neutralidade. Sobre esse silêncio, a autora afirma que ele “é uma espécie de pacto, um acordo tácito entre os brancos de não se reconhecerem como parte absolutamente essencial na permanência das desigualdades raciais no Brasil” (BENTO, 2003, p.2). Desse modo, segundo Theodoro (2022), a branquitude é um dos três elementos pelos quais o racismo acontece, ao lado do biopoder e da necropolítica. Ela transforma a estética, a percepção de mundo e a cultura brancas em padrão social, “e faz com que tudo que não seja associado ao arquétipo ariano seja considerado negativo, contraproducente, inferior ou perigoso (THEODORO, 2022, p. 20). Sobre o biopoder e a necropolítica, o autor afirma que estes “têm a ver mais diretamente com a ação do Estado e das instituições e influem decisivamente na vida e na morte dos afrodescendentes” (*ibidem*, p. 21). Às sobrevivências ou resíduos do escravagismo do Brasil, já afirmava Beatriz Nascimento (1976), “se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante [...] que são essencialmente ideológicos e que ao se debruçarem sobre as condições objetivas da sociedade têm efeitos discriminatórios”.

Importante considerar ainda o conceito de racismo ambiental, cunhado por Benjamin Chavis, que tem interface com o conceito de justiça ambiental

reconhecidamente atribuído a Robert Bullard. Enquanto a justiça ambiental diz respeito ao “conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo” (ACSELRAD; HERCULANO; PÁDUA, 2004, p.9), o racismo ambiental consiste na

Discriminação racial durante a elaboração das políticas ambientais. É a discriminação racial na aplicação e regulação de leis, no ataque deliberado às comunidades de cor com resíduos tóxicos, na sanção oficial de venenos e poluentes cuja presença causa risco de vida para nossas comunidades e a história da exclusão de pessoas de cor da liderança dos movimentos ecologistas (CHAVIS, 1993, p.3)

Assim como autores/as da ecologia política latino-americana têm denominado de “enraizamento” e “lugar de fala”, na produção de conhecimento sobre a questão racial no Brasil percebe-se uma defesa de que o conhecimento seja produzido

não só a partir da reflexão crítica acadêmica, mas em contato com as perspectivas oriundas do movimento e da política cultural negra. Um conhecimento, acima de tudo, engajado na transformação social e na mudança da realidade de exclusão enfrentada pela população negra brasileira. Essa ciência da diáspora africana se contraporia à ciência consular e colonial produzida nas torres de marfim dos espaços científicos legitimados pelo poder dominante da branquidade. (QUEIROZ e GOMES, 2021, 737)

É o que defende Clóvis Moura (1988) em sua obra, em prol de uma ciência que ofereça solução aos problemas sociais objetos de estudo, inclusive o problema racial. Em suas palavras:

Como se pode ver, não quero que exista uma sociologia negra no Brasil, mas que os cientistas sociais tenham uma visão que enfoque os problemas étnicos do Brasil a partir do negro, porque, até agora, com poucas exceções, o que se vê é uma ciência social que procura abordar o problema através de uma pseudo-imparcialidade científica que significa, apenas, um desprezo olímpico pelos valores humanos que estão imbricados na problemática que estudam. Não observam que os seus conceitos teoricamente corretos (dentro da estrutura conceitual da sociologia acadêmica) coloca-os “de fora” do problema, não penetram na sua essência, são anódinos, inúteis, desnecessários à solução do problema social e racial do negro e por isso mesmo são frutos de uma ciência sem práxis e que se esgota na ressonância que o autor desses trabalhos obtém no circuito acadêmico do qual faz parte (MOURA, 1988, p. 10).

Também Gomes (2012) pontua que o movimento negro é um dos movimentos sociais que traz a discussão da diversidade e das identidades como uma questão social e política que produz conhecimentos, seja dentro seja fora da Academia. Mesmo durante a escravidão, os movimentos produziram conhecimento através das africanidades brasileiras, processos sociais de ressignificação, estratégias de resistência. O movimento negro, “por meio de suas ações políticas, sobretudo em prol da educação, reeduca a si

próprio, o Estado, a sociedade e o campo educacional sobre as relações étnico-raciais no Brasil, caminhando rumo à emancipação social” (GOMES, 2012, p. 727).

Segundo Gomes, uma das formas de combater o racismo estrutural, destacada pelo movimento negro, é a implementação de políticas de correção das desigualdades raciais, ou seja, de ações afirmativas, como estratégia de superação do racismo e de construção de uma democracia real (GOMES, 2011, p.138). O Programa Brasil Quilombola, criado em 2004, base da Agenda Social Quilombola (Decreto 6.261/2007), agrupa as ações voltadas às comunidades em quatro eixos: Acesso à Terra, Infraestrutura e Qualidade de Vida, Inclusão Produtiva e Desenvolvimento Local e Direitos e Cidadania. Já o Estatuto da Igualdade Racial, Lei n.º 12.288/2010, reúne diversas ações voltadas ao combate da discriminação e do preconceito raciais, consistindo em iniciativa com potencial de “iniciar a correção de distorções decorrentes da escravidão, da indiferença republicana e das medidas universalistas inócuas diante da persistência do desequilíbrio entre os grupos raciais” (JESUS, 2013, p. 127).

### **3.2 Interculturalidade na perspectiva decolonial**

A comunidade epistêmica<sup>72</sup> da ecologia política tem se debruçado sobre o conceito de interculturalidade nos últimos anos, apontando a importância do conceito, mas também suas limitações frente à colonialidade. Buscarei apresentar as discussões em torno do conceito de “interculturalidade” partindo de uma breve explanação sobre o conceito de “cultura”, caro à Antropologia, e dialogando com a perspectiva decolonial.

#### **3.2.1 Cultura e interculturalidade**

Roque Laraia em sua 14ª edição do livro “Cultura: um conceito antropológico”, de 1932, afirmava que o conceito de “cultura” consistia em “tema central das discussões antropológicas nos últimos 100 anos”, se “mostrando assunto inesgotável” (LARAIA, 2001). Desde a primeira formulação científica do conceito, de Tylor (1871), como um “todo complexo que inclui conhecimento, crenças, arte, moral, leis costumes e todas as capacidades e hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade”, de fato, o tema permanece sendo alvo de reflexão principalmente dentro da Antropologia,

---

<sup>72</sup> Haas (1992) define comunidade epistêmica como “a network of professionals with recognized expertise and competence in a particular domain and an authoritative claim to policy-relevant knowledge within that domain or issue-area” (1992, p. 3).

que se questiona inclusive sobre a amplitude de sua utilidade para a compreensão das sociedades contemporâneas (MONTERO, 1991, p 115).

Para compreender a sociedade contemporânea em sua complexidade, é preciso considerar que todas as sociedades e as culturas estão em contínua construção, desconstrução e reconstrução, sob o impacto de processos múltiplos de conexões sócio-culturais (WOLF, 2001, p. 313) e que todas as tradições de conhecimentos estão em processo de constante reelaboração, seja com base em fatores externos ou internos nas suas instituições sociais. O conceito de “cultura” consiste em categoria analítica importante na contemporaneidade porque “nomeia e distingue, um fenômeno único: a organização da experiência e da ação humanas por meios simbólicos” (SAHLINS, 1997, p. 41). Ao realizar essa afirmação, Sahlins se contrapõe às críticas à noção de cultura e as suposições de seu desaparecimento como conceito analítico por supostas associações históricas dele “com o racismo, o capitalismo ou o imperialismo”. Se contrapõe também à compreensão do conceito como criado apenas para demarcar diferenças entre povos e grupos com objetivo de marcar hegemonicamente a servidão e legitimar desigualdades inerentes ao capitalismo ocidental. Frente aos processos de sofrimento, exclusão, genocídio e epistemicídio promovidos pelo processo de expansão do capitalismo marcado pela colonialidade, a cultura pode ser tratada “como a antítese de um projeto colonialista de estabilização, uma vez que os povos a utilizam não apenas para marcar sua identidade, como para retomar o controle do próprio destino” (SAHLINS, 1997, p. 45-46).

O conceito de “interculturalidade”, por sua vez, destaca ainda mais a perspectiva relacional e dialógica, *entre* culturas. Segundo Gil (2008, p. 32), “o processo intercultural é dinâmico, sofrendo constantes renegociações, [...] não se trata de um processo isento de atrito, de tensões e conflitos que, do simbólico ao político, permeiam a complexidade do momento intercultural”. Nas palavras de Turbino (2019),

As diferenças socioculturais atuam em nossas sociedades como "marcas" a partir das quais se estabelecem iniquidades e assimetrias como se fossem naturais. Os modelos de alteridade assim constituídos são perversos por duas razões. Primeiro, porque legitimam hierarquias sociais construídas historicamente como se fossem inatas e, segundo, porque estigmatizam as pessoas e, ao fazê-lo, impedem que nos vejamos como pessoas e construamos um projeto concertado de convivência digna. (TURBINO, 2019, p. 12 – tradução livre)

O autor defende que a interculturalidade seja um projeto alternativo ao caráter ocidentalizante da modernização social, um projeto de democracia radical para construção de cidadanias interculturais e democracias multiculturais pautadas ético-

políticamente na democracia inclusiva da diversidade. Ele defende a interculturalidade crítica latino-americana ainda como um projeto de justiça para gerar espaços de reconhecimento intercultural tanto no nível das relações grupais quanto no nível das relações intersubjetivas entre pessoas de diferentes origens culturais (TURBINO, 2019, p. 18 – tradução livre)

Walsh (2012, p.62), coloca que na América Latina a presença da interculturalidade nas políticas públicas, nas reformas educativas e constitucionais, importantes na esfera nacional-institucional e de cooperação inter/transnacional, pode tanto ser vista como resultado das lutas dos movimentos sociais-políticos-ancestrais e suas demandas por reconhecimento, direitos e transformação social quanto com resultado dos desenhos globais de poder, capital e mercado<sup>73</sup> - em outras palavras, “funcional ao sistema dominante”.

Autores como Turbino, Walsh e Araújo e Nazareno têm classificado a interculturalidade em funcional ou crítica. A *interculturalidade funcional* é aquela empreendida “de cima para baixo” (ARAÚJO e NAZARENO, 2013, p. 277), que pode ser entendida como reprodutora de desigualdades sociais, limitada à retórica e acrítica quanto às opressões do capitalismo global a vários povos e culturas no mundo. Considerando que a diferença cultural se constrói dentro de uma estrutura e matriz colonial de poder racializada e hierarquizada, a *interculturalidade crítica* é defendida como ferramenta, processo e projeto que se constrói a partir das pessoas, se sustentando e requerendo a transformação das estruturas, instituições e relações sociais diante da colonialidade presente na sociedade (ARAÚJO E NAZARENO, 2013; WALSH, 2009, 2012; TURBINO, 2010, 2019).

### 3.2.2 Desdobramentos da interculturalidade crítica

Haesbaert (2021) resgatando as contribuições de Gilberto Freyre (“Casa Grande & Senzala”, 1933) sobre as relações culturais entre brancos e negros afrodescendentes e de Darcy Ribeiro (“O Povo Brasileiro”, 1995) sobre o choque e a mistura do invasor português com índios e africanos escravizados que teria resultado em uma “nova etnia nacional” brasileira, salienta o caráter transcultural e/ou híbrido que ocorre na América Latina. A noção de transculturação objetiva “superar a concepção europeia limitada de aculturação e de mestiçagem racial, destacando o movimento

---

<sup>73</sup> Tradução da autora.

contraditório que expressa o encontro de culturas e o processo de ‘criação de novos fenômenos culturais’” (HAESBAERT, 2021, p.77). Sobre a produção de sujeitos ou grupos transculturados, o autor coloca que

Haveria também uma interseção moderno-tradicional, produzindo o que Castro-Gómez e Grosfoguel (2007) denominam “formas de conhecimento intersticiais, ‘híbridas’, mas não no sentido tradicional de sincretismo ou ‘mestiçagem’, e tampouco no sentido dado por Nestor García Canclini a esta categoria, mas no sentido de ‘cumplicidade subversiva’ com o sistema”. Os autores se referem, deste modo, “a uma resistência semiótica” (p. 20), às “epistemes de fronteira” (referidas também por Mignolo) ou a um “pensamento transmoderno” (como proposto por Enrique Dussell, 2016). Para Grosfoguel (2010), o pensamento de fronteira “é a proposta epistêmica do subalterno ao projeto eurocêntrico da modernidade” sem, com isso, assumir a condição de “um fundamentalismo antimoderno”. Em outras palavras, “é uma resposta transmoderna descolonial do subalterno perante a modernidade eurocêntrica” (p. 481). Ele rompe, assim, com o reconhecimento de apenas uma única grande tradição epistêmica. (HAESBAERTH, 2021, p. 81)

Para pensar a colonialidade, é importante considerar o colonialismo interno (ou colonialidade interna) a cada país, que opera a partir das desigualdades socioeconômicas, culturais e de poder político. Mignolo (2018) afirma que os padrões de poder colonial mantidos internamente consistem numa demonstração do fracasso da descolonização, marcado, pode-se dizer, pela persistência das desigualdades advindas do processo colonial. Sobre esse tema, Haesbaerth (2021, p.115) pontua que o conceito de colonialismo interno “demonstra a articulação entre a escala macro do sistema-mundo moderno-colonial capitalista e as dinâmicas sociais que ocorrem na escala intranacional dentro da colonialidade estatal do poder”<sup>74</sup>. Destaca-se que o caráter étnico-cultural do colonialismo interno se dá em consonância com a colonialidade do poder em sua dimensão ‘étnico-racial’ em escala supra e internacional. Desse modo, o colonialismo interno corresponde a uma estrutura de relações sociais de domínio e exploração entre grupos culturais heterogêneos distintos (GONZÁLEZ, 2009; 2006; HAESBAERTH, 2021) e por isso, “a heterogeneidade étnica de um Estado-nação e a hegemonia de um de seus grupos sobre outro(s) é decisiva para a configuração ‘internalizada’ do colonialismo, levado a efeito pelas classes (e etnias) dominantes dentro do próprio Estado” (HAESBAERTH, 2021, p. 124).

Considerar o que apontam González (2009; 2006), Mignolo (2018) e Haesbaerth (2021) sobre a persistência dos padrões de poder colonial mantidos tanto internamente (elites minoritárias) quanto em relação às estruturas globais, é uma

---

<sup>74</sup> Segundo o autor, “Muitas vezes, essas dinâmicas acabam subestimadas em função do destaque dado à escala de dominação/exploração em nível mundial. Esquece-se a força que adquirem, sobretudo no período pós-independência político-administrativa, os poderes nacionais que incorporam uma lógica (neo)colonial.” (HAESBAERTH, 2021, p. 115)

perspectiva importante para análise de como as estruturas do Estado brasileiro e a implementação de políticas públicas apresentam mecanismos marcados pela colonialidade os quais influenciam em maior ou menor grau a implementação de políticas públicas como o Programa Fomento Rural. Por exemplo, no caso da política de ATER prestada para Povos e Comunidades Tradicionais (PCTs), e mais especificamente para quilombolas, como tem sido tratadas as questões que derivam das peculiaridades do encontro intercultural entre agentes de ATER (no caso, não-PCTs) e as comunidades quilombolas? Como tem sido a maneira de trabalhar e o exercício da discricionariedade frente ao modo de ser, ou ao *ethos* dessa população? Como a hegemonia imposta pela modernização agrícola incide sobre a interação entre agentes de ATER e famílias quilombolas?

Boaventura Santos (2009, p.17) aponta uma indagação pertinente diante da persistência da colonialidade e dos desafios que esta impõe à interculturalidade: “Que possibilidades existem para um diálogo intercultural quando uma das culturas em presença foi moldada por massivas e continuadas agressões à dignidade humana perpetradas em nome da outra cultura?” Segundo ele, apesar do dilema da completude cultural<sup>75</sup>, é preciso “elevar as exigências do diálogo intercultural até um nível suficientemente alto para minimizar a possibilidade de conquista cultural, mas não tão alto que destrua a própria possibilidade do diálogo”.

No caso da interculturalidade crítica, um possível caminho pode ser a proposta de Boaventura de Sousa Santos da ecologia dos saberes, que se opõe à lógica da monocultura do conhecimento e do rigor científicos, e identifica outros saberes e critérios de rigor e validade que operam de forma crível em práticas sociais que a razão metonímica declara não existentes (SANTOS, 2017, p. 223). Para Santos (2019),

La ecología de saberes y la traducción intercultural son las herramientas que convierten a la diversidad de conocimientos visibilizados por la sociología de las ausencias y la sociología de las emergencias en un recurso poderoso que, al hacer posible la inteligibilidad ampliada de los contextos de opresión y resistencia, permite articulaciones más anchas y profundas entre las luchas que combinan las diversas dimensiones o tipos de dominación de diferentes maneras. (SANTOS, 2019, p.335)

A ecologia dos saberes se funda no reconhecimento da pluralidade de conhecimentos heterogêneos (sendo um deles a ciência moderna) e em interações sustentáveis e dinâmicas entre eles sem comprometer sua autonomia, se baseando na

---

<sup>75</sup> Nas palavras do autor, o dilema pode ser explicado da seguinte maneira: “se uma cultura se considera inabalavelmente completa, então não terá nenhum interesse em envolver-se em diálogos interculturais; se, pelo contrário, admite, como hipótese, a incompletude que outras culturas lhe atribuem e aceita o diálogo, perde confiança cultural, torna-se vulnerável e corre o risco de ser objeto de conquista”.

ideia de que o conhecimento é interconhecimento (SANTOS, 2007). Entendo que tais reflexões conversam com Paulo Freire, Mauro Almeida e Catherine Walsh, já citados neste trabalho, e contribuem para compreender a experiência de implementação do Programa Fomento Rural para quilombolas em Goiás.

Uma outra dimensão importante para minha pesquisa é trazida por Mignolo (2018) quando ele menciona que, decolonialmente falando, “trazer o não moderno para o primeiro plano ajuda a entender as narrativas salvacionistas e a persuasão retórica da modernidade” e a invenção de que existem no tempo presente pessoas “subdesenvolvidas, incivilizadas” (MIGNOLO, 2018, p. 117). Nesse tipo de narrativa, segundo ele, a colonialidade está ausente e o conceito de “tradição” materializa a lógica oculta da colonialidade”. Tal reflexão crítica, no caso do meu estudo, contribui para analisar o papel da atuação da ATER em relação às práticas agroextrativistas e alimentares das comunidades quilombolas, com destaque para a problematização do próprio domínio/enunciação de “tradicional” para esses sujeitos e para aspectos de sua “tradicionalidade”.

Na perspectiva da interculturalidade crítica, entendo que é importante compreender a situação de contato entre culturas como “um processo dinâmico em constante reestruturação dos elementos da cultura local, mediante a incorporação de novos valores, hábitos e técnicas” (CARNEIRO, 2008, p. 35). Segundo Estermann (2014), “la filosofía intercultural crítica rechaza cualquier esencialismo o purismo cultural y sostiene que todas las culturas de este planeta son el resultado de un proceso complejo y largo de “inter-trans-culturación” (ESTERMANN, 2014, p.4). Albert (1995) por sua vez coloca que a intertextualidade cultural do contato entre culturas pode significar “simbolização política” e “adaptação criativa” com potencial de gerar as condições de possibilidade de um campo de negociação interétnica onde é possível que haja resignificação, contorno e/ou subversão do discurso colonial. Desse modo, a interculturalidade, em sua perspectiva crítica, pode romper as hierarquias de poder em suas múltiplas dimensões – através, por exemplo, de uma educação libertadora, à luz de Paulo Freire, e do reconhecimento da existência de múltiplas ontologias compatíveis com a partilha de verdades pragmáticas, como propõe Mauro Almeida.

Interessante para essa discussão é também o conceito de fricção, proposto por Tsing (2005). A autora afirma que “Cultures are continually co-produced in the interactions I call ‘friction’: the awkward, unequal, unstable, and creative qualities of

interconnection across difference.” (p.4). Seu foco é buscar entender o que ela chama de “conexões globais”, as quais surgem a partir da fricção, que fazem compartilhar sentido a termos “universais” – no caso de sua pesquisa, prosperidade, saber e liberdade. Na presente pesquisa, seriam exemplos de universais as noções de: cultura e o diálogo entre culturas (aqui tratado através do conceito de interculturalidade), fome, agronegócio, políticas públicas. Quilombolas que participaram do Programa Fomento Rural e agentes de ATER que as atenderam podem dar diferentes significados a esses termos, os quais possuem interface com processos em escala global relacionados à modernização agrícola e à crescente implementação de políticas sociais de combate à fome e à pobreza especialmente no Sul. A partir do entendimento de que as culturas são continuamente coproduzidas através de interconexões entre diferenças, pode-se afirmar que a autora dialoga com o tema da presente pesquisa: o diálogo entre culturas, a interculturalidade, durante a implementação de políticas públicas.

Destacando a perspectiva de projeto de transformação social decolonial da interculturalidade, Araújo e Nazareno (2013) afirmam que

A interculturalidade possui, por um lado, um caráter marcadamente político, de reivindicações que buscam resgatar a dignidade dos povos indígenas e afrodescendentes. Além disso, por outro lado, possui um caráter de relevância social e epistemológica que procura demonstrar como seus saberes podem e devem ser trazidos à tona, pois são saberes que fazem parte do cotidiano das comunidades indígenas e dos afrodescendentes. (ARAÚJO e NAZARENO, 2013, p. 278)

Retomando a interculturalidade crítica proposta por Walsh (2012, p. 62), “como proyecto político, social, epistémico y ético de transformación y decolonialidad”, ressalta-se a preocupação com o aumento do uso do termo “interculturalidade” tanto no meio acadêmico como pelos estados nacionais<sup>76</sup>, e o impacto real dessa discussão para transformação da sociedade diante da colonialidade. Walsh demonstra se preocupar com a possibilidade de a interculturalidade contribuir para o projeto colonial, em que pese também seu potencial de contribuir para um projeto decolonial. Em suas palavras:

[...] Aunque se puede argumentar que este interés es afortunado por lo que sugiere en término de la conciencia y reconocimiento de la diversidad cultural, también es desafortunado por reducir, muchas veces, a la interculturalidad a poco más que un nuevo multiculturalismo, restándola así de cualquier sentido crítico, político, constructivo y transformador. (WALSH, 2012, p.61)

---

<sup>76</sup> Sobre a emergência do conceito na América Latina, segundo Lima e Carvalho (2018), a valorização da “diversidade cultural” se inscreveu nas Constituições surgidas pós-ditaduras civis-militares dos anos 1960/1980 abrindo caminhos para a emergência do conceito de “interculturalidade” em contextos nacionais distintos.

Nas palavras de Haesbaerth (2021, p. 81), Catherine Walsh contribui com o “debate epistêmico da mescla cultural ao tratar a interculturalidade como uma nova forma de pensar e construir a sociedade no sentido de contestar dualismos e “purismos” da colonialidade moderna”. O autor resgata as reflexões de Walsh de que “a interculturalidade foi referida como “princípio ideológico” pelo movimento indigenista equatoriano desde os anos ‘90, e surge, pode-se afirmar, enquanto categoria da prática, longe do academicismo e do pensamento eurocêntrico do Norte global e, nesse sentido, “caberia então promover um diálogo epistêmico entre a interculturalidade como categoria da prática dos movimentos indígenas latino-americanos e o pensamento social crítico emancipatório, para além de seu uso polêmico, muitas vezes meramente formal, em políticas hegemônicas/estatais (HAESBAERTH, 2021. p. 82).

A presente pesquisa aborda a interculturalidade no âmbito da educação não formal empreendida pela ATER, no Programa Fomento Rural. A ATER consiste em “serviço de educação não formal, de caráter continuado” (Lei n. 12.188/2010). Considerando que a ATER promove introdução de novas técnicas e do trabalho na difusão e interiorização de tecnologias agrícolas (CAPORAL e CONSTABEBER, 1994) muitas vezes avessas às práticas e saberes tradicionais, em meu estudo pretendo trazer reflexões sobre os desafios de não se reproduzir desigualdades quando na sua implementação junto a quilombolas. Isso para que essa ação alcance seu objetivo de contribuir para o processo de ampliação do acesso a direitos, participação social e garantia da autodeterminação e autonomia.

Segundo Verdum (2010), autor que se debruça sobre a análise da ATER indígena, é importante refletir sobre as “complexas relações, negociações e intercâmbios culturais ocorridos durante sua implementação”. Além disso, deve-se considerar “a interação entre as pessoas, conhecimentos, práticas, lógicas e racionalidades” [e] admitir e problematizar as “assimetrias sociais, econômicas, políticas e de poder que caracterizam o contexto em que são desenvolvidas as experiências e apontam os constrangimentos institucionais que limitam e limitaram, em alguns casos, a possibilidade de maior protagonismo individual e coletivo indígena” (VERDUM, 2010). Tais assimetrias sociais, econômicas e políticas a que se refere o autor podem ser marcadas pela matriz colonial de poder, conceito desenvolvido por Quijano.

Considerando que a PNATER estabelece em seu inciso Art. 3º., entre outras coisas, a “adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar,

interdisciplinar e intercultural” e a “equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia”, avaliar a implementação do Programa Fomento Rural junto a famílias quilombolas do estado de Goiás pode trazer elementos que contribuam para reflexão crítica sobre a reprodução de desigualdades sociais e sobre o papel da assistência técnica e extensão rural frente à colonialidade para a garantia de direitos e de autodeterminação das comunidades quilombolas em relação às suas práticas agroextrativistas e alimentares.

A perspectiva decolonial é fundamental no pensamento de Walsh sobre a interculturalidade. Walsh (2012, p. 62) afirma que a interculturalidade apenas tem significado, impacto e valor quando assumida de maneira crítica, “como acción, proyecto y proceso que procura intervenir en la refundación de las estructuras y ordenamientos de la sociedad que racializan, inferiorizan y deshumanizan”. Ao apresentar análises sobre a matriz da colonialidade, ela defende que a interculturalidade e a decolonialidade são projetos enlaçados e emergentes com o objetivo, em suas palavras, de “evidenciar los sentidos construidos en el seno de los movimientos sociales-políticos-ancestrales, que parten no de la diversidad étnico-cultural sino de la tara colonial y sus patrones de poder aun vigentes (WALSH, 2012, p.72). Inspirado no pensamento decolonial de autores/as como Walsh, Quijano, Escobar, Mignolo, “que trabalham para desfazer uma compreensão do poder, dos saberes, e do ser herdada da modernidade colonial” (FERDINAND, 2022, p. 34), Ferdinand (2022) defende uma ecologia decolonial. A ecologia decolonial evidencia que há uma dupla fratura colonial e ambiental no mundo moderno: por um lado, o genocídio de povos ameríndios e negros e por outro a amplitude da destruição dos ecossistemas e perda de biodiversidade causada pelo processo de colonização europeia nas Américas.

A decolonialidade desfaz, desobedece e se desvincula da matriz colonial de poder, construindo caminhos e práxis para um outro modo de pensar, sentir, acreditar, fazer e viver (MIGNOLO e WALSH, 2018). Considerando que a ATER promove um processo de troca de conhecimentos, em especial sobre processos relacionados ao manejo agropecuário e de extrativismo, mas também sobre outros temas como os de cunho sociopolítico e de saúde/alimentação, interessa construir dados e reflexões sobre as possibilidades de se promover a interculturalidade crítica e a ecologia dos saberes na relação entre seus agentes implementadores e o público atendido, sobretudo no caso de atendimento a povos e comunidades tradicionais. A abordagem da decolonialidade pode

contribuir para a reflexão sobre as relações estabelecidas entre agentes públicos prestadores de serviços e a população atendida trazendo elementos de análise sobre como opera colonialidade e apontar caminhos para o que Walsh (2018, p. 120) propõe: “engajar-se em formas de vida que gostamos de preservar ao invés de ser reféns dos desígnios e desejos da modernidade, e da seleção nacionalista do passado da nação”.

### **3.3 Experiência das Comunidades Quilombolas no Fomento Rural em Goiás**

Os estudos sobre implementação de políticas públicas observam principalmente a atuação dos/as agentes responsáveis pela execução das políticas considerando os seus objetivos normativamente estabelecidos. A compreensão da implementação pode ganhar alcance se considerar, em adição, a perspectiva da própria população que participa da política pública. Foi com esse entendimento que foram incluídas as famílias quilombolas do estado de Goiás que participaram do Fomento Rural na presente pesquisa, buscando dar uma atenção equivalente à despendida aos agentes de ATER que as atenderam – nos termos do que propôs Little (2006) na metodologia da etnografia multiator.

Desse modo, foram entrevistadas<sup>77</sup> trinta e nove quilombolas durante a pesquisa, dessas trinta e quatro de fato famílias beneficiadas pelo Programa Fomento Rural, nos cinco territórios quilombolas selecionados para participar da pesquisa, com observação participante e entrevistas de trinta minutos a uma hora, de modo a não atrapalhar a sua rotina (dado que ocorreram em suas casas e quintais). As visitas aos territórios possibilitaram também conhecer os projetos produtivos implementados e os itens adquiridos pelas famílias ao participarem do Programa. Houve, além disso, interlocução bcom alguns/algumas representantes e lideranças das comunidades, que puderam prestar informações adicionais. Nos casos em que o agente de ATER pôde me acompanhar para as visitas às famílias, a pesquisa foi enriquecida com a observação participante do encontro entre os dois interlocutores principais da pesquisa, quando foi possível observar a sua relação durante a prestação do serviço de ATER no âmbito do Fomento Rural.

---

<sup>77</sup> Assim como se optou pelo masculino para se referir aos agentes de ATER por eles serem maioria entre os entrevistados, no caso das quilombolas será utilizado o feminino pelo mesmo motivo. São elas em sua maioria as responsáveis por receber o recurso financeiro não-reembolsável e o atendimento da ATER e, dessa forma, estabeleceu-se diálogo prioritariamente com elas nesta pesquisa.

Segundo dados da FCP, atualmente existem 58 comunidades remanescentes de quilombos reconhecidas com certidão em Goiás<sup>78</sup>. Delas, segundo dados do INCRA, apenas uma foi titulada parcialmente – o Território Kalunga<sup>79</sup>. Tais comunidades estão localizadas essencialmente no bioma Cerrado, considerado um dos ‘hotspots’ para a conservação da biodiversidade mundial<sup>80</sup>. Segundo Araújo, Nazareno e Herbetta (2018, p. 9), a formação dos quilombos no estado de Goiás “ocorreu concomitantemente ao processo de ocupação da região Centro-Oeste a partir do século XVIII e se acentuou ainda mais com a exploração do ouro existente no território”. Os autores pontuam que quilombos como os dos Kalungas, Pombal, Porto Leocardio, São Félix (século XX), teriam então se formado próximos às estradas de acesso à cidade de Vila Boa (Cidade de Goiás), antiga capital da Província. Os autores contam que no processo de povoamento da região Centro-Oeste, marcado pelas bandeiras paulistas, foi gerada uma estrutura social hierarquizada e assimétrica.

A mineração levou a migrações de populações de Minas Gerais e do Nordeste brasileiro, no início do século XIX e a influência da economia de exportação agropecuária, no século XX, sendo que “as primeiras minas foram descobertas, em Goiás, por volta de 1729, quando os bandeirantes invadiram as terras dos índios Goyazes para explorar tanto o nativo quanto os recursos minerais” (PALACÍN; MORAES, 1994 *apud* ARAÚJO, NAZARENO e HERBETTA, 2018, p.7). Afirmando que o processo de desumanização e invisibilização dos escravizados em Goiás atendia a mesma lógica do restante do território colonial brasileiro, eles pontuam que, além da atividade mineradora,

Segundo Ferreira e Mendes (2009), no mesmo período, podem-se observar outras tantas atividades econômicas, como as agrícolas e os criatórios. Os autores (2009, p. 4) destacam ainda que “o processo de interiorização do povoamento é marcado pelo desinteresse do Governo Imperial pelas áreas interioranas, pela dificuldade de realização das demarcações legais das sesmarias, pela dispersão e isolamento da população goiana, pela precariedade dos meios de transporte e comunicação e pela expansão da pecuária extensiva, como principal atividade econômica”. (ARAÚJO, NAZARENO e HERBETTA, 2018, p 14)

Baiocchi (1983) afirma ainda que em Goiás, quando por volta de 1722, os bandeirantes chefiados por Bartolomeu Bueno, começaram a ocupar as terras centrais

---

<sup>78</sup> Certidões Expedidas às Comunidades Remanescentes De Quilombos, publicada no DOU de 15/06/2021. Disponível em [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551). Acesso 04 de janeiro de 2022.

<sup>79</sup>[https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/dados\\_titulacao\\_QUILOMBOS\\_INCRA\\_19\\_mai\\_2022.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/dados_titulacao_QUILOMBOS_INCRA_19_mai_2022.pdf). Acesso em 15 de outubro de 2022.

<sup>80</sup> Ver, por exemplo, Klink e Machado (2005).

com o objetivo de explorar as riquezas minerais da região, trouxeram com eles os primeiros negros. Estes eram usados como mão de obra escrava, nos centros de garimpos instalados e deram início ao povoamento de Goiás, sob o símbolo do ouro e da garimpagem. O mapa abaixo (Figura 17), apresenta a concentração de quilombos no século XVIII no centro-norte do atual estado de Goiás e sul do atual Tocantins<sup>81</sup>.

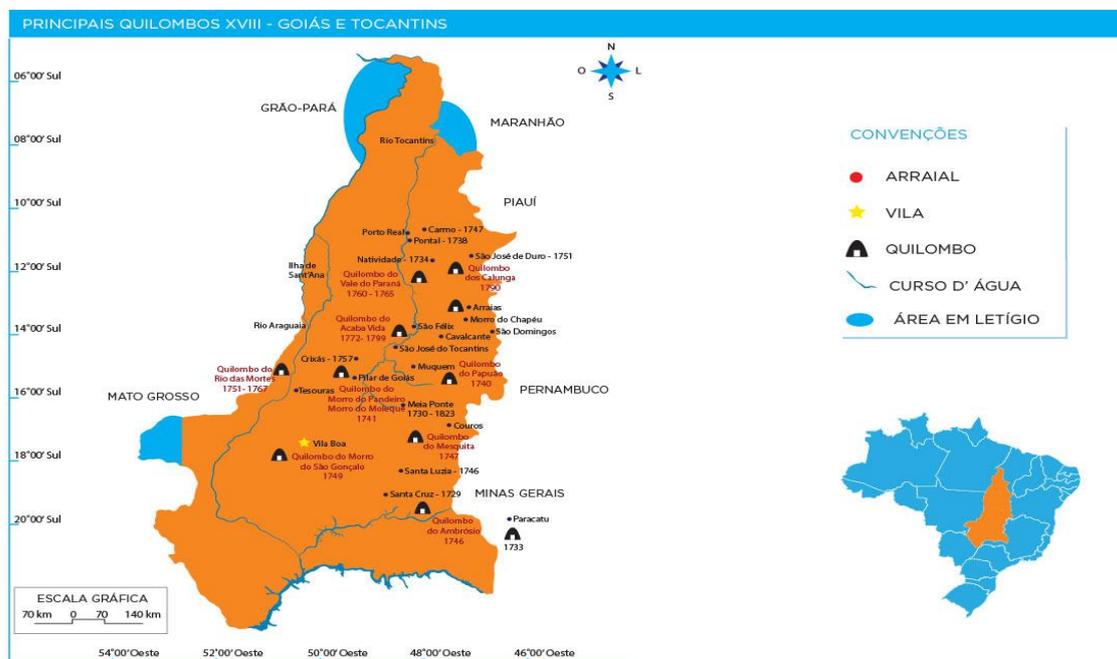


Figura 17 - Principais quilombos século XVIII – GO e TO

Fonte: <https://publica.ciar.ufg.br/ebooks/patrimonio-direitos-culturais-e-cidadania/edicao1/cnt/modulo3/2-2.html>

O presente estudo considerará a experiência de implementação, pelas unidades locais da Emater-GO, do Fomento Rural nos municípios onde estão localizados o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga - SHPCK (municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás), o Quilombo Mesquita (município de Cidade Ocidental), Quilombo Levantado e Quilombo Extrema (município de Iaciara) e Quilombo Baco-Pari (município de Posse), devido ao número mais expressivo de famílias que foram atendidas pelo Fomento Rural. As comunidades interlocutoras da presente pesquisa foram todas certificadas pela Fundação Cultural Palmares<sup>82</sup>. A Tabela 4, abaixo, apresenta algumas informações relevantes acerca delas, disponibilizadas no portal eletrônico da Comissão Pró-Índio de São Paulo.

<sup>81</sup> Para aprofundamento sobre a histórica presença negra e quilombos em Goiás, são referências importantes os trabalhos de Zoroastro Artiaga (1947), Artur Ramos (1949), Luis Palacín (1972), Maria Augusta de Santana, Gilka Salles (1992) e Martiniano José da Silva (1974; 2008), Mari de Nasaré Baiocch (1983; 2013), Ramalho (2015) entre outros/as.

<sup>82</sup> Ver <https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/>, acessado em 21 de março de 2022.

<b>Comunidade(s)</b>	BACO-PARI	EXTREMA	LEVANTAD O	KALUNGA (são várias comunidades)	MESQUITA
<b>Município</b>	Posse	Iaciara	Iaciara	Cavalcante, Monte Alegre e Teresina	Cidade Occidental
<b>UF</b>	Goiás	Goiás	Goiás	Goiás	Goiás
<b>População</b>	46 famílias	Sem informação <sup>83</sup>	42 famílias, 145 pessoas (Inkra, 2020)	888 famílias	785 famílias
<b>Situação fundiária</b>	Não titulada	Não titulada	Não titulada	Parcialmente titulada	Não titulada
<b>Data da Certificação</b>	07/06/2006	18/03/2014	19/09/2013	19/04/2005	07/06/2006
<b>Diário Oficial da União – Certidões emitidas</b>	Portaria Nº 11, de 6 de junho de 2006/Certidão emitida pela FCP	Portaria Nº 41, de 14 de março de 2014/Certidã o emitida pela FCP	Portaria Nº 161, de 16 de setembro de 2013/Certidã o emitida pela FCP	Portaria Nº 7, de 6 de abril de 2005/Certidã o emitida pela FCP	Portaria Nº 11, de 6 de junho de 2006/Certidã o emitida pela FCP
<b>Número do processo INCRA</b>	54700. 002573/2007- 94	54700. 001245/2015- 81	54700. 001816/2013- 15	54700. 000189/2004- 12	54700. 001261/2006- 82
<b>Superintendênci a responsável</b>	SR 28 – Distrito Federal e Entorno	SR 28 – Distrito Federal e Entorno	SR 28 – Distrito Federal e Entorno	SR 08 – Distrito Federal e Entorno	SR 08 – Distrito Federal e Entorno
<b>Etapas atuais</b>	Decreto de desapropriaçã o publicado no D.O.U. – 22.11.2012	Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares – 18.03.2014	RTID publicado do D.O.U. – 27.04.2021	Concessão de Direito Real de Uso/ Decreto de desapropriaçã o publicado no D.O.U. – 23.11.2009	RTID publicado no D.O.U. – 30.08.2011
<b>Dimensão da área</b>	A titular: 147,4885 hectares	Sem informação	A titular: 627,86 hectares	Titulada: 22.489,8492 hectares (6 títulos outorgados) Reconhecida: 261.999,6987 hectares A titular: 239.509,8495 hectares	A titular: 4.151,3707 hectares
<b>Data da última atualização</b>	31.05.2021	02.08.2021	02.08.2021	17.08.2022	31.05.2021

Tabela 4 - Informações sobre os Territórios Quilombolas envolvidos na pesquisa

Fonte: <https://cpisp.org.br/>; Acesso em 24 de outubro de 2022

Apresentarei abaixo uma revisão de literatura sobre as comunidades quilombolas interlocutoras da presente pesquisa em diálogo com os dados advindos do trabalho de campo etnográfico que realizei, sendo que, para tanto, considerarei a ordem

<sup>83</sup> Rocha (2019, p. 34) afirma que há “Um total de 41 famílias, 39 destas sendo fixas no lugar, compõem o quilombo Extrema. Lugar simples, mas pleno de vida e integração social”.

das visitas de campo: Baco-Pari, Extrema, Levantado, Kalunga, Mesquita. Entendendo que a luta pelo território é “uma luta cultural pela autonomia e autodeterminação” (ESCOBAR, 2010, p. 79), e que, por isso, trata-se de condição fundamental para compreender as demais dimensões da vida dos povos e comunidades tradicionais em geral e dos/as quilombolas em particular, cabe destacar que dentre os territórios envolvidos na presente pesquisa, apenas o Kalunga foi titulado (e, ainda, em parte). Desse modo todas as comunidades estão no momento presente em busca da garantia do direito ao acesso à terra, em diferentes estágios desse processo. Cabe mencionar, também, que as comunidades Baco-Pari, Levantado e Extrema possuem um histórico em comum e relações de parentesco até a atualidade.

As trinta e quatro famílias entrevistadas tiveram sua primeira parcela do recurso financeiro não-reembolsável do Programa disponibilizada entre os meses de setembro de 2021 e janeiro de 2022, a grande maioria em outubro e novembro de 2021. A segunda parcela foi disponibilizada para elas entre abril e maio de 2022, pouco antes da ida a campo para realização da pesquisa. A distribuição das entrevistas por Território Quilombola e município está apresentada na Tabela 5, abaixo. Importante destacar que as comunidades visitadas nos territórios possuem fácil acesso por carro, com exceção das comunidades do Território Kalunga – sendo que, dessas, algumas demandam carro 4x4. O meu trajeto foi realizado através de um carro pessoal, Uno Mille 2005/06, e isso representou limitação especialmente para acesso às comunidades localizadas em Cavalcante/GO.

<b>Território Quilombola</b>	<b>Município</b>	<b>Famílias Quilombolas participantes do Fomento Rural que participaram da pesquisa</b>
Baco-Pari	POSSE	8
Extrema	IACIARA	2
Levantado		4
Kalunga	MONTE ALEGRE DE GOIAS	5
	TERESINA DE GOIAS	6
	CAVALCANTE	2
Mesquita	CIDADE OCIDENTAL	7
Total		34

*Tabela 5 - Número de famílias quilombolas participantes da pesquisa por Território*

### 3.3.1 Baco-Pari

A comunidade quilombola Baco-Pari, localizada em Posse (GO), está a cerca de 20 quilômetros da sede do município. O território quilombola está localizado no Vale do Paranã, tendo uma área a titular de 3.147,4885 hectares. A comunidade foi

certificada em 2006 e formou em 29/06/2007 a Associação Quilombola Comunidade Baco-Pari, cuja principal atividade está vinculada à defesa de direitos sociais. São pouquíssimos os estudos disponíveis sobre a comunidade Baco-Pari, sendo um artigo de Gomes (2017) sobre a cultura alimentar de quilombolas em Goiás, que aborda também outros quilombos e uma monografia para conclusão de curso de letras, de Spindola e Fleuri (2015), as principais referências encontradas, além de documentos sobre a certificação e processo de titulação do território.

A literatura aponta que as comunidades Baco-Pari, Levantado e Extrema possuem uma história em comum. As comunidades foram formadas por pessoas negras vindas de Macaúbas/BA há cerca de 100 anos atrás. Rocha (2019), pesquisadora quilombola de Extrema que se dedicou ao estudo das comunidades Levantado e Extrema, faz uma descrição bastante detalhada da caminhada das famílias até Posse/GO. Segundo ela,

Na busca por esta concretude feita pelo tempo e o caminhar, nove irmãos – parceiros de caminhada - são movidos pelo desejo de conquistar a chamada “terra boa”. Todos compartilharam da mesma necessidade de caminhar juntos 516 quilômetros, por cerca de 105 horas se consideramos uma rota sem pernoites. A saída é marcada em Macaúbas, interior do estado da Bahia, até a Fazenda Retiro, em Vila Boa Vista, no então pequeno município de Posse, interior goiano. [...] As famílias não se sentiam mais seguras em Macaúbas por causa da presença dos revoltosos naquela região. Então, as famílias Silva e Rocha receberam a notícia de que havia terra produtiva no interior do interior, no estado de Goiás. Essa informação impulsionou a viagem das famílias em busca de novas terras (ROCHA, 2019, p.26)

Sobre o tema, Gomes (2017) conta que,

Um grupo de família - pais, avôs, tios, primos, entre outros - migrou para a região em busca de trabalho e terras férteis para a lavoura. Não se sabe em que condições se encontravam exatamente quando migraram da Bahia, mas considerando o período, alguns anos após a abolição da escravatura, podemos conotar a dificuldade de acesso à terra, subsistência e trabalho de forma digna. É difícil resgatar o histórico da Comunidade, dado a falta de registro e questão estratégica de pouca comunicação a despeito de tempos mais sofridos. Sabe-se que levaram um mês caminhando desde Macaúbas (BA) à Posse (GO), com alguns animais. Como relatou o presidente da Associação Quilombola Comunidade Baco Pari e bisneto de um dos primeiros migrantes para a região, Izaias Cardoso da Silva, 46 anos: “Foram 30 dias de viagem, vieram a pé, na casca do burro e do jegue, trazendo as crianças e as cargas”. Em Posse chegou o bisavô de Izaias, veio com seu avô ainda bebê e vários outros parentes. Em outras comunidades (Extrema e Levantado, hoje localizadas em município vizinho e também migrantes da mesma região) foi relatado que sabia-se que lá haveriam terras férteis e abundância de água. (GOMES, 2017, p. 14)

Spindola e Fleuri (2015), sobre a comunidade Baco-Pari, apontam uma situação de falta de acesso à água, o que compromete a qualidade de vida, a alimentação das famílias e o cotidiano de manejo agrícola e de criação de animais.

Na comunidade em questão, um dos problemas que atormenta esta população é a falta de água, disponibilizada apenas um dia sim outro não aos moradores e essa água é salobra, mas há um caminhão pipa que traz água doce, que é fornecida aos moradores e armazenada em vasilhames. Este problema desencadeia muitos outros, como a falta de cultivo e criação de animais. Em vista disto, eles ficam a mercê do município, na esperança de dias melhores. Porém, ainda há o uso de água salobra e por este motivo ainda não possuem banheiros sanitários adequados. Por essa água possuir muito sal, não é viável utilizá-la em uma encanação, pois o sal provocaria o entupimento dos canos. Em vista disto, os banheiros são improvisados com vários materiais, como lençóis, lona, dentre outros. (SPINDOLA e FLEURI, 2015, p. 28-29)

Assim como apontam estes autores, a presente pesquisa, a partir do trabalho de campo, encontrou uma situação de difícil acesso à água na comunidade. Foi relatada grande dependência do caminhão-pipa, que não passa com frequência suficiente, o que faz com que a comunidade fique desprovida de acesso à água recorrentemente. Concordo com Gomes (2017, p. 13) quando ela afirma que “isso compromete diretamente as atividades de subsistência, além de gerar muita tensão na comunidade”. Todas as famílias entrevistadas pontuaram a dificuldade em relação à água. Abaixo, reproduzo a fala de duas entrevistadas quando questionadas sobre isso e sobre sua atividade agropecuária no quilombo:

*Eu planto mandioca, milho, feijão, abóbora. Esse ano foi difícil porque veio muita chuva, a gente não esperava. Em geral é muito ruim de água, tem um caminhão que só passa uma vez na semana. Daí não dá pra plantar horta nem frutas. A água vem suja, salobra. Num é tratada, sabe? E tem um pó no fundo...*

*Não tenho horta porque não tem água, né. Eu queria, tenho muita vontade de plantar.. Mas sem água não dá. Deu uma melhorada na situação da água depois que ta vindo o caminhão pipa. Tinha antes só de uma grotta. Mas o caminhão vem pouco ainda, falta água pra gente. Eu planto milho, mandioca, mamão, laranja, banana.. quando era o tempo bom plantava arroz, andu, outras coisas, né.*

Em geral, as famílias relataram que vão ao mercado uma vês ao mês, quando “cai o Bolsa Família”<sup>84</sup>. Uma delas em entrevista falou: “Mercado não, “cestinha”, num é nem compra, uma feirinha para uns dias, né”. Quando foi iniciada a execução do Programa Fomento Rural, um dos agentes de ATER responsáveis de Posse/GO explicou porque optou por atender a comunidade Baco-Pari (10 famílias, conforme Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica):

*Atendi Baco-Pari devido a carência lá ser bastante acentuada, sabe? São famílias carentes, carentes mesmo, até de alimentação. Então aí eu escolhi, fui lá. Postou dez em outras regiões e eu postei os dez meus tudo lá no Baco-Pari. Se eu quisesse postar as 50 famílias lá, que lá praticamente existe 50 famílias. Todas elas enquadravam. Porque tudo cê vai lá, no quilombo, a carência lá é muito grande. Você vai ver como é que é. As casas deles lá, as condições de subsistência deles lá. Então eu fui no Baco-Pari porque a carência lá é muito grande, todo mundo lá*

---

<sup>84</sup> atualmente o Programa se chama Auxílio Brasil, mas esta pesquisadora optou por utilizar o nome utilizado pelos/as interlocutores/as

*enquadra, são pessoas que estão necessitando. Lancei os projetos para eles criarem uma atividade paralela além das que eles tem lá. Porque lá eles plantam mandioca, cana, um pouquinho de gado que eles tem, poucas galinhas. Aí eu joguei para criação de galinha para postura porque o ovo caipira é muito bem procurado aqui na região. Para eles colocarem 30 galinhas para botar uns ovinhos e poder ter uma receita constante para as propriedades. Mas quando caiu na conta, uma parte eu acredito que foi comprado de comida. Eles tavam passando fome. Você vai olhar e vai ver.*

### 3.3.2 Extrema

As comunidades quilombolas Levantado e Extrema localizam-se uma ao lado da outra, no município de Iaciara/GO. Enquanto Levantado foi certificada em 2013 e teve seu RTID publicado em 2021, Extrema teve sua certificação em 2014. Dois relevantes estudos sobre a comunidade Extrema foram realizados por Maria Madalena Rocha (2019) e Márcia Sacramento Rocha (2022), ambas quilombolas de Extrema. Maria Madalena, então presidente da Associação Quilombola Extrema (AQUE), conta que após chegarem em Posse/GO, vindos de Macaúba/BA, em 1933, as famílias Silva e Rocha “finalmente compraram uma gleba de terra, a fazenda Retiro, em Boa Vista. Quintino Cesário Rocha assinou a escritura, decisão tomada no grupo” (ROCHA, 2019, p. 29) para formar a comunidade Extrema:

um lugar com riacho e bem arborizado, principalmente pela palmeira macaúba, o bom “coco de roer”, um coqueiro nativo, espinhoso e muito alto, que pode atingir mais de 15 metros de altura. O reencontro com as macaúbas liga o passado no interior da Bahia ao presente do povoado Extrema (ROCHA, 2019, p.30)

A autora afirma que a década de 1940 marca o período em que as comunidades negras se fixaram no município de Posse. São elas Baco-pari, Sabonete e Extrema. Rocha (2022), além disso, conta que alguns anos após a suposta libertação dos escravizados no Brasil

a época que chegamos a comunidade ainda não nos autoidentificávamos como quilombola, e nem éramos reconhecidos como remanescentes de quilombo, denominação que só se deu muito tempo depois e foi reforçada com o reconhecimento pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2014. (ROCHA, 2022, p.2416)

Segundo ela,

Na busca constante para viver, ou melhor, para tentar sobreviver com menos sofrimento resquícios ainda do processo de escravização de seres humanos enfrentadas por nós, os quilombolas de Extrema enfrentaram mais essa luta e continuaram a resistir, mesmo carregando em seus corpos marcas desta triste história que ainda permanecia em carne viva, sangrando. (ROCHA, 2022, p.2417)

A autora em seu estudo analisa as mudanças ambientais e ecológicas enfrentadas a partir do riacho que corta a comunidade abordando as transformações que vem ocorrendo pelo uso inadequado das fontes naturais de forma indiscriminada

provocando mudanças das interações e das relações entre as várias gerações de quilombolas e a natureza (ROCHA, 2022, 2416). Nas palavras dela,

Ainda conheci o riacho cheio de vida, com água corrente e muitos animais habitando nele e em seus arredores. Mas, já não era mais como quando minha mãe era criança que o riacho era fundo, e era lindo de se vê, com muitas riquezas e variedades de vidas. Contudo, principalmente, depois de chegar gente de fora, com a derrubada das árvores o riacho de Extrema foi secando aos poucos e parando de correr água em seu leito, e quando vimos, já não corria mais água. (ROCHA, 2022, p. 2423)

Ela conta que o existem pessoas que vêm de fora desmatam para poder plantar na vazante e o “desmatamento provocou essa retenção no fluxo da água no riacho de Extrema, e isso, certamente provocou a perda dos fluxos de água, de vida e de saberes e aprendizagens existentes ali” (ROCHA, 2022, p.2424). Além disso, menciona-se que a água encanada de poço artesiano levada pela prefeitura, “essa água modernizada, que foi colocada como boa, que sai facilmente das torneiras é bem diferente da riqueza que existia, da diversidade de vida” no contato diário com o riacho e no riacho. Além disso, “principalmente em períodos da seca, em que baixa a água do poço artesiano e com isso queima a bomba que puxa a água, falta água constantemente para nosso povo quilombola de Extrema” (*ibidem*, p. 2424)

Em notícia publicada no portal Combate Racismo Ambiental<sup>85</sup>, há registro de conflitos por água nas comunidades Extrema e Levantado desde 2013 e o Riacho foi bloqueado por uma propriedade privada para regar pastagens e abastecer tanque escavado. Diante disso, as comunidades têm sofrido com a escassez de água, que tem gerado diversos transtornos, vez que compromete o acesso à água, provocando prejuízos financeiros e humanos. A produção de alimentos foi prejudicada o que levou à interrupção do fornecimento da merenda escolar na região. As comunidades denunciaram a situação via Pastoral da Terra – Regional Goiás em 2018 solicitando que medidas sejam tomadas a fim de reverter a situação.

Em entrevista às beneficiárias do Fomento quando se questionou sobre acesso à água na comunidade, não houve menção sobre o Riacho. Assim como apontaram os estudos de Rocha (2019) e Rocha (2022) foi informado que as famílias possuem poço artesiano. Por exemplo, uma família informou que “*aqui água é por poço artesiano e cisterna*” e outra que “*tem poço artesiano. Quando tá na seca acontece de ficar sem água. Esses tempos mesmo essa semana pra trás a gente ficou sem água na manhã. Tamo correndo atrás de outro poço*”.

---

<sup>85</sup> Disponível em <https://racismoambiental.net.br/2018/10/02/comunidade-quilombola-fica-sem-agua-apos-desvio-de-riacho-por-fazendeiros-em-iaciara-go/> Acesso em 21 de outubro de 2022.

### 3.3.3 Levantado

Em 1951 nasceu a comunidade Levantado, a uma distância geográfica de seis quilômetros de Extrema (ROCHA, 2019, p.32-33). A Cidade de Iaciara/GO, vale dizer, ainda não existia. Apenas em 14 de novembro de 1958, foi desmembrada do município de Posse/GO. Apesar da divisão das duas comunidades, Extrema e Levantado, permanecem laços de amizade, de parentesco. Extrema e Levantado continuaram juntas nas festividades religiosas e “até a década de 1980, Extrema e Levantado festejavam juntos os casamentos, os batizados e a levantada do mastro. [...] Hoje são dois dias de Mastro no mês de junho em Extrema, e dois dias em Levantado (ROCHA, 2019, p.34). Além disso, “os mais velhos do povoado Levantado nasceram em Extrema” e “os laços de parentesco e apadrinhamentos se fortaleceram com os casamentos, mesmo que cada povoado tenha seguido sua própria História” as comunidades se consideram como “comunidades irmãs” (ROCHA, 2019, p.42). A comunidade de Levantado organiza-se conta com a Associação Remanescente de Quilombo do Levantado em Iaciara (ASCORQUILEIA) para a organização social em prol da reivindicação dos seus direitos e articulação de projetos relacionados às melhorias na qualidade de vida das comunidades. Abaixo está a logotipo da associação (Figura 18).



Figura 18 - Logotipo ASCORQUILEIA

Rocha (2019), sobre o processo de mudanças por quais as comunidades Levantado e Extrema foram passando a partir da interação coma população não-quilombola, conta que a chegada dos hospitais fez com que os partos não fossem mais feitos em casa; a diminuição do brotamento e do uso de ervas medicinais, o que pode ter sido causado pela gradeação da terra; o aumento do uso de medicamentos farmacêuticos daí decorrente. Sobre as práticas agropecuárias, ela menciona que antes tudo era sem uso de máquinas, somente na coivara, e atualmente há uma estigmatização dos saberes e

fazeres que vêm dos mais velhos (ROCHA, 2019, p. 38) a partir de mudanças que foram ocorrendo na comunidade. Hoje

o solo é arado para o cultivo de milho, mandioca, feijão e abóbora. Devido à “seca” ou estiagem, muitos deixaram de cultivar arroz, os quintais estão plantados, mas falta terra para plantar lavoura, falta assistência técnica para não perder a plantação. Hoje não tem data definida para o plantio, mas observar o tempo e a época de plantar fazia parte da cultura local. (ROCHA, 2019, p.38)

Sobre as comunidades Baco Pari, Levantado e Extrema, formadas atualmente por descendentes de baianos, mineiros e goianos, Gomes (2017) afirma que elas possuem características semelhantes quanto aos hábitos e práticas alimentares. Segundo a autora, nessas três comunidades quilombolas, as mulheres são responsáveis pela culinária e pelo cuidado com a horta próxima à casa, quando estas existem, e os homens cuidam também da lavoura, sendo que os alimentos que mais plantam são mandioca, cana, milho e feijão. Nas suas palavras, “o milho e cana são mais utilizados para alimentar os animais, a mandioca e o feijão para alimentação da família” (GOMES, 2017, p. 6). Em relação à criação de animais, a autora afirma que “pela escassez de chuvas está mais difícil criar animais, alimentá-los (pela não colheita) e dá-lhes de beber” (GOMES, 2017, p.7). Segundo ela, as criações de galinhas têm sido destinadas apenas para o autoconsumo enquanto os produtos advindos da criação de porcos e de gado são tanto comercializados como usadas para autoconsumo. O gado, restrito a poucas famílias, por vezes é também destinado ao uso da comunidade em festas religiosas. Além disso, não se observa trocas de alimentos excedentes entre as famílias (como hortaliças, ovos e feijão), porém há doações. A presente pesquisa, realizada entre 2021-2022, encontrou situação semelhante, sendo observada, porém, a venda ainda que em pequena escala de ovos e de galinhas caipiras.

#### 3.3.4 Kalunga

O Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK) está localizado no nordeste de Goiás, com área de cerca de 260 mil hectares, abrangendo parte dos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás. O território Kalunga foi delimitado pela Lei Estadual n. 11.409, de 21 de janeiro de 1991 e é o maior do Brasil em extensão (BAIOCCHI, 2013; DALOSTO, 2016). A população Kalunga “pratica agricultura familiar de baixo impacto, não devasta o solo e permite uma manutenção dos ecossistemas” e sua “produção inclui, além da roça, horta, pesca, extrativismo, criação de gado, porcos e aves” (RAMIDOFF *et al*, 2022, p.3). Os autores

afirmam que os sistemas agrícolas dos Kalunga tem sido alvo de estudos<sup>86</sup>, e que se destaca o extrativismo do cerrado<sup>87</sup> geralmente ligado ao autoconsumo - alimentação, usos medicinais, produção de utilitários, artesanato, vestuário, estética e celebrações culturais, e em menor medida para a comercialização - em feiras locais, pontos turísticos e pequenos comércios locais (*ibidem*, p.3).

No portal eletrônico da Associação Quilombo Kalunga (ver logotipo na Figura 19), a associação mãe das comunidades, é possível obter ricas informações sobre o Território e sua população. Nele, por exemplo, registra-se que:

Tanto o Território Kalunga, quanto nossa história e a imensa faixa de Cerrado Biodiverso e natural que nos protege são patrimônios imateriais sem preço, todos alocados em pleno Centro Oeste brasileiro. Nosso esforço é para que tal patrimônio seja gerido com sensibilidade pelos nossos próprios guardiões livres, sendo a base fértil para novas gerações que virão e para novas propostas de sociedades colaborativas que se formarão a partir da fusão de nossas tradições mais antigas com as demandas contemporâneas.<sup>88</sup>

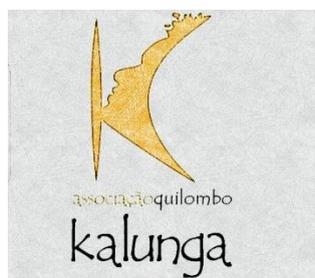


Figura 19 - Logotipo SHPCK

Uma das iniciativas importantes da Associação foi a realização do georreferenciamento do Território para dar início a um processo de gestão ambiental e territorial. Apoiado pelo Instituto Internacional de Educação do Brasil (IEB) e fomentado pelo Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos, o projeto iniciado em 2019 tem como objetivos conhecer a realidade das comunidades Kalunga, “mapear detalhadamente o território, promover a ocupação do SHPCK de uma forma mais sustentável e fazer com que os Kalunga sejam reconhecidos internacionalmente como

<sup>86</sup> São citados: BAIOCCHI, 1999; UNGARELLI, 2009; FERNANDES, 2014; 2015; ELOY; CARVALHO & FIGUEIREDO, 2017; CUNHA, MAGALHÃES & ADAMS, 2021.

<sup>87</sup> Exemplos: jatobá, curriola, pequi, cajuzinho-do-cerrado, baru, cagaita, mangaba, bacuari, mama-cadela, murici e uma enorme variedade de cocos de palmeiras. Em geral são consumidos *in natura* e quando beneficiados, transformam-se em doces, óleos, leites, farinhas, conservas, tinturas, sucos, polpas, castanhas, sementes, artesanatos, entre outros (MASSAROTTO, 2009; UNGARELLI, 2009; FERNANDES, 2014 *apud* RAMIDOFF *et al*, 2022, p.3).

<sup>88</sup> Disponível em <https://quilombokalunga.org/press/quem-somos/>. Acesso em 17 de outubro de 2022.

defensores da conservação da biodiversidade”<sup>89</sup>. Sobre os projetos realizados pela AQK, informa-se que

Atualmente, dentro do território Kalunga uma vasta gama de projetos está em execução ou até mesmo já foi executada. De cunho cultural, social, ambiental, agrário, ecológico ou associativista, todos eles foram implementados diretamente pelo povo e para o nosso povo. Dentre outros exemplos, o povo Kalunga já possui um dos mais avançados georreferenciamentos de suas terras e riquezas.<sup>90</sup>

O estudo incluiu o levantamento da hidrografia; da localização das famílias (Figura 20); da malha viária; das áreas de preservação permanente (APP); áreas de cobertura vegetal e uso do solo; e a identificação, mapeamento e avaliação dos tipos de solo do Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga. A AQK afirma que “contará com monitoramento ambiental por meio de imagens de satélites para evitar queimadas e retirada indiscriminada da vegetação, monitoramento das APP e preparação dos locais de visitação turística”.

Além disso, o estudo incluiu a elaboração de um mapa com avaliação de aptidão agrícola das terras (Figura 21), a qual possui metodologia, conforme portal eletrônico da AQK, embasada nas pesquisas de RAMALHO e BEEK, 1994; 1995; RAMALHO, PEREIRA e BEEK, 1978; VALLADARES *et al*, 2007; FAO, 1976; entre outros. A AQK informa em seu portal eletrônico:

A classificação da aptidão agrícola das terras, baseada na fertilidade natural do solo e no nível tecnológico que pode ser empregado no mesmo subsidia a distribuição racional das culturas por relacionar o recurso natural solo com a produtividade que o mesmo pode proporcionar com determinada cultura e prática de manejo. Ainda pode-se caracterizar o mesmo quanto às correções de caráter químico e físico, as quais podem ser empregadas com a finalidade de amenizar características desfavoráveis como acidez e declividade acentuada. Com isso, além da produtividade, busca-se também a conservação agroambiental (VALLADARES, *et al.*, 2007).

---

<sup>89</sup> O Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos vem atuando desde o ano de 2.000 com o objetivo promover a conservação em áreas biológicas de alta prioridade e numa escala de paisagem, e consiste em uma iniciativa conjunta da Agência Francesa para o Desenvolvimento, Conservação Internacional, União Europeia, Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), Governo do Japão e Banco Mundial. Disponível em <https://iieb.org.br/maior-territorio-quilombola-do-brasil-comeca-a-ser-mapeado-em-goias/>. Acesso em 17 de outubro de 2022.

<sup>90</sup> Disponível em <https://quilombokalunga.org/press/projetos/>. Acesso em 17 de outubro de 2022.

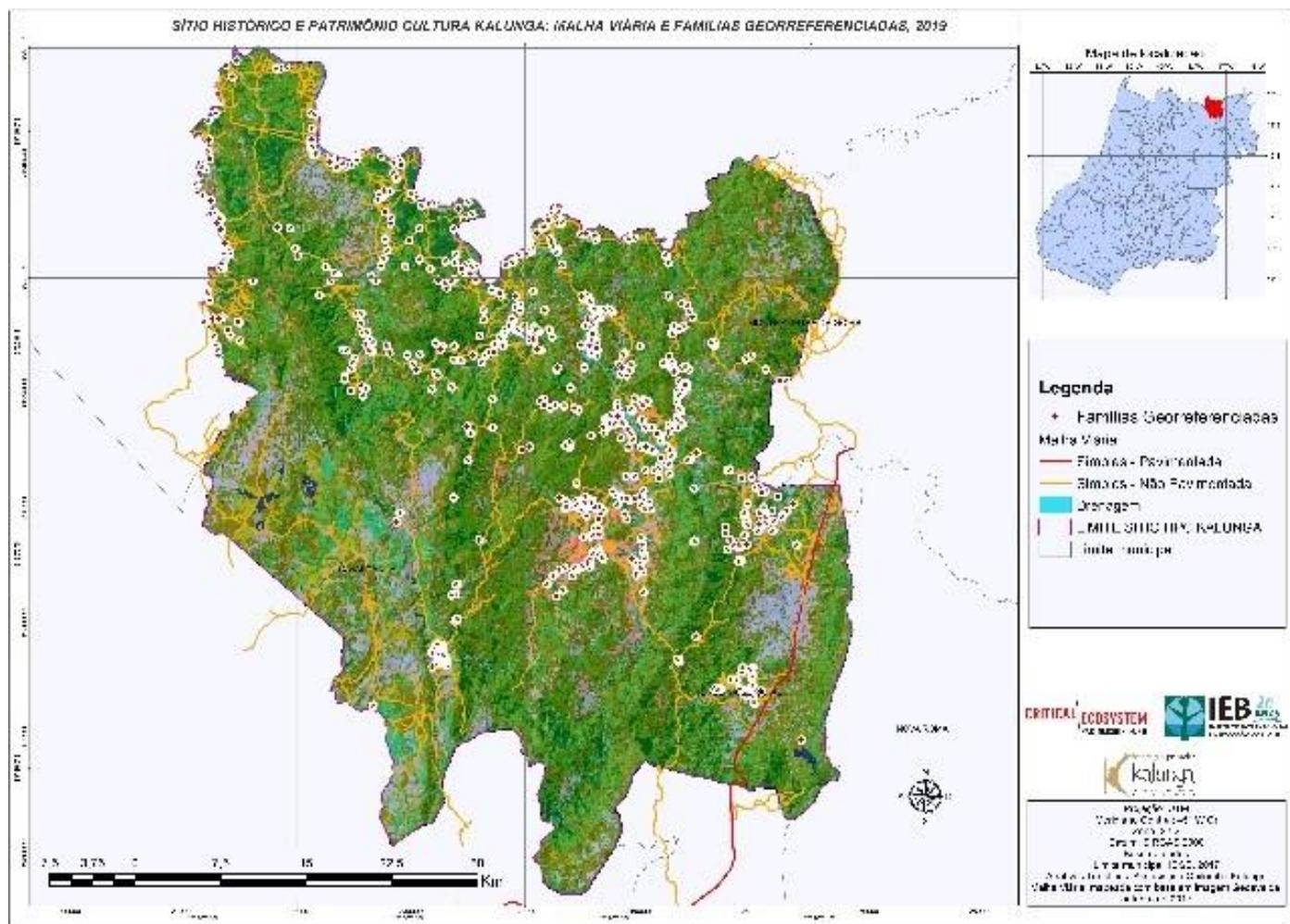


Figura 20 - Malha viária e famílias georeferenciadas<sup>91</sup>

<sup>91</sup> Disponível em <https://quilombokalunga.org/press/projetos/geoprocessamento-cepf/>. Acesso em 16 de outubro de 2017.

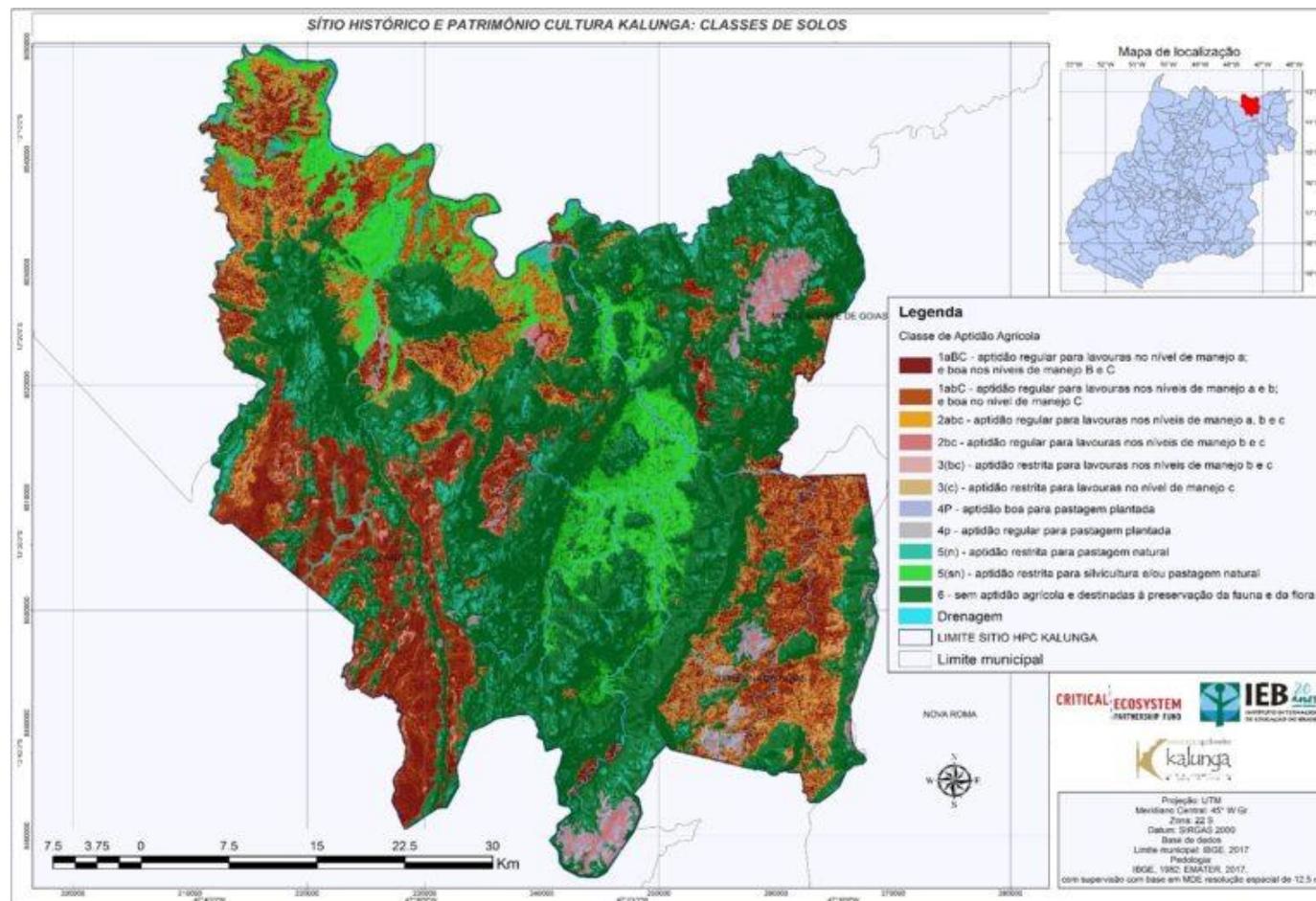


Figura 21 - Mapa de aptidão agrícola das terras do SHPCK em 2019.<sup>92</sup>

<sup>92</sup> Disponível em <https://quilombokalunga.org/press/projetos/geoprocessamento-cepf/3/>. Acesso em 17 de outubro de 2022.

Cunha (2018a, p. 20), ao abordar a origem do Quilombo Kalunga afirma que “os territórios quilombolas se expandiram por diferentes localidades, áreas e regiões, sobretudo onde apresentavam esconderijos secretos para os negros refugiados da escravização”. Segundo ele, que também é Kalunga, os “Kalunga, temos um histórico de vida e de luta profunda, baseada na cultura tradicional da pesca, caça, criação de animais, garimpo e principalmente na agricultura de subsistência”. E aponta, ainda, que existem “em nosso histórico outras formas de subsistência, como as crenças, os valores, as rezas, as relações culturais e sociais, as relações econômicas e políticas internas. Todas elas nutrem os sonhos, os espíritos e a alma de nos manter vivos e dar continuidade à vida desse povo na comunidade” (CUNHA, 2018a, p. 21). A Figura 22, a seguir, apresenta a rota do tráfico escravista para o estado de Goiás.

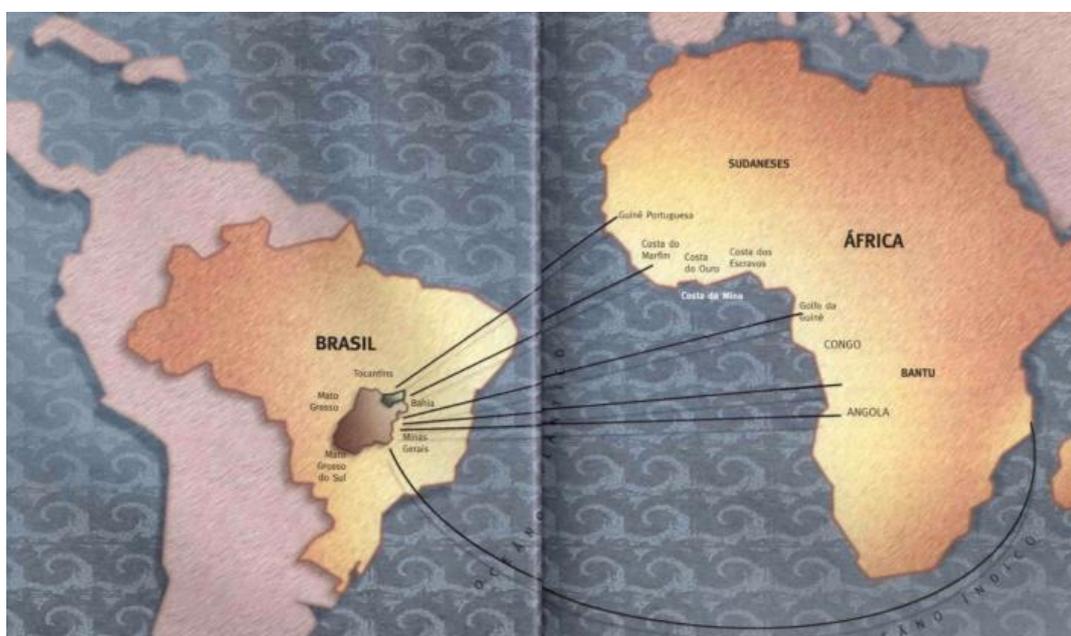


Figura 22 - Rota do tráfico escravista<sup>93</sup>

aqueles negros que foram morar nos sítios e fazendas no vale do Rio Paraná foram aos poucos se incorporando à formação do povo Kalunga. Ali, cada família tinha seu pedaço de terra, grande ou pequeno, um simples roçado, um sítio ou até mesmo uma fazenda maior. E todos os membros de uma mesma família podiam usar essa terra em comum. Era assim que eles plantavam e dividiam a produção de uma roça de mandioca e repartiam o leite tirado das vacas no curral ou a farinha torrada no forno. (MOURA, 2001, p.29)

Dalosto (2016, p. 157) após levantamento sobre políticas públicas do governo federal voltadas para o desenvolvimento local e a inclusão produtiva que “chegaram”

<sup>93</sup> MOURA, Gloria *et al.* Uma história do povo Kalunga. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental MEC/SEF, 2001. Disponível em [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select\\_action=&co\\_obra=25845&co\\_midia=2](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=25845&co_midia=2). Acesso em 24 de outubro de 2022.

aos Kalunga no estado de Goiás afirma que há indícios de que “vários agricultores familiares Kalunga tiveram acesso a linhas de crédito relacionadas ao Pronaf ou foram atendidos pelos técnicos da ATER” até o ano 2016. A presente pesquisa dialogou com ao menos quatro técnicos de ATER que atuaram ou atuam no Território Kalunga, sendo que atualmente apenas dois técnicos são responsáveis pelo atendimento aos três municípios nos quais estão as comunidades Kalunga, mas também outros públicos. Na presente pesquisa, participaram famílias das comunidades Riachão, Areia e Sucuri em Monte Alegre de Goiás/GO; Diadema e Ribeirão em Teresina de Goiás/GO; e Vão do Moleque em Cavalcante/GO.

Sobre o SPHCK, vale mencionar ainda que, recentemente, este foi reconhecido como um Território e Área Conservada por Comunidades Indígenas e Locais (TICCA), o que atesta as práticas de conservação da biodiversidade; profunda e estreita conexão da população com seu território; processos de gestão e governança; resultados positivos na conservação da natureza, assim como de bem-estar de seu povo<sup>94</sup>.

### 3.3.5 Mesquita

O Quilombo Mesquita, por sua vez, está localizado no Município da Cidade Ocidental-GO, no Entorno do Distrito Federal, compondo a Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno – RIDE. Segundo Alves (2019, p. 23) o surgimento do Quilombo Mesquita pode ser datado tomando por referência da data de fundação da cidade de Luziânia, no ano de 1746, quando “se estabeleceram ali senhores escravagistas que trouxeram contingentes de negros para serem utilizados como mão-de-obra escrava na mineração” (BRAGA e MARTINS, 2011 *apud* LONGO e RIBEIRO, 2022, p.550). A escassez de ouro levou a emigração de senhores e muitas das terras foram doadas ou abandonadas, como no caso das terras do sargento-mor José Correia Mesquita, que doou a sua terra a três escravizadas por ele, das suas famílias, Lisboa da Costa, Pereira Braga e Teixeira Magalhães (SILVA, 2019, p.31).

Suas terras têm sido alvo de especuladores imobiliários e fazendeiros desde a construção de Brasília, em 1956, perdendo parte de seu território e passando por diminuição das terras voltadas para produção de marmelo e de cana<sup>95</sup>, tradicionais da

---

<sup>94</sup> Disponível em <https://cepfcerrado.iieb.org.br/quilombo-kalunga-e-o-unico-territorio-no-brasil-reconhecido-com-conceito-global/>. Acesso em 11 de janeiro de 2022.

<sup>95</sup> Segundo Longo e Ribeiro (2022, p. 554), após a abertura de estradas para Luziânia, os mesquitenses investiram mais no cultivo de marmelo e cana e na produção de açúcar e marmelada. As rodovias presentes no território contribuem também, vale dizer, para a especulação imobiliária.

comunidade, o Mesquita foi certificado em 2006 pela FCP e teve seu Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) publicado em 2011 pelo INCRA. Associação Renovadora do Quilombo Mesquita (ARENQUIM) é a instância representativa da comunidade, fundada em 2003. Este é o logotipo da Arenquim (Figura 23):



*Figura 23 - Logotipo Arenquim*

Nas palavras de Silva (2019, p.31), “a relação com o trabalho rural é fundamental alicerce da comunidade” mesquitense. Ao caracterizar a agricultura familiar desenvolvida no Quilombo Mesquita, Lisboa (2020) identificou que as atividades agrícolas na comunidade sofreram “processos leves de modernização”, sendo que duas atividades econômicas teriam permanecido com “estreita vinculação aos costumes tradicionais”, o cultivo do marmelo e da mandioca. Já as culturas agrícolas de milho e mexerica pokan segundo a autora teriam sofrido modificações, passando por “algum grau de mecanização”, assim como a adoção da piscicultura, a diversificação do cultivo de hortaliças e a produção orgânica.

Sobre o acesso da população do Quilombo Mesquita a políticas públicas, por sua vez, Abreu (2009) aponta dificuldade dos quilombolas de Mesquita para acessar as Políticas Públicas de Promoção da Igualdade Racial, e sinaliza “que o racismo institucional está presente no cotidiano da Comunidade, seja a partir dos relatos que apontam para a situação de desvantagem dos quilombolas no acesso aos benefícios gerados pelo Poder Público local, seja na saúde, educação ou nas demais áreas que assegurem direitos de cidadania” (ABREU, 2009, p. 86). Destaca-se que tais constatações podem se estender a outros/as quilombolas em Goiás e que a dificuldade de acesso a determinada política é uma das questões de análise importantes na bibliografia sobre implementação de políticas públicas, foco da presente pesquisa.

Em 2018, o INCRA formalizou a diminuição da propriedade do Quilombo Mesquita de 4.160 hectares para apenas 971,4 hectares através da Resolução nº 12, de 17 de maio de 2018. Em junho, no entanto, o Incra seguiu recomendação do Ministério

Público Federal e revogou a resolução que retirava terras. Permanece, no entanto, o receio das famílias quanto ao risco de perderem parte de seu território.

Recentemente, a CONAQ, em parceria com a Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), elaborou<sup>96</sup> ao longo dos anos 2020 e 2021 uma série de estudos sobre parte dos territórios quilombolas brasileiros, dentre eles o Quilombo Mesquita. Mencionarei aqui três deles: o *Mapeamento institucional da agricultura familiar quilombola*, a *Matriz de interpretação analítica: produção da agricultura familiar quilombola – Goiás* e o *Diagnóstico das cadeias produtivas da agricultura familiar quilombola: estrutura e diversidade da produção*.

O Mapeamento institucional da agricultura familiar quilombola, o qual “possibilita visualizar o relacionamento de diferentes instituições com as comunidades e identificar o grau de importância e de proximidade que o movimento quilombola atribui às instituições que estão envolvidas com a temática da agricultura familiar quilombola”<sup>97</sup> apontou que a Emater-GO “muito importante”, porém, “pouco atuante” na comunidade Mesquita (ver Figura 24, abaixo). Á época do estudo o atendimento com o Fomento Rural ainda não tinha sido iniciado.

INSTITUIÇÕES PÚBLICAS				
INSTITUIÇÃO	MISSÃO	INFORMAÇÕES PARA CONTATO	NÍVEL DE IMPORTÂNCIA PARA AS COMUNIDADES	NÍVEL DE ATUAÇÃO COM AS COMUNIDADES
EMATER - Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária	Execução da política estadual de assistência técnica, extensão rural, pesquisa agropecuária e atividades correlatas ao desenvolvimento rural sustentável, atendendo prioritariamente à agricultura familiar	<b>Endereço:</b> Sede: Av. República do Líbano, nº 1945, Setor Oeste, Goiânia-GO <b>Telefone:</b> (62) 3201-8189 <b>Site:</b> emater.go.gov.br/wp/	Muito importante	Pouco atuante

Figura 24 - Mapeamento institucional - Quilombo Mesquita

A Matriz de interpretação analítica: produção da agricultura familiar quilombola – Goiás<sup>98</sup>, por sua vez, indicou que diante dessa situação identificada, as estratégias de fortalecimento/aproximação junto à Emater-GO seriam:

- 1) Realizar contato com a EMATER para a realização de serviços de ATER no Quilombo e para apresentar as demandas de apoio à organização produtiva
- 2) Montar um planejamento de trabalho com a EMATER, para a retomada de serviços de ATER no Quilombo
- 3) Buscar apoio para a emissão da documentação dos produtores quilombolas, visando a participação em projetos voltados à agricultura familiar do governo, como o PAA e PNAE.

<sup>96</sup> Para acessar todos os materiais: <https://conaq.org.br/noticias/conaq-e-ecam-consolidam-o-diagnostico-da-agricultura-familiar-quilombola-em-territorios-da-caatinga-e-cerrado/> .

<sup>97</sup> Disponível em <http://ecam.org.br/wp-content/uploads/2021/05/MAP-DIAG-GO001.pdf> . Acesso em 24 de outubro de 2022.

<sup>98</sup> Disponível em <http://ecam.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Mesquita-GO-Matriz-De-Interpreta%C3%A7%C3%A3o-Anal%C3%ADtica-Produ%C3%A7%C3%A3o-Da-Agricultura-Fa> . Acesso em d.e outubro de miliar-Quilombola.pdf .

O Diagnóstico das cadeias produtivas da agricultura familiar quilombola: estrutura e diversidade da produção<sup>99</sup> reuniu informações sobre a agricultura familiar quilombola no Mesquita. Apontou-se que as famílias têm dificuldade de acesso ao PAA, está em um processo de criação de uma Cooperativa e tem produzido principalmente os seguintes itens: açafraão, araruta, batata, cana de açúcar, hortaliças, hibisco/vinagreira, mandioca, marmelo, mexerica, pocam, milho. Informa-se também que no Mesquita são utilizados equipamentos para o processamento e armazenamento de polpas de frutas e há uma casa de farinha mecanizada. Além disso, no quilombo

não utilizam agrotóxicos e fazem o uso de defensivos naturais para apoiar na produção. Estes defensivos naturais não contam com a orientação de receitas fornecidas por extensionistas ou profissionais. A produção do quilombo é orgânica, fator que deve ser fortalecido para agregar valor aos produtos comercializados (p.39).

Por fim, vale mencionar que durante a realização da etapa de campo na Cidade Ocidental, tive a oportunidade de acompanhar uma atividade, em conjunto com agente de Ater, na qual a Emater-GO participou relacionada ao atendimento a quilombolas, o *Webinar Mesquita - GO - Diagnóstico AFQ: Estratégias para o fortalecimento*<sup>100</sup>, realizado em 14 de junho de 2022. Esse webinar fez parte do Projeto da CONAQ em parceria com a ECAM para apresentar os dados levantados de forma articulada com instituições fundamentais para o fortalecimento da agricultura familiar quilombola. Na ocasião a Isabela Silva Lima, representante da Emater-GO, informou que o quadro técnico da Emater-GO hoje está muito reduzido, sendo a ATER realizada por demanda ou através de cursos na área de agropecuária e agroindustrialização. Em sua apresentação ela informou também que cerca de 40 famílias foram atendidas pelo Fomento Rural, apoiando projetos agrícolas e não-agrícolas principalmente das mulheres quilombolas; e que estão em curso ações como cursos em parceria com o SENAR, elaboração de projetos de crédito rural, elaboração de projetos para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e atendimento por demanda.

---

<sup>99</sup> Disponível em <http://ecam.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Diagn%C3%B3stico-das-cadeias-produtivas-da-agricultura-familiar-quilombola-estrutura-e-diversidade-da-produ%C3%A7%C3%A3o.pdf> . Acesso em 24 de outubro de 2022.

<sup>100</sup> Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=DjPZ2Yo4CEc>. Acesso em 14 de junho de 2022.

## **Capítulo 4 – Análise etnográfica das agências e interações à luz da literatura**

A etnografia multiator é uma metodologia voltada para a investigação de conflitos socioambientais, os quais consistem em “um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico” (LITTLE, 2006, p. 91). Little ressalta que, na antropologia, o conceito de conflito

Vai além de um foco restrito nos embates políticos e econômicos para incorporar elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que não sempre são claramente visíveis desde a ótica de outras disciplinas. Um olhar antropológico pode enxergar conflitos latentes que ainda não se manifestaram politicamente no espaço público formal, porque os grupos sociais envolvidos são politicamente marginalizados ou mesmo invisíveis ao olhar do Estado. (LITTLE, 2006, p. 91-92)

A atuação histórica do Estado junto a população quilombola brasileira é deficitária em termos de garantia de direitos e ainda frequentemente reprodutora do racismo institucional. Diante disso, este estudo de caso teve como ponto de partida o entendimento de que pode haver “conflitos latentes” na relação entre agentes Ater e famílias quilombolas devido a possíveis diferenças nos pontos de vista e nos interesses quando se trata do manejo agropecuário e dos objetivos que se pretende com essa atividade. É possível afirmar que agentes de Ater e famílias que desempenham atividades agropecuárias lidam diariamente, por um lado, com um ideário que prega a modernização da agricultura produtivista, e, por outro, com um que valoriza os saberes e práticas tradicionais fora do escopo da modernização agrícola da Revolução Verde. Diante disso, a intenção do presente estudo é produzir reflexão sobre algumas dimensões desse conflito latente que permeia as relações interculturais as quais se dão durante a implementação da Ater para quilombolas a partir da experiência de Goiás com o Programa Fomento Rural.

### **4.1 Principais atores envolvidos - pontos de vista e interesses**

É importante considerar a atuação das forças sociais e das forças naturais na etnografia multiator. Nesse sentido, abaixo serão apresentados os pontos de vista e os interesses dos principais atores sociais e naturais envolvidos no estudo de caso a partir dos dados frutos da pesquisa de campo.

#### **4.1.1 Agência social**

Os principais atores sociais deste estudo de caso são os agentes de ATER e as famílias quilombolas de Goiás que participaram do Programa Fomento Rural. Ambos

foram apresentados no Capítulo 2 e no Capítulo 3 através de contextualização histórica, revisão de literatura e dados etnográficos. Nesta seção serão mais detalhados os seus<sup>101</sup> pontos de vista e interesses em relação à experiência de implementação do Fomento Rural para quilombolas.

#### a) Agentes de ATER

Os agentes de ATER interlocutores da pesquisa, todos com bastante tempo de trabalho na Emater-GO (mais de 25 anos) e, desse modo, com considerável experiência na prestação do serviço de assistência técnica e extensão rural, demonstraram comprometimento com a sua profissão. São agentes públicos que, como já dito, possuem experiência pessoal muitas vezes desde criança com o meio rural e as atividades agropecuárias. Eles implementam em seu cotidiano uma série de ações e programas junto às famílias atendidas - em suas unidades produtivas ou territórios, no âmbito da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, como é possível perceber nas falas abaixo:

*Na Emater-GO a gente procura sempre estar junto com o produtor rural para dar as devidas orientações que ele necessita dentro da área agropecuária, tanto faz criações como também plantações. Só que a Emater tem também a função de fazer projetos, FCO, Pronaf.. agora estamos com um projeto, recentemente, o Goiás Fomento que é um projeto que libera 50 mil para o produtor rural, tem um ano de carência e o restante ele paga em 48 meses parcelado, juros muuuuito subsidiados.*

*Tem as demandas né. Tem a demanda, os produtores têm meu telefone, você viu aquele telefonema, já é uma demanda. Aí eu já aproveito e faço aquela região, entro em contato com vários produtores, visito os proprietários, oriento os pequenos produtor. Eu procuro me informar sobre o que que tá acontecendo naquela região, naquela propriedade. Se tá acontecendo alguma coisa eu vou lá e visito. Nós temos mais ou menos um roteiro. Se tem uma propriedade lá em outra região, fazenda assa peixe pracolá, e eu fico sabendo que você tá com problema, aí eu passo lá. Já de outra vez eu já faço um roteiro, não eu tô com duas semanas que não passo nessa região lá. Aí eu já faço um roteiro.*

*A Emater antes ela trabalhava muito com crédito rural, Pronaf, FCO [Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste]. Mas de um tempo pra cá a gente tá trabalhando mais com esses governos mesmo. Produzir brasil. O Agrosocial, tem o Goiás Social que foi lançado. Está mais voltado pra isso atualmente [...] E tem a gente atende muito produtor também a questão de atendimento particular deles, dos animais, do sistema de plantio, adubação, controle de insetos na propriedade.*

*Olha, a Emater é muito voltada para assistência técnica e extensão rural. Esse é o trabalho básico. Quando você fala em extensão rural abrange tudo. Você educar o produtor. É um trabalho muito educativo. Orientar e educar o produtor para a questão organizacional também, não só a técnica de produzir, mas a cadeia como um todo.. você trabalha a cadeia produtiva como um todo. E hoje assim, pela condição nossa do escritório, pela estrutura que a gente tem, dois servidores, não*

---

<sup>101</sup> Para garantir o anonimato, os interlocutores não serão identificados. As falas serão separadas de modo que seja possível identificar que se trata de pessoas diferentes abordando o mesmo assunto.

*tem como você fazer essa assistência sistemática que se fazia no passado. A gente atende muito por demanda. Pra otimizar melhor o nosso trabalho a gente procura trabalhar o coletivo. Às vezes a gente trabalha em parceria, a gente ministra cursos em parcerias com outras instituições. Às vezes faz uma visita com produtores, uma excursão pra poder levar. Antigamente a Emater visitava o produtor praticamente toda semana, ia na propriedade. Hoje você fica meses sem ir numa propriedade. Porque também tem o trabalho burocrático. A gente convida produtores pra reunião, faz uma assistência grupal. A gente leva como eu falei curso, orientação, faz visita... para atender o produtor atualmente nós não temos condição de fazer isso sistematicamente.*

Ao serem questionados sobre o perfil do público atendido, observa-se que este é composto basicamente por agricultores/as familiares. A colocação reproduzida abaixo é interessante porque além de tratar das características do público, demonstra como é interesse desses profissionais interferir na vida das famílias e essa interferência é marcada pela decisão sobre a introdução, ou não, de variedades agropecuárias advindas da modernização agrícola com foco no ganho de produtividade.

*É basicamente agricultura familiar, projeto de Pronaf.. e esses produtor, eles tem muita carência financeira. Então a gente procura fazer um projeto pra ele organizando a vida dele. Para ele fazer aquisição de matrizes e plantação de culturas aqui da região. Que tem aqui na região, como mandioca, milho, o arroz já não cultiva aqui muito mais, feijão... basicamente isso aí. E a gente também incentiva a parte de alimentação, formar novas pastagens, introduzindo novas variedades de pasto. Porque o capim que tinha aqui é o conhecido provisório, que é o Jaraguá. Esse capim, já tem outros capins que a Embrapa lançou que a produtividade dele é muitas vezes maior do que esse Jaraguá. [...] A gente leva atividades que eles já têm conhecimento, pra melhorar a qualidade e a quantidade, e novidade também. Pra subsistência deles e pra vender.*

Em relação a isso, é importante considerar a opinião dos agentes de ATER sobre o agronegócio e sobre formas de produção alternativas a ele, como a agroecologia. Nas falas reproduzidas abaixo, percebe-se que um dos agentes de ATER é favorável ao avanço da modernização agrícola e da tecnificação (primeira fala), ao passo que outros demonstram possuir visões com diferentes graus de criticidade sobre seus malefícios ao meio ambiente e à saúde. Observa-se também que majoritariamente os agentes de ATER afirmaram não indicar uso de agrotóxicos no caso das famílias quilombolas.

*Agrotóxico é, é o manejo. Facilitar a vida de alguém produzir mais e ter como se alimentar melhor, produzir mais.. mas tem que saber como usar. Isso é técnica. Se eu coloco só a quantidade limitada de Round Up não vai prejudicar ninguém [...] Sim é isso! Mas isso é normal. Nós devíamos ter um EPI [Equipamento de Proteção Individual] para ir ao campo. [...] Olha, deixa eu te falar, há 20 anos atrás nós não tinha celular, não tinha como se comunicar. Hoje nós temos celular e podemos comunicar. 20 anos atrás nós produzia semente de milho que produzia 20 sacos de semente de milho. Hoje nós temos semente de milho que produz 120 sacas por hectare. Antes nós tinha as vacas nossa, maiores nossa, era 13 arrobas. Hoje nós temos vacas de 22 arrobas. É evolução! Nós temos que... é evolução do tempo, exige isso. [...] Lá nas comunidades quilombolas eles não usam, mas é porque plantam canteiros, que eu vou lá e arranco com a mão, tem uma lagarta lá e mata ela com a*

*mão. Não precisa usar nada. Ah a formiga aqui. Vai lá e bota no ninho uma folha pra matar formiga no canteiro.. então é pouquinha coisa e já tá bom*

*Eu acho o seguinte. Eu acho que hoje a gente não consegue viver sem essa agricultura. A humanidade não consegue. São poucas pessoas produzindo para muitos né. Então eu acho que fugir disso a gente não tem como fugir mais. Tem que ter um meio de campo nisso daí. Não pode também ir só cada vez mais e mais e mais, como é que fica o meio ambiente? Se acabar com o meio ambiente nem a agricultura não vai desenvolver, não vai ter... Mas eu não concordo com isso de aprovar mais agrotóxicos... Eu fico meio perdido,. não sei nem o que falar sobre isso. Até porque aqui na Emater a gente atende é os pequenos, não trabalhamos com os grandes. Mas eu vejo o seguinte, tem que ter alguma coisa para frear isso dos agrotóxicos, né? E também assim, no caso das famílias lá, eu acho melhor seguir do jeito deles, sem veneno mesmo.*

*Nós temos na Emater algumas receitas de produtos caseiros... eu mesmo particularmente eu não gosto do uso de agrotóxico. Eu prefiro que seja feito um controle biológico, um controle com produtos naturais. [...]Lá não usa agrotóxico não. Acho que é melhor assim mesmo. Do jeito que tá. Porque pelo menos com o agrotóxico ia causar mal pra saúde deles mais tarde, né? Lá as coisa lá é tudo natural. É plantio de mandioca e outras coisas eles usa, só usa mesmo é esterco de curral, esterco de bovino, esterco de galinha. Eles não usa adubo químico né e nem agrotóxico.*

*Eu acho assim, eu acredito que eles não usam porque é muito pequeno as plantações, são quase a nível doméstico como se diz né. Então agrotóxico geralmente são caros e só vende em grande quantidade. São pra áreas grandes... então eles não tem acesso né. E aí por isso eles vão tentando resolver né quando tem um problema de uma forma como se diz caseira né, sem o uso, então lá não se usa. Mas eu vejo mais por esse motivo, por essa questão.. eu não vejo que seja uma questão cultural de a gente quer orgânico. Eu vejo que é na questão assim de ser pequena as produções, quase a nível caseiro, que eles não têm acesso ao agrotóxico. Que é bom, por um lado é ótimo né? Melhor pra saúde de todo mundo. Mas eu vejo nessa questão assim que essa questão de agrotóxico é pra grandes lavouras.*

*Eu acho até que o plantio ecológico ele se torna até mais barato... o preço que tá um adubo hoje... é... eles normalmente eles fazem já, o pessoal usa muito orgânico. Eles já fazem um plantio que é.. num é orgânico, é agroecológico né. Isso já é praticado lá, dentro das condições deles eles já praticam isso. Então não usa muito defensivo, não usa agrotóxico. Quando muito uma calda bordalesa. Então assim já é uma coisa que num é assim muito agressiva, só que dá pouco lucro, pouco produtivo. Mas se tá satisfazendo eles... num é a Emater que vai chegar lá e vai mudar isso.*

*Olha eu vejo de duas formas sabe. Você tem as commodities e tem a pequena agricultura. As commodities não adianta você querer que ela seja ecológica porque é muito complicado. E ela também gera divisas, ela é necessária também. Agora a pequena agricultura dá sim pra você colocar o ecológico como o carro chefe. Agora tem que realmente ir se adequando né. E isso tá acontecendo de alguma forma né.. as pessoas tem procurado. Até porque o consumidor também tá mais exigente né. O consumidor também não tá querendo comer porcaria não. Então hoje você tendo produto ecológico você tem mais possibilidade de venda, mais lucro. É mais lucrativo, né. Então tem muita gente partindo. Agora é uma coisa que não dá pra você fazer de uma vez, tem que ser aos poucos também. É mais difícil também, de alguma forma ela é mais complicada né. Tem coisas que não tem como você abrir mão né. O calcário é necessário aqui, se você não calcariar o solo... quando você faz uma produção orgânica você não pode pensar nem em calcário né. Acredito que agroecológico não..., mas a produção orgânica ela é muito assim pra coisas pequenas né... num dá pra fazer em grande escala, é mais difícil. Pode ser que com o tempo vai se aprimorando né. Mas é uma tendência natural eu acho. Até mesmo o*

*peçoal das commodities, hoje você já tem muito controle biológico, muito controle biológico que antes não tinha. Antes era tudo na base do químico, hoje não, já usa a própria lagarta pra combater lagarta.*

Sobre o primeiro contato com o Programa Fomento Rural, os agentes de ATER, antes do início da prestação de ATER, demonstraram em sua maioria possuir uma perspectiva positiva quanto ao desenho e os resultados do Programa,

*Quando eu vi o Programa eu falei “vai dar tudo certo”. Falei, fui bastante com isso. Falei nossa, é uma atividade que a própria esposa do agricultor toma conta.. é só dar comida para as galinhas ali.. fazer um galinheiro.. E viabilizar né a parte de sanidade, vacina das galinhas, alimentação. Eu vi que era um projeto muito bem colocado, eu achei que o projeto ia dar. Só que se tivesse mais recurso, mais ainda, eu acho que se viesse mais ou menos 2000 mais 1000 pra frente, para comprar alimentação das galinhas, dava pra funcionar o projeto.*

*Na época assim eu achei que foi interessante.. que você vai pegar o recurso já ia levar para o produtor e ia orientar, direcionar essa aplicabilidade, uma parte do recurso se não investisse não receberia o restante. Então eu achei interessante a maneira de aplicar esse recurso junto ao produtor. Foi um programa diferente que leva o recurso, mas quer alguma coisa em troca né. E essa troca ou ele aplica ou não recebe o restante do recurso.*

Dois dos técnicos apontaram preocupações e pontos críticos ao assumir a responsabilidade sobre o Programa em seu município:

*Quando chegou o Programa para gente, eu pensei assim, tudo que chega pra eles lá é muito favorável. Mas às vezes é muita papelada, tudo bem que nesse não foi... Mas escolher só algumas famílias sendo que tem bem mais aqui no município na situação.*

*Eu estive em outros programas não só federais, que começaram na emater então foram até o fim. Então no primeiro momento, esse quando chegou, eu também pensei que fosse da mesma forma... Falei “olha! Nós vamos iludir os produtores e eles não vão receber!” Mas graças a deus num foi isso.*

De fato, para implementar o Programa com grande frequência os/as agentes de ATER se deparam com a dificuldade de lidar com uma demanda muito maior do que o quantitativo disponibilizado para atendimento. Isso pode caracterizar um “conflito latente” (parafraçando Little) dado que pode ocorrer que na comunidade tenham pessoas participando e pessoas não, ainda que estejam dentro do perfil. Os agentes de ATER têm como premissa atender às comunidades como um todo, mas isso nem sempre é possível, seja porque as vagas dos programas e ações são limitadas seja porque existe escassez de recursos humanos para prestação do serviço. Sobre isso, dentre as seis cidades incluídas na pesquisa, apenas duas contavam com dois técnicos. Em um dos casos, pode-se dizer, mais crítico ainda: apenas um técnico estava com a responsabilidade de atender a duas cidades. Constata-se que existem queixas quanto a sobrecarga de trabalho e, além disso, a percepção de que se as equipes fossem maiores

os serviços prestados para a população seriam, por consequência, de maior quantidade e qualidade. Abaixo, falas que demonstram uma possível sobrecarga de trabalho:

*aqui no meu caso sou sozinho, tem que fazer as coisas rápido. Porque falam, olha tem que ser pra amanhã...*

*a gente às vezes tem dificuldade de alcançá-los né. Porque a Emater assim ela tem um número muito resumido de técnicos né. Pra você ter uma ideia, aqui um dos únicos municípios que tem dois técnicos e nós temos hoje aqui mais de mil, só de agricultores familiares.*

*Eu sempre falei, olha, aqui no município, tinha que ter no mínimo quatro a cinco técnicos! Para conseguir dar uma assistência mais de perto do produtor. Porque essa assistência de fazer um receituário, um papelzinho, às vezes ir lá correndo e volta... isso não resolve.*

*Talvez eu acredito assim que às vezes a gente não conseguiu dar assim uma assistência técnica efetiva para 60 famílias, devido a gente ter outras atividades né. Se a gente tivesse ficado só por conta de fazer isso, talvez a gente conseguisse. Mas devido às várias outras atividades que a gente tem que fazer acho que ficou faltando fazer um pouco disso, um acompanhamento mais sistemático com elas. Olha, vai ser assim assim, do manejo mesmo, qualificar elas mais no manejo de como elas teriam que fazer..., mas só nessa questão. Mas foi porque realmente faltou recurso humano.*

*A questão é assim mais de estrutura. A Emater... pra você fazer esse acompanhamento sistemático talvez eu teria de atender aí dez produtores... e eu atendo o município todo. Porque precisaria ter 4, 5 técnicos num município igual aqui.*

Em relação ao trabalho dos agentes de ATER durante a implementação do Programa Fomento Rural, quando questionados sobre o volume de atividades, os agentes demonstraram possuir uma avaliação positiva:

*Foi apropriado, foi apropriado, foi bastante simples... projetinho foi simples. Muito fácil de fazer*

*Não não, eu acho que o Fomento é um dos que não teve muita papelada. Tem uns que vem mesmo muitas... uns questionários de seis páginas. Às vezes vem uns de seis páginas... brincadeira né?. Eu acho desagradável.*

*Eu acho que tá dentro dos padrões. [...] Achei muito fácil de trabalhar com o programa! Muito fácil.*

*Eu não vejo que teve problema, assim dificuldade não sabe. Acho até que você precisa, essa burocracia ela é necessária. Você tem que documentar, né.*

Um outro ponto que merece destaque é que os/as agentes de ATER, na seleção das famílias, apontaram os critérios da situação de vulnerabilidade das famílias e de logísticas para viabilizar a realização do trabalho, sendo as comunidades quilombolas selecionadas, segundo eles, por conta destes fatores. Vale mencionar que todos eles tinham experiência anterior à do Fomento Rural com atendimento a famílias quilombolas, inclusive de regiões diferentes da que estavam atuando no momento da pesquisa.

*As políticas públicas diminuíram um pouquinho né, mas chegou numa boa hora pra muitos! Lá mesmo [na comunidade quilombola atendida] é muito carência demais. É muita carência muito grande. É quilombola mesmo que está carente de tudo certo?*

*Atendi a [comunidade quilombola] devido a carência lá ser bastante acentuada, sabe? São famílias carentes, carentes mesmo, até de alimentação. Então aí eu escolhi, fui lá. Postou dez em outras regiões e eu postei os dez meus tudo lá no [Quilombo atendido]. Se eu quisesse postar as 50 famílias lá, que lá praticamente existe 50 famílias. Todas elas enquadravam. Porque tudo cê vai lá, no quilombo, a carência lá é muito grande. Você vai ver como é que é. As casas deles lá, as condições de subsistência deles lá.*

*No caso nós fomos orientados para atender onde ficasse melhor para fazer o trabalho. Quer dizer, você tinha que escolher as comunidades para fazer o trabalho. E as comunidades mais concentrada eram essas. [...] Só que ali nem todo muito se enquadrava. Teve alguns que não se enquadrava. Tinha renda um pouco maior. Tinha dois aposentados. Apesar de morar naquela situação*

*Aqui a gente vinha focando muito em quilombola porque o nosso público o foco principal no município é o quilombola porque saindo fora da comunidade quilombola que você deve ter conhecido, nós temos o assentamento que também é de pequenos agricultores, mas ali já existia um convenio do Incra com algumas instituições que davam assistência. Mas antes eu não cheguei a trabalhar com produtor assim de baixa renda. Agora nós trabalhamos para alguns projetos rurais, projetos pra financiamento bancário de crédito rural. Trabalhei com outros programas, mas não assim nesses moldes. Desse foi a primeira vez.*

*Eu praticamente lá em Teresina e aqui também desde que entrei na Emater é convivendo com eles, trabalhando com eles. Lá em Diadema mesmo, em Diadema tem uma associação que quem ajudou a fundar ela foi eu na época. Isso deve ter uns 25 anos atrás. Tem muito tempo que trabalho com eles*

Desse modo, em alguma medida o que se observa é que a Emater-GO já atendia as comunidades quilombolas antes da experiência de implementação do Programa Fomento Rural, mas parte das famílias, em situação de maior vulnerabilidade, não.

#### **b) Quilombolas**

As beneficiárias quilombolas do Programa Fomento Rural interlocutoras da pesquisa estão em situação de extrema pobreza conforme o Cadastro Único e têm, todas, em seus quintais pequenas produções de animais, principalmente galinhas caipiras. Apenas uma família informou que não criava galinhas antes do Programa, passando a criar após participar. A maioria possui experiência com o plantio de hortaliças e de roçados, ainda que não estivessem no momento da pesquisa com alguma produção. Em geral, as entrevistadas possuem pouca ou nenhuma informação sobre os processos de certificação e titulação do território, afirmando que não participaram e não participam desse processo. Percebe-se uma relação muito próxima entre as famílias de Baco-Pari, Levantado e Extrema: às vezes as famílias nasceram em uma comunidade e

depois de um tempo foram morar na outra, possuem tios e avós, frequentam umas às outras. Observa-se também um forte laço de parentesco entre as comunidades do Sítio e Patrimônio Cultural Kalunga, as quais estão espalhadas em três municípios goianos.

*Sou nascida e criada aqui, e não pretendo sair não!*

*Eu vim para Levantado com 19 anos, mas o avô e os tios moram aqui. Cresci em Baco-Pari e voltei!*

*Fui para Extrema aos dez anos, nasci em Posse. Quando casei vim para Extrema. Eu tenho vários parentes em Levantado e em Baco Pari.*

*Nasci lá em Ema e vim pra Diadema depois.*

*Eu vim de Vão das almas, moro 40 anos em Diadema.*

*Aqui nossa família tá aqui desde a vó, a bisavó, tudo de lá de Congonhas, Vão do Moleque. A família sempre ajuda, bom demais.*

*Sou nascida e criada aqui. A chácara da minha vó era de escravos.*

As famílias são compostas em sua maioria por duas a quatro pessoas, mas há mais numerosas, chegando a oito pessoas. Sobre a fonte de renda da família, o Programa Bolsa Família (PBF) é citado em todos os casos, sendo que na maioria como a principal para elas. É comum que os maridos ou filhos trabalhem fora realizando diárias nas casas dos vizinhos. A maioria informou que realiza compras no mercado de itens alimentícios apenas uma vez por mês, em geral quando vão à cidade para sacar o benefício do Bolsa.

*Ninguém tem trabalhado fora, não! Porque diária tá difícil, né. Só tem de vez em quando.*

*Mercado aqui é uma vez no mês. Mercado não, “cestinha”, num é nem compra, uma feirinha para uns dias... de mês em mês.*

*O sustento da família vem do PBF e meu marido faz diária às vezes. Hoje ele tá lá arrumando a estrada.*

*O mercado é uma vez no mês pra comprar ingredientes para implementar as refeições, né.*

*É o PBF. Às vezes pego diária fora, de doméstica, mas não tem salário não.*

*Mercado é mês em mês, o dinheiro não dá, é com PBF... Tô até é devendo um saco de milho.*

*Eu é vendendo aqui na porta as coisas da horta. Recebo PBF e sou diarista também às vezes.*

*Meu marido tem diária de bico e eu recebo PBF.*

Sobre a rotina relacionada às plantações e criação de animais, percebe-se que as interlocutoras possuem vasta experiência, porém atualmente enfrentam dificuldades para produzir da forma que desejariam. Uma das dificuldades é o acesso à água.

*Planto mandioca, milho, feijão, abóbora. Esse ano foi difícil porque muita chuva. Em geral é muito ruim de água, tem um caminhão que só passa uma vez na semana. Daí não dá pra plantar horta nem frutas.*

*Antigamente era mais fácil colher, plantando setembro/outubro já em dezembro era tempo de colheita. Mas agora a chuva diminuiu. Quando ela era criança até uns 11 anos era bom de chuva. Daí esse ano choveu mais um pouco, mas, mesmo assim, ainda não deu.*

*Planto milho, mandioca, mamão, laranja, banana... Quando era o tempo bom plantava arroz, andu. Aqui não tem horta porque não tem água. Muita vontade de plantar, mas sem água não dá.*

*Planto mandioca, milho, e quando dá também feijão. Não tem horta nem arroz... tem água nem pra beber, quem dirá pra isso...! Eu crio galinha e porco também.*

*A gente aqui tem poço artesiano. Quando tá na seca acontece de ficar sem água. Esses tempos mesmo essa semana pra trás a gente ficou sem água na manhã. Tamo correndo atrás de outro poço.*

*Planto mais pra consumo mesmo, vendo só bem pouco a produção... antes vendia mais. Plantam mandioca, milho, feijão. Mas de uns tempos pra cá planta eu não colho por conta da chuva. Faltou chuva. Planto horta também, tem quintal. Tem galinha e tem porco.*

*Aqui é mandioca, milho, arroz, melancia, jiló, quiabo. Galinha caipira e uma vaca. A maioria é tudo pro autoconsumo. Tem vez que vendo farinha pra poder comprar as outras coisas.*

*Nasci aqui sim. Costumo produzir mandioca, milho, abóbora, açafrão, melancia, banana, mamão, arroz, amendoim, quiabo, jiló, galinha, 2 vacas, às vezes cria porco – quando a colheita de milho dá boa. A maioria é pra consumo. Às vezes vendo farinha e banana. Mais dá do que vende, na verdade.*

*Planto mandioca, milho, arroz, horta é pouquinho porque não tem água. Não consigo puxar água porque a energia tá muito cara, R\$400.*

*Plantar não dá. É cascalho e não nasce nada. Quando dá a gente faz junto e divide. Aqui falta água. Esse ano veio mais, mas perdeu tudo, porque ninguém tava esperando. Encheu tudo e carregou tudo. E agora eu tô 2 dias sem água em casa.*

*Tô querendo ter uma horta, tô com diabetes, não tô podendo comer arroz, vai ter que ser só da horta mesmo minha comida. Mas aqui é difícil. Água é no rio, e é ruim. Tem que carregar na cabeça. O poço tem dia que tem e dia que falta, não dá pra confiar. Seria bom ter bomba.*

*Tenho galinha caipirão. Antes criava porco, mas a área tá reduzida porque dividiu com meus irmãos.*

Existe em alguma medida a prática de plantar roçados e criar animais de forma coletiva. Uma das quilombolas apontou isso mais explicitamente e outros interlocutores mencionaram isso também.

*Tem horta coletiva e gado coletivo. Uns dois gados. A roça de milho, feijão, mandioca e abóbora não deu certo porque a chuva passou e não deu tempo de arear. Se Deus quiser esse ano a gente vai plantar.*

Em relação ao uso de agrotóxicos, todas as quilombolas informaram não utilizar esse tipo de insumo, tecendo ainda com frequência uma opinião negativa sobre os denominados “venenos”. Duas famílias informaram que não usam agrotóxicos por não ter condição de comprar. Em adição a isso, vale dizer, as famílias demonstraram desconhecimento sobre o termo “agroecologia”, quando questionadas. As falas abaixo exemplificam esses dados de pesquisa:

*Minha horta é bem saudável! Não botamos veneno nem nada, sem química aqui.*

*A horta é sem veneno. Nas hortas aqui não tem veneno. Nos roçados tem vez que o povo bota, mas eu não coloco não, nunca. Aqui só os adubo mesmo de esterco de gado e cisco.*

*Não uso agrotóxico não! Mas também não sei o que é agroecologia... o que é?*

*Não uso agrotóxico porque não tenho condição né, tudo caro muito caro*

*Não uso agrotóxico, eu gosto é mais natural mesmo*

*Uso nada! Eu acho que não é bom esse negócio de agrotóxico.*

*Planto mandioca, açafreão, laranja, mexerica. Sempre replanto os cítricos, no natural. Tem a criatividade que a gente aprende com os mais velhos. Pega semente de abóbora com casca de ovo e faz mistura pra ter cálcio. É um processo pra poder adubar. Esse aprendi com os mais antigos... pó de café com casca de fruta... a gente não coloca agrotóxico.*

*Isso daí é perigoso, meu irmão usou e até hoje tá no sangue.*

*Não, não uso não, nós somos até contra.*

*Agrotóxico? Não não! É na enxada mesmo!!*

*A gente não usa agrotóxico, veneno. Acho que os fazendeiros também não deviam usar, acaba adoecendo a gente.*

Sobre a decisão de participar ou não do Programa, há pessoas que dizem que decidiram na mesma hora, enquanto outras sentiram receio ou por medo de perder o benefício do PBF ou por não conseguir realizar o projeto.

*Teve muitas que recusaram por medo de perder o PBF. Mas eu pensei é tudo ou nada, vou arriscar! Tem que dar um jeito de sobreviver.*

*Teve algumas famílias que não quiseram participar, por medo... pensaram que iam ter que devolver era o dobro. [Risos] Eu não demorei a decidir, fui na mesma hora! seja o que deus quiser!*

*Eu mesma fiquei na dívida se tinha que devolver... e se não tivesse lucro como ia fazer?*

*Eu aceitei participar logo de primeira. E foi tudo muito fácil, ele só veio uma vez e o dinheiro já saiu com o Bolsa Família. Das regras ele avisou que era pra gastar com o que colocou no projeto.*

*[O agente de Ater] passou aqui em casa. Tava eu e minha irmã a gente ficou indecisa, mas logo resolveu entrar.  
[Pesquisadora: Por quê?] Medo, né, vai que é golpe.*

Observa-se que é comum o receio ou medo de participar do Programa por parte de algumas famílias quilombolas. Isso pode indicar o quanto a herança colonial opera atualmente através da matriz colonial de poder, sendo a relação com o Estado por parte da população quilombola orientada pela memória de violência, sofrimento, desconfiança. Este Estado que sequer garantiu o direito ao território, estabelecido na Constituição Federal e que, assim como afirma Almeida (2021), é caracterizado pelo racismo institucional fruto do racismo estrutural parte da ordem social.

Quando questionadas sobre o motivo de ter vindo o Programa para a comunidade, as quilombolas apontaram a situação socioeconômica como um dos principais fatores:

*Porque a gente é muito carente e sofrido, nem sempre arruma trabalho, é uma forma de sobreviver.*

*Eu acho que tá chegando pra quem tem que chegar, né.*

*É pelo CadÚnico. Veio pra cá por ter renda muito baixa eu acho.*

*Aqui era uma região muito carente. O PBF mudou bastante a vida das pessoas, pra quem teve cabeça e conseguiu trabalhar fez a diferença esse Programa Fomento.*

*Foi pra ajudar muito a gente. Igual eu, eu não mexia com galinha. E também não tenho trabalho. Então é uma ocupação pra ter uma renda melhor para as pessoas.*

Sobre os objetivos do Programa, elas falaram:

*É pra gente criar as coisas e ter um lucro.*

*Melhorar o povoado e a condição de vida... se não fosse o programa não sei o que seria.*

*Pensaram numa renda pra gente evoluir, progredir na vida, vender. No sustento da casa, ajuda nas dívidas. E também a gente consome na nossa alimentação.*

*Pra muitas coisas né. Se eu faço uma farinha eu vendo, dou para os meus vizinhos... depende do que escolher né*

*Melhorar renda, pra pessoa abrir seu próprio negócio. Não precisar devolver é bom né. E também melhorar a alimentação... porque sem alimento não vive não.*

*Pra dar oportunidade de crescer mais na área que a gente gosta. E ajudou bastante, nossa!*

*É pra ajudar né. Foi um embalo para as famílias. Se fosse no banco eu não dava conta, fica puxado.*

*É um começo, porque a gente não tem dinheiro suficiente daí é um começo pra criar renda e ter emprego. Nessa pandemia não tenho salário...*

É possível afirmar que há uma percepção economicista do Programa quando se menciona “lucro”, “negócios” ao mesmo tempo em que existe a percepção de que o objetivo do Programa está relacionado à alimentação e qualidade de vida das famílias. Outras famílias, ainda, colocaram uma dimensão mais subjetiva e de realização pessoal, como o exemplo da fala “[o objetivo do Programa é dar] oportunidade de crescer mais na área que a gente gosta”.

Para finalizar esta seção, trago um tema que apareceu durante a etnografia o qual merece menção apesar de não estar diretamente relacionado à implementação do Fomento Rural: a provisão do acesso à água em uma das comunidades quilombolas por parte do poder público local. A partir da colocação abaixo, foi evidenciada a desconfiança de que existe racismo por parte das pessoas responsáveis pela distribuição de água no município.

*é um desrespeito! Querem dar menos água do que seria; acho que tem preconceito nesse negócio da água, era pra ter água aqui. é um descaso mesmo... a forma como nos tratam é ruim. E tudo que vem pra cá fica no [assentamento ao lado, com população não quilombola], tem seis anos que é assim.*

*A água vem suja, salobra. E são os funcionários que fazem isso, sabia? É por maldade mesmo. Trazem água não tratada. Água com um pó no fundo.*

Essa visão, porém, não é consensual na comunidade. Uma família, por exemplo, informou que “deu uma melhorada na situação da água depois que está vindo o caminhão pipa. Tinha antes só de uma grota”, elogiando o serviço prestado de distribuição de água para a comunidade.

### c) Outros

Agentes de Ater e famílias quilombolas atendidas pelo Programa Fomento Rural consistem em atores sociais principais do presente estudo de caso. Foram interlocutoras da pesquisa também, porém, lideranças quilombolas, agentes de saúde quilombolas e um estudante de agronomia quilombola que estava estagiando na Emater-GO. Tais interlocutores/as puderam complementar informações dos interlocutores principais sobre a história das comunidades, sobretudo as lideranças, e trazer sua perspectiva sobre o processo de implementação do Programa Fomento Rural e sobre a atuação da Emater-GO nos territórios quilombolas. Um dos agentes de saúde quilombolas contou que atuou ativamente no processo de mobilização e seleção das famílias:

*Foi o outro agente de saúde daqui que passou pra mim, pra eu levar o pessoal na casa das pessoas. Pra achar quem tava na lista, no cadastro. Eu acompanhei [o agente de ATER da Emater-GO]. Dividiu em duplas pra ir procurando as casas. Um da Emater e um daqui da região pra dizer onde. Teve sim uma moça que foi acho que pra Areia.*

O estudante de agronomia quilombola não atuou na implementação do Programa, porém trouxe reflexões interessantes sobre interculturalidade e sobre os saberes e práticas tradicionais e sua relação com os conhecimentos e tecnologias advindos da academia, muito pautados pela modernização agrícola. Suas contribuições para as análises da presente pesquisa serão apresentadas mais profundamente nas próximas seções, quando serão abordadas as relações entre agentes de ATER e famílias quilombolas.

Little (2006) propõe ainda que sejam incluídos na análise etnográfica “os atores sociais ‘fantasmagóricos’ que não estão presentes fisicamente no sítio do conflito, mas que exercem uma influência nele à distância” (Giddens, 1990 *apud* Little, 2006). Giddens afirma que “o local e o global tornaram-se inextricavelmente entrelaçados” (GIDDENS, 1991, p. 98), e que “o advento da modernidade arranca crescentemente o espaço do tempo fomentando relações entre outros ‘ausentes’, localmente distantes de qualquer situação dada ou interação face a face” fazendo com que os locais sejam “completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles (*ibidem*, p.22).

Me arrisco a traçar um paralelo entre a ideia de “atores fantasmagóricos” de Giddens e a de “fricções” advindas de “conexões globais”, de Tsing (2005). As fricções, como já mencionado no capítulo 1 desta dissertação, seriam, por exemplo, as noções de cultura, interculturalidade, fome, agronegócio, políticas públicas. Os atores fantasmagóricos seriam o Estado, os movimentos sociais, as organizações internacionais, o mercado, que agenciam e ressignificam essas noções as quais são ressignificadas e agenciadas também localmente.

Por fim, cabe incluir como um dos atores sociais a própria pesquisadora, servidora pública atuante no setor responsável pelo Programa Fomento Rural, objeto do estudo. O meu objetivo em campo junto às comunidades e aos agentes de ATER foi em todas as oportunidades explicitado: trata-se de pesquisa realizada no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Mestrado sob orientação da Prof. Dra. Stéphanie Nasuti. Foi também sempre informada a minha atuação no então

Ministério da Cidadania (atual MDS), de modo que as pessoas pudessem saber com quem estavam estabelecendo um diálogo e prestando informações sobre a implementação do Programa Fomento Rural. A experiência na Secretaria responsável pela gestão desse Programa, por mais de nove anos, faz com que minha pesquisa – desde a metodologia até o referencial teórico – parta também dos aprendizados e de articulações advindos da experiência profissional, anterior à pesquisa.

#### 4.1.2 Agência natural

Para além dos atores sociais deste estudo de caso, a etnografia multiator estabelece que se considere a “agência natural” que exerce influência nas relações da questão de pesquisa. Little (2006) afirma que as forças biofísicas são mais do que apenas um “mero contexto em que as forças sociais atuam”, operando “segundo suas próprias dinâmicas internas, as quais constantemente modificam as relações ecológicas em disputa” (LITTLE, 2006, p. 94).

No presente estudo de caso, são ao menos dois os agentes naturais: Os elementos materiais e imateriais que constituem os territórios quilombolas e os insumos utilizados nos projetos produtivos empreendidos pelas famílias em conjunto com os agentes de ATER.

Segundo Oliveira (2014, p. 313), em terras de Goiás e do Distrito Federal, “o domínio do Cerrado apresenta, em sua fisionomia, variações que vão de formas florestadas (matas secas, de galeria ou ciliares) até formações tipicamente campestres (campos sujos, limpos ou rupestres), cujos limites nem sempre são bem definidos”. Fernandes (2019, p.30) pontua que “o tipo de solo, a escassez de água em grande parte do ano, e a passagem do fogo são fatores que delimitam as fitofisionomias cratenses”. No caso do nordeste do estado de Goiás existem áreas de tensão ecológica com ocorrência da transição de tipos fitofisionômicos do Cerrado para a Mata Atlântica, sendo que em relação ao uso do solo, a literatura (por exemplo, Oliveira, 2014; Fernandes, 2019) aponta uma retração da vegetação nativa cedendo espaço para pastagens e as lavouras, sobretudo de soja e milho, que se tornaram as fisionomias dominantes nas paisagens de Goiás e do Distrito Federal. Os mapas abaixo (Figura 25) mostram a cobertura e o uso do solo no estado de Goiás e o avanço do desmatamento entre os anos de 2002 e 2010.

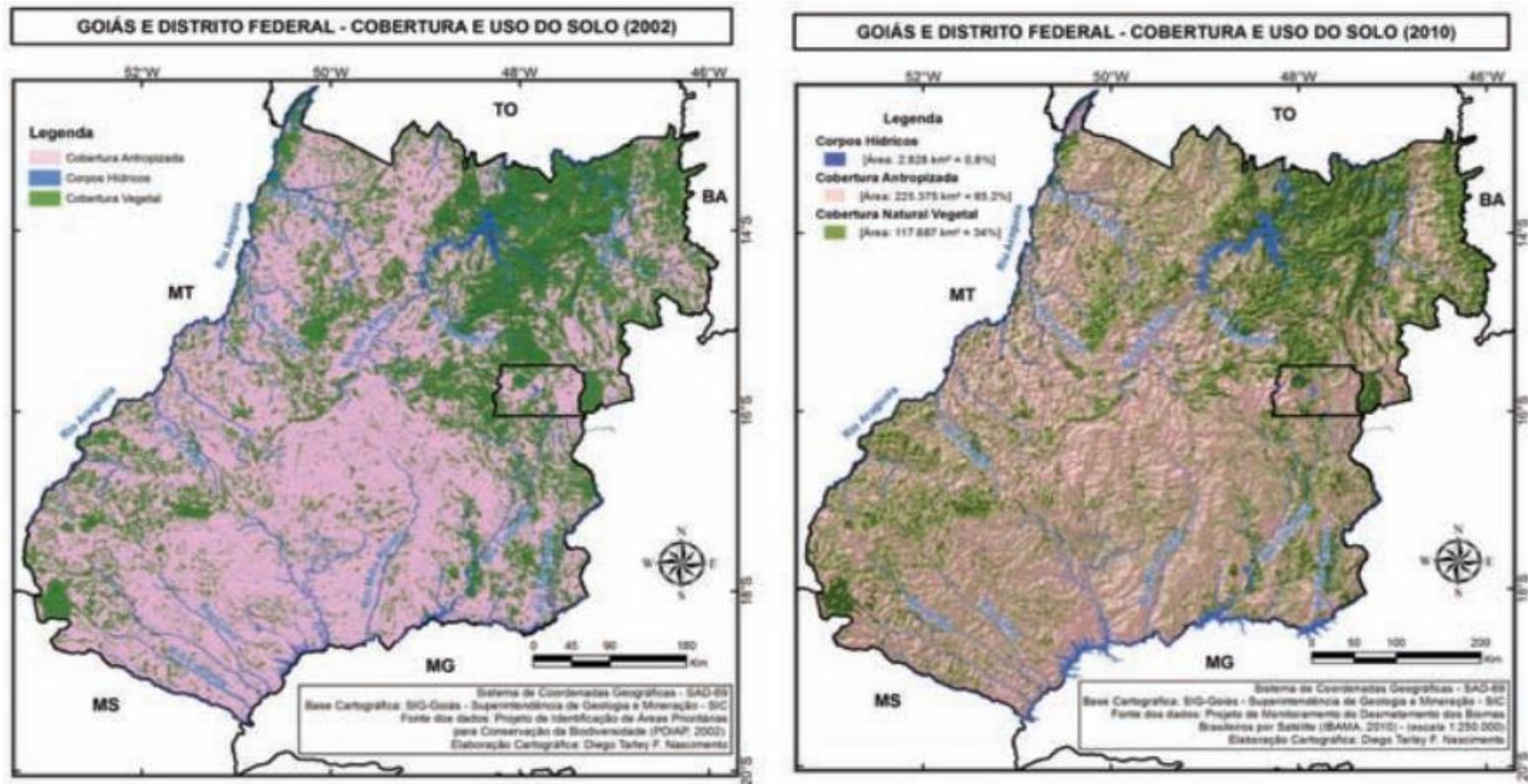


Figura 25 - Comparação de mapeamentos do PDIAP (2002) e do PMDBBS (2010)<sup>102</sup>

<sup>102</sup> Projeto de Identificação de Áreas Prioritárias para Conservação em Goiás (PDIAP) e Projeto de Monitoramento do Desmatamento dos Biomas Brasileiros (PMDBBS), ambos apresentados no estudo de Oliveira (2014).

No portal eletrônico da CONAQ<sup>103</sup> coloca-se que o Território Remanescente de Comunidade Quilombola “é uma concretização das conquistas da comunidade afrodescendente no Brasil, fruto das várias e heróicas resistências ao modelo escravagista e opressor instaurado no Brasil colônia e do reconhecimento dessa injustiça histórica”. Nas palavras, também contidas neste portal eletrônico, de Givânia Maria da Silva, educadora quilombola e membro fundador da CONAQ,

“O pertencimento em relação ao território é algo mais profundo. A luta quilombola existe porque há um sentimento por parte dos quilombolas de que aquele território em que eles habitam é deles. Mas não é deles por conta de propriedade, é deles enquanto espaço de vida, de cultura, de identidade. Isso nós chamamos de pertencimento. Nem é porque nossas terras sejam as mais férteis que nós lutamos por elas. Elas muitas vezes não são as mais férteis, se nós concebermos o fértil no usual da economia. Mas ela tem uma fertilidade que para nós que estamos ali ela é a melhor. A nossa luta pela terra não é pautada por princípios econômicos e sim por fundamentos culturais, ancestrais. É o sentimento de continuidade da luta e resistência”.

As famílias entrevistadas informaram, em sua maioria, terem nascido, crescido e formado novas famílias nos territórios quilombolas de origem ou em territórios próximos (por exemplo, há famílias de Baco-Pari que vieram de Levantado ou de Extrema, e vice-versa). Apesar disso, relataram não participar ativamente dos processos relacionados à regularização fundiária. Foi comum afirmar-se dificuldades com a produtividade da terra e com o acesso à água. Sobre Baco-Pari, por exemplo, mencionou-se que *a terra é muito acidentada e muito seca* (família quilombola) e que

*Eles [quilombolas] ficaram com o que sobrou... até tinha um projeto. Um senhor lá que faleceu tem uns seis anos. Era uma liderança bacana deles... o Hermínio. E ele fez uma falta muito grande. Ele conseguiu na época criar uma associação lá, com muita dificuldade, muito sacrifício mesmo e empenho dele. Ele conseguiu sensibilizar os órgãos do estado e reconheceram o quilombo aí. Então assim, foi essa fase. Então eles tavam conseguindo a terra ao lado lá, uma terra boa também e que dá acesso ao rio... o rio Prata. Mas depois da morte dele, e das mudanças de gestão aí né... de gestores... porque veio a Dilma e sofreu o impeachment. E aí o processo parou sabe? Mas tava bem adiantado o processo para a aquisição dessa área lá. Para assentá-las. Porque muitos deles já saíram porque o espaço realmente não comporta, é pequena a área deles lá. E aí as famílias vão aumentando e eles vão saindo. Muitos moram em Brasília, Goiânia... então essa terra se eles tivessem conseguido resgatar isso, comprar essa terra através do governo aí seria bacana pra resgate aí dessas famílias, pra elas voltarem... expandir e terem condições de produzirem né. (Agente de Ater)*

Já em relação ao Território Kalunga, afirmou-se que

*A região aqui, pelo que a gente vê da estrutura da topografia, ela sempre foi fraca. É uma região mais montanhosa e pedregosa... e o pessoal usa muito a prática do fogo<sup>104</sup>, que atrapalha muito também. E aqui ainda usa muito aqui na região.*

<sup>103</sup> Disponível em <http://conaq.org.br/coletivo/terra-e-territorio/>. Acesso em 27 de dezembro de 2023.

<sup>104</sup> Fernandes (2014), ao citar Miranda (2010), afirma que “pesquisas em ecologia mostram que o Cerrado é um mosaico de fisionomias moldadas pela diversidade de regimes de fogo”, sendo que a “sua

*Entendeu? Então eu acho que contribuiu muito sim isso de usar fogo pra fazer as pastagens para o gado. Eu acho que devia. Eu falo pra evitar o fogo, talvez mais controlado né. que hoje já não fala em evitar o fogo, mas ter uma queimada controlada. [...] Eu acho que os antigos os antepassados nosso, menos gente, os criadores tinham essa técnica de queimar... queima aqui esse ano, outro ano queima outra parte, a queimada fica melhor. Mas o pessoal foi aumentando e se todo mundo for queimar não vai dar.*

É importante pontuar que a situação de dificuldade em relação a recursos naturais não ocorre desde os primórdios da chegada das famílias quilombolas nos territórios, conforme demonstrado no capítulo 2 desta dissertação. As comunidades em geral instalaram-se em locais com abundância em terras férteis e água. As dificuldades aparecem, portanto, com o passar dos anos e podem ser decorrentes de diferentes fatores trazidos inclusive pelos/as interlocutores/as da pesquisa, como a expansão das fronteiras agrícolas e o abuso de químicos por parte de grandes produtores de fazendas ao redor dos territórios, do aumento populacional das comunidades que passa a demandar maiores áreas, e, até mesmo em alguma medida, das próprias práticas da comunidade<sup>105</sup>. Neste estudo não foram abordadas as causas históricas seja da abundância seja da escassez em relação à biodiversidade atual dos territórios quilombolas. Também não foi abordado o extrativismo do Cerrado praticado pelas comunidades. No entanto, entende-se como relevante apresentar o observado em campo, incluindo o tema na análise etnográfica.

Sobre os projetos produtivos, no âmbito do Programa Fomento Rural, contando com o montante de R\$ 2,4 mil, recebido em duas parcelas, e com a assistência dos agentes de ATER, as famílias a partir de sua própria experiência e recursos escolhem a(s) atividade(s) produtiva(s) na(s) qual(is) irão investir ao participar do Programa. É possível fazer projetos agrícolas e não-agrícolas, individuais e coletivos, investir em uma ou em mais atividades. Desse modo, há uma diversidade de projetos realizados no país desde o início da implementação do Programa (janeiro/2012): pequenos animais como galinhas, porcos, ovinos e caprinos; horticultura; roçados; frutíferas; pequenas

---

supressão ou a sua superutilização tem efeitos negativos sobre o ecossistema, pois milhares de anos de coevolução entre o fogo e o cerrado o tornaram dependente da queima esporádica em diversos processos ecológicos, como a quebra de dormência em sementes” (FERNANDES, 2019, p.30).

<sup>105</sup> O papel dos povos e comunidades tradicionais na conservação da biodiversidade tem sido internacionalmente reconhecido, sobretudo dos povos indígenas dado que sobre eles há maior volume de informações e fontes de pesquisa, mas também de quilombolas e demais povos tradicionais. A Convenção da Diversidade Biológica, de 1992, foi um marco nesse sentido e a Plataforma Intergovernamental sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos (IPBES,) desde sua criação em 2012, tem realizado “a inclusão do conhecimento, práticas e inovações dos povos indígenas e comunidades locais nos seus relatórios continentais ou globais” (CUNHA, MAGALHÃES e ADAMS, 2021, p.4). O uso do fogo, por exemplo, mencionado pelo Agente de Ater, é uma das práticas tradicionais

agroindústrias para produção de polpas, doces, panificação; revenda em pequenos mercados de produtos alimentícios, vestuário; investimento no setor de serviços, como salões de beleza e oficinas de bicicleta/moto, dentre outros.

A forma como o projeto produtivo interage nas relações estabelecidas durante a experiência das famílias e dos agentes de ATER com o Programa Fomento Rural pode ser entendida antes de qualquer coisa a partir do modo que este interfere no meio ambiente. Se está sendo realizado por meio de insumos internos ou externos; de forma que impacta negativamente o bioma, a natureza, os seres humanos envolvidos no processo de produção, os que consumirão depois aquela produção; se ao invés disso é realizado de forma que garanta a preservação do meio ambiente e a saúde das pessoas. A agência natural do projeto produtivo passa até mesmo pela forma que a produção empreendida se relaciona com o território como um todo, se há exploração que acaba com a biodiversidade ou se é observada a sustentabilidade do ecossistema, reconhecendo e valorizando os conhecimentos e saberes tradicionais, a cultura local.

Na presente pesquisa os projetos produtivos desenvolvidos tiveram como característica o enfoque na produção para o autoconsumo, com poucos casos em que houve venda da produção. Em relação aos pequenos animais observou-se que a maioria investiu na avicultura. No caso da produção agrícola, os projetos foram realizados sem utilização de agrotóxicos e com estímulo a variedades já produzidas pelas famílias. No caso da produção não agrícola, foram desempenhadas atividades que as famílias já tinham experiência e vontade de ampliar. A produção empreendida pelas famílias no âmbito do Programa, então, até por ser de pequeno porte, tem baixo impacto no meio ambiente e tende a ser realizada considerando a experiência tradicional das famílias. Esse tema é ponto fundamental da presente pesquisa e será mais aprofundado na seção dedicada à análise das interações entre os atores, quando a análise considerará também a literatura sobre interculturalidade e sobre implementação de políticas públicas.

#### **4.2 Atores em interação entre si e com o meio biofísico e social**

Little (2006) sugere que seja feita a “a identificação dos interesses e reivindicações em torno dos recursos naturais e do território, seguido por um levantamento das interações entre cada um dos atores sociais dentro da arena política” (LITTLE, 2006, p.93). Segundo ele, o/a etnógrafo/a “deve identificar também os distintos discursos em choque e suas respectivas bases de legitimidade cultural e

política, sejam elas explícitas ou implícitas” (*ibidem*, p.93). Desse modo, o objetivo dessa seção é apresentar elementos da interação entre os atores buscando identificar discursos em choque. As questões do roteiro de entrevistas que abordaram a interculturalidade e a utilização ou não de agrotóxicos são as que trouxeram mais elementos para a análise, além da observação participante da relação entre os agentes de ATER e as famílias quilombolas.

Para análise de burocratas de nível de rua (BNR), discricionariedade consiste em característica fundamental da atuação dos implementadores. Ela se materializa através tanto da adoção de diferentes práticas e estilos no cotidiano de trabalho como na adoção de diferentes categorias e julgamentos construídos na interação com os usuários das políticas (LOTTA, 2019). Møller e Harrits (2013) apontam que as atividades dos BNRs envolvem realizar julgamentos rotineiros a respeito das situações que encontram e, a partir deles, encaminhar os cidadãos para diferentes serviços ou bens sociais. Ressalta-se que os burocratas identificam e categorizam as situações baseando-se em observações implícitas, impressões e sensações que possuem acerca do mundo e das situações, sobre as quais muitas vezes prevalecem o senso comum, estereótipos e preconceitos (MØLLER e HARRITS, 2013).

A discricionariedade historicamente passou por diferentes percepções que vão desde o entendimento de que ela não traria implicações negativas para os resultados das políticas públicas até o de que é preciso combatê-la ao máximo por meio de normatizações e da burocratização. Atualmente, pode-se dizer, a compreensão que vigora é a de que é preciso garantir margem de liberdade na ação pública e há que se conviver com a discricionariedade e em certa medida domesticá-la dado que não é interessante para a população (e nem possível) ter controle total sobre o cotidiano dos agentes públicos em sua atuação. A discricionariedade existe enquanto espaço para ação, que tem a ver com a margem que a organização e os normativos concedem aos burocratas, e enquanto ação em si, que tem a ver com os comportamentos e autonomia dos burocratas e o que os influencia. A margem de liberdade à discricionariedade é considerada um espaço onde os/as servidores/as podem agir com criatividade no desenvolvimento das ações planejadas, a fim de atender às demandas sociais, as quais poderão ser supervisionadas e monitoradas, processo que gera responsividade (EVANS e HUPE, 2020). Por outro lado, a responsabilização pode se dar através do sistema (representantes mais altos dos órgãos, auditorias), da organização (chefias, pares nas

equipes, gestão de desempenho) e individual (cidadãos que participam das políticas) (HUPE e HILL, 2007).

Toda política pública é implementada a partir de classificações que organizam a realidade e viabilizam sua execução. Por exemplo, categorizar municípios em pequeno, médio, grande; territórios em rural e urbano; pessoas conforme sua etnia/raça. Porém toda classificação é passível de interpretação. Diante desse fato, observa-se que há atividades realizadas quase que exclusivamente pelos BNR: operar categorias das políticas públicas (transformando o caso individual em um caso genérico definido pela política pública e vice-versa); distribuir benefícios e sanções; estruturar o contexto de interação (quando, com que frequência e sob que circunstâncias); ensinar ao cidadão como se relacionar com o Estado (papel educacional/socializador da cidadania).

Mobilizando então a literatura sobre BNR e sobre interculturalidade, observou-se que há alguns pontos críticos os quais aqui servirão para organizar a análise do estudo de caso. São eles: o acesso das famílias ao Fomento Rural através do processo de mobilização e seleção; e a escolha e o desenvolvimento do projeto produtivo, com atenção à autodeterminação e ao respeito à cultura quilombola.

#### 4.2.1 Acesso ao Programa Fomento Rural

Ao serem questionados sobre como procederam à seleção das famílias dentro das comunidades quilombolas, os agentes de ATER informaram que:

*Eu parei no centro da comunidade lá. No centro. E desse centro apareceu umas 20 pessoas querendo fazer. Mas só tinha vaga para 10 pessoas só. Era 20 na cidade, mas [foram] dez em outra comunidade e eu atendi as dez lá. Daí nós preenchemos os questionários com as dez famílias lá. [...] Eu parei em uma família no centro e aí os próprios filhos daquelas famílias avisou para os outros lá e os outros foram vindo. Fiz tudo basicamente num lugar só.*

*Primeiro eu falei com [nome da liderança]. Eu respeito ele, né. Ele é um líder já antigo. Tá assim, quanto tempo... há 20 anos que eu conheço ele. Converso, algumas orientações. Já tivemos programa lá. Já fiz curso para eles lá. Curso de criação de galinha, teve um curso de criação de galinha pra eles lá.. curso de fruticultura. [...] Mas olha, ficou sobrando sim uns que tinha perfil e não entrou. E tinha as outras comunidades gente com perfil então entrou também. Aí eu tinha que ir assim “não esse daqui é melhor, aquele ali é mais lascado”, então eu ia lá naquele. Então é bem complicado esse negócio quando vem pouquíssima coisa. [...] É que a gente tem contato com as pessoas, nós temos contato com as pessoa. As pessoas ficam olhando pra gente com mal-estar, puxando saco praquela fulano de lá, botou lá e não botou aqui em mim. Sabe, quando a coisa vem pouca é ruim pra nós técnicos que estamos trabalhando aqui no fim da meada. Pra quem tá em cima tá numa boa, agora quem tá embaixo aqui é quem pega pancada né? [...] Ah, e os agente de saúde são os que anda mais né. Os agentes de saúde são que me ajudou também. Naquele setor que tem um pessoal que elas são mais lascada, Aqui não vai chamar lascada, são mais pobre né? E aí a gente vai lá*

*O que aconteceu, a gente conversou primeiro com o pessoal, eu achei que seria viável os agentes de saúde porque eles estão lidando direto com as famílias mais carentes do município. Como tinha essa reunião que eles sempre vêm aqui eu sentei com eles reuni com eles e a gente conversou... olha fulana, beltrana são mais carente na região... só que num conhecia todos né. Aí quem me ajudou mesmo a fazer essa seleção mais foi os agentes de saúde. Mas além deles, depois dessa lista que eles me passaram, a gente foi no CRAS, aqui bem ao lado né, e passei pra eles e eles fizeram uma avaliação, tirou alguns... as vezes alguns é mais carente. e aí fomos chegando num denominador comum em cima dessas famílias.*

*A lista foi muito difícil porque as pessoas aqui têm muito apelido. Eu abandonei a lista orientadora e fui no boca a boca mesmo para encontrar as famílias. Num primeiro momento eu achei muito difícil. Veio aquela lisa orientadora... então alguns tinham telefone, endereço, algum contato... assim tinha o nome da pessoa e mais ou menos a região. E aí na hora que eu peguei a lista e que eu fui tentar encontrar as pessoas eu tive muita dificuldade. Eu não achava as pessoas de forma nenhuma. Aí eu, sabe, eu assim eu achei eu não vou conseguir fazer esse programa aqui, não vou conseguir mesmo. E eu tava só no escritório nessa época. Aí depois quando meu colega chegou que a gente foi assim engatinhando pouquinho que eu sabia... porque ele não sabia nada... aí a gente foi tentando ver com outros colegas como é que eles estavam fazendo. Fomos pegando experiência de outros colegas e fomos tentando achar as pessoas. A gente assim buscou os líderes, mas assim, o que que aconteceu... geralmente nos quilombo as pessoas se conhecem pelos apelidos. Então quando colocava os nomes, dizia eu não sei não sei, mas as vezes até conhecia a pessoa.*

Diferentemente dos outros quilombos, no caso dos Kalunga, a região é de difícil acesso. Os agentes de ATER, então, contam que fizeram uma espécie de força tarefa para mobilizar e selecionar as famílias, momento em que já foram definidos os projetos produtivos junto a elas:

*nesse momento a gente reuniu e fez uma força tarefa. Como é muito distante e não é fácil de chegar nas famílias a gente resolveu fazer tudo junto, tudo numa visita só. Fizemos o termo. Passava duas no máximo três famílias por dia. Não dava pra fazer mais que isso, quando era próximo. As vezes quando era longe fazia uma na parte da manhã e outra na parte da tarde. Porque não dá pra fazer muitas num mesmo dia. [...] Quando você chega na propriedade, você tem que olhar, chega na propriedade da pessoa, não o que que você precisa? Que que você quer fazer? explicar o programa como é feito como vai ser executado. Aí até que decide. [...] nós estávamos em seis pessoas. Foi uma semana de trabalho lá essa equipe.*

Pode-se dizer que a principal forma de selecionar as famílias se deu a partir de um contato inicial com as lideranças quilombolas, com exceção de um caso em que o agente de ATER apenas chegou no centro da comunidade. Os agentes de saúde, também burocratas de nível de rua, foram frequentemente acionados pelos agentes de ATER para apoiarem a seleção das famílias. A lista orientadora fornecida pelo Ministério da Cidadania serviu de parâmetro em alguns casos, porém em um deles ela foi criticada por não cumprir com seu objetivo de facilitar a busca pelas famílias dentro do perfil de renda para participar do Programa.

Em todas as comunidades a demanda era maior do que a quantidade de vagas disponibilizadas, como é possível perceber nas falas abaixo. Isso trouxe uma situação

complicada para um dos agentes de ATER, que teve que explicar a seleção das famílias na Câmara de Vereadores, devido a questionamentos de outras famílias sobre porque não puderam participar do Programa.

*[...] Mas olha, Se eu quisesse postar as 50 famílias lá, que lá praticamente existe 50 famílias. Todas elas enquadravam.*

*Foi difícil. Só veio pra 25 pessoas. Tem 400 pequenos produtor na cidade. Quatrocentos e pouco. [...] Lá na comunidade quilombola ficou sobrando sim uns que tinha perfil e não entrou. [...] Ah esqueci de contar. Eu tive que me justificar lá na câmara dos vereadores. Por que que só foi para esses 25. E como eu escolhi os 25. Foi na Câmara dos vereadores. Eu tive que me justificar lá, tive que dizer por que que eu só peguei lá [na comunidade quilombola] e as outras comunidades não. [...] Que são até maiores, bem maiores e não pegou... Porque que foram só aquelas, e só veio 25. Eu tive que me justificar lá. Primeiro eu falei com o prefeito, depois a sessão da câmara e gravado em rádio! Aiai... Quando eu te falo que a coisa vem, que joga aqui sem saber das consequências que vai dar. Olha eu vou te dar essa razão aqui e você vai se virar com ela. Num é assim. Quando vem coisa pouca demais, eu aconselho nem mandar. Porque os outras ficam na mímiba. Pô você deu pra fulano e não deu pra mim, e eu também sou pobre. [...] No fim, os vereador disseram “não, você tá correto. Eu não sei como você conseguiu fazer essa distribuição, parabéns”.*

Esse relato traz uma forma de controle social em relação à atuação dos agentes de ATER pela sociedade civil, que aciona inclusive outras autoridades em busca de transparência dos processos e garantia de seus direitos. Revela também que a disponibilização de vagas em programas sociais aquém da demanda gera dificuldades para os/as implementadores/as de políticas públicas, na medida que eles/as ficam responsáveis por decidir quem participará da política – e, por conseguinte, quem não participará -, o que passa por classificações e julgamentos no acesso a bens e serviços públicos e pela regulação moral nas interações em torno da manutenção/exclusão do apoio público (PIRES, 2019). Quando o agente de ATER menciona que “[o governo federal] joga [as ações, os programas] sem saber as consequências” e que “quando é assim, aconselha nem mandar”, evidencia-se a pressão a qual os agentes de ATER, na condição de BNRs, lidam diante da insuficiência de recursos e da dificuldade de cumprir com as suas responsabilidades de atendimento à população dado o grande volume de demandas cotidianas (LIPSKY, 2019). Vale mencionar que este mesmo técnico afirmou possuir uma demanda já bem além do que uma pessoa sozinha poderia implementar no município, o que demonstra um impasse porque ao mesmo tempo que é ruim que haja poucas vagas do Programa, não seria possível atender a todas as famílias dentro do perfil – ao menos com o quadro de pessoal atual.

Outros agentes de ATER apresentaram uma situação diferente, em que as próprias famílias de alguma forma ajudaram nesse processo de chegar na seleção das

que de fato estavam em condição de maior vulnerabilidade social. Segundo ele, aconteceu de famílias que estavam na lista possuírem uma melhor estrutura e abrirem mão de participar, indicando em seguida outras para ocuparem a vaga. A fala abaixo é um exemplo disso:

*Mas ela tava naquele momento morando com o pai, e o pai tem uma renda. Eu disse “seu pai é agente de saúde, tem uma estrutura melhor, então vamo passar pra outra pessoa”; e ela muito tranquila. Disse “tudo bem então vamo passar pra outra pessoa”. A comunidade quilombola tem muito isso ainda de beneficiar o outro que precisa mais... nem todos, mas boa parte tem. [...] Outro caso foi assim “Ah não meu nome tava então eu tinha que ser beneficiado”. Eu falei “olha se você analisar bem quem precisa mais você ou seu vizinho que mora aqui, seu vizinho conhecido amigo seu, que que cê acha?” Aí ele “ah não então deixa pra ele mesmo, é verdade”.*

Algumas quilombolas afirmaram que todas as famílias no perfil de renda de sua comunidade foram atendidas, mas foi mais comum a percepção de que existem famílias dentro de seu círculo de convivência que estavam no perfil de renda do Programa e que não conseguiram participar:

*Tem gente que queria receber e não recebeu, mas não sei o porquê não*

*Acho que aqui teve cinco... não sei se teve mais. Aqui tem muita gente que não tem salário, só o PBF, seria uma ajuda e tanto*

*Teve sim mais gente que queria participar, tem é muito. Todos queriam, mas ficaram com medo também.*

Desse modo, constata-se que ainda que tenha sido realizado algum atendimento às comunidades quilombolas no Estado de Goiás, na percepção das famílias atendidas de fato o quantitativo não alcançou a todas as que poderiam participar. Tal situação em alguma medida pode ser explicado pelo que Bernardes *et al* (2021) pontua em relação ao desmonte das políticas públicas de garantia de direitos e de fortalecimento de sistemas alimentares sustentáveis observado desde 2016. Isso fica ainda mais evidente quando se considera a limitação de recursos humanos observada na entidade de ATER interlocutora do presente estudo, conforme falas apresentadas na seção 4.1.1 *Agência social*. Um dos agentes de ATER inclusive, mencionou a diminuição no quadro de funcionários da Emater-GO ao mesmo tempo em que apresentou uma análise sobre esse fato apontando a desestatização que ocorre inclusive em outros setores do Estado brasileiro:

*Eu conheci a Emater de uma forma muito diferente, inclusive quando fui estudante. Eu fui estagiário da Emater. Eu tava aqui no escritório da Emater e tinha 4, 5 profissionais. E o regional também, ele diminuiu. Então assim a falta de estrutura ela vai em cadeia. Num é só nós não. É todo o conjunto né que precisaria. Mas não sei se hoje o poder público tem condições de fazer isso. [...] É igual se você for comparar a assistência técnica com o SUS [Sistema Único de Saúde]. Você tem o seu plano de saúde, você vai no seu médico. Se você for depender do SUS pra tudo*

*você não vai conseguir. É o que tá acontecendo também na nossa área. É uma questão a nível global, não é só nosso, e é em vários segmentos né. [...] Eu chamo isso de desestatização. O Estado tá deixando um pouco a desejar e tá entrando a iniciativa privada. Agora isso é correto? Isso é bom? Em alguns setores até acho que pode ser bom. Mas é que por exemplo o agricultor familiar ele não tem condição de pagar. Então a Constituição assegura pra ele o direito, mas ao mesmo tempo o Estado não dá as ferramentas necessárias, você entendeu? Então isso falha. Alguma coisa aí não tá batendo. Ele tem o direito de ter uma assistência gratuita de forma até sistemática, mas o poder público está em condições de fazer isso? Num tem. Agora por que que não tem? Aí já foge um pouco da nossa capacidade de avaliar isso... O Estado pode tirar dinheiro de outras coisas e colocar nesse setor? A gente não tem como avaliar isso... O fato é que tá havendo uma desestatização. O Estado não tá conseguindo fazer o trabalho que ele teria que fazer de uma forma mais intensa... mais intensificado né, ele não tá tendo essa condição. Então não cabe a gente julgar, não tem como eu avaliar isso, o fato é que não existe hoje, não tem, o Estado não dá conta. Certo? Num sei se eu fui claro.*

#### 4.2.2 Projeto Produtivo

Em relação aos projetos produtivos, um momento importante é o da definição de qual o projeto a família irá implantar. As informações obtidas em campo demonstram que houve diversidade nas atividades produtivas, com predomínio da avicultura. Além disso, observa-se que uma parte dos agentes de ATER incidiu mais fortemente na decisão do projeto no diálogo com as famílias (primeira fala reproduzidas abaixo) enquanto outros conduziram a definição do projeto priorizando a autonomia da família na decisão sobre seu investimento no âmbito do Programa (últimas falas reproduzidas abaixo).

*Eu coloquei para elas a galinha de postura, né, uma atividade paralela, porque lá eles plantam mandioca, cana, um pouquinho de gado que eles têm, até tem também galinha da caipira né. Aí eu joguei para criação de galinha para postura porque o ovo caipira é muito bem procurado aqui na região.*

*Eu geralmente quando vou na comunidade, na propriedade rural, eu procuro primeiro saber os anseios daquela pessoa, né. O que que quer, tem a vontade de fazer. As vezes tem a pessoa que quer mudar, colocar granja mesmo..., mas você vê que as condições que têm ali não oferecem nenhuma condição pra criar, que vai tomar prejuízo. Entendeu? Aí você tem que ter calma, ir explicando, vendo as possibilidades... o que que pode dar errado o que que pode dar certo... levando os dois lados, pra ele tentar entender aquilo, conseguir entender né. Se você vê que vai mudar e fazer certo você ajuda né. Mas muitas das vezes acaba deixando ele já com o que ele tá ali, com o que estava, e você dá só uma ajuda um empurrãozinho a mais. Porque se forçar muito a barra com certeza lá na frente não vai dar certo*

*A gente procurou fazer aquilo que a gente viu que eles tinham condição. Projotinho de galinha, uma coisa que eles já têm uma criação de galinha, ela vai só aprimorar um pouquinho, melhorar. Ah o cara já tem um tanquinho de peixe e que melhorar aquilo ali, né. Porque você pegar 2400 e montar um projeto é difícil, a não ser que você tenha pra complementar. Mas se você já tem uma atividade que já tá mais ou menos começando. O recurso ele vem pra dar mais uma respaldada naquilo, pra dar uma melhorada. Então eu vejo nesse sentido. [...] Eu falava assim pra elas, se você pegar 2400 reais e for lá no supermercado e encher o carrinho, vai ser bom você vai alimentar. Mas você vai gastar ele e não vai ver mais. Se você agregar valor na sua produção você vai ter todo ano, isso que a gente orientava sempre.*

*Então quer dizer, pega sua criação de galinha, compra mais umas franguinha. Entendeu? Compra lá uma chocadeirazinha, entendeu? Porque assim você vai ter renda. Não adianta você pegar isso daí e gastar uma vez só e não ver o dinheiro mais. Mais ou menos dessa maneira que a coisa aconteceu. [...] teve alguns casos de pokan, pessoas que quiseram comprar adubo, muda pra fazer pokan. Teve outra que falou eu quero fazer tapete pra vender. A gente assim a gente não induziu, a gente apenas apresentou sugestões. Num induziu nem proibiu, entendeu?*

*Eu chegava na propriedade, via e conversava com ela e via a vocação. E via a real necessidade que tinha às vezes de alguma coisa. Vamo supor, teve um lá que não queria mexer com horta nem galinha, ele criava gado. Eu falei não já que você cria gado, então compra uma bezerra e coloca no pasto e resolve seu problema. Ele disse ah então pode comprar? E eu falei sim! Às vezes só de você ir lá e explicar pro produtor, falar não vamo produzir, a gente consegue, tem mercado.. porque acho que o papel da extensão tinha que ser isso... ir lá, ver a viabilidade que tem na propriedade, aptidão que tem naquele produtor e já com aquela aptidão que ele já tem, botar aquilo pra caminhar. E o programa eu achei muito interessante isso, pode fazer o que quiser, muito aberto! Desde que seja produção, artesanato, corte e costura, a maquininha de sorvete que a mulher comprou... cachorro-quente. Se tiver vendendo o cachorro-quente, tá fazendo dinheiro.*

A partir do diálogo junto às famílias quilombolas e da observação participante constata-se que houve uma diversidade de projetos, com predominância da avicultura. Abaixo estão algumas falas das quilombolas

*Algumas pessoas fez horta. Outras fez ave, galinha caipira*

*Projeto produtivo foi de galinha caipira e caipirão. Comprei tela, galinhas, pintos. Eu já mexo com os dois tipos de galinha toda vida né*

*Eu queria plantar mandioca, mas o espaço é pouco, optei na galinha mesmo, fiz o galinheiro*

*Eu comprei coisas para preparo, sanduicheira, liquidificador pra suco, coisas pro preparo, pão, ingredientes. Abrir uma lancheria.*

*Projeto foi comprar caixa d'água de 3 mil litros. Aqui não passa caminhão pipa. A água é do rio Ribeirão mesmo. A solução é bomba, mas é cara*

*Foi de galinha e porco. Eu já tinha umas galinha caipiras. Comprei galinha caipirão e porco.*

*A horta eu cerquei e plantei. Tem ainda pé de jiló. Comprei tela, semente (abóbora, cenoura, quiabo, cenoura, tomate). Plantei na beira do rio.*

O gráfico abaixo (Figura 26) apresenta a diversidade de projetos realizados pelas famílias interlocutoras da pesquisa:

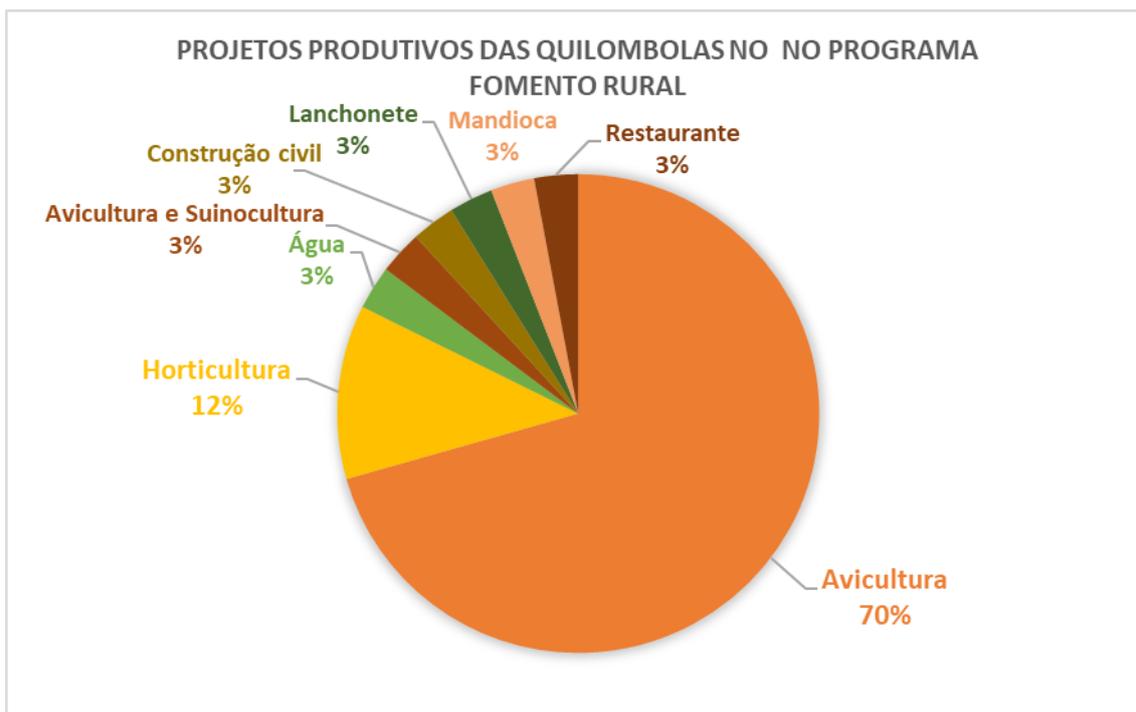


Figura 26 - Projetos produtivos das famílias quilombolas

Sobre a indução dos agentes de ATER durante a definição do projeto, esta se deu sobretudo no caso de parte das famílias que investiram na criação de galinhas<sup>106</sup>, como é possível perceber nas falas abaixo:

*A maioria todo mundo já tem uma criação de galinha, eles já tem essa experiência, eles não ia ter que iniciar uma coisa que eles não sabem fazer. Então foi mais por aí. E saiu mais foi galinha. [...] Foi assim, o meu colega pensou, com esse dinheiro não vai dar pra fazer nada! Então muita gente já tem algumas galinhas e vai só implementar o que já tem! Porque se foi pra iniciar, fazer um projeto com esse dinheiro, valor de 2400 ele não consegue um projeto, iniciar e finalizar. Então a gente foi mais nesse sentido*

*Galinha de postura, né, uma atividade paralela, porque lá eles plantam mandioca, cana, um pouquinho de gado que eles têm, até tem também galinha da caipira né. Aí eu joguei para criação de galinha para postura porque o ovo caipira é muito bem procurado aqui na região. Para eles colocarem 30 galinhas para botar uns ovinhos e poder ter uma receita constante para as propriedades. [...] Vai ter a produção de ovos, que todo dia ele vai ter aquela renda né. E também a própria alimentação deles ali, que é um ovo caipira, ovo que a galinha tá no chão né, é ovo caipira. [...] Mas pra eles saírem daquela caipira que põe 12 ovos. E essas franguinhahs que falamos para eles comprarem, a Isa Brown, elas põem durante dois anos e meio, todo dia, dando a alimentação adequada né. Os cuidados adequados. Todo dia ela põe durante dois anos e meio, todo dia. Já a deles lá não. Poe 12 ovos e choca e para muitos meses para poder botar a postura de novo. E essa galinha que a gente introduziu lá a Isa Brown, ela se adapta muito bem na região, certo? É uma galinha que é rústica, tem uma necessidade muito boa. Ela tem tudo pra dar certo. Aqueles que não aderiram, não aplicaram o dinheiro bem aplicado, eles vão arrepender. Porque os que aplicaram vai ter retorno. [...] Olha, essa raça de galinha que nós*

<sup>106</sup> Observa-se que há um entendimento entre coordenadores/as e extensionistas das entidades de ATER de que a produção de galinhas é indicada para as famílias em situação de extrema pobreza no meio rural brasileira, sendo este o principal projeto produtivo empreendido no âmbito do Programa (ver por exemplo, SCHRÖDER E CAMBOIM, 2015, p. 95).

*produzimos lá... indicamos pra eles comprar... já é uma galinha que na região já se cria há muito tempo, ela já é de conhecimento de todos lá*

O agente de ATER, no exercício de sua discricionariedade, enfrenta o desafio de prezar pela autonomia das famílias quilombolas para decidir sobre o investimento no âmbito do Programa Fomento Rural e ao mesmo tempo orientar as famílias da melhor maneira a partir de seus conhecimentos técnicos. Considerando os princípios da PNATER de “adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural” bem como de “equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia”, e pautando-se na interculturalidade crítica e na ecologia de saberes, entendo que a indução para um determinado projeto pode caracterizar uma metodologia não participativa e intercultural. Trata-se de crítica construtiva a partir da compreensão de que tais processos possuem uma natureza difusa e complexa, (PIRES, 2019).

Por sua vez, a definição do tipo de avicultura que cada família irá empreender no âmbito do Programa Fomento Rural, se caipira, caipirão ou de granja, pode também trazer elementos interessantes para a reflexão sobre interculturalidade e sobre a influência da modernização agrícola nos processos de implementação da política nacional de ATER. As práticas agrícolas tradicionais quilombolas são características da agricultura familiar – ainda que haja diferenças como a relação com o território e a identidade coletiva de origem étnica dos povos afro-latino-americanos. José Eli da Veiga (1996, p. 396) elaborou uma tabela (Tabela 6) que explicita as principais características do modelo patronal e do modelo familiar de produção agrícola:

<b>Modelo Patronal</b>	<b>Modelo Familiar</b>
completa separação entre gestão e trabalho	trabalho e gestão intimamente relacionados
organização centralizada	direção do processo produtivo assegurada diretamente pelos proprietários
ênfase na especialização	ênfase na diversificação
ênfase em práticas agrícolas padronizáveis	ênfase na durabilidade dos recursos naturais e na qualidade da vida
trabalho assalariado predominante	trabalho assalariado complementar
tecnologias dirigidas à eliminação das decisões “de terreno” e “de momento”	decisões imediatas, adequadas ao alto grau de imprevisibilidade do processo produtivo
tecnologias voltadas principalmente à redução das necessidades de mão-de-obra	tomada de decisões <i>in loco</i> , condicionada pelas especificidades do processo produtivo
pesada dependência de insumos comprados	ênfase no uso de insumos internos

*Tabela 6 - Modelo Patronal versus Modelo Familiar*

Entendo que é relevante a consideração de Sales (2005) sobre as transformações no sistema produtivo da avicultura ao longo da história. Segundo ela,

estas devem ser entendidas como sistemas cíclicos e não-lineares, como espirais ascendentes, sendo que uma nova avicultura de base ecológica exige mais que a mudança de técnicas, mudança de atitudes na relação entre seres humanos e natureza (SALES, 2005, p. 51) através do emprego de práticas ecológicas que gerem harmonia e cooperação ao invés de controle, domínio e conflito da/com a natureza, como são por exemplo a agroecologia, a agricultura natural e a permacultura (sobre a história da avicultura, ver Quadro 3). Segundo Sales,

A permacultura deriva da agricultura natural e está baseada em valores éticos e princípios que expressam a mesma visão holística. Ela apóia-se na observação dos sistemas naturais e na sabedoria contida em sistemas produtivos tradicionais, mas se apropria também do conhecimento moderno, científico e tecnológico. (SALES, 2005, p. 61)

Os agentes de ATER, ao implementarem políticas públicas como o Fomento Rural, lidam com ambos os modelos – patronal e familiar – e lidam com a sabedoria contida em sistemas produtivos tradicionais e no conhecimento moderno, científico e tecnológico (parafreando Sales). Suas orientações junto às famílias, portanto, podem ser mais pautadas no fortalecimento das práticas de manejo

### **QUADRO 3 – Um pouco da história da avicultura**

Segundo Sales (2005, p. 47), origens da galinha doméstica (*Gallus domesticus*) remontam a cerca de 3000 a.C, e, provavelmente, foi a sociedade egípcia a primeira a produzir em larga escala na história. Gualber Sales afirma que as galinhas chegaram ao Brasil nas primeiras décadas do século XVI, originárias provavelmente da galinha comum européia, de origem mediterrânea, como as galinhas ibéricas, italianas e norte-africanas, sendo que

A adaptação ao ambiente tropical gerou tipos hoje denominados caipiras, que não guardam mais semelhanças com as aves originais introduzidas, normalmente pesadas e de corpo avantajado. A presença mais marcante é dos tipos longilíneos, com pernas longas, corpo pequeno, geralmente com cristas e barbelas grandes e com o pescoço pelado, os quais constituem mecanismos de dissipação do calor. Essa galinha ainda prevalece na maioria das unidades familiares em todas as regiões do Brasil, tendo em vista sua grande adaptação ao novo ambiente (KHATOUNIAN, 2001 *apud* SALES, 2005, p. 48)

A autora conta ainda que a avicultura ficou durante muito tempo restrita às pequenas propriedades e, em meados do século XX, passou a ser também desenvolvida por profissionais liberais em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais seguindo tendências tecnológicas dos EUA e Inglaterra. A partir dos anos 1950 surgiram os primeiros abatedouros. Entre as consequências do desenvolvimento da avicultura industrial no país, estão, segundo Sales: a diminuição dos preços e o aumento da produção, do consumo e das exportações para o mercado internacional; os sérios problemas sociais e ecológicos que atingem as regiões produtoras e principalmente a agricultura familiar, como a poluição ambiental causada pelos dejetos de aves em algumas regiões produtoras do Brasil (SALES, 2005, p.50).

tradicionais ou na difusão de tecnologias e modernização agrícola. Por outro lado, também as próprias famílias lidam com esses modelos para além de sua relação com os agentes de ATER através das informações advindas de meios de comunicação e da

relação com outras unidades produtivas (chácaras, fazendas etc.) nos arredores dos Territórios, por exemplo.

A maior parte dos agentes de ATER interlocutores afirmaram ter orientado as famílias quilombolas a investir no que elas já produziam, em sua maioria galinhas caipiras. Contudo um dos agentes de ATER orientou a aquisição de galinhas Isa Brown. Segundo Sales, “até recentemente, as linhagens disponíveis aos agricultores eram todas importadas e nem sempre eram adaptadas para a criação em sistemas agroecológicos, outro aspecto negativo do seu emprego. Isso não significa que todas as linhagens fossem inadequadas” (SALES, 2005, p. 127). A autora afirma que

Há uma tendência em se rejeitar o emprego de linhagens nas criações em sistemas agroecológicos por diversos motivos. O principal deles é que elas se originam do processo de hibridação, o que impede a reprodução e renovação do plantel a partir das aves da criação, causando dependência dos agricultores. Ou seja, a cada lote criado, nova compra de pintinhos. Quase sempre, o custo dos pintinhos é muito alto, o que torna onerosa a criação e reduz as margens líquidas. Até recentemente, as linhagens disponíveis aos agricultores eram todas importadas e nem sempre eram adaptadas para a criação em sistemas agroecológicos, outro aspecto negativo do seu emprego. Isso não significa, porém, que todas as linhagens fossem inadequadas para a criação nesses sistemas. Um bom exemplo desta adaptação [...] é o da linhagem ISA Brown. No estudo realizado por esta autora, elas permaneceram um ano em sistema intensivo a pasto e apresentaram um comportamento normal, índices razoáveis de produtividade e, principalmente, um estado de saúde excelente, conquistado sem uso de medicamentos. Além dela, muitos criadores têm obtido resultados satisfatórios com aves das linhagens Label Rouge. Atentas às dificuldades dos agricultores, empresas e instituições públicas de pesquisa brasileiras têm desenvolvido linhagens nacionais, buscando uma ave produtiva, rústica e com as características de produtividade desejadas pelos agricultores e consumidores de aves e ovos caipiras e orgânicos. À medida que se regularize a distribuição nos diversos estados, espera-se que os custos dos pintinhos baixem, favorecendo sua aquisição.

Abaixo, reproduzo imagens dos tipos de galinhas mais usualmente encontradas no Brasil (Figura 27), obtidas do livro de Sales “Criação de galinhas em sistemas agroecológicos”, o qual venho utilizando como referência para esta reflexão.

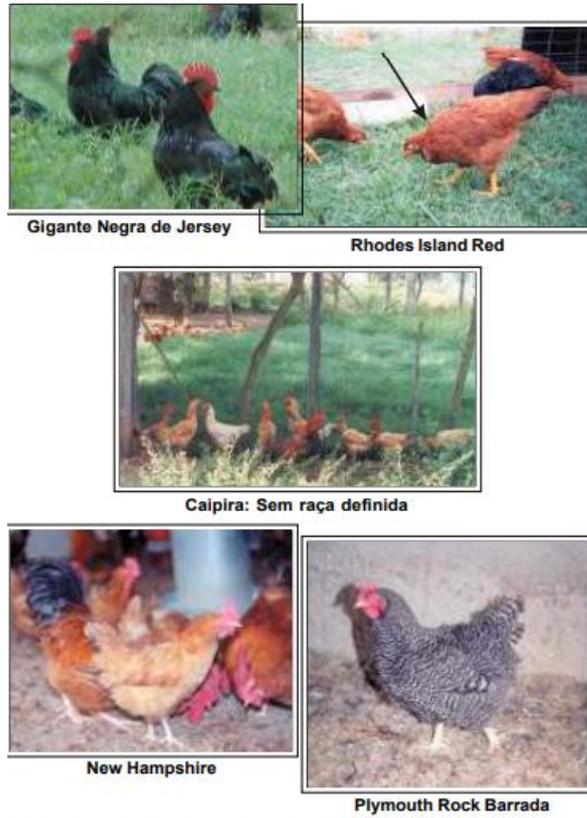


FIGURA 1. Raças puras mais empregadas na criação de galinhas em sistemas agroecológicos

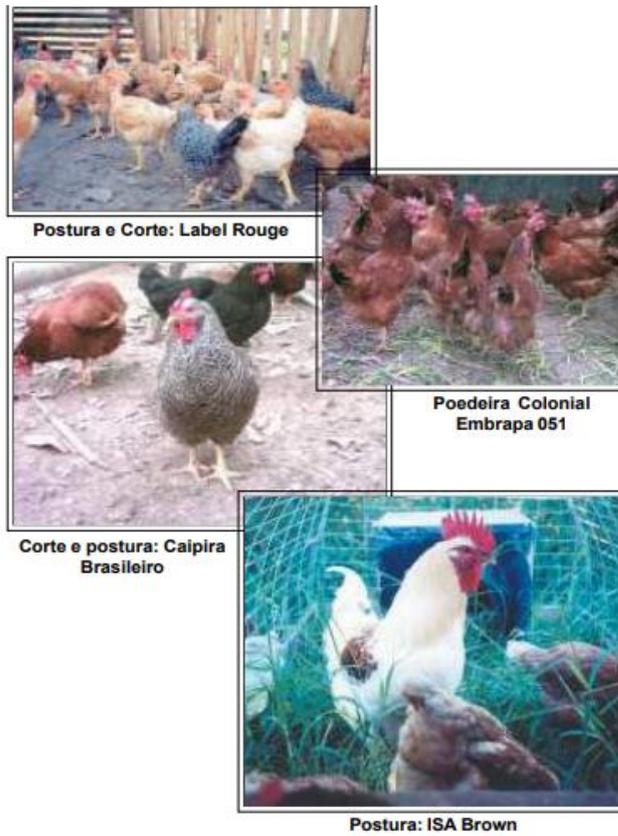


FIGURA 2. Linhagens mais empregadas na criação de galinhas de postura e frangos de corte em sistemas agroecológicos

Figura 27 - Avicultura em sistemas agroecológicos - Raças e linhagens mais empregadas

As quilombolas interlocutoras da pesquisa mencionaram produzir galinhas caipira, caipirão e de granja. As que se referiram a de granja compraram a Isa Brown, a qual foi denominada por outras famílias de caipirão. Desse modo, os dados obtidos em campo demonstram que essas categorias são interpretadas de maneira diferentes por diferentes interlocutores/as. Considerando-se a divisão “caipira”, “Isa Bown” e “caipirão”, sendo que para a referência à “caipira” e à “caipirão” não foi mencionada a raça da galinha, temos que 59% das famílias decidiram criar galinhas caipiras, 8% caipirão e 33% Isa Brown com os recursos financeiros obtidos no âmbito do Programa Fomento Rural. Vale ressaltar que em todos os casos em que optou-se pela avicultura, sempre uma parte é de galinha caipiras e que, mesmo nos casos em que a família realizou outra atividade produtiva pelo Programa, há criações de galinhas nos quintais as quais são referenciadas como caipiras pelas famílias.

Percebe-se que uma forma de definir se a galinha é ou não caipira, para além da raça, é a forma de criação, o manejo. Em todos os casos analisados na presente pesquisa, as galinhas eram criadas ou soltas ou em semiconfinamento, prioritariamente noturno, e alimentados com restos de comida, milho e ração. Algumas famílias que investiram na galinha Isa Brown relataram que perderam muitos dos animais por conta de doenças. Quando questionadas sobre a preferência por um ou outro tipo de galinha, as quilombolas responderam:

*Caipirão bota mais, compro os pintos aqui na cidade. Mas ele dá mais trabalho, ele é mais molengo. Caipira já tem lá desde sempre. Eu gosto dos dois.*

*Comprei galinhas caipira, quero comprar mais, sendo um pouco de caipira e de granja, fazer as duas. O povo quer mais é da caipira.*

*Caipira tem mais saída. Mas é lento e demora mais pra ir pro abate. Uns três meses. Caipirão em 45 dias já sai. Só na ração. Na ração às vezes sai mais barato que milho.*

*Sempre aqui é galinha caipira. Não boto fé na granja, num rende, morre tudo e come muita ração. Caipira com 3 meses já tá tirando.*

*Olha eu comprei 32 e agora ficou 2, dessa que veio no Programa [Isa Brown]. Umas eu vendi e outras morreu. Mas tem 7 caipira também que eu já tinha minha mesmo. Caipira é mais fácil de criar. A granja é rápido de crescer*

*Eu prefiro caipiras porque as de granja morrem [Isa Brown]. Comprou 30, mas morreu várias. Sobrou 17 que tão botando já. Essas vingaram*

*Tamo querendo caipira, porque fim de semana o povo vem comprar. E o ovo tá caro e é bom de vender, com tudo caro!*

Entre os agentes de ATER, uma fala interessante, reproduzida abaixo, demonstra que a influência sobre o tipo de galinha vem muito também da interação nas lojas pecuaristas, para além das orientações que eles forneceram às famílias:

*Lá é caipira mesmo. Eu oriento que continue com a deles. O que que acontece, isso usa muito porque esse pessoal das lojas de pecuária tem os pintinho né. Aí às vezes vem comprar uma ração, vê os pintinhos e entusiasmo e compra e leva pra lá. Mas aí o consumo de ração é maior, o gasto que eles vão ter com essas galinhas é maior... o caipirão. Eu prefiro orientar eles a continuar como caipira deles mesmo. Eu acho que nessas comunidades tradicionais é mais viável pra eles*

Importante também ressaltar que foi unânime a percepção de que o recurso foi insuficiente para a implantação dos projetos produtivos tanto entre as famílias quilombolas como entre os agentes de ATER.

*Quilombola: tudo caro, comprei ração do meu dinheiro ainda, e foi muita mesmo porque não tava dando. E a gente não tá conseguindo nem comprar comida pra gente, óleo pra cozinhar.*

*Quilombola: bom o programa, o negócio é que as coisas tão caras e o que tava na lista que planejou não deu pra comprar.*

*Quilombola: Olha eu acho só que o recurso do programa tinha que ser maior*

*Quilombola: projeto ajudou muito. Esse poleiro tava numa situação, com goteira. Agora tá melhor. Esse projeto foi maravilhoso mesmo. Melhor que isso não tem. Parece que Deus ouve nossas preces, eu pedi um galinheiro melhor. Se tivesse mais dinheiro teria dado para ficar melhor ainda, mas já ficou muito bom.*

*Quilombola: O recurso foi muito pouco, tá tudo muito caro! Tinha que ser uns 6 mil.*

*Agente de ATER: acho que podia por mais 1000, pq 2400 é pouco! Tijolo, treliça, tudo caro!*

De fato, desde a criação do Programa Fomento Rural, em 2011, nunca houve correção do valor repassado às famílias, de R\$2,4 mil na modalidade Fomento Tradicional, hoje equivalente a cerca de R\$5,9 mil conforme Calculadora do cidadão com Correção pelo IGP-M (FGV)<sup>107</sup>. Desse modo, atualmente as famílias que participam do Programa recebem um valor com um poder aquisitivo bastante inferior ao das famílias que participaram nos primeiros anos.

Finalizo esta seção com alguns registros fotográficos obtidos em campo de projetos produtivos das famílias quilombolas (Figura 28):

---

<sup>107</sup> Disponível em

<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADA0/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso a 08 de janeiro de 2023.

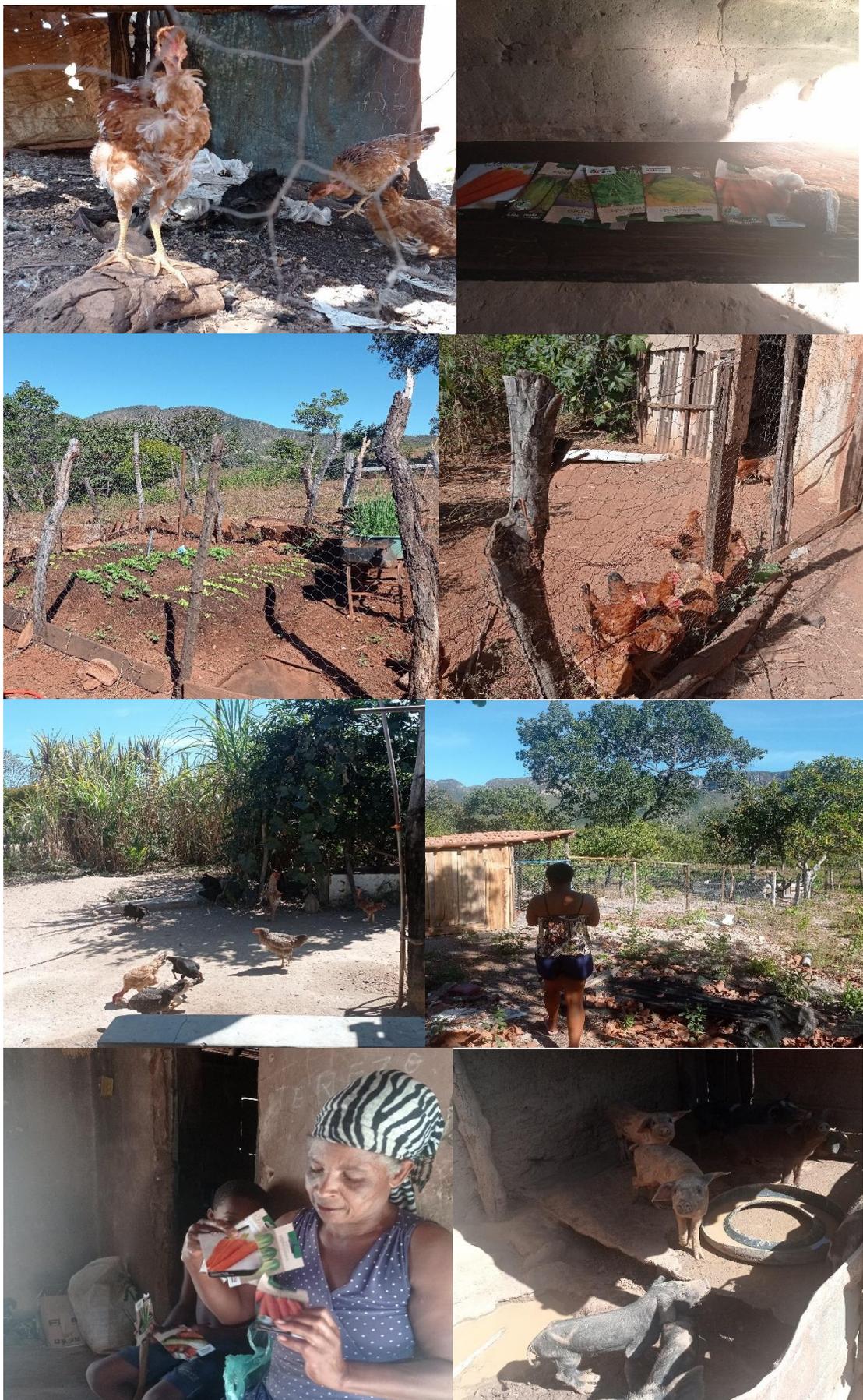


Figura 28 - Fotos de alguns projetos produtivos empreendidos pelas famílias quilombolas

#### 4.2.3 Trocas, aprendizados, acordos – interculturalidade e ecologia de saberes

Partindo do pressuposto de que o princípio da PNATER de “adoção de metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural” tem afinidade com a perspectiva freireana de educação libertadora e considerando os conceitos de interculturalidade crítica, de ecologia de saberes e de acordos pragmáticos já abordado em capítulos anteriores, esta seção busca apresentar alguns elementos do processo de trocas de saberes e aprendizados os quais foram levantados na pesquisa durante as entrevistas e a observação participante.

O diálogo reproduzido abaixo evidencia os desafios da interculturalidade durante a implementação do Fomento Rural, quando um dos agentes de ATER afirma, com pesar, que as famílias agiram diferente do que ele orientou:

*Pesquisadora: Fiquei pensando sobre isso que você falou, que dá uma orientação e a pessoa faz de outro jeito... você tem um exemplo?*

*Agente de ATER: Foi! Uhum. É que eu peço pra fazer uma coisa e foi lá e fizeram outra*

*Pesquisadora: Eu queria saber exatamente o que. Por mais que eu não seja da agronomia*

*Agente de ATER: Olha foi assim eu falei é pra fazer tipo um poleiro, um lugar pra vocês criarem as galinhas. Pra elas dormirem, para não ir na chuva. Tirar de cima dos pau, dormir ali dentro. E botar um lugar pra eles alimentarem e beber água. Chegou lá fizeram um cercado e cabou-se. Disseram “Não só deu pra fazer isso aqui e num precisa mais não...”*

*Pesquisadora: Entendi. Você não acha que faltou o dinheiro? Elas mencionaram que o recurso foi pouco...*

*Agente de ATER: Olha eu não sei! Porque eles dizem que foi muito pouco mesmo. Acho que faltou mesmo um pouco mais de dinheiro. Porque aumentou tudo, né*

Outro agente de ATER, por sua vez, traz uma perspectiva diferente, de como ele lida no cotidiano com o fato dos saberes e práticas de manejo das famílias serem diferentes das dele:

*Agente de ATER: Olha se você disser assim tira essas galinhas e vamo botar essa de granja. Eles vão dizer ah sim até aceita ali, diz que vai fazer na hora, mas você vira as costas e continua lá as galinhas caipira deles. Entendeu? Igual o gado. Eles têm mania de criar o gado solto. A gente da Emater fala ah não vamo cercar, cercar, dividir, eles não fazem. Eles fazem um pastinho ali mas o gado deles é tudo solto, de maneira extensiva. Eles não têm essa cultura de criar fechado.*

*Pesquisadora: E qual que você acha melhor no fim das contas?*

*Agente de ATER: Eu acho que hoje eles tão já fazendo muito isso, tem as pastagens formadas e cria solto. Eles faz isto. Eu acho bem interessante fazer isso. E eles já sentiram e perceberam isso*

*Pesquisadora: Que tem o lado bom de deixar solto e também tem o lado bom de ter a pastagem fechada*

*Agente de ATER: Isso isso! Que que acontece as vacas vão parir por exemplo, chega na época de parir por exemplo. Aí eles trazem pra porta fecha, mantem nos pastos fechado. Pariu, tá durin, fortin, bom? Aí solta tudo. Aí eles aprendeu isso. É interessante eles fazerem isso! O uso de sal mineral mesmo, é interessante eles têm que aprender a usar. Mas alguns ainda não usam*

*Pesquisadora: Sal mineral para alimentar, né?*

*Agente de ATER: Para alimentar os animais. Porque como as terras são fracas e tem a deficiência de cálcio e de fósforo é muito grande, até de fosforo aqui é muito grande. O Brasil quase todo tem deficiência e aqui é pior, um dos piores de análise de solo é aqui na região. Aí os animais nosso ficam debilitados, aí não conhece ter uma cria de vaca durante o ano... por causa dessa deficiência... às vezes as vacas precisam parir, vai desmamar, aí espera mais um ano pra enxertar e mais um a no pra ter bezerro. Então eles perdem tempo com isso. Mas vai conversando, explicando.*

A comparação entre esses dois relatos dos Agentes de ATER exemplifica o fato de que há na implementação do Fomento Rural a adoção de diferentes práticas e estilos no cotidiano de trabalho e diferentes categorias e julgamentos construídos na interação com os usuários das políticas, marcas do exercício da discricionariedade (LOTTA, 2019). Se o estilo do primeiro agente de ATER pode ser interpretado como numa tendência mais difusionista e menos dialógica, que hierarquiza a relação junto à beneficiária da política (nos termos do que propõe Lotta, 2019), no segundo pode-se afirmar que há uma tendência a horizontalidade na relação. Em muitos casos o tratamento entre agentes de ATER e famílias quilombolas acontece através de apelidos, o que pode indicar uma relação de proximidade e de boa convivência.

Os agentes de ATER em seu cotidiano de atuação profissional apresentam posturas que demonstram a tendência para um ou outro estilo, sendo que no presente estudo de caso, a partir das entrevistas e da observação participante, é preponderante para os/as interlocutores/as o entendimento de que há dialogicidade e respeito às diferenças culturais no contexto da implementação do Programa Fomento Rural, havendo inclusive experiências de troca de saberes como a do relato logo acima deste parágrafo. Quando questionadas sobre o respeito a elas e à sua cultura bem como sobre a ocorrência de qualquer desconforto junto aos agentes de ATER, não ocorreu relato de experiências ruins e desconfortáveis e apareceram em alguns casos elogios em relação aos extensionistas

*Sim, respeitaram sim. [...] o jeito que ele fez foi bom demais. Foi o [agente de ATER - apelido] que ajudou, disse onde tinha ração mais barato*

*Deu tudo certo! Respeitou, tudo certo. Só não deu pra fazer muita coisa... é o básico, deu pra começar.*

*Fui eu que decidi tudo sim, sempre respeitaram minha cultura, a mim também. E não uso agrotóxico, só esterco mesmo. Eu faço do meu jeito. Eles ajuda né*

*Olha, foi Deus que colocou [agente de ATER] pra cá. Fico sabendo das coisas é por ela.*

*Foi através de [agente de ATER] que a gente soube. Traz informação.*

*Eu conheço ele [agente de ATER] tem mais de 20 anos!! Ele é muito boa pessoa. Respeita? Respeita sim, tudo a gente.*

*Aqui eu não tive nada de dificuldade, todo mundo tratou muito bem. A única coisa mais difícil foi o frete da telha e da tela e também pegar os paus pro galinheiro. Mas a comunicação tá legal, seu [agente de ATER] foi tudo muito legal.*

*O [agente de ATER] é muito criterioso, tem que fazer tudo direitinho. Se não fizesse ele num ia liberar.*

Ainda que majoritariamente entre os agentes de ATER interlocutores da pesquisa haja uma postura mais dialógica, no entanto, uma fala demonstrou uma postura marcadamente difusionista e, pode-se dizer, imbuída de racismo (ver abaixo).

*Agente de ATER: Onde que eu acho errado essa parte dos quilombolas e indígenas é não querer que ele desenvolva. Não você tem que ficar com o assistencialismo. não uai! Eu vou lá pra aldeia, um exemplo, eu nunca fui e nessa região não tem. Mas se eu for lá, eu vou orientar a ele, se bem aqui ao lado tem um grande produtor. Eu vou orientar a ele pra ser um grande produtor. Como na América, na América dos Estados Unidos. Porque eu acho que todas as pessoas, elas querem evoluir.<sup>108</sup>*

Como já mencionado anteriormente, a intenção da pesquisa, vale reforçar, não é culpabilizar os agentes públicos em relação a ações reprodutoras de desigualdade sociais, mas realizar uma crítica construtiva e ao mesmo tempo evidenciar os desafios para as relações interculturais frente à estruturalidade da matriz colonial de poder. A literatura acerca da burocracia de nível de rua, em relação a isso, aponta que, uma vez que há um conflito entre as normas (no caso, metodologia participativa, com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania equidade nas relações de gênero, geração, raça e etnia, conforme estabelece a PNATER) e as práticas dos agentes públicos, é preciso compreender por que razão essa contradição persiste (LIPSKY, 2020, 222). Desse modo, em relação à reprodução de desigualdades sociais como o racismo durante a implementação de políticas públicas, observa-se

Uma diferenciação persistente e não sancionada é apoiada pelo racismo e por preconceitos que permeiam a sociedade e estão enraizados na estrutura da desigualdade. A diferenciação é intrínseca à burocracia de nível de rua, mas a desigualdade social a apoia e ajuda a explicar as clivagens, em cujos termos esta diferenciação ocorre. Assim, a necessidade de práticas rotineiras, de simplificar e de diferenciar no contexto da desigualdade leva à institucionalização das tendências estereotipadas que permeiam a sociedade. Quaisquer sejam os preconceitos que os

---

<sup>108</sup> Importante mencionar que o agente de ATER em questão orientou às famílias que investissem os recursos do Programa, quando o projeto fosse de avicultura, em galinhas caipiras que elas usualmente já criavam em seus quintais. Em suas palavras, em outro momento do diálogo, ele informou: “os projetos de avicultura foram galinha caipira mesmo. Ninguém fala de galinha de granja pra eles não! Não tem galinha de granja não, lá é caipira”. Então, apesar da fala, ele demonstrou ter uma atitude, pode-se dizer, de respeito à cultura quilombola e à autonomia das famílias.

burocratas de nível de rua como indivíduos tenham ou não, a estrutura do seu trabalho parece levar à diferenciação da população de clientes e, por isso, há uma receptividade estrutural às atitudes preconceituosas. (LIPSKY, 2020, p.228).

A fala abaixo, de outro dos agentes de ATER interlocutores da pesquisa, propõe uma forma de agir com uma tendência mais horizontal, dialógica e não reprodutora de desigualdades sociais:

*Eu acho que assim pra você trabalhar com extensão rural você tem que falar um pouquinho a linguagem do produtor, é o conhecimento empírico, você não pode desconsiderar isso. É conhecimento, é saber. Tá certo? O produtor, o pequeno produtor, você não pode impor, não pode levar um pacote pronto pra ele, tá? Acho que o principal é tirar dele o que que ele quer realmente. Se você conseguir fazer isso você vai ajudar. Se você impor a sua condição, a sua tecnologia, a sua linguagem, não vai dar certo.*

O comentário reproduzido abaixo, de um dos agentes de ATER, é interessante e contribui para a análise de uma forma bem-humorada. Segundo ele, os/as agentes de ATER fazem “assistência técnica” e não “insistência técnica”. Nas palavras dele:

*Eu penso assim, se a pessoa quer investir mais e ter renda da agricultura, ou produzir mais para o autoconsumo, eu não julgo isso, eu acho que cada um tem liberdade... não é porque eu tenho uma produção ali que eu tenho que aumentar ela. Eu tenho que ver o custo-benefício pra mim. Se eu tô vivendo com meu ganho que eu tenho e alguma coisinha que eu tiro ali complementa e me dá condição de sobreviver dentro daquilo que eu aspiro, aquilo que eu vejo que pra mim é suficiente, então pronto! Não adianta eu ficar indo lá fazendo insistência técnica! Ai eu não tô fazendo assistência, eu tô fazendo insistência técnica!*

Uma dimensão importante na perspectiva da interculturalidade crítica é a das trocas de conhecimento e da ecologia de saberes, proposta por Boaventura de Sousa Santos, a qual dialoga com o que propõe Almeida (2021) sobre a compatibilidade e compartilhamento de verdades pragmáticas entre ontologias de diferentes povos e campos semânticos. Em relação às trocas de conhecimentos e aos aprendizados observadas no presente estudo de caso etnográfico, os relatos abaixo trazem a perspectiva das quilombolas em sua experiência durante a participação no Programa e em sua relação com os agentes de ATER e com conhecimentos que vêm de fora da comunidade quilombola:

*Fiz curso da Emater. Eles vêm aqui e fazem aqui no colégio. Curso de aves, de galinha. É curso de dia todo, 7h-17h. Fiz do Sebrae também mais de 15 veze! [...] Eu adoro curso, adoro aprender. Tem os galos de perna grande, o carnizé nanico não pode ficar com outros. Na hora de recolher os ovos, põe na geladeira... a gente colocava na terra. Não pode bater os ovos porque já agora se não nasce os pintinhos. [...] Os professores muito boa gente. A gente pergunta, eles respondem. É bom que a gente fica atualizado. Eu queria curso toda semana. A gente rural fica desatualizado, eu queria voltar a estudar. [...] Mas tem coisa que é conhecimento nosso mesmo... a gente coloca sal e cinza e óleo na ferida para não pegar bicho... eles não ensinam desse jeito, esse jeito é nosso mesmo.*

*Fiz curso de olericultura. Até então eu plantava do meu jeito. Alface eu plantava tudo junto e agora tô colocando a distância certa. Antes não crescia direito porque não tinha espaço. Pra medir eu fiz um medidor! Mas o coentro por exemplo eu*

*mantive do jeito que eu sempre fiz... o que já dava certo eu continuei do meu jeito. A irrigação eles falaram pra molhar 4 vezes, mas eu sei que não precisa tanto.*

*Já fiz curso de avicultura, de como criar, como dar a vacina, tipo de remédio. Aprendi coisas novas. Mas fica difícil fazer o que eles falam. É bom aprender e conhecer outras opiniões. O que gente fala pra eles também não sei se eles aprendem, né.*

*Minha mãe ela cria mais é solto mesmo. Minha esposa mais eu a gente vê também no youtube, na internet e Emater.*

*Tem a criatividade que a gente aprende com os mais velhos. Pega semente de abóbora com casca de ovo e faz mistura pra ter cálcio. É um processo pra poder adubar. Esse aprendi com os mais antigos... pó de café com casca de fruta*

Entendo que as verdades compartilhadas e pragmáticas entre agentes de ATER e famílias quilombolas passa pelo interesse em buscar formas de produzir e práticas de manejo que atendam às demandas locais da forma mais adequada. O diálogo, partindo daí, pode acontecer no sentido de o/a agente de ATER em sua atuação buscar ao máximo a compreensão da necessidade e do que seria a forma mais adequada de produzir para *cada uma das pessoas* que atende, respeitando seu saber-fazer e seu conhecimento, respeitando também o território e a sua cultura, inclusive quando esta é diferente da sua própria. Para além disso, numa atuação dialógica assim como propõe Freire, estar permanentemente aberto/a para buscar novos conhecimentos e práticas de manejo junto ao público que atende. Nessa perspectiva, abaixo apresento alguns dos relatos dos agentes de ATER sobre sua experiência durante a implementação do Programa Fomento Rural, ou mesmo durante sua atuação profissional como um todo.

*Uma coisa que eu achei interessante quando eu cheguei lá que eu deparei é que eles são tradicionais pra produzir farinha. E a farinha da comunidade Kalunga é diferenciada, é farinha grossa. Num é igual a fininha de mercado. E eles preferem assim, mais grossa. Acho que eles colocam leite, alguma coisa, e vira uma coisa mais substanciosa na hora de comer. Ai quando eu cheguei lá um dia eles tavam um grupo fazendo a farinha. Eu fui ver na oficina como é que eles ralava... achei interessante que não tinha ralo e nem molinete, eles não tavam nessa era ainda, era na mão mesmo. Só que eles raspavam, ralavam numa casca de angico. Angico é uma madeira da região... e ela tem uma casca bem tipo um ralo mesmo. E eles sentavam na cabeceira do coxo, um em cada cabeceira e ralava mandioca. É uma das razões que ela ficava mais grossa. Eu achei interessante aquela situação. Falei ah mas vocês não conhecem o ralo? Eles falaram ah ninguém vai na cidade não... em 1992 era raro alguns deles que iam na cidade realmente né, porque é longe, acesso muito difícil. Agora que tem a estrada que tá mais fácil*

*Eu me lembro um dia que eu cheguei na beira do [rio] Paranã e tá lá um jaiú amarrado e eu olhei pra água falei “uai mas rapaz”. Ai tinha um senhor encostado deles... falei, “uai aquele peixão ali, cê num pesca ele não?” Aí ele “não esse já tá amarrado! Já tá amarrado pra ele não estragar, permanecer...”. Tava uma linha e eu que não tinha visto. falei “que bacana, um jauzão assim amarrado”. Aí de vez em quando eles iam pra cidade vendiam lá.*

*Eu acho que você aprende com o produtor todo dia. Toda hora você tá aprendendo com ele né. Não é o fato de você ter uma tecnologia, uma teoria na cabeça que você vai chegar lá e vai querer mudar tudo. Você aprende muito com eles, não só com quilombolas como com outros produtores também.*

Boaventura em entrevista realizada em 2014, afirma que a dialética atual “não é mais entre saber e ignorância, mas antes entre saberes distintos onde todos aprendem ensinando e, portanto, onde todos são educadores”. Nas palavras dele “ecologia dos saberes e a tradução intercultural são os instrumentos que eu proponho para continuar Paulo Freire” (CARNEIRO, KREFTA e FOLGADO, 2014, p. 335). Propondo então um pensamento pós-abissal, que se dá através da “co-presença radical”, Boaventura confronta a monocultura da ciência moderna em defesa da “ecologia de saberes” a qual se baseia na ideia de que o conhecimento é inter-conhecimento. Isso porque a realidade pode ser observada por diferentes ângulos, os quais “incluem ou excluem determinados elementos, trazendo limites à produção do conhecimento” (CESAR, 2020, p.61), o que é observado em toda e qualquer epistemologia, de norte a sul.

A ecologia de saberes, então, se apresenta como uma proposta de dialogicidade entre os conhecimentos para além dos produzidos pela ciência, como é o caso da agronomia, da veterinária e das demais áreas de formação dos agentes de ATER. A ecologia dos saberes

Parte da ideia de que a diversidade do mundo é inesgotável e continua desprovida de uma epistemologia adequada, de modo que a diversidade epistemológica do mundo está por ser construída (SANTOS, 2007, p.84).

A experiência do interlocutor da presente pesquisa quilombola estagiário do curso de agronomia na Emater-GO traz ainda alguns elementos interessantes para pensar a experiência empírica da ecologia de saberes. Em sua experiência de técnico agrícola estudante de agronomia quilombola, ele observa que muito do que se aprende na academia sobre agropecuária tem fundamentação também nas sabedorias tradicionais como a quilombola. Por exemplo, a rotação de culturas e o pousio são práticas de manejo que, em suas palavras, “os cientistas pegaram para fazer pesquisa, mas são práticas tradicionais, né?”. Em adição, ele mencionou também que tem sido crescente na academia a perspectiva do controle biológico dos insetos ao invés do controle químico, algo que também vem dos conhecimentos tradicionais. Em contrapartida, ele critica que ainda é muito comum a promoção da utilização de sementes modificadas na academia e que, na sua perspectiva, as sementes que a própria comunidade quilombola

usa “são muito melhores, as do banco de sementes crioulas, que vem de geração em geração”. Ele conta que ele próprio guarda as sementes passadas por seu avô.

Em sua visão o Brasil deveria investir mais nos pequenos, porque “os grandes do agronegócio produzem pra fora do país, o que é importante também, mas os pequenos alimentam a população e tem isso do meio ambiente e da saúde”. Ele afirma ainda que a Emater-GO está preparada para atender quilombolas porque “o corpo técnico já faz pensando os pequenos, com agroecologia, eu vejo isso nas reuniões”. É interessante também a sua colocação sobre a atividade de avicultura empreendida nos territórios quilombolas. Quando questionado sobre qual dos tipos de galinhas seria mais indicado para as comunidades quilombolas e outros povos e comunidades tradicionais, ele respondeu:

*É melhor eles continuarem com a caipira. Ou, talvez, a caipirão, porque ela dá um pouco mais rápido. A caipira demora uns seis meses para o abate e a caipirão tem umas de 42 dias. Mas granja eu já não acho que seja bom, morre fácil e exige mais das famílias. Teria que ter alguém pra explicar, acompanhar junto. Eu acho que deveria pensar formas de agregar renda, muitos não sabem que a sua produção é agroecológica, orgânica, mas é! E todo mundo quer uma galinha caipira, mas você não acha no mercado. Então eu acho que devia investir nisso de manter as práticas tradicionais.*

Entendendo que existem lacunas e desafios, na atualidade, para a efetivação da metodologia participativa com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania conforme estabelecido na PNATER, na perspectiva da interculturalidade crítica, sugere-se que a burocracia de nível de rua responsável pela implementação dessa política tem muito para avançar ao incluir em seu repertório o conceito de ecologia de saberes proposto por Boaventura, sobretudo no caso de atendimento a famílias quilombolas e dos demais povos e comunidades tradicionais.

## Considerações finais

O presente trabalho, que versa sobre desigualdade, persistência da fome e ações do Estado em relação a tais problemas sociais, foi elaborado em meio à crise sanitária de escala global da pandemia de Covid-19 e a um acirramento da concentração de riqueza e da desigualdade socioeconômica<sup>109</sup>. Realizado no contexto de um país que atravessava uma crescente apologia à violência, por parte inclusive do Governo Federal, através do estímulo ao armamento da população e ao preconceito em suas variadas formas, que sofria uma redução das políticas de cunho social e reparatório, dentre outras características<sup>110</sup>, um estudo de caso acerca da implementação de um programa social, como o Programa Fomento Rural, para populações quilombolas pode demonstrar as complexidades inerentes ao fazer político, burocrático e democrático no Brasil.

Fato é que mudanças estruturais demandam ações também de porte estrutural. Além disso, uma única ação, um único programa social, não apresenta capacidade de modificar a situação de desigualdade social histórica observada no Brasil. Um estado capitalista apresenta contradições internas que colocam em xeque inclusive a possibilidade real de alcance de um dos objetivos expressos na Constituição Cidadã (CF/1988): “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, que se reafirmam, vale dizer, em escala global, por exemplo, com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Entende-se que o conjunto de ações para caminhar no sentido do atendimento à Constituição passa por reformas como a tributária, agrária, trabalhista, política; passa pelo estabelecimento de Planos de Governo que incluam políticas ambientais e políticas afirmativas, reparativas e de promoção de direitos; pela efetivação da cidadania e da participação social no país. Passa também por uma mudança de consciência e de atitude da população, pela vontade política de combater as diversas formas de discriminação e de preconceito que

---

<sup>109</sup> Ver, por exemplo, Chancel *et al.* 2022; Guerra, 2021; e Relatórios da OXFAM BRASIL: *A Desigualdade Mata* (2022); *O Vírus da Desigualdade* (2021); *Poder, lucros e pandemia* (2021) – disponíveis em <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/>. Acesso em 12 de outubro de 2022.

<sup>110</sup> Entendo que os termos ‘necropolítica’ e ‘necropoder’ cunhados por Achille Mbembe são importantes para entender o Brasil, em especial no momento político em que a presente pesquisa foi desenvolvida. Tais termos visam explicar as formas contemporâneas de subjugação da vida ao poder da morte (Ver Mbembe, 2016; 2019). Castilho e Lemos (2021) afirmam que, no caso do Brasil nos últimos anos, a necropolítica se deu através de “um extermínio a todos/as aqueles/as que ameaçassem o grande capital, como é o caso das ações orquestradas contra os povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas; contra a Amazônia [...]; na liberação de centenas de agrotóxicos; no pacote anticrime; na contrarreforma da previdência social; na garantia de armamento aos grandes proprietários de terra; nas reduções orçamentárias das políticas sociais; nos sucessivos cortes nas universidades e na cultura, e, portanto, no descrédito com relação à ciência e à cultura, como campos de elevação da consciência” (CASTILHO e LEMOS, 2021, p. 272).

perpetuam as desigualdades sociais – ainda mais considerando a alternância política que estamos testemunhando entre um mandato e outro.

A etnografia, método de pesquisa adotado no presente trabalho, assim como coloca Little (2010), pode ocupar um lugar de importância cujo âmbito extrapola a Antropologia, contribuindo para a construção do conhecimento dentro da Ecologia Política, dado que, em sua vertente de estudo voltada para os conflitos socioambientais, “tem foco nas relações; usa uma metodologia processual; e contextualiza o conhecimento produzido” (LITTLE, 2010, p.349). Digno de nota, nesse sentido, é o fato de terem sido abordadas durante a pesquisa as percepções, opiniões e práticas de manejo em relação a modernização agrícola e ao agronegócio por um lado e sobre agropecuárias alternativas que por exemplo não utilizam agrotóxicos por outro. A presente pesquisa demonstrou a complexidade em que as categorias mais vinculadas a um ou outro desses polos, bem como as práticas de manejo, são agenciadas no cotidiano dos/as interlocutores – seja das quilombolas seja dos agentes de ATER. Implementadores de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, como o Programa Fomento Rural, estão sempre, em menor ou maior grau, lidando com essas discussões e tomando decisões e atitudes que se direcionam para um ou outro desses polos, que podem representar posturas mais difusionistas ou mais dialógicas.

A experiência da implementação no nível de rua do Programa Fomento Rural para quilombolas em Goiás apresenta elementos que demonstram a complexidade de se implementar políticas públicas em um país diverso e desigual como o Brasil. Implementadores/as de políticas públicas no nível de rua, como os agentes de ATER, estão sujeitos à reprodução de desigualdades sociais, como o racismo e o sexismo, o que vai diametralmente para o lado oposto do que a atuação do Estado se propõe nos termos da Constituição Federal cidadã de 1988, a qual está acima de todas as outras leis no país.

Tendo em vista o princípio estabelecido na PNATER de que se realize uma metodologia participativa com enfoque multidisciplinar, interdisciplinar e intercultural, buscando a construção da cidadania, a ecologia dos saberes que propõe Boaventura de Sousa Santos (2009; 2017; 2018; 2019) pode ser um caminho promissor, bem como a interculturalidade crítica que propõem Turbino (2010; 2019), Walsh (2009; 2012; 2018) e Araújo e Nazareno (2013). Assumindo-se que a persistência de desigualdades sociais acontece devido a mecanismos estruturais, que se expressam no campo da raça, classe e

sexo, é preciso que sejam gerados espaços de reconhecimento intercultural numa perspectiva crítica e através da dialogicidade, admitidos a pluralidade de conhecimentos heterogêneos na humanidade e o fato de que quaisquer que sejam os conhecimentos, estes são limitados por partirem de um ângulo, de um ponto de vista.

Trata-se de um processo dinâmico de aprendizado contínuo, o qual pode ser oxigenado pela convivência e troca de conhecimentos entre colegas profissionais e junto ao público atendido. Mas também pode ser estimulado, por exemplo, pelos governos federal, estaduais e municipais através de ferramentas como capacitações para os/as burocratas de nível de rua, e para as burocracias do alto e médio escalão, as quais devem considerar inclusive a produção de conhecimento que ocorre no âmbito das comunidades quilombolas e de povos e comunidades tradicionais e dentro de movimentos sociais conforme o movimento negro, como propõe Nilma Gomes (2012).

Espaços participativos e de controle social como os conselhos e conferências são espaços importantes nesse sentido, quando representações da sociedade civil em sua diversidade têm uma oportunidade formal de influenciar as políticas públicas. Além das capacitações, sugere-se que se busque outras ferramentas e instrumentos que viabilizem o acesso a políticas e serviços públicos, com o respeito à diversidade sociocultural e à autonomia dos povos e comunidades tradicionais. Ferramentas como o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Censo do IBGE são fundamentais para localizar e aprimorar as ações do Estado no atendimento a esta população. São também importantes iniciativas a elaboração de cartilhas e informativos que considerem a literatura sobre interculturalidade crítica e a ecologia de saberes.

Importante também é criar ambientes de diálogo entre os diferentes níveis da burocracia estatal. A experiência dos/as burocratas de nível de rua traz elementos com potencial de qualificar as políticas públicas em todas as etapas do denominado ciclo de políticas públicas, da construção de agenda à avaliação. As reflexões apresentadas no presente estudo de caso corroboram o entendimento de que é preciso utilizar mecanismos que garantam uma margem de liberdade à discricionariedade, como propõem Evans e Hupe (2020), e dessa forma gerem espaço para a criatividade no desenvolvimento do trabalho em nível local ao mesmo tempo em que desonerem o trabalho de escritório em benefício do trabalho junto à população, como acontece em alguma medida na implementação do Fomento Rural através da previsão de uma quantidade reduzida de formulários para preenchimento (conforme apontado pelos

agentes de ATER) e da utilização do CadÚnico, que concentra em um único cadastro a possibilidade de participação em vários programas (como sugere LEININGER *et al*, 2011). Assim como coloca LIPSKY (2019, p.377), entende-se como relevante para o aprimoramento da implementação de políticas públicas a promoção de “avaliações da habilidade com base no reconhecimento, não apenas do volume de trabalho, mas também da adequação da resposta e da qualidade da interação com os clientes”, e o investimento em

Recursos automatizados para a coleta de informações e funções de admissão, em parte, para reduzir a discricionariedade dos assistentes sociais quando desnecessária para o efetivo funcionamento da organização pública, mas principalmente para aumentar a produtividade e reduzir os custos do processamento de pessoas. (LIPSKY, 2019, p.405)

Em uma perspectiva transversal, por fim, é importante que ações nesse sentido não se limitem a um ou outro órgão público, como as entidades de ATER no caso do presente estudo, e sim que atinjam os diversos setores das administrações municipais, estaduais e federal. Para a superação da fome e das desigualdades sociais, do racismo e de toda forma de discriminação, a ação do Estado deve estar pautada na luta por justiça e reparação em todas as esferas de sua atuação, em todos os níveis de sua burocracia.

## Bibliografia

- ABREU, Oraidia Maria Machado de. Comunidade quilombola Mesquita: políticas públicas de promoção da igualdade racial-na busca da equidade. 2009.
- ACCIOLY, Izabel. Branquitude no meio acadêmico. In: Boletim de Políticas Públicas Observatório Interdisciplinar de Políticas Públicas. Prof. Dr. José Renato de Campos Araújo. (EACH/USP) Nº10 fevereiro/2021
- ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto. Justiça ambiental e cidadania. In: **Justiça ambiental e cidadania**. 2004. p. 315-315.
- ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. **Série Antropologia**, v. 174, p. 1-33, 1995.
- ALIMONDA, Héctor. Ecologia política latino-americana e pensamento crítico: as vanguardas enraizadas. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 35, 2015.
- ALIMONDA, Héctor. Los tormentos de la materia. **Aportes para una ecología**, 2006.
- ALLISON, Graham T. Conceptual models and the Cuban missile crisis. *American Political Review* 63: 689-718. 1971. *Essence of decision: Explaining the Cuban missile crisis*. 1969.
- ALMEIDA, Mauro WB et al. Anarquismo Ontológico e Verdade no Antropoceno. **Ilha**, v. 23, n. 1, p. 10-29, 2021.
- ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. Editora Jandaíra, 2021.
- ÁLVAREZ MARÍN, Nelson. PODER E ORGANIZAÇÕES: REFLEXÕES DE BOURDIEU WEBER, FOUCAULT E LUHMANN. **Tendências**, v. 20, n. 1, p. 226-253, 2019.
- ALVES, Adeir Ferreira. Organização social no Quilombo Mesquita: trabalho, solidariedade e atuação das mulheres. 2019.
- AMARAL JUNIOR, José Carlos do. Concepções pedagógicas e modelos históricos de extensão rural. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, n. 224, p. 187-198, 2020.
- AMORIM, Liliane Pereira de; TÁRREGA, Maria Cristina Vidotte Blanco. O acesso à terra: a Lei de Terras “1850” como obstáculo ao direito territorial quilombola. **Emblemas**, v. 16, n. 1, 2019.
- ANDRÉ, Marli. Eliza Dalmazo Afonso de. **Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus**, 1995.
- ARAÚJO DOS ANJOS, Rafael Sanzio. Cartografia e cultura: territórios dos remanescentes de quilombos no Brasil. In: **VIII Congresso Luso Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra**. 2004.
- ARAÚJO, Alexandre Martins de; NAZARENO, Elias. Interculturalidade, complexidade ambiental e educação quilombola. 2013.
- ARAÚJO, Alexandre Martins de; NAZARENO, Elias; HERBETTA, Alexandre Ferraz. Suleando lugares: arraigamento ecológico nos quilombos de Pombal e Porto Leocardio, em Goiás. **Revista Interdisciplinar Sulear**, 2019.
- ARRUTI, José Maurício. Quilombos. In: PINHO, Osmundo; SANSONE, Lívio. Raça. Novas Perspectivas antropológicas. Salvador: Associação Brasileira de Antropologia; Edufba, 2008.
- AZEVEDO, Elaine. Colonialidade aliimentar. In.: Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro / organização: Tereza Campelo, Ana Paula Bortoletto. – São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022.
- BAIOCCHI, Mari de Nasaré. Kalunga: povo da terra. 3. ed. Goiânia: Ed. UFG, 2013.
- BAIOCCHI. Negros do Cedro: estudo antropológico de um bairro rural de negros em Goiás. São Paulo: Ática, 1983
- BALBONI, Bandiera , Burgess, Ghatak and Heil. Why Do People Stay Poor? Working Paper. 2021.
- BANERJEE, Abhijit et al. A multifaceted program causes lasting progress for the very poor: Evidence from six countries. **Science**, v. 348, n. 6236, p. 1260799, 2015.
- BANERJEE, Abhijit V.; DUFLO, Esther. **A economia dos pobres: Uma nova visão sobre a desigualdade**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.
- BANERJEE, Abhijit; DUFLO, Esther; SHARMA, Garima. Long-term effects of the targeting the ultra poor program. **American Economic Review: Insights**, v. 3, n. 4, p. 471-86, 2021.
- BARROS, Tauanna Faleiro. Assistência técnica e extensão rural pública no Distrito Federal

frente à proposta da política nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural. 2016.

BENEDETTI, Adriane Cristina. Entre avanços e bloqueios: uma análise da política de titulação de territórios quilombolas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v. 29, n. 3, p. 699-726, 2021.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. **Psicologia social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, p. 5-58, 2002.

BERNARDES, Milena Serenini et al. (In) segurança alimentar no Brasil no pré e pós pandemia da COVID-19: reflexões e perspectivas. **InterAmerican Journal of Medicine and Health**, v. 4, 2021.

BERNARDI, Lauro Edilso et al. Entre o sonho e a realidade: legado do programa de fomento-PBSM, no RS. 2015.

BERTOLDO, C. A. *et al.* Os descompassos entre a Pnater e as instituições públicas de ensino e de extensão rural: a formação e a atuação profissional. In: IV SIMPÓSIO SOBRE REFORMA AGRÁRIA E ASSENTAMENTOS RURAIS, Araraquara. 2009.

BID, Banco Interamericano de Desarrollo. La política de las políticas públicas. *Progreso Económico y Social en América Latina. Informe*, 2006.

BORTOLOTTI, M. A. **O papel da assistência técnica e extensão rural na evolução dos agroecossistemas familiares, fundamentados por práticas agroecológicas na microrregião de Pato Branco-PR. 2014. 81f.** 2014. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) –Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco.

BORTOLOTTI, Mônica Aparecida. **O papel da assistência técnica e extensão rural na evolução dos agroecossistemas familiares, fundamentados por práticas agroecológicas na microrregião de Pato Branco-PR.** 2014. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

BRASIL DECRETO Nº 4.582, DE 30 DE JANEIRO DE 2003. Regulamenta o funcionamento do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA, e dá outras providências. D.O.U. de 31.1.2003.

BRASIL. DECRETO Nº 1.366, DE 12 DE JANEIRO DE 1995. Dispõe sobre o Programa Comunidade Solidária e dá outras providências. DOU de 13.1.1996 e retificado em 18.1.1995.

BRASIL. DECRETO Nº 11.338, DE 1º DE JANEIRO DE 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. DOU de 1º.1.2023 - Edição especial.

BRASIL. DECRETO Nº 11.339, DE 1º DE JANEIRO DE 2023. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. DOU de 1º.1.2023 - Edição especial.

BRASIL. DECRETO Nº 3.338, DE 14 DE JANEIRO DE 2000. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências. DOU de 17.1.2000.

BRASIL. DECRETO Nº 4.723, DE 6 DE JUNHO DE 2003. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências. D.O.U. de 9.6.2003.

BRASIL. DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. D.O.U. de 21.11.2003.

BRASIL. DECRETO Nº 5.033, DE 5 DE ABRIL DE 2004. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério do Desenvolvimento Agrário, e dá outras providências. D.O.U. de 6.4.2004.

BRASIL. DECRETO Nº 6.040, DE 7 DE FEVEREIRO DE 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. DOU de 8.2.2007.

BRASIL. DECRETO Nº 6.261, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2007. Dispõe sobre a gestão

integrada para o desenvolvimento da Agenda Social Quilombola no âmbito do Programa Brasil Quilombola, e dá outras providências. DOU de 21.11.2007.

BRASIL. DECRETO Nº 7.272, DE 25 DE AGOSTO DE 2010. Regulamenta a Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - PNSAN, estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, e dá outras providências. DOU de 26.8.2010.

BRASIL. DECRETO Nº 7.492, DE 2 DE JUNHO DE 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. DOU de 3.6.2011.

BRASIL. Decreto nº 72.034, de 30 de Março de 1973. Institui o Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), aprova o I PRONAN e dá outras providências. DOU 3/4/1973.

BRASIL. DECRETO Nº 8.780, DE 27 DE MAIO DE 2016. Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República. DOU de 30.5.2016.

BRASIL. DECRETO Nº 8.865, DE 29 DE SETEMBRO DE 2016. Transfere a Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário para a Casa Civil da Presidência da República e dispõe sobre a vinculação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA. DOU de 30.9.2016.

BRASIL. DECRETO Nº 807, DE 22 DE ABRIL DE 1993. Institui o Conselho Nacional de Segurança Alimentar CONSEA e dá outras providências. DOU de 22.4.1993.

BRASIL. DECRETO Nº 9.221, DE 6 DE DEZEMBRO DE 2017. Regulamenta a Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011, que institui o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. DOU de 7.12.2017.

BRASIL. DECRETO Nº 9.667, DE 2 DE JANEIRO DE 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, remaneja cargos em comissão e funções de confiança, transforma cargos em comissão e funções de confiança e altera o Decreto nº 6.464, de 27 de maio de 2008, que dispõe sobre a designação e atuação de adidos agrícolas junto a missões diplomáticas brasileiras no exterior. DOU de 2.1.2019 - Edição extra Nº 1-B.

BRASIL. DECRETO Nº 9.759, DE 11 DE ABRIL DE 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. DOU de 11.4.2019 - Edição extra.

BRASIL. LEI Nº 10.836, DE 9 DE JANEIRO DE 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. DOU. de 12.1.2004.

BRASIL. LEI Nº 11.346, DE 15 DE SETEMBRO DE 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. DOU de 18.9.2006.

BRASIL. LEI Nº 12.188, DE 11 DE JANEIRO DE 2010. Institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária - PRONATER, altera a Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e dá outras providências. DOU de 12.1.2010.

BRASIL. LEI Nº 12.512, DE 14 DE OUTUBRO DE 2011. Institui o Programa de Apoio à Conservação Ambiental e o Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais; altera as Leis nºs 10.696, de 2 de julho de 2003, 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e 11.326, de 24 de julho de 2006. DOU de 17.10.2011

BRASIL. LEI Nº 12.527, DE 18 DE NOVEMBRO DE 2011. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. DOU de 18.11.2011 - Edição extra.

BRASIL. LEI Nº 12.897, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2013. Autoriza o Poder Executivo federal a instituir serviço social autônomo denominado Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural - ANATER e dá outras providências. DOU de 19.12.2013 e retificado em 20.12.2013.

BRASIL. LEI Nº 14.284, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2021. Institui o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil; define metas para taxas de pobreza; altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993; revoga a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, e dispositivos das Leis nos 10.696, de 2 de julho de 2003, 12.512, de 14 de outubro de 2011, e 12.722, de 3 de outubro de 2012; e dá outras providências. DOU 30/12/2021.

BRASIL. LEI Nº 601, DE 18 DE SETEMBRO DE 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. CLBR de 1850.

BRASIL. LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993. Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências. DOU de 22.6.1993, republicado em 6.7.1994 e retificado em 6.7.1994.

BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.999-14, DE 13 DE JANEIRO DE 2000. Altera dispositivos da Lei nº 9.649, de 27 de maio de 1998, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios, e dá outras providências. D.O.U. de 14.1.2000.

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília: Ministério da Saúde, 2013. Disponível em [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_alimentacao\\_nutricao.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_alimentacao_nutricao.pdf). Acesso em novembro de 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria de Agricultura Familiar (SAF), Grupo de Trabalho Ater. “Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural: Versão Final: 25/05/2004”.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). CÂMARA INTERMINISTERIAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CAISAN. Estudo Técnico CAISAN: Mapeamento da Insegurança Alimentar e Nutricional com foco na Desnutrição a partir da análise do Cadastro Único, do Sistema Nacional de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN) e do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI). 2018.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadastramento diferenciado. Diversidade no Cadastro Único - Respeitar e Incluir. -- Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2014. Disponível em [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Cadernos/Diversidade\\_CadUnico.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cadernos/Diversidade_CadUnico.pdf). Acesso em 28 de dezembro de 2022.

Brasil. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Cadastramento diferenciado. Diversidade no Cadastro Único - Respeitar e Incluir. - Brasília, DF: MDS; Secretaria Nacional de Renda de Cidadania, 2014. Disponível em [http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa\\_familia/Cadernos/Diversidade\\_CadUnico.pdf](http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/bolsa_familia/Cadernos/Diversidade_CadUnico.pdf). Acesso em 28 de dezembro de 2022.

BRITES, Carla Mario; CLEMENTE, Augusto Junior. IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: breve revisão da literatura. *NAU Social*, 2019, 10.18.

BRONZO, Carla; COSTA, Eliete Cristina Rezende; GUIMARAES, Flavia. A Burocracia de Nível de Rua na Implementação do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF): Percepções e Traduções de Normativas nas Políticas Públicas. **Administração Pública e Gestão Social**, 2022.

BRUNDTLAND, Gro Harlem; COMUM, Nosso Futuro. Relatório Brundtland. **Our Common Future: United Nations**, 1987.

CALHEIROS, Felipe Peres; STADTLER, Hulda Helena Coraciara. Identidade étnica e poder: os quilombos nas políticas públicas brasileiras. **Revista Katálysis**, v. 13, p. 133-139, 2010.

CAMPOS, Leonardo. Relatório Promovendo caminhos sustentáveis para superar a extrema pobreza - Uma proposta para o estado de São Paulo. 2021.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio. Por uma nova extensão rural: fugindo da obsolescência. **Extensão Rural**, n. 2, p. 7-32, 1994.

CAPORAL, Francisco Roberto; RAMOS, L. de F. Da extensão rural convencional à extensão rural para o desenvolvimento sustentável: enfrentar desafios para romper a inércia. **Brasília, setembro de**, 2006.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. **São Paulo: Claro Enigma**, p. 54-97, 2012.

CARNEIRO, Camila; CAMBOIM, Iorrana Lisboa; SANTOS, Celiana. (Des)continuidades da inclusão produtiva rural de Povos e Comunidades Tradicionais: uma leitura a partir do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais. Anais do IX Encontro da Rede de Estudos Rurais - Desenvolvimento, Financeirização e Mercantilização da Natureza: Desafios Agroalimentares Globais. 2021.

CARNEIRO, Camila; SANTOS, Celiana Nogueira. A importância do programa de fomento às atividades produtivas rurais para a inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais. **Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 2, p. 164-175, 2016.

CARNEIRO, Camila; SANTOS, Celiana Nogueira. A importância do programa de fomento às atividades produtivas rurais para a inclusão produtiva de povos e comunidades tradicionais. **Revista Baru-Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**, v. 2, n. 2, p. 164-175, 2016.

CARNEIRO, Fernando Ferreira Ferreira; KREFTA, Noemi Margarida; FOLGADO, Cleber Adriano Rodrigues. A práxis da ecologia de saberes: entrevista de Boaventura de Sousa Santos. **Tempus-Actas de Saúde Coletiva**, v. 8, n. 2, p. ág. 331-338, 2014.

CARNEIRO, Maria José. " Rural" como categoria de pensamento. **RURIS (Campinas, Online)**, v. 2, n. 1, 2008.

CARNEIRO, Sueli. Biopoder. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**, 2011.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **Racismos contemporâneos. Rio de Janeiro: Takano Editora**, v. 49, p. 49-58, 2003.

CARSON, Raquel. Primavera Silenciosa. 1962.

CASANOVA, Pablo González. Colonialismo interno (uma redefinição). **BORON, AA; AMADO, J.; GONZÁLEZ (Org.). A teoria marxista hoje: problemas e perspectivas. Buenos Aires: CLACSO**, p. 395-420, 2006.

CASTILHO, Daniela Ribeiro; LEMOS, Esther Luíza de Souza. Necropolítica e governo Jair Bolsonaro: repercussões na segurança social brasileira. **Revista Katálysis**, v. 24, p. 269-279, 2021. See More

CASTRO, César Nunes de; PEREIRA, Caroline Nascimento. Agricultura familiar, assistência técnica e extensão rural e a política nacional de Ater. 2017.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome: a fome no Brasil. **Rio de Janeiro: O Cruzeiro**, 1946.

CASTRO, Yeda Pessoa de. *A língua mina-jeje no Brasil: um falar africano em Ouro Preto do século XVIII*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Secretária da Cultura do Estado de Minas Gerais. 2002. 240p.

CASTRO, Yeda Pessoa de. África descoberta: uma história recontada. **Revista de Antropologia**, p. 135-140, 1980.

CASTRO, Yeda Pessoa de. Culturas africanas nas Américas: um esboço de pesquisa conjunta da localização dos empréstimos. **Comunicação apresentada no colóquio "Civilização Negra e Educação**, 1977.

CEPAL, N. U. **Panorama social de América Latina 2019**. Cepal, 2019.

CEPÊDA, Vera Alves. Inclusão, democracia e novo-desenvolvimentismo: um balanço histórico. **Estud. av.**, v. 26, n. 75, p.77-90, ago. 2012.

CESAR, Layla Jorge Teixeira. Contribuições ao estudo da diversidade cultural na educação superior. 2020.

CHANCEL, Lucas et al. (Ed.). **World inequality report 2022**. Harvard University Press, 2022.

CHAVIS, Benjamin F. 1993. "Foreword." In R. D. Bullard, *Confronting Environmental Racism Voices from the Grassroots*. South End Press, Boston, MA.

CHRISTOPLOS, I. Common framework for supporting pro-poor extension. **Neuchatel Group, Switzerland**, 2003.

CRESWELL, John W. *Investigação Qualitativa e Projeto de Pesquisa-: Escolhendo entre Cinco Abordagens*. Penso Editora, 2014.

CUNHA, Adão Fernandes da. O calendário agrícola na comunidade Kalunga Vão de Almas: uma proposição a partir das práticas de manejo da mandioca. 2018b.

CUNHA, Manuela Carneiro; MAGALHÃES, Sônia Barbosa; ADAMS, Cristina. Povos tradicionais e biodiversidade no Brasil: contribuições dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais para a biodiversidade, políticas e ameaças. 2021.

CUNHA, Valdir Fernandes da. Soberania e segurança alimentar na perspectiva dos jovens Kalunga da comunidade Vão de Almas. 2018a.

CUSTÓDIO, Marta Battaglia. **Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil: arranjo institucional e alocação de recursos**. 2009. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

DALOSTO, Cássius Dunck et al. As políticas públicas e o problema da concretização dos direitos quilombolas no Brasil: o exemplo Kalunga. 2016.

DE MONTESQUIOU, A.; HASHEMI, S. M. The graduation approach within social protection: opportunities for going to scale. **IPC-IG (2017). Debating Graduation. Brasília: International Policy Centre for Inclusive Growth**, 2017.

DE OLIVEIRA, Roberto Cardoso. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de antropologia**, p. 13-37, 1996.

DEALDINA, Selma dos Santos. Racismo ambiental é um decreto que revela a geografia da fome nos territórios quilombolas. In.: *Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro / organização: Tereza Campelo, Ana Paula Bortoletto*. – São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022.

DELGADO, Nelson et al. Atualização das políticas de desenvolvimento territorial no meio rural brasileiro. **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil. Brasília: IICA**, p. 125-148, 2013.

DIAS, Marcelo Miná. Políticas públicas de extensão rural e inovações concitais: limites e potencialidades. **Perspectivas em Políticas Públicas**, v. 1, n. 1, p. 101-114, 2008.

DOS SANTOS, Danilo Moreira. Os quilombolas e sua inserção nas políticas públicas: subsídios à discussão da política de ATER quilombola. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 1019-1043, 2017.

DOS SANTOS, Danilo Moreira. Os quilombolas e sua inserção nas políticas públicas: subsídios à discussão da política de ATER quilombola. **Revista de Políticas Públicas**, v. 21, n. 2, p. 1019-1043, 2017.

DUBOIS, V. *La vie au guichet: relation administrative et traitement de la misère*. Paris: Economica, 1999.

DUBOIS, Vincent. *La vie au guichet. Relation administrative et traitement de la misère*, v. 2, 1999.

DUNCK, Ellen A. et al. Sistema produtivo agrário brasileiro consumidor de agrotóxicos como fonte de violência. 2016.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza ea natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. 2005.

ESCOBAR, Arturo. *Territorios de Diferencia: Lugar, Movimiento, Vida*. Redes, 2010.

ESTERMANN, Josef. Colonialidad, descolonización e interculturalidad. Apuntes desde la Filosofía Intercultural. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 38, 2014.

EUGENIO, Benedito; MATOS, Wesley Santos de. Pesquisa e produção de conhecimento sobre quilombos: entrevista com José Maurício Arruti. *Odeere*, v. 5, n. 9, p. 23-48, 2020.

EVANS, Tony; HUPE, Peter L. (ed.). *Descrição e a busca pela liberdade controlada*. Londres: Palgrave Macmillan, 2020.

FARRINGTON, John e cols. *Extensão, pobreza e vulnerabilidade: o escopo da reforma*

- política. **Relatório final de um estudo para a Iniciativa de Neuchâtel. Londres, ODI**, 2002.
- FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Ubu Editora, 2022.
- FERNANDES, Cecília Ricardo. Sobre ter e não faltar: segurança alimentar e territorialidade Kalunga no Cerrado. 2019.
- FERREIRA, Gleisson et al. História, memória, fronteira e alteridade em Lavrinhas de São Sebastião nas “Cartas de Goiás” de Carlos Pereira de Magalhães (1919-1925). 2018.
- FERRETTI, Federico. Decolonizing the Northeast: Brazilian subalterns, non-European heritages, and radical geography in Pernambuco. **Annals of the American Association of Geographers**, v. 109, n. 5, p. 1632-1650, 2019.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou comunicação? 8ª. Ed., **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, 1983.
- GELEDÉS, PORTAL. Entenda as diferenças entre preto, pardo e negro. **Portal Geledés**, v. 11, 2013.
- GEORGESCU-ROEGEN, Nicholas. The entropy law and the economic process. Cambridge, Mass.; Harvard University Press, 1971.
- GERALDES, Elen Cristina et al. Mídia, misoginia e golpe. **Brasília: FAC-UnB**, 2016.
- GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. Unesp, 1991.
- GIL, Isabel Capelo. As interculturalidades da multiculturalidade. **LAGES, Maria Ferreira & MATOS, Artur Teodoro de. Portugal: Percursos de interculturalidade. Desafios à identidade. Lisboa: Acidi**, p. 30-48, 2008.
- GOIÁS. LEI Nº 11.409, DE 21 DE JANEIRO DE 1991. Dispõe sobre o sítio histórico e patrimônio cultural que especifica. D.O. de 28.01.1991.
- GOIÁS. LEI Nº 17.257, DE 25 DE JANEIRO DE 2011. Dispõe sobre a organização administrativa do Poder Executivo e dá outras providências. D.O. de 26-01-2011.
- GOMES, Flávia Mara Henriques. (R)EXISTÊNCIAS NO CERRADO: Cultura alimentar de comunidades quilombolas do Goiás. Anais do Evento: VIII SINGA – Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Curitiba, nov. 2017.
- GOMES, Laurentino. **Escravidão–Vol. 1: Do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares**. Globo Livros, 2019.
- GOMES, Mauro. Revolução verde. **Dicionário da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira**, 2005.
- GOMES, Nilma Lino. Movimento negro e educação: ressignificando e politizando a raça. **Educação & Sociedade**, v. 33, p. 727-744, 2012.
- GONÇALVES, Rodrigo Carvalho. Imagens rurais: uma análise da extensão rural em Minas Gerais através das fotografias da revista EMATER-MG. 2012.
- GONZAGA, Amilton Vitorino. Conflitos em territórios quilombolas: a elaboração de uma cartilha para o enfrentamento do racismo ambiental. 2017.
- GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, v. 2, n. 1, p. 223-244, 1984.
- GONZÁLEZ Casanova, Pablo De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI / Pablo González Casanova; compilador Marcos Roitman Rosenmann. – Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.
- GONZALEZ, Lélia. A juventude negra brasileira e a questão do desemprego. In: **Conferência Anual do African Heritage Studies Association**. 1979.
- GRAZIANO DA SILVA, José. A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. 1982.
- GRINDLE, Merilee S.; THOMAS, John W. Formuladores de políticas, escolhas e resultados de políticas: A economia política da reforma nos países em desenvolvimento. **Ciências políticas**, 1989, 22.3: 213-248.
- GUIMARÃES, E. O complexo agroindustrial. **Revista Reforma Agrária**, ano 7, n. 6, nov./dez. 1977
- GUIMARÃES, Livia Marília Barbosa; SILVA, Sidney Jard da. I Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e o Bolsa Família em perspectiva intersetorial. **Serviço Social & Sociedade**, p. 74-94, 2020.

HAAS, Peter M. Introduction: Epistemic Communities and International Policy Coordination. *International Organization*, v. 46, n. 1, 1992, p. 1-35. Disponível em <https://fbaum.unc.edu/teaching/articles/IO-1992-Haas.pdf> . Acessado em 01 de maio de 2022.

HAESBAERT, Rogério Território e descolonialidade : sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina / Rogério Haesbaert. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO ; Niterói : Programa de Pós-Graduação em Geografia ; Universidade Federal Fluminense, 2021.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade : sobre o giro (multi) territorial/de(s)colonial na América Latina / Rogério Haesbaert. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires : CLACSO; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021. Libro digital, PDF.

HAMILTON, Walton H. Os requisitos de uma política alimentar nacional. **Journal of Political Economy** , v. 26, n. 6, pág. 612-637, 1918.

HARAWAY, Donna. Antropoceno, capitaloceno, plantationoceno, chthuluceno: fazendo parentes. **ClimaCom Cultura Científica**, v. 3, n. 5, p. 139-146, 2016.

HOOKS, Bell. Tudo sobre o amor: novas perspectivas. São Paulo: Elefante, 2020.

HOYOS, Claudia Janet Cataño; D'AGOSTINI, Adriana. Segurança alimentar e soberania alimentar: convergências e divergências/Food Security and Food Sovereignty: convergences and divergences. **Revista Nera**, n. 35, p. 174-198, 2017.

HUPE, Pedro; HILL, Michael. Burocracia de nível de rua e responsabilidade pública. *Administração pública* , 2007, 85.2: 279-299.

JACCOUD, Luciana; ABREU, Maria Cristina. Entre o direito e a culpabilização das famílias: o que pensam os trabalhadores do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) sobre as ofertas e os beneficiários. **Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades, na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: IPEA**, p. 485-504, 2019.

JACKSON, Tim. Prosperidade sem crescimento. **Economia para um Planeta Finito**, 2013.

JESUS, Carolina Maria de. Quarto de despejo: diário de uma favelada. **São Paulo: Francisco Alves**, p. 6-167, 1960.

JESUS, Vinicius Mota de. **Do silêncio ao estatuto da igualdade racial: os caminhos da igualdade no direito brasileiro**. 2013. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

JUNIOR, Arnaldo Tonello et al. Programa de Fomento à Inclusão Social e Produtiva: diagnóstico e avaliação de uma ação desenvolvida no Município de Três Passos. **Extensão em Foco**, n. 18, 2018.

KLINK, Carlos A.; MACHADO, Ricardo B. A conservação do Cerrado brasileiro. **Megadiversidade**, v. 1, n. 1, p. 147-155, 2005.

LARAIA, Roque de Barros, 1932- 1.331c Cultura: uni conceito antropológico / Roque 14.ed. de Barros Laraia. — 14.ed. — Rio de Janeiro: Jorge "Zahar Ed., 2001.

LASCOURMES, Pierre; GALÈS, Patrick Le. Gouverner par les instrument. Paris: Presses de Sciences Po, 2004. 371 p. (Collection académique)

LASCOURMES, Pierre; LE GALÈS, Patrick. Sociologia da ação pública. 2012.

LEFF, Enrique. **Ecologia Política: Da desconstrução do capital à territorialização da vida**. SciELO-Editora da Unicamp, 2021.

LEFF, Enrique. Ecologia Política: uma perspectiva latino-americana. **Desenvolvimento e meio ambiente**, v. 35, 2015.

LEININGER, Lindsey *et al.* The target efficiency of online Medicaid/CHIP Enrollment: An evaluation of Wisconsin's ACCESS internet portal. Princeton, NJ: Robert Wood Johnson Foundation State Health Access Reform Evaluation. 2011.

LIMA, Antonio Carlos de Souza; CARVALHO, Luis Felipe dos Santos. Interculturalidade(s): entre ideias, retóricas e práticas em cinco países da América Latina. LACED, 2018.

LIPSKY, Michael. (1980), *Street-Level Bureaucracy, Dilemmas of the Individual in Public Services* New York, Russell Sage Foundation.

LIPSKY, Michael. Burocracia em nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos. 2019.

LISBOA, Danusa Benedita. Agricultura familiar no Povoado Mesquita: uma comunidade

tradicional descendente de quilombolas. 2018.

LITTLE, Paul E. A prática brasileira da ecologia política: aportes da antropologia. **Horizontes das ciências sociais no Brasil, antropologia**. São Paulo: ANPOCS, p. 341-365, 2010.

LITTLE, Paul Elliot. Ecologia política como etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes antropológicos**, v. 12, p. 85-103, 2006.

LONGO, Clerismar Aparecido et al. QUILOMBO MESQUITA: TERRITORIALIZAÇÃO E RESISTÊNCIA ÉTNICA. **REPOSITÓRIO DE ANAIS DA ANPUH-GO**, p. 549/557-549/557, 2022.

LOTA, Gabriela; COSTA, Maria Izabel Sanches. Uso de categorizações políticas e sociais na implementação de políticas: contribuições teóricas e analíticas. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, 2021. See More

LOTTA, G. Práticas, interações, categorização e julgamentos: análise da ação discricionária dos agentes comunitários de saúde. **Implementando Desigualdades: Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas**, 2019.

LOTTA, Gabriela Spanghero. *Burocracia e implementação de políticas de saúde: os agentes comunitários na Estratégia Saúde da Família*. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2015.

LOTTA, Gabriela Spanghero. *Implementação de políticas públicas: o impacto dos fatores relacionais e organizacionais sobre a atuação dos burocratas de nível de rua no Programa Saúde da Família..* PhD Thesis. Universidade de São Paulo. 2010.

LOTTA, Gabriela Spanghero. **Saber e poder: agentes comunitários de saúde aproximando saberes locais e políticas públicas**. 2006. Tese de Doutorado.

MALUF, Renato S.; MENEZES, Francisco; MARQUES, Susana Bleil. Caderno segurança alimentar. **Paris: Fhp**, 2000.

MALUF, Sônia Weidner. O golpe de 2016, as mulheres e o futuro da democracia: neoliberalismo, desigualdade e misoginia. **Saeculum–Revista de História**, v. 26, n. 45, p. 140-158, 2021.

MARQUES, Rômulo César Barbosa et al. Assistência técnica e extensão rural do Estado de Goiás: da aplicabilidade da legislação e de políticas efetivas. 2017.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. **Novos estudos CEBRAP**, p. 107-123, 2006.

MARTÍNEZ Alier, Joan. América Latina. El ecologismo de los pobres. **Envío Digital**, 1992.

MARTINIANO, J. S. **Quilombos do Brasil Central: séculos XVIII e XIX (1719–1888). Introdução ao estudo da escravidão.[Quilombos of Central Brazil: 18 th and 19 th centuries (1719–1888)]. Introduction to the study of slavery**. 1998. Tese de Doutorado. MA Thesis. Universidade Federal de Goiás.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MATTOS, Hebe; BESSONE, Tânia; MAMIGONIAN, Beatriz G. **Historiadores pela democracia: o golpe de 2016 e a força do passado**. Alameda Casa Editorial, 2016.

MAYNARD-MOODY, Steven Williams; MUSHENO, Michael Craig. **Policiais, professores, conselheiros: histórias da linha de frente do serviço público**. Editora da Universidade de Michigan, 2022.

MAYNARD-MOODY, Steven Williams; MUSHENO, Michael Craig. *Policiais, professores, conselheiros: histórias da linha de frente do serviço público*. Editora da Universidade de Michigan, 2022.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra: ensaio sobre o racismo contemporâneo**. Ned edições, 2016.

MBEMBE, Achille. **Sair da grande noite: ensaio sobre a África descolonizada**. Editora Vozes, 2019.

MEADOWS, Donella et alii. The limits to growth. New York. Universe books.1972

MELLO, Janine. *Núcleo de governo de fato: O caso do plano Brasil sem Miséria*. Texto para Discussão, 2018.

MELO, Moisés Gonçalves de. Agricultura familiar e política pública: o programa de fomento às atividades produtivas rurais do Plano Brasil Sem Miséria em Datas-MG. 2021.

MENDES, João Francisco Alves et al. Etnodesenvolvimento, assistência técnica e extensão

rural: o caso do Quilombo de Monte Alegre-Cachoeiro de Itapemirim. 2014.

MENDONÇA, LK TAVIRA et al. K. Construção de uma política de assistência técnica e extensão rural para superação da extrema pobreza. “A inclusão produtiva rural do Brasil Sem Miséria: Estratégias e primeiros resultados. MELLO, J.(org.). **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, n. 23, p. 50-69.

MESQUITA, Patricia dos Santos et al. Importância dos programas voltados aos agricultores familiares nos períodos de seca e frente à necessidade de adaptação às mudanças climáticas no Semiárido brasileiro. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 55, 2020.

MIGNOLO, Walter D. 9 Eurocentrism and Coloniality. In: **On Decoloniality**. Duke University Press, 2018. p. 194-210.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, 2017.

MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine E. **On decoloniality: Concepts, analytics, praxis**. Duke University Press, 2018.

MØLLER, Marie Østergaard; HARRITS, Gitte Sommer. Construindo grupos-alvo em risco. **Estudos Críticos de Políticas**, v. 7, n. 2, pág. 155-176, 2013.

MONTERO, Paula. Reflexões sobre uma antropologia das sociedades complexas. **Revista de Antropologia**, p. 103-130, 1991.

MOREIRA DOS SANTOS, D.; DE ALMEIDA ARAÚJO, N.; RIBEIRO FREITAS, H. Representações sociais sobre a extensão rural no contexto da comunidade remanescente do quilombo Nova Jatobá, Curaçá-BA. *Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas*, [S. l.], v. 38, n. 2, p. 118–142, 2018. DOI: 10.37370/raizes.2018.v38.14. Disponível em: <http://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/14>. Acesso em: 10 jan. 2023.

MOURA, Clóvis. *Rebeliões da senzala. Porto Alegre: Mercado Aberto*, 1988.

MOURA, Gloria et al. Uma história do povo Kalunga. **Brasília: Secretaria de Educação Fundamental MEC/SEF**, 2001.

MÜLLER, Birgit. The Temptation of Nitrogen: FAO Guidance for Food Sovereignty in Nicaragua. In: **Food Sovereignty: A Critical Dialogue, International Conference, Yale University, September**. 2013. p. 14-15.

NAKAMURA, Robert T.; SMALLWOOD, Frank. The Politics of Policy. *Implementation (New York: St. Martin's Press, 1980)*, 1980.

NASCIMENTO, Abdias do. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, 2016.

NASCIMENTO, Abdias do. Uma Alternativa Política Afro-Brasileira: Memória: a Antiguidade do Saber Negro Africano. **Journal of Black Studies**, v. 11, n. 2, pág. 141-178, 1980.

NASCIMENTO, Abdias. O Genocídio do Negro Brasileiro [The Genocide of Brazilian Blacks]. **Rio de Janeiro: Paz e Terra**, 1978.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Editora Schwarcz-Companhia das Letras, 2021.

NASCIMENTO, Maria Beatriz. Por uma História do Homem Negro. In: RATTIS, Alex. *Eu sou Atlântica: sobre a Trajetória de Vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial/Kuanza, 1974.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. Sete chaves para pensar o atual cenário da fome no Brasil: a contribuição de Josué de Castro. In.: *Da fome à fome: diálogos com Josué de Castro / organização: Tereza Campelo, Ana Paula Bortoletto*. – São Paulo: Cátedra Josué de Castro; Zabelê Comunicação; Editora Elefante, 2022.

NUNES, Sidemar P.; GRÍGOLO, Serinei C.; GNOATTO, Almir A. A reorganização dos serviços de ATER no sul do Brasil diante do desenvolvimento capitalista na agricultura. **Assistência técnica e extensão rural no sul do Brasil: práticas, avanços e limites metodológicos**, 2013.

OLIVEIRA, Guilherme Resende; DE ARAÚJO, Fernando Moreira; DE QUEIROZ, Carlos César. A importância da assistência técnica e extensão rural (ATER) e do crédito rural para a agricultura familiar em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 37, n. 3, p. 528-551, 2017.

- OLIVEIRA, Ivanilton José de. Chapadões descerrados: relações entre vegetação, relevo e uso das terras em Goiás. **Boletim Goiano de Geografia**, v. 34, n. 2, p. 311-336, 2014.
- OSORIO HERNÁNDEZ, Carmen. Política de crédito rural com perspectiva de gênero: um meio de "empoderamento" para as mulheres rurais?. 2009.
- OXFAM BRASIL. A Desigualdade Mata. 2022. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/>. Acesso em 12 de outubro de 2022.
- OXFAM BRASIL. O Vírus da Desigualdade. 2021. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/>. Acesso em 12 de outubro de 2022.
- OXFAM BRASIL. Poder, lucros e pandemia. 2021. Disponível em <https://www.oxfam.org.br/publicacoes/>. Acesso em 12 de outubro de 2022.
- PACÍFICO, Daniela Aparecida et al. A territorialização da ação pública: de traduções e de controvérsias na análise do Plano Brasil Sem Miséria Rural no norte do estado de Minas Gerais. 2016.
- PACÍFICO, Daniela Aparecida. Extensão rural no Brasil: por uma análise da instrumentação da ação pública. **Mundo agrário**, v. 23, n. 52, p. 11-12, 2022.
- PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. *Estudos avançados*, v. 3, p. 87-108, 1989.
- PEGLOW, Karin et al. Perspectiva dos atores e o programa fomento às atividades produtivas rurais em comunidades quilombolas de São Lourenço do Sul/RS. 2017.
- PEIXOTO, Marcus. **Extensão rural no Brasil: uma abordagem histórica da legislação**. Senado Federal, Consultoria Legislativa, 2008.
- PELIANO, Anna Maria T. Medeiros. O mapa da fome: subsídios à formulação de uma política de segurança alimentar. 1993.
- PENSSAN, Rede. 2o inquérito nacional sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia da COVID-19 no Brasil [Internet]. 2022.[cited on July 18, 2022].
- PEREIRA, Mônica Cox de Britto. Revolução verde. **Dicionário da Educação do Campo. RJ, SP: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular**, p. 685-689, 2012.
- PIRES, Roberto Rocha C. Estilos de implementação e resultados de políticas públicas: fiscais do trabalho e o cumprimento da lei trabalhista no Brasil. *Dados*, 2009, 52: 734-769.
- PIRES, Roberto Rocha Coelho Organizador. Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. 2019.
- PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela. Burocracia de nível de rua e (re) produção de desigualdades sociais: comparando perspectivas de análise. **Implementando Desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Rio de Janeiro: Ipea**, p. 127-152, 2019.
- POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. 2018. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas.
- POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. Editora Elefante, 2021.
- POMPEIA, Caio. **Formação política do agronegócio**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas. 2018.
- PÖRSCH, Juliano; GRISA, Catia; KUBO, Rumi Regina. Trajetória de construção da chamada pública de Assistência Técnica e Extensão Rural Indígena. **Extensão Rural, Santa Maria**, v. 25, n. 3, pág. 7-27, 2018.
- PREISS, Potira Viegas; SCHNEIDER, Sergio; COELHO-DE-SOUZA, Gabriela. A contribuição brasileira à segurança alimentar e nutricional sustentável. 2020.
- PRESSMAN, Jeffrey L.; WILDAVSKY, Aaron. Implementation (Berkeley, University of California Press). **Implementation Science**, 1973.
- QUEIROZ, Marcos; GOMES, Rodrigo Portela. A HERMENÊUTICA QUILOMBOLA DE CLÓVIS MOURA: TEORIA CRÍTICA DO DIREITO, RAÇA E DESCOLONIZAÇÃO. **Revista Culturas Jurídicas**, v. 8, n. 20, 2021.
- QUEIROZ, S. Os africanos estão chegando. In: Pé preto no barro branco: a língua dos negros da Tabatinga [online]. 2nd ed. rev. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2018, pp. 24-33. ISBN: 978-85-423-0305-6. <https://doi.org/10.7476/9788542303056.0005>.

- QUIJANO, Aníbal et al. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. 2000.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO**, 2005.
- QUIJANO, Aníbal. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural studies**, v. 21, n. 2-3, p. 168-178, 2007.
- RAMIDOFF, Taiana Andrade. Principais produtos florestais não madeireiros coletados e comercializados no sítio histórico e patrimônio cultural Kalunga. 2022.
- RAMOS, Érica Basílio Tavares et al. Análise da eficiência das unidades locais da Emater em Goiás. 2020.
- RAMOS, Érica Basílio Tavares; FERREIRA, Marcelo Dias Paes; OLIVEIRA, Guilherme Resende. Análise da eficiência das unidades locais da Emater em Goiás: uma abordagem quantitativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, 2021.
- RAMOS, Érica Basílio Tavares; FERREIRA, Marcelo Dias Paes; OLIVEIRA, Guilherme Resende. Análise da eficiência das unidades locais da Emater em Goiás: uma abordagem quantitativa. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, 2022.
- RAMOS, Flávia Cristina Canêdo. Gestão de riscos aplicada às políticas públicas: sistematização teórica e prática das contribuições dos estudos de implementação. 2020.
- RAUBER, Marcelo Artur et al. Assistência técnica e extensão rural no âmbito da interculturalidade: experiências indigenistas no Rio Grande do Sul. 2016.
- RAUBER, Marcelo Artur; FROEHLICH, José Marcos. Experiências de extensão rural e fomento produtivo para povos indígenas no Rio Grande do Sul a partir do Plano Brasil Sem Miséria (PBSM). **Revista TOMO**, n. 34, p. 115-158, 2019.
- RAZERA, Allan. Assistência Técnica e Extensão Rural e a Articulação da Oferta de Políticas Públicas de Proteção e Promoção Social no Campo. 2013.
- REIS, João José; GOMES, Flávio dos Santos(Ed.). **revoltas escravas no Brasil**. Companhia das Letras, 2021.
- RIBEIRO JÚNIOR, José Raimundo Sousa. **Alienação das práticas alimentares e urbanização: uma análise da alimentação da classe trabalhadora em São Paulo**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.
- RIBEIRO, Sidarta. **Sonho manifesto: Dez exercícios urgentes de otimismo apocalíptico**. Companhia das Letras, 2022.
- ROCHA, Márcia Sacramento. “Tolar de dentro”: o riacho de Extrema face ao Antropoceno. **Anais da ReACT-Reunião de Antropologia da Ciência e Tecnologia**, v. 5, n. 5, 2022.
- ROCHA, Maria Madalena do Sacramento et al. Na caçada da onça: curraleira e sussa enquanto performances culturais quilombolas. 2019.
- RODRIGUES, Bruno de Oliveira. E a titulação dos quilombos como fica? O orçamento quilombola e “necropotência” do “Programa Titula Brasil”. **Novos Rumos Sociológicos**, v. 10, n. 17, p. 70-111, 2022.
- RODRIGUES, Cyro Mascarenhas. Conceito de seletividade de políticas públicas e sua aplicação no contexto da política de extensão rural no Brasil. 1997.
- SACHS, Ignacy. Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir. Trad. de E. Araujo. **São Paulo: Vértice**, 1981.
- SAHLINS, Marshal. “O ‘pessimismo sentimental’ e a experiência etnográfica: porque a cultura não é um ‘objeto’ em via de extinção”. In: *Mana - Estudos de Antropologia Social do Museu Nacional*. Rio de Janeiro, v. 3, n. 1 e 2, UFRJ, 1997.
- SALES, Marcia Neves Guelber. **Criação de galinhas em sistemas agroecológicos**. Vitória-ES: Incaper, 2005., 2014.
- SAMBORSKI, Tarcisio et al. **A ação extensionista e a pobreza rural: a ATER no programa Brasil sem Miséria na região Celeiro do RS**. 2016. Tese de Doutorado. Universidade Federal de Santa Maria.
- SANDIM, Tatiana Lemos; ASSIS, Marcos Arcanjo. O arranjo institucional de implementação do PAIF e seus potenciais efeitos no cotidiano de operação do serviço: introduzindo questões

para o debate. **Implementando Desigualdades: Reprodução de Desigualdades na Implementação de Políticas Públicas**, p. 201-221, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. “As Ecologias Dos Saberes.” In Boaventura de Sousa Santos: *Construindo as Epistemologias Do Sul Para Um Pensamento Alternativo de Alternativas*, Volume I, edited by Maria Paula Meneses, João Arriscado Nunes, Carlos Lema Añón, Antoni Aguiló Bonet, and Nilma Lino Gomes, 223–60. CLACSO, 2019. <https://doi.org/10.2307/j.ctvt6rkt3.9>.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Construindo as Epistemologías del Sur Para um pensamento alternativo de alternativas*, Volumen I, 2019, pp. 303-342

SANTOS, Boaventura de Sousa. Direitos humanos: o desafio da interculturalidade. **Revista Direitos Humanos**, n. 2, p. 10-18, 2009.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Introducción a las Epistemologías del Sur. **Epistemologías del sur**, p. 25-61, 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes*. 2017.

SANTOS, Boaventura de Sousa; ARAÚJO, Sara; BAUMGARTEN, Maíra. As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa. **Sociologias**, v. 18, p. 14-23, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. Introdução. **Epistemologias do sul**, p. 9-19, 2009.

SANTOS, Tatiana Nascimento dos et al. *Letramento e tradução no espelho de Oxum: teoria lésbica negra em auto/re/conhecimentos*. 2014.

SANTOS, V.C.; MENDONÇA, M.R. EXTENSÃO RURAL E SABERES AGRÍCOLAS TRADICIONAIS: práticas extensionistas nas Comunidades Quilombolas Kalunga de Goiás. In: XV Jornada do Trabalho, Guarapuava. 2014. Anais... s/p.

SAUER, Sérgio. A luta pela terra e a reinvenção do rural. In: **XI Congresso Brasileiro de Sociologia**. 2003. p. 1-5.

SCHRÖDER, Mônica; CAMBOIM, Iorrana Lisboa. Combate à pobreza e políticas públicas: inovação institucional no desenho e nos processos que sustentam o fomento produtivo a agricultores familiares pobres. *Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate*. – N. 23 (2015)- . Brasília, DF : Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, 2005-

SCHUCH, Patrice; VÍCTORA, Ceres Gomes; SILVA, Sergio Baptista da. As políticas de inclusão como problemática de engajamento antropológico. *Horizontes Antropológicos*, 2018, 24: 7-23.

SCOONES, Ian. Perspectivas de meios de subsistência e desenvolvimento rural. **A revista de estudos camponeses** , v. 36, n. 1, pág. 171-196, 2009.

SEGATO, Rita Laura. Gênero e colonialidade: em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos ces**, n. 18, 2012.

SEGATO, Rita. Colonialidad y patriarcado moderno: expansión del frente estatal, modernización, y la vida de las mujeres. **Tejiendo de otro modo: Feminismo, epistemología y apuestas descoloniales en Abya Yala**, p. 75-90, 2014.

SHORE, Cris. La antropología y el estudio de la política pública: reflexiones sobre la “formulación” de las políticas. *Antípoda. Revista de antropología y arqueología*, 2010, 10: 21-49.

SILIPRANDI, Emma. *O que se pensa, o que se faz, o que se diz: discursos sobre as mulheres rurais*. 2002.

SILVA, Alessandra Maria da et al. Extensão rural e construção da equidade de gênero: limites e possibilidades. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 58, 2020.

SILVA, Cyntia Temoteo da Costa. *Lugares de memória do Quilombo Mesquita*. 2019.

SILVA, Sandro Pereira. *A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação*. 2014.

SOUZA, Jessé. *Ralé brasileira: quem é e como vive / Jessé Souza; colaboradores André Grillo ... [et al.] — Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009. p.: il. — (Humanitas)*

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso: da escravidão à Lava Jato**. Leya, 2017.

SPINDOLA, Edileide Marques Ribeiro; FLEURI, Ivete Lima Nascimento; MELO, Édia Maria de Souza Costa. **VARIAÇÃO LINGUÍSTICA: A FALA DE MORADORES DA CIDADE DE POSSE-GOIÁS PROCEDENTES DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DO BACO PARI E SUA INCLUSÃO SOCIAL**. 2015.

SULAIMAN, Munshi et al. Eliminating extreme poverty: Comparing the cost-effectiveness of livelihood, cash transfer, and graduation approaches. In: **Forum**. Washington, DC: CGAP. C. 2016.

THEODORO, Mário. **A Sociedade Desigual. Racismo e Branquitude na Formação do Brasil**. Rio de, 2022.

THOMAS, John W.; GRINDLE, Merilee S. Após a decisão: Implementando reformas de políticas em países em desenvolvimento. *Desenvolvimento mundial*, 1990, 18.8: 1163-1181.

THOMSON, Carolina Rios; BERGAMASCO, Sonia Maria P. Pereira; BORSATO, Ricardo Serra. O histórico de criação da Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (ANATER) e os desafios impostos a sua consolidação na conjuntura política de 2017. **Retratos de Assentamentos**, v. 20, n. 1, p. 70-92, 2017.

TORRES, Juliana Castro; COELHO, Nuno Manuel Morgadinho dos Santos; COSTA, Paula Martins da Silva. O estatuto da cidade na promoção da participação cidadã: conselhos e o decreto n. 9.759/2019. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania**. 2020. p. 274-289.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. 1987.

TSING, A. **Friction: an ethnography of global connection** Princeton University Press. Princeton NJ, 2005.

TSING, Anna Lowenhaupt et al. (Ed.). **Arts of living on a damaged planet: Ghosts and monsters of the Anthropocene**. U of Minnesota Press, 2017.

TSING, Anna Lowenhaupt et al. Anthropologists are talking—about the Anthropocene. **Ethnos**, v. 81, n. 3, p. 535-564, 2015.

TUBINO, Fidel. La interculturalidad crítica como proyecto ético-político. **Encuentro continental de educadores agustinos**, v. 1, p. 24-28, 2005.

TUBINO, Fidel. La interculturalidad crítica latinoamericana como proyecto de justicia. In: **Forum Histoiae Iuris**. 2019. p. 3-12.

TYLOR, EB; SUITH, ANCIÃO. Cultura primitiva: Pesquisas sobre o desenvolvimento da mitologia, Filosofia. **O Ateneu**, pág. 261, 1871.

URIARTE, Urpi Montoya. O que é fazer etnografia para os antropólogos. **Ponto Urbe. Revista do núcleo de antropologia urbana da USP**, n. 11, 2012.

VALLADARES, G. S; QUARTAROLLI, C. F; HOTT, M. C; MIRANDA, E. E; NUNES, R. S; KLEPKER, D; LIMA, G. P. **Mapeamento da Aptidão Agrícola das Terras do Estado do Maranhão**. In: Boletim de Pesquisa e Desenvolvimento – Embrapa. Campinas, S. P: 2007. 27p.

VEDUNG, Evert. Side effects, perverse effects an other strange effects of public interventions. 2013.

VEIGA, José Eli da. Agricultura familiar e sustentabilidade. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, v. 13, n. 3, p. 383-404, 1996.

VERDUM, Ricardo et al. Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento indígena: possibilidades e desafios para políticas públicas. In: **Assistência técnica e financeira para o desenvolvimento indígena: possibilidades e desafios para políticas públicas**. 2005. p. 164-164.

VERDUM, Ricardo. Breve esboço do indigenismo à brasileira e o desafio da interculturalidade. **Experiências de Assistência Técnica e Extensão Rural junto aos Povos Indígenas: O Desafio da Interculturalidade**, p. 14, 2010.

VIEIRA, Mauro Primo. Influência da matriz africana na religiosidade da comunidade quilombola do Cedro de Mineiros-GO. Dissertação( Programa de Pós-Graduação STRICTO SENSU em Ciências da Religião) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia. 2020.

WALSH, Catherine. Interculturalidad y (de) colonialidad: Perspectivas críticas y políticas. **Visão Global**, v. 15, n. 1-2, p. 61-74, 2012.

WALSH, Catherine. Interculturalidad, Estado, Sociedad - Luchas (de)coloniales de nuestra época. Tradução Livre. 1 ed. Quito: Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya Yala, 2009.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Editora da UFRGS, 2009.

WOLF, Eric R. Cultura: panaceia ou problema?. **Antiguidade americana**, v. 49, n. 2, pág. 393-400, 1984.

ZANOTTO, Rita. Soberania alimentar como construção contra-hegemônica da via campesina: Experiências no Brasil e na Bolívia. 2017.

Portais eletrônicos:

- <https://acervo.racismoambiental.net.br/2012/03/12/quilombolas-se-reunem-em-brasilia-para-i-seminario-de-ater-quilombola/> . Acesso em 21 de setembro de 2022.
- <https://www.emater.go.gov.br/wp/>. Acesso em 16 de setembro de 2022.
- <https://www.emater.go.gov.br/wp/Contato/> . Acesso em 17 de setembro de 2022.
- <http://www.asbraer.org.br/index.php/rede-de-noticias/item/5991-agro-em-dados-mais-de-1-700-familias-ja-foram-beneficiadas-pelo-programa-o-agro-e-social-no-goias> . Acesso em 17 de setembro de 2022.
- <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/246468-governo-de-goias-lanca-agro-e-social-programa-coordenado-pela-emater-com-foco-na-agricultura-familiar.html#.YyTUOXbMLIU> . Acesso em 17 de setembro de 2022.
- <https://www.imb.go.gov.br/files/docs/publicacoes/estudos/2018/perfil-dos-inscritos-no-cadunico-em-goias.pdf> . Acesso em 19 de setembro de 2022.
- [https://www.palmares.gov.br/?page\\_id=37551](https://www.palmares.gov.br/?page_id=37551). Acesso 04 de janeiro de 2022.
- [https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/dados\\_titulacao\\_QUILOMBOS\\_INCRA\\_19\\_maior\\_2022.pdf](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/dados_titulacao_QUILOMBOS_INCRA_19_maior_2022.pdf) . Acesso em 15 de outubro de 2022.
- <https://www.palmares.gov.br/sites/mapa/>, acessado em 21 de março de 2022.
- <https://cpisp.org.br/>; Acesso em 24 de outubro de 2022
- <https://racismoambiental.net.br/2018/10/02/comunidade-quilombola-fica-sem-agua-apos-desvio-de-riacho-por-fazendeiros-em-iaciara-go/> Acesso em 21 de outubro de 2022.
- <https://quilombokalunga.org/press/quem-somos/> . Acesso em 17 de outubro de 2022.
- <https://iieb.org.br/maior-territorio-quilombola-do-brasil-comeca-a-ser-mapeado-em-goias/>. Acesso em 17 de outubro de 2022.
- <https://quilombokalunga.org/press/projetos/> . Acesso em 17 de outubro de 2022
- <https://quilombokalunga.org/press/projetos/geoprocessamento-cepf/>. Acesso em 16 de outubro de 2017.
- <https://www.slavevoyages.org/> . Acesso em 15 de outubro de 2022.
- <https://quilombokalunga.org/press/projetos/geoprocessamento-cepf/3/> . Acesso em 17 de outubro de 2022.
- [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select\\_action=&coobra=25845&co\\_midia=2](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&coobra=25845&co_midia=2) . Acesso em 24 de outubro de 2022.
- <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/34677-ibge-organiza-mobilizacao-nacional-para-recensear-comunidades-quilombolas-pela-primeira-vez> Acesso em 15 de outubro de 2022.
- <https://cpisp.org.br/> . Acesso em 15 de outubro de 2022.
- <https://terradireitos.org.br/noticias/noticias/por-que-a-titulacao-do-quilombo-invernada-paiol-de-telha-e-tao-emblematica/23074> . Acesso em 15 de outubro de 2022
- <http://ecam.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Mesquita-GO-Matriz-De-Interpreta%C3%A7%C3%A3o-Anal%C3%ADtica-Produ%C3%A7%C3%A3o-Da-Agricultura-Fa.d.e.outubro.de.miliar-Quilombola.pdf> . Acesso
- <http://ecam.org.br/wp-content/uploads/2021/07/Diagn%C3%B3stico-das-cadeias-produtivas-da-agricultura-familiar-quilombola-estrutura-e-diversidade-da-produ%C3%A7%C3%A3o.pdf> . Acesso em 24 de outubro de 2022.

- <https://www.youtube.com/watch?v=DjPZ2Yo4CEc>. Acesso em 14 de junho de 2022.
- <https://conaq.org.br/noticias/conaq-e-ecam-consolidam-o-diagnostico-da-agricultura-familiar-quilombola-em-territorios-da-caatinga-e-cerrado/> .
- <http://ecam.org.br/wp-content/uploads/2021/05/MAP-DIAG-GO001.pdf> . Acesso em 24 de outubro de 2022.
- <http://conaq.org.br/coletivo/terra-e-territorio/> . Acesso em 27 de dezembro de 2023.
- <https://inlua.ipea.gov.br/arquivos/guias/9587-guia-inlua-vf-28mar22.pdf>. Acesso em 04 de outubro de 2022.
- <https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAO/publico/corrigirPorIndice.do?method=corrigirPorIndice>. Acesso a 08 de janeiro de 2023.

## ANEXOS

### Anexo 1 – Modelo Termo de Adesão ao Programa Fomento Rural



Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome – MDS

1 – Entidade executora	CNPJ
2 – Nome do(a) técnico(a) e assinatura	CPF do(a) técnico(a)
3 – Município/UF	
4 – Beneficiário(a) assistido(a)	CPF do(a) beneficiário(a)
5 – NIS do(a) beneficiário assistido(a)	Data

#### TERMO DE ADESÃO

##### PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS

O(s) responsável(is) pela família beneficiária aqui identificado(s) manifesta(m) livremente sua vontade de aderir ao **PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS** (Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011) e declara(m) que:

- 1) A família se enquadra nas condições previstas na Lei nº 12.512/2011:
  - ✓ está inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal
  - ✓ encontra-se em situação de extrema pobreza ou, nos moldes do §1º do art. 13-A da Lei nº 12.512/2011, encontra-se na situação de pobreza, conforme disposto no §6º do art. 2º da Lei nº 10.836/2004.
- 2) A família se compromete a realizar, com a orientação do(a) técnico(a) que faz o atendimento familiar para a inclusão social e produtiva, as etapas que compõem o projeto de estruturação produtiva elaborado em comum acordo entre a família e o(a) técnico(a), de acordo com as regras do **PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS** definidas no regulamento desse Programa.

##### Informações Gerais sobre o PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS

###### Objetivos:

- Estimular a geração de trabalho e renda com sustentabilidade.
- Promover a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários.

###### Funcionamento:

- A transferência dos recursos financeiros do **PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS** depende da assinatura deste Termo de Adesão, da elaboração de um projeto de estruturação produtiva pela família beneficiária, com a orientação do(a) técnico(a) de atendimento familiar para a inclusão social e produtiva, e da execução de forma satisfatória por essa família das etapas previstas no projeto. A elaboração do projeto é, então, etapa obrigatória para o recebimento dos recursos do **PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS**.
- A transferência dos recursos financeiros do **PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS** será feita à família beneficiária em parcelas, conforme a regulamentação em vigor, e diretamente ao responsável por essa família.
  - ❖ A primeira parcela será liberada após a inclusão pelo(a) técnico(a) de atendimento familiar para a inclusão social e produtiva do Termo de Adesão assinado em sistema eletrônico e à apresentação do projeto de estruturação da unidade produtiva familiar.
  - ❖ A parcela seguinte será liberada após decorridos, no mínimo, dois meses da liberação da parcela anterior. A liberação da parcela seguinte à primeira parcela dependerá dos laudos de acompanhamento feitos pelo(a) técnico(a) que acompanha a família beneficiária, atestando que as etapas do projeto de estruturação produtiva estão sendo cumpridas de forma satisfatória.
- A transferência de recursos financeiros de que trata este Termo de Adesão será suspensa ou cancelada se a família beneficiária não cumprir satisfatoriamente as etapas estabelecidas no projeto de estruturação produtiva.
  - ❖ Os recursos financeiros do **PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS** serão transferidos sem a exigência do seu reembolso e por meio da estrutura de pagamento do Programa Bolsa Família.
  - ❖ A Caixa Econômica Federal é o agente operador do **PROGRAMA DE FOMENTO ÀS ATIVIDADES PRODUTIVAS RURAIS** e fará o repasse das parcelas às famílias beneficiárias.

Estou de acordo com o conteúdo deste Termo de Adesão.

Nome do responsável pela família beneficiária: \_\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_





## Anexo 3 – Informações sobre atendimento a quilombolas no Fomento Rural (LAI)

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

**Fala.BR** - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação  
([./././Principal.aspx](#))



Iorrana Lisboa Camboim © (././Login/Logout.aspx)  
Usuário

### Consultar Manifestação

Respostas

**19/01/2022**  
17:17

**Tipo**  
Resposta Conclusiva

**Responsável**  
Servidor da Secretaria Nacional de Inclusão Social e Produtiva

**Decisão**  
Acesso Concedido

**Especificação da decisão**  
Resposta solicitada inserida no Fala.Br

**Destinatário Recurso 1\***  
Secretário Especial do Desenvolvimento Social

**Prazo para recorrer**  
31/01/2022

<https://falabr.cgu.gov.br/publico/Manifestacao/DetailManifestacao.aspx>

1/4

15/01/2023 09:34

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

Prezada Senhora,

Em atenção ao pedido de acesso à informação, registrado sob o NUP 71003.102360/2021-04, a Secretaria de Inclusão Social e Produtiva (SEISP) informa que foram realizados 18.374 atendimentos à populações quilombolas nos anos de 2012 e 2021.

O Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais é regido pela Lei 12.512/2011 e regulamentado pelo Decreto 9.221/2017, atende famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), e é preferencialmente direcionado para locais onde há concentração de pobreza e de insegurança alimentar e nutricional no meio rural. O programa abrange duas ações:

- acompanhamento social e produtivo, geralmente realizado pelo serviço de assistência técnica e extensão rural;
- pagamento de benefício financeiro à família no valor de R\$ 2.400 ou R\$3.000, a depender da modalidade de investimento em projeto produtivo.

O detalhamento de informações requerido sobre o atendimento a quilombolas pelo programa está apresentado no relatório de balanço/levantamento, em anexo, que contém as informações abaixo:

- a quantidade desse atendimento por UF;
- município;
- ano; e
- entidade que prestou o acompanhamento social e produtivo.

Para melhor compreensão dessa tabela, cabe esclarecer que a quantidade de famílias atendidas por ano corresponde ao

15/01/2023 09:34

Fala.BR - Plataforma Integrada de Ouvidoria e Acesso à Informação

número de famílias que foram incluídas no Programa Fomento Rural considerando o início do atendimento por município, a partir da transferência de, no mínimo, a primeira parcela dos recursos financeiros para os investimentos nos projetos

**Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais – Atendimento a Quilombolas**

UF/ENTIDADE EXECUTORA/MUNICÍPIO	FAMÍLIAS INCLUÍDAS/ANO										Total Geral
	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	
<b>AL</b>	<b>20</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>188</b>	<b>616</b>	<b>135</b>	<b>3</b>	<b>89</b>	<b>132</b>	<b>49</b>	<b>1236</b>
<b>ASSOCENE</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>608</b>	<b>92</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>98</b>	<b>0</b>	<b>798</b>
Arapiraca	0	0	0	0	117	8	0	0	21	0	146
Batalha	0	0	0	0	35	6	0	0	11	0	52
Belém	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3
Feira Grande	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Igaci	0	0	0	0	0	0	0	0	18	0	18
Igreja Nova	0	0	0	0	51	33	0	0	0	0	84
Major Isidoro	0	0	0	0	0	0	0	0	17	0	17
Monteirópolis	0	0	0	0	63	15	0	0	0	0	78
Palestina	0	0	0	0	71	4	0	0	0	0	75
Palmeira dos Índios	0	0	0	0	1	0	0	0	16	0	17
Pão de Açúcar	0	0	0	0	52	3	0	0	0	0	55
Penedo	0	0	0	0	32	4	0	0	0	0	36
Poço das Trincheiras	0	0	0	0	51	4	0	0	0	0	55
Porto Real do Colégio	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Santana do Ipanema	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
São Sebastião	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Taquarana	0	0	0	0	40	1	0	0	15	0	56
Traipu	0	0	0	0	88	13	0	0	0	0	101
<b>CPDI</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
Mata Grande	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
<b>EMATER-AL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>43</b>	<b>3</b>	<b>86</b>	<b>34</b>	<b>49</b>	<b>222</b>
Água Branca	0	0	0	5	0	0	0	22	3	1	31
Arapiraca	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6
Belém	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2
Canapi	0	0	0	0	0	3	0	21	0	0	24
Craíbas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Delmiro Gouveia	0	0	0	0	0	6	2	16	2	0	26

Igaci	0	0	0	0	0	5	1	0	0	0	6
Minador do Negrão	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Monteirópolis	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	2
Olho d'Água do Casado	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Palestina	0	0	0	0	0	0	0	3	4	2	9
Palmeira dos Índios	0	0	0	0	0	0	0	0	8	3	11
Pariconha	0	0	0	0	0	0	0	18	1	6	25
Piranhas	0	0	0	2	0	0	0	4	1	0	7
Santana do Mundaú	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20	20
São José da Tapera	0	0	0	0	0	23	0	0	1	1	25
Tanque d'Arca	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4
Taquarana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Traipu	0	0	0	0	0	6	0	1	1	0	8
União dos Palmares	0	0	0	0	0	0	0	0	4	6	10
<b>Instituto Terra Viva - MMT</b>	<b>19</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>130</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>158</b>
Arapiraca	6	1	0	1	2	0	0	0	0	0	10
Batalha	0	0	0	11	0	0	0	0	0	0	11
Belo Monte	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Cacimbinhas	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Igaci	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Jacaré dos Homens	0	0	0	39	1	0	0	0	0	0	40
Maceió	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Major Isidoro	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	9
Olho d'Água Grande	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Palestina	0	0	0	54	0	0	0	0	0	0	54
Taquarana	0	0	0	7	0	0	0	0	0	0	7
Traipu	8	2	0	8	1	0	0	0	0	0	19
<b>INSTITUTO VIDA</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Santana do Ipanema	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>ZUMBI</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>51</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>54</b>
Água Branca	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	5
Canapi	0	0	0	8	0	0	0	0	0	0	8
Carneiros	0	0	0	16	0	0	0	0	0	0	16

Delmiro Gouveia	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	3
Pariconha	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	6
Piranhas	0	0	0	9	2	0	0	0	0	0	11
Poço das Trincheiras	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
São José da Tapera	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Senador Rui Palmeira	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
<b>AM</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>
<b>IDAM</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>
Atalaia do Norte	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Barreirinha	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	6
Envira	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
<b>BA</b>	<b>715</b>	<b>557</b>	<b>275</b>	<b>565</b>	<b>96</b>	<b>653</b>	<b>1553</b>	<b>260</b>	<b>38</b>	<b>73</b>	<b>4785</b>
<b>ADECOM</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
Jaguarari	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Ourolândia	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Sento Sé	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Umburanas	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5
<b>AECFARCIDA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>24</b>
Banzaê	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Cipó	0	0	0	11	4	0	0	0	0	0	15
Fátima	0	0	0	0	7	0	0	0	0	0	7
<b>AGROCOP</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16</b>
Xique-Xique	0	0	0	0	0	0	16	0	0	0	16
<b>APAEB</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>33</b>
Cansanção	0	0	0	15	16	0	0	0	0	0	31
Itiúba	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
<b>ARCAS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>23</b>
Banzaê	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7
Cipó	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Jeremoabo	0	0	0	10	0	0	0	0	0	2	12
Novo Triunfo	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Sítio do Quinto	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
<b>AREFASE</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>

Jaguarari	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
<b>ASAMIL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>
Érico Cardoso	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Livramento de Nossa Senhora	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4
<b>ASCOOB</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>						
Muritiba	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
<b>BAHIAPESCA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Casa Nova	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
<b>CAA-BA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>713</b>	<b>13</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>740</b>
América Dourada	0	0	0	0	0	0	21	0	0	0	21
Barra do Mendes	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	7
Boninal	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Bonito	0	0	0	0	0	0	120	3	2	1	126
Canarana	0	0	0	0	0	0	69	1	0	0	70
Ibitiara	0	0	0	0	0	0	59	0	1	0	60
Ibititá	0	0	0	0	0	0	40	1	0	0	41
João Dourado	0	0	0	0	0	0	53	0	0	0	53
Lapão	0	0	0	0	0	0	11	0	0	0	11
Morro do Chapéu	0	0	0	0	0	0	106	7	1	0	114
Mulungu do Morro	0	0	0	0	0	0	35	0	0	0	35
Seabra	0	0	1	0	0	0	198	1	1	0	201
<b>CAA-MG</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
Campo Formoso	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Presidente Dutra	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>CACTUS BA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>416</b>	<b>4</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>427</b>
Antônio Gonçalves	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Campo Formoso	0	0	0	0	0	0	197	0	0	0	197
Filadélfia	0	0	0	0	0	0	54	1	1	0	56
Senhor do Bonfim	0	0	0	0	0	0	164	3	5	1	173
<b>CARITAS IRECE</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>
Canarana	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
São Gabriel	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	6
<b>CEDASB</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>

Belo Campo	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
Caatiba	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	5
Itambé	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Livramento de Nossa Senhora	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>CEDITER</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>5</b>
Irará	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
<b>CEFORC</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>2</b>
Souto Soares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
<b>COFASPI</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
Caém	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Quixabeira	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
<b>COOPERSUBA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27</b>
Condeúba	0	0	0	14	0	0	0	0	0	0	14
Piripá	0	0	0	12	0	0	0	0	0	0	12
Presidente Jânio Quadros	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
<b>COOTEBA</b>	<b>170</b>	<b>24</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>202</b>
Barra	20	0	0	0	0	0	0	0	0	0	20
Carinhanha	40	0	0	0	0	0	0	0	0	0	40
Ibotirama	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
Itaguaçu da Bahia	66	14	3	0	0	0	0	0	0	0	83
Malhada	31	0	1	0	0	0	0	0	0	0	32
Muquém do São Francisco	7	4	3	0	0	0	0	0	0	0	14
Salvador	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Serra do Ramalho	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Xique-Xique	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
<b>COOTRAF</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>13</b>
Caetité	0	0	0	0	0	0	1	0	0	10	11
Itaeté	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Nova Redenção	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
<b>EBDA</b>	<b>545</b>	<b>524</b>	<b>234</b>	<b>464</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1772</b>
América Dourada	70	3	0	0	0	0	0	0	0	0	73
Barro Alto	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Bom Jesus da Lapa	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6

Cafarnaum	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Campo Alegre de Lourdes	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Campo Formoso	151	479	231	463	5	0	0	0	0	0	1329
Canápolis	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Canarana	57	2	0	0	0	0	0	0	0	0	59
Central	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Ibipeba	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Ibititá	28	0	0	0	0	0	0	0	0	0	28
Igaporã	7	0	3	0	0	0	0	0	0	0	10
Itaguaçu da Bahia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Itiúba	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
João Dourado	24	0	0	0	0	0	0	0	0	0	24
Jussara	16	0	0	0	0	0	0	0	0	0	16
Lapão	27	0	0	0	0	0	0	0	0	0	27
Mirangaba	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Morro do Chapéu	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Mulungu do Morro	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12
Paratinga	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Presidente Dutra	26	0	0	0	0	0	0	0	0	0	26
Riacho de Santana	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11
Salvador	0	34	0	0	0	0	0	0	0	0	34
São Gabriel	52	0	0	0	0	0	0	0	0	0	52
Uibaí	33	0	0	0	0	0	0	0	0	0	33
<b>FATRES</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>16</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>22</b>
Conceição do Coité	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Monte Santo	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Nordestina	0	0	0	16	4	0	0	0	0	0	20
<b>FEME</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>198</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>5</b>	<b>211</b>
Campo Formoso	0	0	0	0	0	0	198	8	0	0	206
São Francisco do Conde	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Simões Filho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4
<b>FETRAF BA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
Antônio Gonçalves	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1

Senhor do Bonfim	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
<b>FUNDIFRAN</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27</b>	<b>27</b>
Riacho de Santana	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25	25
Serra do Ramalho	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
<b>HUMANA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>51</b>	<b>653</b>	<b>169</b>	<b>169</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>1062</b>
Bom Jesus da Lapa	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
Cabaceiras do Paraguaçu	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Cachoeira	0	0	0	0	0	220	27	17	13	0	277
Cansanção	0	0	1	5	0	0	0	0	0	0	6
Cruz das Almas	0	0	0	0	0	0	11	31	0	0	42
Governador Mangabeira	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Ibotirama	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	4
Maragogipe	0	0	0	0	0	191	45	82	0	0	318
Morpará	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Muquém do São Francisco	0	0	0	0	11	157	7	0	0	0	175
Muritiba	0	0	0	0	0	0	36	19	0	1	56
Paratinga	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Salvador	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Santo Amaro	0	0	0	0	0	1	0	2	0	0	3
São Félix	0	0	0	0	0	0	26	16	0	0	42
Simões Filho	0	0	0	0	0	46	17	0	0	0	63
Sítio do Mato	0	0	0	0	39	29	0	0	0	0	68
<b>IDESA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>23</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>41</b>
Campo Formoso	0	0	0	0	0	0	15	21	3	0	39
Umburanas	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
<b>INSTITUTO TERRA</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Ibipeba	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>IRPAA</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>23</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>17</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>66</b>
Campo Formoso	0	0	0	0	0	0	12	14	1	1	28
Casa Nova	0	0	6	2	0	0	0	0	0	0	8
Curaçá	0	6	10	4	0	0	0	0	0	0	20
Juazeiro	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6
Sento Sé	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3

Uauá	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>MOC</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14</b>
Caém	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
Nordestina	0	0	0	0	0	0	0	11	0	0	11
<b>SASOP</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Casa Nova	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
<b>UNISOL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>11</b>
Camamu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Igrapiúna	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6
Taperoá	0	0	0	0	0	0	1	0	0	3	4
<b>CE</b>	<b>5</b>	<b>17</b>	<b>97</b>	<b>35</b>	<b>2</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>189</b>
<b>AGROPOLOS</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>38</b>
Crateús	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Ipueiras	0	17	1	0	0	0	0	0	0	0	18
Parambu	0	0	14	0	0	0	0	0	0	0	14
Quiterianópolis	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	5
<b>CACTUS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
Catunda	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Pacujá	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Pires Ferreira	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
<b>CETRA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>8</b>
Quixadá	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8	8
<b>COPASAT</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Independência	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
<b>EMATER-CE</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>76</b>	<b>34</b>	<b>1</b>	<b>16</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>132</b>
Aiuaba	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Aurora	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Caucaia	0	0	12	1	1	1	0	0	0	0	15
Crateús	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Croatá	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6
Ipueiras	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Iracema	0	0	19	0	0	0	0	0	0	0	19
Novo Oriente	2	0	0	0	0	5	0	0	0	0	7

Pacujá	0	0	18	1	0	0	0	0	0	0	19
Parambu	0	0	3	0	0	5	0	0	0	0	8
Porteiras	0	0	1	5	0	4	0	0	0	0	10
Potengi	0	0	6	10	0	0	0	0	0	0	16
Quiterianópolis	1	0	7	0	0	0	0	0	0	0	8
Russas	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Salitre	0	0	2	16	0	1	0	0	0	0	19
<b>FETRAECE</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>
Tamboril	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	6
<b>NAO IDENTIFICADO INCRA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Potiretama	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
<b>ES</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>15</b>	<b>85</b>	<b>36</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>148</b>
<b>INCAPER</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>7</b>	<b>3</b>	<b>15</b>	<b>85</b>	<b>36</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>148</b>
Cachoeiro de Itapemirim	0	0	0	0	0	0	34	0	0	0	34
Conceição da Barra	0	0	0	2	0	2	1	28	0	0	33
Ibiraçu	0	0	0	3	0	0	1	0	0	0	4
Itapemirim	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	2
Jerônimo Monteiro	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Linhares	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	3
Montanha	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Presidente Kennedy	0	0	0	0	0	12	34	0	0	0	46
Santa Leopoldina	0	0	2	0	1	0	5	0	0	0	8
São Mateus	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	7
Vargem Alta	0	0	0	0	0	0	8	0	0	0	8
<b>GO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>113</b>	<b>113</b>
<b>EMATER-GO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>113</b>	<b>113</b>
Alto Paraíso de Goiás	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Cavalcante	0	0	0	0	0	0	0	0	0	37	37
Cidade Ocidental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	15
Divinópolis de Goiás	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Faina	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2
Flores de Goiás	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Iaciara	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	9

Matrinchã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
Mimoso de Goiás	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Monte Alegre de Goiás	0	0	0	0	0	0	0	0	0	15	15
Nova Roma	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Posse	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9	9
Teresina de Goiás	0	0	0	0	0	0	0	0	0	11	11
Vila Propício	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	3
<b>MA</b>	<b>152</b>	<b>1345</b>	<b>1299</b>	<b>872</b>	<b>108</b>	<b>284</b>	<b>4</b>	<b>443</b>	<b>11</b>	<b>346</b>	<b>4864</b>
<b>AGERP</b>	<b>6</b>	<b>3</b>	<b>634</b>	<b>14</b>	<b>4</b>	<b>275</b>	<b>4</b>	<b>385</b>	<b>7</b>	<b>346</b>	<b>1678</b>
Afonso Cunha	0	0	0	0	0	29	0	0	1	0	30
Alcântara	0	0	0	0	0	0	0	168	3	87	258
Arari	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	4
Barreirinhas	0	0	0	0	0	0	0	47	0	18	65
Brejo	4	1	3	0	0	0	0	0	0	0	8
Buriti	2	1	33	1	1	0	0	0	0	0	38
Cajapió	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Cajari	0	0	143	3	1	42	0	0	0	41	230
Cantanhede	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	5
Caxias	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Cedral	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Centro Novo do Maranhão	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Chapadinha	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Codó	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
Coelho Neto	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
Cururupu	0	0	0	0	0	2	0	0	0	6	8
Fernando Falcão	0	0	0	0	0	22	0	0	1	0	23
Icatu	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7
Itapecuru Mirim	0	0	0	0	0	0	0	88	0	32	120
Mata Roma	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Matinha	0	0	153	4	1	1	0	0	0	60	219
Monção	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	4
Nina Rodrigues	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	5
Olinda Nova do Maranhão	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1

Pedro do Rosário	0	0	0	0	0	49	3	0	0	0	52
Penalva	0	0	73	3	0	0	0	0	0	11	87
Peri Mirim	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6
Peritoró	0	0	0	0	0	0	0	3	0	12	15
Presidente Juscelino	0	0	0	0	0	0	0	3	0	1	4
Santa Quitéria do Maranhão	0	0	31	0	0	1	0	0	0	0	32
Santa Rita	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
São Benedito do Rio Preto	0	0	8	0	0	0	0	0	1	0	9
São João do Soter	0	0	0	0	0	29	0	0	0	24	53
São Luís	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Satubinha	0	0	0	0	0	9	0	0	0	0	9
Serrano do Maranhão	0	0	0	0	0	87	1	1	0	34	123
Viana	0	0	171	3	1	0	0	54	0	2	231
Vitória do Mearim	0	0	15	0	0	0	0	2	0	0	17
<b>AGROTER</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>20</b>
Caxias	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Parnarama	0	0	0	0	2	1	0	0	0	0	3
São João do Soter	0	0	0	0	9	6	0	0	0	0	15
<b>ASSEMA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14</b>
Capinzal do Norte	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	6
Lima Campos	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
São Luís Gonzaga do Maranhão	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	5
<b>BC VIANNA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>189</b>	<b>61</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>250</b>
Itapecuru Mirim	0	0	0	188	61	0	0	0	0	0	249
Miranda do Norte	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
<b>COOPRAMA</b>	<b>26</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>28</b>
Belágua	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5
Chapadinha	9	0	0	0	0	0	0	0	0	0	9
Mata Roma	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
São Benedito do Rio Preto	10	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10
São Luís	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>G.R. ASSESSORIA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>60</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>58</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>127</b>
Afonso Cunha	0	0	0	0	0	0	0	12	1	0	13

Aldeias Altas	0	0	17	1	0	0	0	5	0	0	23
Anajatuba	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	10
Arame	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Bacabal	0	0	0	0	0	0	0	17	0	0	17
Caxias	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Cedral	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Chapadinha	0	0	0	0	0	0	0	7	0	0	7
Codó	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Coelho Neto	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Duque Bacelar	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Lago da Pedra	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Lima Campos	0	0	1	0	0	0	0	3	0	0	4
Matões	0	0	12	1	0	0	0	0	0	0	13
Peritoró	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Santa Inês	0	0	0	0	0	0	0	3	1	0	4
São João do Soter	0	0	21	0	0	0	0	1	0	0	22
Timon	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>INAPEM</b>	<b>0</b>	<b>1083</b>	<b>593</b>	<b>642</b>	<b>31</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2349</b>
Açailândia	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Alcântara	0	402	21	395	2	0	0	0	0	0	820
Apicum-Açu	0	13	0	0	0	0	0	0	0	0	13
Bacuri	0	43	2	14	1	0	0	0	0	0	60
Bacurituba	0	30	2	27	4	0	0	0	0	0	63
Bequimão	0	17	175	14	2	0	0	0	0	0	208
Cajapió	0	22	2	19	4	0	0	0	0	0	47
Cedral	0	60	1	52	7	0	0	0	0	0	120
Central do Maranhão	0	35	0	0	0	0	0	0	0	0	35
Cururupu	0	83	1	88	5	0	0	0	0	0	177
Guimarães	0	43	2	0	0	0	0	0	0	0	45
Mirinzal	0	94	2	1	0	0	0	0	0	0	97
Peri Mirim	0	36	0	25	5	0	0	0	0	0	66
Pinheiro	0	1	110	0	0	0	0	0	0	0	111
Porto Rico do Maranhão	0	72	5	2	0	0	0	0	0	0	79

Presidente Sarney	0	0	77	1	0	0	0	0	0	0	78
Santa Helena	0	0	162	2	0	0	0	0	0	0	164
São Bento	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
São Luís	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Serrano do Maranhão	0	130	21	0	1	0	0	0	0	0	152
Turiação	0	0	10	0	0	0	0	0	0	0	10
Turilândia	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>INSTITUTO TERRA</b>	<b>120</b>	<b>257</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>380</b>
Alcântara	119	203	3	0	0	0	0	0	0	0	325
Bequimão	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
São Luís	0	54	0	0	0	0	0	0	0	0	54
<b>TIJUPA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>18</b>
Presidente Juscelino	0	0	6	4	0	0	0	0	0	0	10
Rosário	0	0	3	4	1	0	0	0	0	0	8
<b>MG</b>	<b>193</b>	<b>210</b>	<b>208</b>	<b>136</b>	<b>14</b>	<b>547</b>	<b>152</b>	<b>211</b>	<b>75</b>	<b>37</b>	<b>1783</b>
<b>AMEFA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>19</b>
Almenara	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Felisburgo	0	0	0	4	1	0	0	0	0	0	5
Jequitinhonha	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	2
Joáima	0	0	0	10	1	0	0	0	0	0	11
<b>BARRA CONSULTORIA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>70</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>82</b>
Aricanduva	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Carbonita	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Itaipé	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	6
Itamarandiba	0	0	0	0	0	0	0	27	0	0	27
Minas Novas	0	0	0	0	0	0	0	30	0	0	30
Novo Cruzeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Rio do Prado	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Santa Helena de Minas	0	0	0	0	0	0	0	13	1	0	14
<b>CAA-MG</b>	<b>146</b>	<b>164</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>325</b>
Catuti	19	12	5	0	0	0	0	0	0	0	36
Jaíba	12	17	1	0	0	0	0	0	0	0	30
Janaúba	5	26	1	0	0	0	0	0	0	0	32

Manga	36	0	0	0	0	0	0	0	0	0	36
Matias Cardoso	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Monte Azul	15	13	0	0	0	0	0	0	0	0	28
Montes Claros	0	38	0	0	0	0	0	0	0	0	38
Pai Pedro	49	48	4	0	0	0	0	0	0	0	101
Porteirinha	0	9	2	0	0	0	0	0	0	0	11
São João da Ponte	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Verdelândia	2	1	0	0	0	0	0	0	0	0	3
<b>CARITAS MG</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>19</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>19</b>
Januária	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	6
Varzelândia	0	0	0	0	0	0	0	13	0	0	13
<b>CAVI</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
Araçuaí	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
<b>COOPERSAM-RPM</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>6</b>
Indaiabira	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Jenipapo de Minas	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2	4
<b>Desenvolver</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>40</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>40</b>
Chapada Gaúcha	0	0	0	0	0	0	0	40	0	0	40
<b>DIAMANTINA PROJETOS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Almenara	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
<b>EBDA</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Monte Azul	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>EMATER-MG</b>	<b>47</b>	<b>45</b>	<b>195</b>	<b>119</b>	<b>12</b>	<b>547</b>	<b>152</b>	<b>45</b>	<b>42</b>	<b>29</b>	<b>1233</b>
Almenara	0	0	3	4	0	2	1	0	0	0	10
Alvorada de Minas	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Amparo do Serra	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	3
Angelândia	0	0	0	1	0	10	1	0	0	0	12
Antônio Dias	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6
Araçuaí	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0	4
Ataléia	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Bandeira	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Barão de Monte Alto	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Barbacena	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1

Belo Horizonte	0	36	0	0	0	0	0	0	0	0	36
Belo Oriente	0	0	0	0	0	1	0	0	0	2	3
Berilo	0	0	5	4	0	24	7	0	0	0	40
Bertópolis	0	0	2	2	0	3	0	0	0	0	7
Bias Fortes	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	7
Bocaiúva	0	0	6	6	0	4	0	1	0	2	19
Botumirim	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Brasília de Minas	0	0	2	8	1	14	0	0	0	0	25
Cantagalo	0	0	0	0	0	10	1	0	4	1	16
Capelinha	0	0	6	8	1	6	0	0	0	0	21
Catuji	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Catuti	4	0	0	0	0	3	2	0	2	0	11
Chapada do Norte	0	0	0	2	0	13	4	0	1	0	20
Chapada Gaúcha	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	6
Conceição do Mato Dentro	0	0	3	1	0	3	0	0	0	0	7
Cônego Marinho	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Coração de Jesus	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Coronel Murta	0	0	0	0	0	8	3	0	0	0	11
Cristália	0	0	2	7	1	32	1	4	0	0	47
Diamantina	0	0	12	1	0	20	5	9	0	0	47
Dom Joaquim	0	0	2	2	0	0	0	0	0	0	4
Dores de Guanhães	0	0	5	0	0	2	1	0	0	0	8
Ervália	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Felisburgo	0	0	5	1	0	4	3	6	0	2	21
Ferros	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	3
Francisco Badaró	0	0	1	3	0	5	2	0	0	0	11
Francisco Sá	9	9	1	1	0	1	0	0	0	0	21
Fronteira dos Vales	0	0	0	6	1	15	0	0	0	0	22
Gameleiras	0	0	2	3	0	7	0	0	1	0	13
Gouveia	0	0	8	0	0	3	0	0	0	0	11
Grão Mogol	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Guanhães	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Guidoval	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3

Indaiabira	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	10
Itamarandiba	0	0	17	1	0	0	0	0	0	0	18
Jaíba	0	0	0	1	0	7	0	8	7	1	24
Janaúba	0	0	2	0	1	6	1	0	0	2	12
Januária	0	0	22	0	0	25	13	0	0	0	60
Jenipapo de Minas	0	0	0	1	0	12	4	0	0	1	18
Joáima	0	0	2	0	1	0	0	3	1	0	7
José Gonçalves de Minas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Lassance	0	0	4	0	0	4	1	0	0	4	13
Leme do Prado	0	0	1	0	0	5	2	2	0	2	12
Luislândia	0	0	0	0	0	12	0	0	0	0	12
Manga	0	0	10	1	2	10	1	0	0	0	24
Mariana	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
Materlândia	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Matias Cardoso	0	0	0	3	0	3	0	0	0	1	7
Mercês	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Minas Novas	0	0	4	3	0	1	0	0	0	0	8
Monte Azul	29	0	1	1	0	9	1	0	2	0	43
Montes Claros	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
Olhos-d'Água	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Ouro Verde de Minas	0	0	0	9	0	46	3	0	1	3	62
Padre Carvalho	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Pai Pedro	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	2
Paraopeba	0	0	0	1	0	3	0	0	0	0	4
Paula Cândido	0	0	0	0	0	9	1	0	0	0	10
Pedras de Maria da Cruz	0	0	6	1	0	2	10	0	0	1	20
Piranga	0	0	0	0	0	11	5	0	0	0	16
Presidente Kubitschek	0	0	0	1	0	4	0	0	0	0	5
Raul Soares	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Resende Costa	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Riacho dos Machados	0	0	0	0	0	3	0	0	0	0	3
Rio Espera	0	0	0	0	0	0	4	0	0	0	4
Sabinópolis	0	0	15	1	0	0	0	0	0	0	16

Salinas	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Santa Helena de Minas	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	6
Santo Antônio do Retiro	0	0	0	1	0	4	1	0	0	0	6
São Francisco	0	0	2	10	0	63	3	3	4	0	85
São Geraldo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
São João da Lagoa	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
São João da Ponte	0	0	0	0	0	5	7	0	0	4	16
São Romão	0	0	0	2	0	1	0	0	3	0	6
Senhora do Porto	0	0	7	1	0	0	0	0	0	0	8
Serranópolis de Minas	5	0	0	1	0	3	11	0	0	0	20
Serro	0	0	6	1	0	7	3	0	1	0	18
Setubinha	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Teófilo Otoni	0	0	0	0	0	1	0	0	5	1	7
Ubaí	0	0	0	4	4	24	2	0	0	0	34
Uruçuia	0	0	0	0	0	4	0	0	0	0	4
Varzelândia	0	0	0	0	0	19	20	0	0	0	39
Verdelândia	0	0	2	3	0	5	3	0	0	0	13
Viçosa	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Virgem da Lapa	0	0	16	1	0	15	5	7	5	1	50
<b>PLANEJAR</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>10</b>
Montezuma	0	0	0	0	0	0	0	0	6	0	6
Pai Pedro	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Serranópolis de Minas	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
<b>PLANEJAR</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>44</b>
Bonito de Minas	0	0	0	0	0	0	0	3	8	1	12
Luislândia	0	0	0	0	0	0	0	8	0	0	8
Manga	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Matias Cardoso	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Pedras de Maria da Cruz	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	15
Ubaí	0	0	0	0	0	0	0	0	2	5	7
<b>MS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>33</b>
<b>SECAF</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>33</b>
Corguinho	0	0	0	7	4	0	0	0	0	0	11

Jaraguari	0	0	0	17	5	0	0	0	0	0	22
<b>PA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>94</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>582</b>	<b>339</b>	<b>7</b>	<b>63</b>	<b>49</b>	<b>1143</b>
<b>COODERSUS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>582</b>	<b>148</b>	<b>0</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>754</b>
Abaetetuba	0	0	0	0	0	565	146	0	23	0	734
Acará	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Aurora do Pará	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	2
Barcarena	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
Moju	0	0	0	0	0	14	1	0	0	0	15
<b>EMATER-PA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>81</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>191</b>	<b>7</b>	<b>39</b>	<b>49</b>	<b>376</b>
Abaetetuba	0	0	0	0	0	0	14	1	0	0	15
Acará	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3
Anajás	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Baião	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	6
Barcarena	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Bonito	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Bragança	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Bujaru	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Cachoeira do Piriá	0	0	0	0	0	0	26	0	34	0	60
Cametá	0	0	0	0	0	0	11	2	0	0	13
Colares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7
Concórdia do Pará	0	0	15	0	0	0	0	0	0	0	15
Gurupá	0	0	3	1	0	0	0	0	0	25	29
Igarapé-Açu	0	0	0	0	0	0	13	0	0	0	13
Inhangapi	0	0	17	4	0	0	0	0	0	17	38
Mocajuba	0	0	0	0	0	0	44	1	0	0	45
Moju	0	0	0	0	0	0	16	0	0	0	16
Oeiras do Pará	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Ourém	0	0	15	1	0	0	0	0	0	0	16
Portel	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Salvaterra	0	0	19	3	0	0	0	2	0	0	24
Santa Izabel do Pará	0	0	0	0	0	0	12	1	0	0	13
Santa Luzia do Pará	0	0	0	0	0	0	44	0	0	0	44
São Miguel do Guamá	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1

Soure	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Tomé-Açu	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5
Visou	0	0	1	0	0	0	1	0	0	0	2
<b>G.R. ASSESSORIA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Santarém	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>IDATAM</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12</b>
Capitão Poço	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Irituia	0	0	8	0	0	0	0	0	0	0	8
Portel	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
<b>PB</b>	<b>2</b>	<b>17</b>	<b>13</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>39</b>	<b>15</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>94</b>
<b>AGEMTE</b>	<b>0</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>5</b>
Alagoa Grande	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0	5
<b>CAA-MG</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Puxinanã	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>CEPFS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>14</b>
Cacimbas	0	0	0	0	0	0	0	14	0	0	14
<b>CONSPLAN</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>6</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>9</b>
Conde	0	2	6	1	0	0	0	0	0	0	9
<b>CONSULAM</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
Serra Redonda	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
<b>COOATES</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>6</b>
Camalaú	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Monteiro	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
São Sebastião do Umbuzeiro	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Zabelê	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
<b>EMATER-PB</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>6</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>39</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>57</b>
Areia	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	5
Cacimbas	0	0	0	0	0	0	30	0	0	0	30
Coremas	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Desterro	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Livramento	0	10	0	0	0	1	0	0	0	0	11
São José de Princesa	0	0	0	0	0	0	3	0	0	0	3
Sumé	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1

Várzea	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5
<b>PE</b>	<b>226</b>	<b>205</b>	<b>243</b>	<b>24</b>	<b>26</b>	<b>36</b>	<b>9</b>	<b>146</b>	<b>72</b>	<b>177</b>	<b>1164</b>
<b>Acao Tupinamba</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>42</b>	<b>27</b>	<b>0</b>	<b>69</b>
Belém do São Francisco	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	8
Cabrobó	0	0	0	0	0	0	0	13	1	0	14
Carnaubeira da Penha	0	0	0	0	0	0	0	15	0	0	15
Orocó	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4
Petrolândia	0	0	0	0	0	0	0	14	14	0	28
<b>ASSOCENE</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>21</b>
Custódia	0	0	0	0	0	0	0	0	21	0	21
<b>CHAPADA</b>	<b>4</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>4</b>
Exu	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4
<b>COOPANEMA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>13</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>38</b>
Águas Belas	0	0	0	0	9	0	0	0	0	0	9
Bom Conselho	0	0	0	0	10	0	0	0	0	0	10
Caetés	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
Iati	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	5
Itaíba	0	0	0	10	0	0	0	0	0	0	10
São Bento do Una	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
<b>DELTA</b>	<b>0</b>	<b>6</b>	<b>5</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>11</b>
Inajá	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	4
Itacuruba	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Mirandiba	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Salgueiro	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Tacaratu	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
<b>DOM HELDER</b>	<b>25</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>25</b>
#N/D	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	25
<b>ICN</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
Serra Talhada	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
<b>Instituto Terraviva - MMT</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Águas Belas	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
<b>INSTITUTO VIDA</b>	<b>122</b>	<b>165</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>298</b>
Bom Conselho	122	115	11	0	0	0	0	0	0	0	248

Recife	0	50	0	0	0	0	0	0	0	0	50
<b>IPA</b>	<b>75</b>	<b>34</b>	<b>225</b>	<b>11</b>	<b>0</b>	<b>36</b>	<b>2</b>	<b>64</b>	<b>16</b>	<b>61</b>	<b>524</b>
Afogados da Ingazeira	0	0	0	0	0	0	0	0	1	2	3
Afrânio	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Águas Belas	5	0	1	0	0	0	0	0	0	0	6
Alagoinha	0	0	0	0	0	0	0	8	1	0	9
Bom Conselho	12	0	34	1	0	15	0	40	6	0	108
Buíque	3	0	8	1	0	0	0	0	0	0	12
Cabrobó	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Caetés	1	0	16	0	0	14	0	4	2	0	37
Capoeiras	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	4
Carnaíba	0	0	60	1	0	0	0	0	0	0	61
Flores	0	0	3	3	0	0	0	0	0	0	6
Floresta	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Garanhuns	12	0	4	0	0	0	0	0	0	0	16
Iati	6	0	47	1	0	0	0	0	0	0	54
Iguaracy	0	0	6	0	0	0	2	0	1	0	9
Inajá	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	3
Ipojuca	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Itacuruba	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	8
Itaíba	14	0	11	1	0	0	0	0	0	0	26
Lagoa Grande	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Mirandiba	1	0	9	0	0	0	0	1	0	42	53
Orocó	0	34	0	0	0	0	0	0	0	0	34
Panelas	0	0	0	0	0	0	0	0	0	12	12
Passira	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	6
Pesqueira	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	5
Quixaba	0	0	9	1	0	0	0	0	0	0	10
Rio Formoso	4	0	0	0	0	4	0	0	2	0	10
Saloá	0	0	6	0	0	0	0	5	0	0	11
Santa Maria da Boa Vista	0	0	1	0	0	0	0	0	2	0	3
São Bento do Una	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
Terezinha	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1

Triunfo	0	0	4	1	0	2	0	0	0	0	7
<b>SABIÁ</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>39</b>	<b>8</b>	<b>0</b>	<b>47</b>
Bezerros	0	0	0	0	0	0	0	26	2	0	28
Cupira	0	0	0	0	0	0	0	13	6	0	19
<b>SERTA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>116</b>	<b>124</b>
Betânia	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	7
Garanhuns	0	0	0	0	0	0	0	0	0	116	116
Inajá	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
<b>PI</b>	<b>100</b>	<b>30</b>	<b>722</b>	<b>87</b>	<b>96</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>55</b>	<b>46</b>	<b>2</b>	<b>1139</b>
<b>CARITAS PI</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>
Campo Grande do Piauí	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	2
<b>CEAA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27</b>
Batalha	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	2
Esperantina	0	0	0	0	25	0	0	0	0	0	25
<b>CENTRO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL DO SEMIARIDO-CACTUS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>44</b>	<b>46</b>	<b>1</b>	<b>91</b>
Betânia do Piauí	0	0	0	0	0	0	0	8	8	0	16
Curral Novo do Piauí	0	0	0	0	0	0	0	9	4	0	13
Paquetá	0	0	0	0	0	0	0	7	5	0	12
Santa Cruz do Piauí	0	0	0	0	0	0	0	0	21	0	21
São José do Piauí	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Simões	0	0	0	0	0	0	0	18	8	1	27
<b>COOTAPI</b>	<b>0</b>	<b>30</b>	<b>45</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>78</b>
Batalha	0	11	4	0	0	0	0	0	0	0	15
Esperantina	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Piripiri	0	19	38	3	0	0	0	0	0	0	60
<b>EMATER-PI</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>12</b>
Campinas do Piauí	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	4
Campo Grande do Piauí	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Caridade do Piauí	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
João Costa	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Queimada Nova	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1

Redenção do Gurguéia	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
São Miguel do Tapuio	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
<b>EMPLANTA</b>	<b>100</b>	<b>0</b>	<b>677</b>	<b>83</b>	<b>69</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>929</b>
Acauã	7	0	34	6	0	0	0	0	0	0	47
Aroeiras do Itaim	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	3
Belém do Piauí	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Betânia do Piauí	17	0	63	3	0	0	0	0	0	0	83
Campo Grande do Piauí	8	0	1	5	0	0	0	0	0	0	14
Caridade do Piauí	2	0	0	5	0	0	0	0	0	0	7
Curral Novo do Piauí	3	0	23	2	0	0	0	0	0	0	28
Dom Inocêncio	0	0	0	0	19	0	0	0	0	0	19
Fartura do Piauí	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	3
Isaías Coelho	0	0	139	3	0	0	0	0	0	0	142
Itainópolis	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Jacobina do Piauí	0	0	4	1	0	0	0	0	0	0	5
Lagoa do Barro do Piauí	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Monsenhor Hipólito	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Oeiras	0	0	31	0	0	0	0	0	0	0	31
Paquetá	24	0	37	0	0	0	0	0	0	0	61
Patos do Piauí	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Paulistana	0	0	76	4	0	0	0	0	0	0	80
Picos	7	0	1	0	0	0	0	0	0	0	8
Queimada Nova	23	0	77	3	0	0	0	0	0	0	103
Santa Cruz do Piauí	0	0	33	1	0	0	0	0	0	0	34
Santa Rosa do Piauí	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
São João da Varjota	0	0	68	6	0	0	0	0	0	0	74
São João do Piauí	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
São José do Piauí	0	0	49	4	0	0	0	0	0	0	53
São Raimundo Nonato	0	0	0	24	49	0	0	0	0	0	73
Simões	9	0	31	0	0	0	0	0	0	0	40
Valença do Piauí	0	0	0	9	0	0	0	0	0	0	9
Várzea Branca	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
<b>PR</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>39</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>23</b>	<b>3</b>	<b>132</b>

<b>EMATER-PR</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>33</b>	<b>39</b>	<b>13</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>3</b>	<b>23</b>	<b>3</b>	<b>132</b>
Adrianópolis	0	0	0	16	6	0	0	0	0	0	22
Bocaiúva do Sul	0	0	0	4	0	0	0	0	0	0	4
Candói	0	0	7	12	2	0	0	0	0	0	21
Castro	0	0	14	1	1	0	0	0	0	3	19
Catanduvas	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Cerro Azul	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Curiúva	0	0	7	0	0	0	0	0	0	0	7
Doutor Ulysses	0	0	5	2	0	0	1	0	0	0	8
Guaira	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	8
Guarapuava	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Lapa	0	0	0	0	0	0	15	2	0	0	17
Londrina	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Marmeleiro	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Pinhão	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	1
Ponta Grossa	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	3
Ramilândia	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4
Terra Roxa	0	0	0	0	0	0	0	0	8	0	8
Três Barras do Paraná	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Turvo	0	0	0	2	2	0	0	0	0	0	4
<b>RN</b>	<b>0</b>	<b>18</b>	<b>96</b>	<b>4</b>	<b>11</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>40</b>	<b>17</b>	<b>2</b>	<b>197</b>
<b>CF8</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>17</b>
Poço Branco	0	0	0	0	8	8	0	0	0	0	16
Touros	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
<b>CODESAOP</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15</b>
Pau dos Ferros	0	15	0	0	0	0	0	0	0	0	15
<b>EMATER-RN</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>71</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>15</b>	<b>2</b>	<b>92</b>
Afonso Bezerra	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
Bento Fernandes	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Bom Jesus	0	0	17	0	1	0	0	0	1	2	21
Caiçara do Rio do Vento	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Campo Redondo	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Coronel João Pessoa	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3

Ielmo Marinho	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
Lagoa Nova	0	0	11	1	2	0	0	0	0	0	14
Messias Targino	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Pedro Avelino	0	0	27	0	0	0	0	0	0	0	27
Rafael Fernandes	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
Rodolfo Fernandes	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Santo Antônio	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
São Tomé	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	5
Senador Elói de Souza	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Serra Caiada	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	2
<b>IDEC</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>
Poço Branco	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>NAO IDENTIFICADO INCRA</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
Macaíba	0	0	0	3	0	0	0	0	0	0	3
<b>NÚCLEO SERTÃO VERDE</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>40</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>42</b>
Açu	0	0	0	0	0	0	0	3	0	0	3
Portalegre	0	0	0	0	0	0	0	37	2	0	39
<b>TECHNE</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>24</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>27</b>
Ceará-Mirim	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Poço Branco	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Touros	0	0	23	0	0	0	0	0	0	0	23
<b>RS</b>	<b>0</b>	<b>193</b>	<b>76</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>162</b>	<b>68</b>	<b>368</b>	<b>30</b>	<b>25</b>	<b>943</b>
<b>EMATER-RS</b>	<b>0</b>	<b>193</b>	<b>76</b>	<b>21</b>	<b>0</b>	<b>162</b>	<b>68</b>	<b>368</b>	<b>30</b>	<b>25</b>	<b>943</b>
Aceguá	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	5
Arroio do Padre	0	0	4	3	0	0	0	0	0	0	7
Arroio do Tigre	0	2	0	0	0	0	15	0	0	0	17
Bagé	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	2
Barão do Triunfo	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
Caçapava do Sul	0	0	4	0	0	0	0	3	0	0	7
Cachoeira do Sul	0	0	0	0	0	0	0	12	0	0	12
Candiota	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	9
Canguçu	0	28	1	2	0	35	0	89	0	0	155
Capivari do Sul	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	5

Catuípe	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	5
Cerrito	0	9	0	0	0	0	0	0	8	0	17
Cerro Grande do Sul	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	3
Colorado	0	0	0	0	0	0	0	10	0	0	10
Cristal	0	0	0	0	0	3	0	0	0	1	4
Encruzilhada do Sul	0	2	1	0	0	0	0	3	0	0	6
Formigueiro	0	0	1	0	0	28	14	46	4	0	93
General Câmara	0	0	1	0	0	2	1	0	0	0	4
Giruá	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	2
Gravataí	0	0	0	0	0	4	0	0	0	1	5
Jacuizinho	0	7	2	0	0	0	0	8	0	0	17
Lagoão	0	0	0	0	0	0	0	19	0	0	19
Lavras do Sul	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	1
Mampituba	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Maquiné	0	0	2	1	0	0	0	0	0	4	7
Morro Redondo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	10	10
Mostardas	0	0	5	1	0	6	0	0	1	1	14
Muitos Capões	0	0	9	4	0	0	0	0	0	0	13
Nova Palma	0	0	0	0	0	10	0	0	0	0	10
Palmares do Sul	0	0	0	0	0	2	0	0	0	1	3
Pedras Altas	0	0	5	2	0	0	0	25	0	1	33
Pelotas	0	36	7	0	0	0	22	0	0	0	65
Piratini	0	18	0	0	0	0	0	14	2	0	34
Planalto	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	5
Portão	0	0	0	0	0	18	0	0	1	3	22
Porto Alegre	0	0	0	0	0	0	0	6	0	0	6
Restinga Sêca	0	0	0	0	0	14	0	21	0	0	35
Rio dos Índios	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Rio Pardo	0	11	0	0	0	0	0	5	0	0	16
Rodeio Bonito	0	0	0	0	0	7	0	0	0	0	7
Rosário do Sul	0	0	0	0	0	0	0	9	0	0	9
Salto do Jacuí	0	0	0	0	0	22	2	0	0	0	24
Santa Maria	0	0	0	0	0	0	0	14	0	0	14

Santa Vitória do Palmar	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Santana da Boa Vista	0	26	0	0	0	0	0	9	0	0	35
Sant'Ana do Livramento	0	0	0	2	0	0	0	5	0	0	7
São Gabriel	0	0	4	0	0	0	0	8	0	0	12
São José do Norte	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
São Lourenço do Sul	0	49	0	0	0	0	0	16	0	0	65
São Sepé	0	0	2	1	0	0	0	1	0	0	4
Sarandi	0	0	0	0	0	0	10	0	0	0	10
Sertão	0	0	0	0	0	0	0	16	0	0	16
Taquara	0	0	14	4	0	6	4	0	0	1	29
Tavares	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	6
Turuçu	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	4
Vale Verde	0	0	1	1	0	0	0	3	0	0	5
Viamão	0	0	0	0	0	5	0	0	0	1	6
Vista Alegre	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	7
<b>SC</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>34</b>
<b>EPAGRI</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>5</b>	<b>34</b>
Abdon Batista	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Campos Novos	0	0	0	0	2	0	0	0	0	1	3
Florianópolis	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Garopaba	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	2
José Boiteux	0	0	0	0	1	0	0	0	0	3	4
Paulo Lopes	0	0	0	0	0	0	0	7	0	1	8
Praia Grande	0	0	0	0	4	6	1	1	0	0	12
São Francisco do Sul	0	0	0	0	3	0	0	0	0	0	3
<b>SE</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>1</b>	<b>73</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>51</b>	<b>54</b>	<b>21</b>	<b>207</b>
<b>CFAC</b>	<b>0</b>	<b>7</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>7</b>
Lagarto	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	6
Poço Redondo	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	1
<b>DIAMANTINA PROJETOS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>49</b>	<b>39</b>	<b>3</b>	<b>91</b>
Brejo Grande	0	0	0	0	0	0	0	5	30	1	36
Ilha das Flores	0	0	0	0	0	0	0	25	2	0	27
Japoatã	0	0	0	0	0	0	0	0	4	2	6

Neópolis	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
Poço Verde	0	0	0	0	0	0	0	19	0	0	19
<b>EMDAGRO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>73</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>	<b>15</b>	<b>18</b>	<b>109</b>
Lagarto	0	0	0	13	0	0	0	0	0	0	13
Poço Redondo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4
Poço Verde	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2
Porto da Folha	0	0	0	2	0	0	0	2	15	13	32
Riachão do Dantas	0	0	0	7	0	0	0	0	0	1	8
Simão Dias	0	0	0	50	0	0	0	0	0	0	50
<b>TO</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>79</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>127</b>
<b>AGROTER</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3</b>
Esperantina	0	0	3	0	0	0	0	0	0	0	3
<b>RURAL NORTE</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>76</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>85</b>
Arraias	0	0	26	1	0	0	0	0	0	0	27
Paranã	0	0	50	8	0	0	0	0	0	0	58
<b>RURALTINS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>18</b>	<b>0</b>	<b>12</b>	<b>8</b>	<b>39</b>
Almas	0	0	0	0	0	1	0	0	1	0	2
Aragominas	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Arraias	0	0	0	0	0	0	2	0	3	0	5
Brejinho de Nazaré	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Chapada da Natividade	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1
Dianópolis	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	1
Dois Irmãos do Tocantins	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	7
Paranã	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Porto Alegre do Tocantins	0	0	0	0	0	0	0	0	7	0	7
Santa Fé do Araguaia	0	0	0	0	0	0	6	0	0	0	6
Santa Tereza do Tocantins	0	0	0	0	0	0	7	0	0	0	7
<b>Não Identificado</b>	<b>35</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>35</b>						
<b>Total Geral</b>	<b>1448</b>	<b>2603</b>	<b>3238</b>	<b>2102</b>	<b>1006</b>	<b>2448</b>	<b>2290</b>	<b>1738</b>	<b>583</b>	<b>918</b>	<b>18374</b>

<sup>1</sup>Fonte: Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal; CGFOM/DEFISP/SEISP/SEDS/MC – dezembro/2021.

## Anexo 4 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Famílias quilombolas

### *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE*

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar voluntariamente do projeto de pesquisa ***Implementação do Programa Fomento Rural junto a Quilombolas em Goiás: estudo de caso sobre interculturalidade na Assistência Técnica e Extensão Rural*** sob a responsabilidade do pesquisador Iorrana Lisboa Camboim. O projeto objetiva avaliar processos relativos à interculturalidade no caso da implementação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Fomento Rural) junto a famílias quilombolas do estado de Goiás, considerando a perspectiva dos atores envolvidos localmente – famílias que participaram do Programa e agentes de ATER que as atenderam, de modo a produzir análise de dados e fundamentação teórica que contribuam significativamente para o aprimoramento das políticas públicas no atendimento a comunidades quilombolas.

A sua **participação se dará por meio de entrevistas** semi-estruturadas e observação participante em território quilombola atendido pelo Programa Fomento Rural no Goiás ou nos escritórios da Emater-GO com um **tempo estimado de 2h**. O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a). Você pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento. **Sua participação é voluntária**, isto é, não há pagamento por sua colaboração. Todas as despesas que o(a) senhor(a) tiver relacionadas diretamente ao projeto de pesquisa serão cobertas pela pesquisadora.

**Será garantida sensibilidade e empatia de modo a respeitar todo e qualquer posicionamento dos/as participantes.** Se o(a) senhor(a) aceitar participar, contribuirá para a construção do conhecimento científico e do aprimoramento das políticas públicas no atendimento a povos e comunidades tradicionais, em especial às comunidades quilombolas. Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, deve buscar ser indenizado, obedecendo-se as disposições legais vigentes no Brasil.

**Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília** podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda da pesquisadora por um período de cinco anos, após isso serão destruídos. Se o(a) Senhor(a) tiver dúvida em relação à pesquisa, por favor contate Iorrana Lisboa Camboim – telefone (61) 9 xxxx-xxxx ou e-mail xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília. O CEP é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. O CEP/CHS está localizado Campus Darcy Ribeiro, Faculdade de Direito/ Telefone: 61 3107-1592/E-mail: [cep\\_chs@unb.br](mailto:cep_chs@unb.br)/ Horário de atendimento: Segunda-feira à sexta-feira, das 13:00 às 19:00h.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o(a) Senhor(a).

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2022.

\_\_\_\_\_  
Nome/assinatura Participante

\_\_\_\_\_  
Nome/assinatura Pesquisadora

## Anexo 5 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – Agentes Emater-GO

### *Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE*

Convidamos o(a) Senhor(a) a participar voluntariamente do projeto de pesquisa ***Implementação do Programa Fomento Rural junto a Quilombolas em Goiás: estudo de caso sobre interculturalidade na Assistência Técnica e Extensão Rural*** sob a responsabilidade do pesquisador Iorrana Lisboa Camboim. O projeto vislumbra avaliar processos relativos à interculturalidade no caso da implementação do Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais (Fomento Rural) junto a famílias quilombolas do estado de Goiás, considerando a perspectiva dos atores envolvidos localmente – famílias que participaram do Programa e agentes de ATER que as atenderam, de modo a produzir análise de dados e fundamentação teórica que contribuam significativamente para o aprimoramento das políticas públicas no atendimento a comunidades quilombolas. Tendo em vista que a literatura vem apontando desafios relacionados à interculturalidade no âmbito da execução de políticas públicas para povos e comunidades tradicionais, consistirá em foco de análise as experiências dos atores locais envolvidos na implementação do Fomento Rural para quilombolas em Goiás, e a sua perspectiva sobre o atendimento às especificidades das comunidades tradicionais e garantia de sua autonomia.

O objetivo desta pesquisa é avaliar processos relacionados à interculturalidade durante a implementação do Programa Fomento Rural para famílias quilombolas do estado de Goiás, dado que, diante do desafio de reduzir a insegurança alimentar e nutricional e de considerar as especificidades dos Povos e Comunidades Tradicionais na implementação de políticas públicas, entende-se que a experiência de implementação do Fomento Rural junto a famílias quilombolas em Goiás trará elementos que contribuem para a reflexão tanto sobre aspectos da interculturalidade durante a execução de políticas públicas como sobre a experiência da assistência técnica e extensão rural junto a comunidades quilombolas.

O(a) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa e lhe asseguramos que seu nome não aparecerá sendo mantido o mais rigoroso sigilo pela omissão total de quaisquer informações que permitam identificá-lo(a).

A sua participação se dará por meio de entrevistas semi-estruturadas e observação participante em território quilombola atendido pelo Programa Fomento Rural no Goiás ou nos escritórios da Emater-GO em data combinada com um tempo estimado de 2h para sua realização.

Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa são cansaço ou aborrecimento ao participar da entrevista; desconforto, constrangimento ou alterações de comportamento durante a entrevista; alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica restritiva ou incapacitante; alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões evocadas durante o diálogo da entrevista. Para minimizá-los, será garantida sensibilidade e empatia de modo a respeitar todo e qualquer posicionamento dos/as participantes. Se o(a) senhor(a) aceitar participar, estará contribuindo a construção do conhecimento científico e do aprimoramento das políticas públicas no atendimento a povos e comunidades tradicionais, em especial às comunidades quilombolas.

O(a) Senhor(a) pode se recusar a responder (ou participar de qualquer procedimento) qualquer questão que lhe traga constrangimento, podendo desistir de participar da pesquisa em qualquer momento sem nenhum prejuízo para o(a) senhor(a). Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração.

Todas as despesas que o(a) senhor(a) tiver relacionadas diretamente ao projeto de pesquisa (tais como, passagem para o local da pesquisa, alimentação no local da pesquisa ou exames para realização da pesquisa) serão cobertas pela pesquisadora responsável.

Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, o(a) senhor(a) deverá buscar ser indenizado, obedecendo-se as disposições legais vigentes no Brasil.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade de Brasília podendo ser publicados posteriormente. Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda da pesquisadora por um período de cinco anos, após isso serão destruídos.

Se o(a) Senhor(a) tiver qualquer dúvida em relação à pesquisa, por favor telefone para: Iorrana Lisboa Camboim, no Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília no telefone (61) 9 xxxx-xxxx, disponível inclusive para ligação a cobrar. É possível entrar em contato também pelo e-mail xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Medicina (CEP/FM) da Universidade de Brasília. O CEP é composto por profissionais de diferentes áreas cuja função é defender os 2 interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos. As dúvidas com relação à assinatura do TCLE ou os direitos do participante da pesquisa podem ser esclarecidos pelo telefone (61) 3107-1918 ou do e-mail cepfm@unb.br, horário de atendimento de 08:30hs às 12:30hs e de 14:30hs às 16:00hs, de segunda a sexta-feira. O CEP/FM está localizado na Faculdade de Saúde/Faculdade de Medicina no 2º andar do prédio, Campus Universitário Darcy Ribeiro, Universidade de Brasília, Asa Norte.

Caso concorde em participar, pedimos que assine este documento que foi elaborado em duas vias, uma ficará com o pesquisador responsável e a outra com o(a) Senhor(a).

---

Nome e assinatura do/a Participante de Pesquisa

---

Nome e assinatura da Pesquisadora Responsável

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.